

ILHAS DE MALUCO QUE TEM CRAVO



Panorama do Rio de Janeiro, Sunqua

Desde o convento da Ajuda e morro do Castelo até o final da ilha das Cobras.



ISSN 1682-1106



9 771682 110004

35

Edição Internacional  
International Edition

Revista de Cultura  
Review of Culture



# RC

Revista de Cultura  
Review of Culture

International Edition 35

Edição Internacional 35 Julho/July 2010



INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau



PARALLEL CULTURES  
AND TRANSCULTURAL  
PROCESSES

CULTURAS  
PARALELAS  
E PROCESSOS  
TRANSCULTURAIIS

**EDITOR**

Publisher  
INSTITUTO CULTURAL  
do Governo da Região Administrativa  
Especial de Macau

**CONSELHO DE DIRECÇÃO**

Editorial Board  
Ung Vai Meng, Chan Chak Seng,  
Marie MacLeod, Luís Ferreira,  
Wong Io Fong e Paulo Coutinho  
rci@icm.gov.mo

**COORDENADOR**

Co-ordinator  
Luís Ferreira  
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

**EDITOR EXECUTIVO**

Executive Editor  
Paulo Coutinho  
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

**EDITOR EXECUTIVO**

Executive Editor  
Wong Io Fong

**DIRECTOR GRÁFICO**

Graphic Director  
Victor Hugo Marreiros  
VictorHugoM@icm.gov.mo

**CONCEPÇÃO GRÁFICA**

Graphic Design  
Grace Lei

**SEPARAÇÃO DE CORES**

Color Separation  
Welfare Printing Limited  
welfare@macau.ctm.net

**IMPRESSÃO**

Printing  
Welfare Printing Limited  
welfare@macau.ctm.net

**TIRAGEM**

Print Run  
1000

**REDACÇÃO E SECRETARIADO**

Publisher's Office  
INSTITUTO CULTURAL  
do Governo da R.A.E. de Macau  
SEP - Sector de Edições Periódicas  
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau  
Tel: (853) 83996381  
Fax: (853) 28366806  
Email: rci@icm.gov.mo  
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

**RC** é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

**RC** é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

**RC** is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

**RC** publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a

# Revista de Cultura

Subscribe to Review of Culture



## Preços / Rates

### Exemplar Avulso / Single Copy

#### Macau

MOP 80,00

#### Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

### Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

### Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

#### Macau

MOP 160,00

#### Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

### Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

*A Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16<sup>th</sup> century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21<sup>st</sup> century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

## CONTACTOS

### Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996381

Fax: 853-28366806

## ATRIUM

### COLABORARAM NESTE NÚMERO

#### Contributors to this Issue

RC, n.º 35, IIIª Série, 3.º Trimestre 2010

RC, no. 35, III<sup>rd</sup> Series, 3<sup>rd</sup> Quarter 2010

### TEXTO

#### Texts

Francisco Vizeu Pinheiro  
He Sibing  
João Nobre de Oliveira  
Jomar Lima  
José Carlos Venâncio  
Lúcio de Sousa  
Manuel Lobato  
Maria Célia Lima-Hernandes  
Mário Pinharanda-Nunes  
Roberval Teixeira e Silva  
Selma Pantoja  
Sérgio Pereira Antunes  
Sheila Barroso Alves Antunes

### TRADUÇÃO

#### Translation

PHILOS - Comunicação Global, Lda.  
(Português-Inglês e Inglês-Português)

### REVISÃO

#### Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),  
Luís Ferreira (Português),  
Jennifer Ann Day (Inglês)

### AGRADECIMENTOS

#### Acknowledgements

Centro de Investigação de Estudos  
Luso-Asiáticos da Universidade de Macau  
Martyn Gregory Gallery  
Museu de Macau  
Rogério Beltrão Coelho



Design Victor Hugo Marreiros

### A NOSSA CAPA

O tema desta edição descreve com rara precisão um dos traços identitários de Macau: aqui coabitam mundos (culturais) paralelos; aqui, a transculturalidade e os fenómenos subsequentes de interculturalidade e sincretismo estão no código genético da cidade. Mas o caso de Macau, sendo paradigmático, é peculiar quando visto numa perspectiva comparativa, nomeadamente no contexto da lusofonia. Em parceria com o Centro de Estudos Luso-Asiáticos da Universidade de Macau, apresentamos nas páginas desta edição um conjunto de artigos que procuram identificar e analisar os processos transculturais e, mais em concreto, o fenómeno da miscigenação, reconstituindo – numa perspectiva transdisciplinar – a memória dos povos de circulação e presença lusa. Um grupo de investigadores plural investiga e questiona as mudanças espaciais, as produções culturais, as transferências e transformações de modelos histórico-políticos que marcam a complexidade cultural e a formação identitária das sociedades influenciadas pela expansão portuguesa.

### OUR COVER

*This issue of Review of Culture looks in rare detail at a feature of Macao's identity: the parallel (cultural) worlds that coexist in a cross-cultural environment in which cultural exchange and syncretism are part of the city's genetic code. In Macao's case, however, this paradigm is unusual if observed from a comparative perspective rooted in the Portuguese language. In partnership with the Research Centre for Luso-Asian Studies at the University of Macau, this issue's articles use an interdisciplinary approach to recreating the memory of those peoples involved in Portugal's overseas circulation and settlement by analysing and identifying the transcultural processes and, more specifically, the blends which arose from them. A diverse group of researchers examines spatial change, cultural expressions, the transfer and transformation of historical and political models that mark the cultural complexity and identity formation of those societies influenced by Portugal's expansion.*



### Ilhé de S<sup>o</sup> Antão

#### CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS \* PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

- 7 EDITORIAL  
社论
- 9 VESTÍGIOS DA PRESENÇA PORTUGUESA NOS TRÓPICOS. PROCESSOS DE CRIOLIZAÇÃO E COMUNIDADES CRIOULAS  
葡萄牙在热带地区之遗迹克里奥尔化进程与克里奥尔人社团  
José Carlos Venâncio
- 18 A REPRESENTAÇÃO DA NOÇÃO DE IDENTIDADE NOS TEXTOS EM MAQUISTA DO SÉCULO XIX  
在十九世纪方言著作中身份概念的体现  
Mário Pinharanda-Nunes
- 34 LIGAS URBANAS. ATITUDES LINGÜÍSTICAS NA TRAMA DISCURSIVA DE MACAENSES E PAULISTAS CAIPIRAS  
都市联盟: 澳门与圣·保罗市对难点推论的语言学态度  
Roberval Teixeira e Silva e Maria Célia Lima-Hernandes
- 49 RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX. UMA VILA CHINESA NO OCIDENTE E O SEU LEGADO  
19世纪初的里约热内卢: 一个在西方的中国村镇及其使者  
Sérgio Pereira Antunes e Sheila Barroso Alves Antunes
- 60 MACAO'S COOLIE TRADE: ONE CITY, TWO CULTURES, THREE COMMUNITIES. SOCIAL HARMONY, SEPARATE DEVELOPMENT AND TAXING VICES  
澳门的苦力贸易: 一个城市, 两种文化, 三个社群, 社会和谐, 分别发展, 以及罪感税的垄断  
Francisco Vizeu Pinheiro
- 84 SLAVE NETWORKS AND THEIR EXPANSION THROUGH MACAO TO EUROPE AND AMERICA  
透过澳门扩展到欧美洲的奴隶网络  
Lúcio de Sousa
- 95 A PRESENÇA JUDAICA EM CABO VERDE  
犹太人在佛得角  
João Nobre de Oliveira
- 106 LUANDA E O SEU QUOTIDIANO NO SÉCULO XVIII  
18世纪的 卢旺达及其日常生活  
Selma Pantoja
- 114 A INFLUÊNCIA EUROPEIA NA TRADIÇÃO ARQUITECTÓNICA DAS ILHAS MOLUCAS. ALGUNS EXEMPLOS DE TERNATE, TIDORE E HALMAHERA  
欧洲风格对摩鹿加群岛传统建筑的影响: 在德尔纳特、蒂多雷、哈马黑拉岛的有关实例  
Manuel Lobato
- 129 AS LÁPIDES TUMULARES DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO DE CACHOEIRA (BAÍA)  
卡舒埃拉市(巴西)的天主教嘉谟第三会墓碑  
Jomar Lima
- 134 **HISTORIOGRAFIA / HISTORIOGRAPHY**  
FORGING AMERICA'S INFORMAL EMPIRE IN ASIA: CALEB CUSHING IN MACAO, 1844  
在亚洲打造美国非正式帝国: 凯莱布·顾盛在澳门(1844年)  
He Sibing
- 153 **RESUMOS**
- 155 **ABSTRACTS**





## Editorial

O presente número de *Revista de Cultura* é temático, seguindo uma opção editorial recorrente. Mas é um número especial, ou diferente, ao nível do planeamento, forma e conteúdo.

Do planeamento. A estrutura desta edição funda-se numa parceria entre *RC* e o Centro de Investigação de Estudos Luso-Asiáticos da Universidade de Macau, que resultou na obtenção, por parte da revista, do direito de publicação das comunicações apresentadas no colóquio “Culturas Paralelas e Processos Transculturais: Cidades Portuárias / Cidades Interculturais”. É prática comum publicarmos comunicações previamente apresentadas em convénios académicos, desde que interessantes aos nossos objectivos, porque cremos que *RC* é, também, um fórum e um repositório dos esforços de instituições e investigadores empenhados no estudo da identidade histórico-cultural de Macau e/ou de outras identidades que concorram para o conhecimento de Macau.

Da forma. O colóquio, congregando quase exclusivamente investigadores de língua portuguesa, nas suas férteis variantes, deu azo a uma prevalência de artigos em português sobre a outra língua veicular, o inglês. Assim, excepcionalmente, esta edição será mais cara aos que dominam a língua de Camões.

Do conteúdo. Não sendo propriamente inédito, *RC* aventura-se a ultrapassar as fronteiras do seu “território editorial” e abre as suas páginas a realidades que aparentemente não se cruzam com a história e a de Macau, mas que conviveram em “paralelo” com a gesta marítima portuguesa.

O outro motivo deste “expansionismo” é de ordem estratégica. Macau foi oficialmente indigitado por Pequim para ser “a plataforma” entre a China e os

*As has been an editorial choice from time to time, this issue of Review of Culture is thematic. However, this is a special issue in terms of planning, type and content.*

*Planning. The structure of this issue emerged from a partnership between RC and the Research Centre for Luso-Asian Studies at the University of Macau. As a result, the magazine obtained the rights to publish the papers presented in the colloquium on ‘Parallel Cultures and Transcultural Processes: Port Cities / Intercultural Cities’. Although RC often publishes papers from academic conferences—so long as these are in line with its aims—the magazine also serves as a forum and repository for institutions and researchers engaged in studying the historic and cultural identity of Macao and/or other identities which can enrich the understanding of Macao.*

*Type. The colloquium brought together speakers of a fertile range of Portuguese variants, leading to a predominance of articles in Portuguese, rather than English. Thus this issue, exceptionally, favours those versed in the language of Camões.*

*Content. RC has ventured (not for the first time) beyond its editorial territory and opened up to situations that may not appear to be in direct contact with Macao’s history and culture but which coexisted with Portugal’s maritime endeavours.*

*The other motivation behind this expansion is strategic; Beijing has officially appointed Macao as the interface between China and the Portuguese-speaking countries. Review of Culture can continue to be an excellent channel for such exchange, particularly in the field of knowledge and academic dissemination.*

*This issue of RC aims to take a comparative historical and trans-disciplinary perspective to enumerate and analyse the bio-cultural fusion that resulted from Portugal’s colonial presence, namely the so-called Creole*



países de língua oficial portuguesa; *Revista de Cultura* pode continuar a ser um veículo privilegiado para esse intercâmbio, nomeadamente nas áreas do conhecimento e da divulgação académica.

O objectivo desta edição de *RC* é o de enumerar e analisar, numa perspectiva histórica, transdisciplinar e comparada, os processos de fusão biocultural resultantes da presença colonial portuguesa, nomeadamente as comunidades crioulas. Mas, ao olhar a história desses processos coloniais, é fundamental observar como os povos autóctones estão impregnados de diversos elementos europeus e vice-versa. Por outras palavras, como se formaram as culturas híbridas.

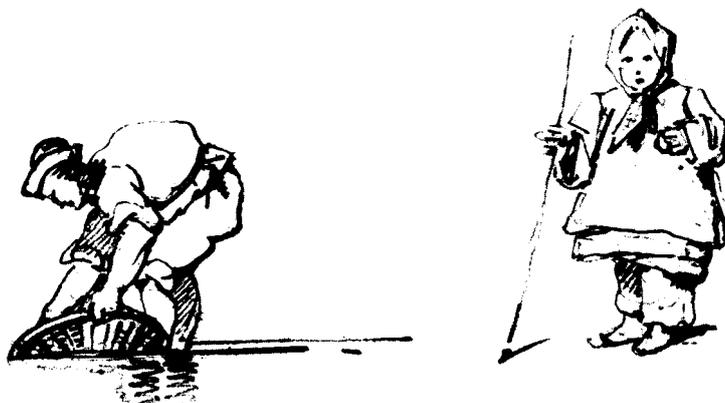
Ao estudar as relações interculturais, em áreas como a sociolinguística, comércio e migrações, património e arte, e ao reflectir sobre a epistemologia dos novos paradigmas culturais, visualizando diferentes formas de expressão como processos de construção de identidades, o foco está nas regiões e/ou cidades em África, na América e na Ásia que ao longo dos séculos se cruzaram com Portugal. Por isso, também se analisam os respectivos contextos geo-históricos dessas regiões e/ou cidades, de que Macau é um caso exemplar.

Uma nota final. Por critérios de ordem editorial nem todas as comunicações apresentadas no colóquio integram este número. Serão publicadas em futuros números de *Revista de Cultura*. **RC**

*communities. However, in looking at the history of these colonial processes it is essential to observe how various European elements impacted on the indigenous peoples and vice-versa. In other words, how hybrid cultures were formed.*

*By studying intercultural relations in the fields of sociolinguistics, trade and migrations, heritage and art, and reflecting on the epistemology of new cultural paradigms, viewing different forms of expression as processes through which identities are built, the focus is on regions and/or cities in Africa, the Americas and Asia that have come into contact with Portugal over the centuries. Thus the geo-historical contexts of these places are also considered. And of course, Macao is a prime example.*

*Finally, due to editorial reasons, not every paper presented in the colloquium is included in this issue. They will be published in subsequent issues of Review of Culture. **RC***



# Vestígios da Presença Portuguesa nos Trópicos

## Processos de Crioulização e Comunidades Crioulas

JOSÉ CARLOS VENÂNCIO\*

“Desde quando a cor passou de moda”  
Anjali D’ Souza

### PALAVRAS INICIAIS

É usual identificar-se a presença portuguesa nos trópicos com processos de mestiçagem. É uma ideia generalizada que, pelo menos em Portugal, transcende largamente os meios académicos. E não é uma ideia antiga, conquanto a prática que lhe serve de referente o seja, recuando, pelo menos, ao século XVI, quando os portugueses, no âmbito do empreendimento expansionista que caracterizou o início da sua modernidade, entraram em contacto, e muitas vezes se fixaram, com comunidades sediadas ao longo das costas africana, asiática e americana. A ideia em apreço entra em Portugal pela mão de Gilberto Freyre; inicialmente celebrado pela esquerda ou por círculos de pensamento exteriores ao Estado Novo e, depois dos anos 50 do século XX, por figuras do regime, que, face às mudanças conjunturais que se sucederam após a II Guerra Mundial e respondendo às pressões internacionais para desencadear o processo de descolonização, encontram na mestiçagem, que se verificava um pouco por todo o império, uma forma de legitimar a dominação colonial. Freyre é então convidado pelo Ministro do Ultramar, almirante Sarmento Rodrigues, a visitar os domínios portugueses no Ultramar a expensas do Estado português. Desse

périplo surgiram dois livros, *Aventura e Rotina* e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, e foi no âmbito da viagem que empregou, pela primeira vez, o termo luso-tropicalismo. Prestava-se este a caracterizar uma pressuposta especificidade da presença portuguesa nos trópicos, recuperando e generalizando características já apontadas no livro *Casa Grande & Senzala* (1933). Logo no primeiro capítulo deste livro, Freyre havia, pois, enumerado, em relação à região do Nordeste brasileiro e ao período mercantilista (séculos XVI-XVIII/XIX), as seguintes características: miscibilidade, aclimatabilidade e mobilidade. No desiderato de as estender a toda a experiência portuguesa nos trópicos,<sup>1</sup> aproximando-se do que poderá ser entendido como uma teoria social, que, na verdade, não passou de um conjunto de proposições teóricas, três fragilidades são evidentes e contribuem para que o luso-tropicalismo nunca se tenha, na verdade, constituído como uma teoria social. São elas:

1) A generalização da experiência nordestina a todas as regiões tropicais que registaram a presença portuguesa é abusiva, carecendo de comprovação empírica;

2) Não é dada qualquer relevância à dimensão económica do empreendimento expansionista português, dimensão importante para a compreensão do mesmo, que tem sido, como tal, relevada por outros autores que não apenas os de influência marxista, comprometidos, por princípio, com a primazia do económico;

3) No momento em que a explicação é generalizada, torna-se difícil sustentar a especificidade lusa em relação a outros expansionismos europeus.

\* Licenciado em História pela Universidade de Lisboa. Doutorado pela Universidade de Mainz (Alemanha), Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior, a sua investigação centra-se principalmente na área da sociologia da literatura.

*Graduated in History from Lisbon University. Ph.D. in Social Sciences from the University of Mainz (Germany). Professor at the University of Beira Interior (Portugal), his research interests focus on the sociology of literature.*

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

Na verdade, a miscibilidade, uma das características apontadas por Freyre e que se tornou na característica mais importante do luso-tropicalismo, foi igualmente praticada por outros povos e por outros imperialismos europeus, nomeadamente pelos espanhóis.

As fragilidades referidas, que, no fim, derivam, no seu conjunto, de uma deficiente relação entre teoria e empiria, explicam, em parte, a depreciação de Freyre a respeito da sociedade e cultura cabo-verdianas<sup>2</sup> e a sua incapacidade de descortinar e valorizar outras situações de criouldade no então império que visitou, contradizendo, com essa falta de observação, as pistas analíticas que tinha até então desenvolvido.

Em texto anterior,<sup>3</sup> tentei demonstrar que, na altura, as ciências sociais não dispunham de instrumentos analíticos que proporcionassem uma outra leitura de tais situações. Os estados de criouldade, sobretudo quando se manifestavam de forma consolidada e coerente, como era o caso de Cabo Verde ou da Martinica e de Guadalupe (apreciadas, na altura, por Michel Leiris<sup>4</sup> a pedido da UNESCO), eram entendidos como fases de transição: para os colonizados, transição para níveis de desenvolvimento e de modernização patenteados pelas sociedades europeias e ocidentais e, para os colonizadores, a reversão à matriz, da qual tinham partido. À criouldade, mesmo quando lhe era outorgada alguma visibilidade, era-lhe negada uma dimensão autopoiética e, como tal, autonomia e futuro.

Há, todavia, que abrir uma excepção. A postura e o esforço analítico de alguns intelectuais africanos que, motivados pelas ideias de Freyre, tentaram aplicá-las às realidades que os circundavam, num esforço que deve ser entendido como parte dos movimentos modernistas a que deram impulso e que, como tal, tiveram, na base, fortes motivações identitárias, quer individuais, quer colectivas e estas, quase sempre, com fortes conotações nacionalistas. Um desses intelectuais é Baltasar Lopes, uma das figuras-chave do movimento cultural e literário cabo-verdiano conhecido por Movimento da *Claridade*, sendo o último termo o nome de uma revista literária e cultural publicada no arquipélago a partir de meados dos anos 30 do século xx, que tinha por objectivos o estudo e a valorização da realidade social e cultural de Cabo Verde. Se não foi o primeiro, foi dos primeiros gritos do modernismo cabo-verdiano. Outro intelectual que procurou ler a realidade do seu país a partir do enquadramento freyriano, foi o

angolano Mário António Fernandes de Oliveira, uma das vozes mais importantes do modernismo angolano e o primeiro intelectual de Angola a debruçar-se, em meados dos anos 60 do século xx, sobre a problemática da criouldade no seu país.

## PROCESSOS DE CRIOULIZAÇÃO E COMUNIDADES CRIOULAS

Por criouldade entende-se, no contexto deste artigo, um estado vivencial particular, que resulta da mistura biológica, cultural e linguística entre europeus e povos locais nas regiões tropicais para onde aqueles, no âmbito do seu expansionismo, se deslocaram. É um conceito que levanta problemas de legitimação e de subalternidade e, conseqüentemente, poderá ser entendido como neo-colonialista, mas que, por razões de ordem histórica (não carece, pois, de comprovação empírica), se tornou numa importante categoria analítica e, como tal, é aqui discutido e aplicado.<sup>5</sup>

O conceito de comunidade crioula é, por sua vez, daquele derivado e assinala as comunidades que, no período mercantilista, nas condições acima referidas, se foram formando no mundo tropical. Uma das suas particularidades é que a sociabilidade em que assenta, dependendo da partilha de um idioma novo (um crioulo e eventualmente um *pidjin*), é, em grande parte, estabelecida a um nível de relacionamento face a face. O conceito é, por conseguinte, sustentável a partir da apropriação do conceito de comunidade (*Gemeinschaft*) devido a Ferdinand Tönnies (1887). Para este sociólogo alemão do século xix, comunidade, diferentemente de sociedade (*Gesellschaft*), refere grupos sociais, forçosamente pequenos, em que a afectividade e o conhecimento de proximidade respondiam pela unidade e pela identidade do grupo.

O investimento em homens e em capitais dos empreendimentos europeus nos trópicos durante o mercantilismo pautou-se, na maioria das vezes, pela exiguidade, proporcionando, nessas condições, a constituição de tais laços de solidariedade. Estes, dependendo dos actores europeus em jogo, eram, muitas vezes, o resultado dos laços familiares que aqueles estabeleciam para sobreviverem e implementarem o principal objectivo do empreendimento: o comércio. Tais relações e sociabilidades desenvolveram-se, em consonância com a principal actividade desenvolvida, quase sempre em ambientes urbanos.

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

Várias foram as comunidades deste género que emergiram na senda da expansão portuguesa, a começar pelos chamados “lançados”, comerciantes portugueses ou de origem portuguesa, muitos deles sediados em Cabo Verde, que, a partir do século XVI, começaram a praticar comércio na costa ocidental de África, influenciando, em termos sociais e políticos, as chefias e as populações com as quais negociavam. Muitas vezes, essa influência era exercida através dos laços familiares que criavam.

A par destas experiências, que, em muitos casos, deram origem a processos de criouliização, outras houve que deixaram vestígios mais indeléveis. As ilhas de Cabo Verde, a Guiné-Bissau, Casamance, São Tomé e Príncipe, serão, eventualmente, os casos mais significativos na costa ocidental africana.

O continente registou, porém, outras situações de mestiçagem, que, se não se constituíram em comunidades crioulas, não deixaram de patentear alguma importância, quanto mais não seja por razões de comparabilidade. Refiro-me, por exemplo, aos processos de mestiçagem da ilha de Moçambique e aos prazos ou emprazamentos da região de Gaza. A Ásia, por sua vez, conheceu idênticos processos em Malaca, no Sri Lanka (a comunidade dos Burgher), em Goa,<sup>6</sup> Damão, Diu e em Macau.

Por razões de economia do tempo, darei especial atenção às experiências de Cabo Verde, Angola e Macau, que, deste modo, servirão de estudos de caso. Antes, porém, permitam-me algumas referências ao Nordeste brasileiro. O Nordeste brasileiro, referido no início da apresentação, apresenta, pela antiguidade das relações coloniais que aí se estabeleceram ao abrigo do mercantilismo e da economia canavieira, especificidades sociais registadas igualmente nas comunidades crioulas, como seja, por exemplo, o patriarcalismo multirracial relevado por Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Razões de ordem económica e geopolítica, que faziam da região em apreço uma periferia estruturalmente ligada à semi-periferia (Portugal) e ao centro (economias do centro da Europa),<sup>7</sup> são, em parte, responsáveis pelo facto de aí nunca se ter constituído um idioma crioulo e, em consonância, a região ter sido permeável às inovações tecnológicas, mormente àquelas que se seguiram à intensificação da relação capitalista, em muito decorrente da industrialização que se verificou nas economias do centro. Desempenhará, de qualquer forma, uma função matricial, na base, precisamente,

da particularidade apontada, junto das elites crioulas ou de influência crioula em Cabo Verde, em Angola e, de certo modo, em Macau, aquando dos modernismos e da consciencialização regional, nalguns casos simultaneamente nacional, encetada pelas mesmas.<sup>8</sup>

Cabo Verde é, por natureza, a sociedade que apresenta o processo de criouliização de forma mais acabada. O grau de miscigenação é generalizado e, em termos de relacionamento interracial, o arquipélago pode ser considerado como uma das poucas democracias existentes no mundo. Começou a ser povoado (a ilha de Santiago) no século XV e, não obstante a sua situação estratégica no Atlântico, foi relegado para uma posição periférica em termos comerciais, abandono que permitiu, em contrapartida, a ascensão social de negros e mulatos,<sup>9</sup> que, conjuntamente com os descendentes de negociantes e terratenentes europeus, desprovidos de parte dos seus lucros, formaram uma sociedade mestiça em que o crioulo, enquanto idioma constituído a partir do português e de línguas africanas faladas pelos escravos, se posicionou como o principal veículo de comunicação, atribuindo, como tal, uma identidade particular aos seus falantes.

Cabo Verde não é, contudo, uma comunidade crioula, nos termos em que temos entendido este conceito. Não é composto por uma, mas por várias comunidades, que, se, por um lado, são responsáveis pelas variações do crioulo (hoje língua nacional), por outro, acabaram por se diluir, ainda no período colonial, na sociedade cabo-verdiana tal como hoje a conhecemos.

Angola, que igualmente regista um fenómeno de criouliidade, vivencia-o, porém, noutras circunstâncias e noutras proporções. As suas origens radicam na fundação das cidades de Luanda e Benguela (séculos XVI e XVII respectivamente). A partir destes dois núcleos urbanos, importantes portos no tráfico de escravos, os portugueses estenderam a sua influência aos respectivos *hinterlands*. Depois de 1779, Benguela passou a estar sob a jurisdição de Luanda, constituindo ambas as regiões uma entidade política que, a dada altura, começa a ser designada na documentação oficial por “Colónia de Angola”. É esta dita “colónia” que está na base das sociabilidades crioulas, que, por sua vez, se tornam evidentes na segunda metade do século XIX, representadas na postura e no discurso de uma elite intelectual africana, que havia beneficiado, no seu processo educativo, com a unificação, em 1845,

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

do ensino em todo o império colonial pelo ministro liberal José Falcão.<sup>10</sup>

Mário Pinto de Andrade<sup>11</sup> entendeu-a como um epifenómeno elitista, explicável pela “hegemonia sociocultural e económica de famílias de extracção escravista”. Os seus membros, ao tentarem definir a sua posição social e identitária na sociedade colonial, demarcaram-se, enquanto angolenses, quer dos africanos indígenas (os etnicamente integrados), quer dos metropolitanos, isto é portugueses ou/e brancos nascidos em Portugal. Desenvolveram, em consonância, o que o mesmo Mário Pinto de Andrade e outros estudiosos entendem por discurso proto-nacionalista<sup>12</sup> e que corresponde ao que se poderá considerar como a primeira fase do nativismo angolano.

Mais tarde, a partir dos anos 20 do século xx, voltaram a desempenhar um importante papel, protagonizando o que se poderá designar como a segunda fase do nativismo angolano e que, desta feita, antecedeu, numa causalidade quase directa, as primeiras reivindicações de índole abertamente nacionalista, como adiante veremos.

Macau não é, provavelmente, dos casos mais significativos de comunidades crioulas de origem portuguesa na Ásia, mas, nos últimos anos, por razões que se prendem com a posição geopolítica do território (ponto de intersecção cultural numa China que emerge económica e politicamente no mundo) e ainda pelo facto de a comunidade em questão se ter mantido relativamente coesa e visível, tornou-se num importante estudo de caso.

A instalação dos portugueses na península recua ao século xvi e, por motivos verificados noutras partes já aqui referidas, desenvolveu-se no território, durante o período mercantilista, uma comunidade de portugueses locais, a expressar-se num crioulo a que se dava o nome de *patois kristang*, que, num processo de identificação idêntico ao dos angolenses e de outros nativistas do século xix, se auto-identificam como macaenses. Para além da mestiçagem e do *patois*, o catolicismo foi um importante factor de diferenciação do grupo.<sup>13</sup> Na qualidade de falantes de português e cantonês, desempenharam o papel de intermediários entre as comunidades em contacto, servindo, nomeadamente, a esse propósito, a administração portuguesa<sup>14</sup> até à sua passagem para a tutela do governo chinês. “*As the middleman [sic] between the Portuguese and the Chinese, they enjoyed* – como diz

Zhidong Hao<sup>15</sup> – *much social power, prestige, and many other indirect interests*”.

Formaram, nessas circunstâncias, o que Max Weber designa por grupo de *status*, conceito que refere grupos sociais em que os seus membros tanto ocupam posições cimeiras nas sociedades, granjeando, em conformidade, o estatuto de elite, como deles também fazem parte elementos que, partilhando das suas características culturais, linguísticas e/ou somáticas, pertencem, todavia, a estratos sociais baixos. Estes têm, porém, uma vantagem sobre os que com eles partilham de tais condições de classe, que é o de poderem socorrer-se da solidariedade (primária) de grupo para ascender aos estratos superiores ou alcançar outros benefícios.

## CONDIÇÃO CRIOULA E NACIONALISMO

Aquando da emergência do nacionalismo na Ásia e em África nos anos 30 do século passado, os fenómenos de criouldade e as comunidades a ela associadas (quando fosse caso disso) tiveram, nos três casos a que se tem dado particular atenção, destinos diferentes. Em Cabo Verde esteve no centro da evocação nacional. E tal aconteceu mesmo quando o PAIGC (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau), criado por forte impulso de Amílcar Cabral, liderava a luta anti-colonial nos dois países a partir da Guiné-Bissau. Após a independência, já depois da morte de Cabral, em 1973, a assunção crioula manteve-se, em Cabo Verde, enquanto matriz do seu nacionalismo. E, nestas circunstâncias, o crioulo, que é a língua materna dos cabo-verdianos, foi elevado ao estatuto de língua nacional, sem que, contudo, até ao momento, fosse considerado, a par do português, língua oficial.

Na Guiné-Bissau, o crioulo desempenha o papel de língua veicular, sem que esse facto se tenha constituído como parte ou fonte de legitimação da causa nacionalista. Uma análise mais profunda da situação guineense leva-nos, aliás, a concluir que a criouldade, enquanto dimensão social, está em muito identificada com a minoria cabo-verdiana e, como tal, tem alimentado uma animosidade, que se instalou igualmente nas estruturas do PAIGC, explicando, em parte, o assassinato de Amílcar Cabral e o golpe de Estado perpetrado por Nino Vieira, em 1980, seis anos após o reconhecimento da independência por Portugal.<sup>16</sup>

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

Em Angola, a referência crioula, conquanto não seja assumida pelos próprios,<sup>17</sup> não deixou de estar presente nos primeiros esforços nacionalistas, mormente naqueles que surgiram em espaços urbanos, como Luanda e Benguela, e que acabaram por conduzir à formação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), movimento que se transformou, nos anos 60 do século xx, aquando do início da luta de libertação, numa das duas organizações nacionalistas angolanas de maior visibilidade. A outra, com origem no antigo reino do Congo, tendo, por conseguinte, os bakongo como base de apoio, foi a UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), que, depois de 1958, se transforma em UPA (União dos Povos de Angola) e, mais tarde, em FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

A referência em apreço acompanhou a luta armada, estigmatizando, de certa maneira, o próprio MPLA, que, criticado pela FNLA e pela UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), movimento que surge em 1966, e pelos líderes dos países africanos independentes, assumiu, por vezes, posturas negristas ou afrocentristas que não estavam, propriamente, no seu programa. A referência crioula, que entretanto foi dando azo a uma postura ideológica mais estruturada, que se poderá designar por crioulisto, foi particularmente evidente no período que imediatamente se seguiu à independência e manteve-se, embora perdendo progressiva relevância, praticamente até ao fim do regime político de partido único. Condição, nessa qualidade, a consolidação da sociedade civil e a criação da nação. Instituições como a UEA (União dos Escritores Angolanos), a UNAP (União Nacional dos Artistas Plásticos), para apenas citar duas das organizações da área da cultura, ajudaram a consolidar a ideia de nação urdida pelo MPLA. A obra de Pepetela, assim como a doutros escritores filiados na UEA, espelham, e não apenas a nível dos conteúdos, iguais preocupações.

O fim do regime de partido único e a adopção do capitalismo (selvagem, para alguns) como princípio organizador da economia tem contribuído para o esbatimento da referência crioula. As alianças que a elite governante, para granjear a paz e a estabilidade política, tem vindo a fazer com outras elites, nomeadamente com as que lideravam os outros movimentos de libertação, num processo de alianças que é comum em África, reduziu a condição crioula a um “grupo de

*status*”,<sup>18</sup> que, perante as transformações que o país vem experimentando, poderá, eventualmente, dissipar-se ainda mais.

Tratando-se de um grupo sociologicamente idêntico ao dos macaenses, os angolanos não assumem, como vimos, a particularidade do seu estatuto. Se em fins do século XIX e nos princípios do século XX o faziam, autodesignando-se, então, por angolenses, hoje não o fazem; aliás, deixaram de o fazer, como vimos, aquando dos primeiros enunciados nacionalistas. É um recurso de sobrevivência e de autolegitimação. Evitando a marca de alogeneidade<sup>19</sup> que um tal reconhecimento importaria, evitam ter o destino doutras elites crioulas, como as da Libéria e da Serra Leoa, que, ao marcarem a diferença em relação à restante população, acentuaram o ressentimento em relação aos seus privilégios, uma das causas, senão a mais importante, das guerras civis que deflagraram nesses países.

Os macaenses, protagonistas do terceiro estudo de caso, desenvolveram, em conformidade, “*with its own political, social and economic interests*”<sup>20</sup> estratégias locais de sobrevivência que, por vezes, assumiram timbres inconformistas em relação às directrizes que vinham de Lisboa.<sup>21</sup> O certo, porém, é que, por factores que decorrem do confronto dessa particularidade com a história e com a situação geopolítica do território, não desenvolveram qualquer postura de moldura nacionalista. O sentimento de alogeneidade terá estado sempre presente e, como tal, mantiveram-se como portugueses, apesar dos desvios identitários que tais situações intermediárias sempre implicam. Hoje, porém, perante a actual conjuntura de crescimento e de reposicionamento geopolítico da China no panorama internacional e dada ainda a política integracionista e inclusiva que Pequim vem desenvolvendo, regista-se, pelo menos em relação a uma parte significativa dos jovens macaenses a residir no território, um abandono progressivo da língua portuguesa, que é substituída pela inglesa,<sup>22</sup> e, a par disso, uma maior aproximação à comunidade chinesa.

### CRIOLIDADE, PÓS-COLONIALISMO E CRIATIVIDADE ARTÍSTICA

Iniciei este artigo com o olhar de Gilberto Freyre sobre a vivência portuguesa nos trópicos, dando especial atenção ao luso-tropicalismo como um corpo de proposições teóricas que procurava

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

explicar essa presença; o mesmo será dizer que o inicie com a teorização em língua portuguesa a respeito da criouldade, da mestiçagem e da hibridização. Vimos que o fenómeno da criouldade e, decorrentemente, o das comunidades crioulas, não mereceu a atenção de Freyre, nem dos que, integrando ou participando nos desígnios do Estado Novo português, passaram a acompanhar e a seguir o quadro interpretativo oferecido pelo luso-tropicalismo. O mesmo não aconteceu com os intelectuais africanos; primeiramente com Baltasar Lopes e com o grupo de intelectuais que gravitavam à volta da revista *Claridade*, e, depois, com o angolano Mário António Fernandes de Oliveira, que, em 1968, publica o livro *Luanda, Ilha Crioula*. Com eles, a criouldade ganhou visibilidade, tendo antecipado, de certa maneira, o sentido com que hoje é evocada pelos escritores e pensadores das Caraíbas Jean Bernabé, Patrick Chamoiseau, Raphaël Confiant, no seu livro *Éloge de la créolité*, publicado, pela primeira vez, em 1989, em Paris. É o sentido paradigmático da mestiçagem, extensível a toda a humanidade como característica intrínseca da mesma, que é aqui convocado, em oposição à negritude de Léopold Senghor e, sobretudo, à de Aimé Césaire, porque este, como eles, era caribenho.

Com este mesmo sentido, emergiu, sobretudo no mundo anglófono, o termo hibridização que, enquanto tal – como, de resto, também o de criouldade e o de mestiçagem na sua assunção mais simbólica<sup>23</sup> – refere não só os processos de mestiçagem bioculturais, mas também a mistura de valores, gostos e estéticas, que vieram subverter as três frentes do projecto modernidade: a ciência, a moral e a arte.<sup>24</sup> Subvertem-na no sentido da desconstrução e da relativização dos valores e da razão cartesiana e, com isso, acompanham o pós-modernismo e informam, por dentro, o que se tem entendido por pós-colonialismo.

Este conceito é passível de ser entendido em duas dimensões: a histórica, referente aos períodos que se seguem às independências políticas de antigas colónias e um sentido mais processual, que traduz um esforço de desconstrução das narrativas coloniais e a sua substituição por outras enunciadas a partir da perspectiva e da experiência do colonizado. Nesta dimensão, em que o seu sentido se justapõe ao de pós-modernidade, implica o mesmo, se não a deslocação dos centros de produção epistemológica (Boaventura Sousa Santos fala nas epistemologias do Sul), pelo

menos, a sua disseminação geográfica, proporcionando, nessas circunstâncias, uma partilha de identidades, gostos e responsabilidades mais igualitária.

Esta partilha, historicamente determinada, tem servido de referente para os conceitos de hibridização, mestiçagem e criouldade no seu sentido simbólico, constituindo-se, nestas circunstâncias, como importantes paradigmas das ciências sociais e humanas. E este facto conduz-nos a uma questão com que gostaria de terminar o artigo: o reflexo desses paradigmas na arte e na literatura que se vem desenvolvendo nos espaços que têm sido objecto de análise. Atendendo ao lugar que a arte e o pensamento ocupam na estrutura das sociedades, do tratamento deste tema poder-se-á inferir a consolidação social de tais processos de interpenetração cultural e linguística.

A resposta a esta pergunta, implica, todavia, o tratamento prévio de uma outra questão: a da transformação dos espaços em apreço em campos da arte ou da cultura. O conceito de campo aqui invocado é o de Pierre Bourdieu,<sup>25</sup> que consiste num sistema autónomo de produção e consumo da arte, que, por sua vez, se subdivide em dois subsistemas: o subsistema económico e o subsistema simbólico. O primeiro responde pela dimensão económica de que a produção e o consumo artístico se reveste e o segundo refere a dimensão simbólica que transforma o objecto de arte em qualquer coisa mais do que uma simples mercadoria, atribuindo-lhe, em consonância, o poder de representar esteticamente a sociedade de onde emergiu e onde é consumido. Assim sendo, quanto maior for o valor simbólico da obra de arte, maior é o seu poder representativo e, em concomitância, maior é o seu referencial estético. Uma obra de arte, nestas circunstâncias, consubstancia aquilo que se poderá designar por grande arte, ao passo que as obras com menor referencial simbólico, independentemente da grande aceitação que possam ter junto do mercado, são tidas como obras menores ou, para utilizar uma expressão alemã, como *kitsch*.

Os diferentes actores intervenientes na produção, divulgação e consumo artístico espelham, nos seus estatutos e nas suas funções, igual hierarquia. Os adstritos à produção da grande arte dispõem do direito de avaliar e de legitimarem os restantes. Tal capacidade só é, por sua vez, possível porque o campo da arte coexiste com o campo do poder político, nacionalmente ou regionalmente constituído. Isto quer dizer que

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

há uma certa consonância entre as elites culturais e artísticas (as que dispõem do poder de classificar outros) e as elites políticas, naturalmente vocacionadas para o exercício do poder. E esta consonância não deixa de existir mesmo quando, por vezes, os interesses de umas e de outras elites parecem ser o mais antagónico possível. Ambas partilham, à sua maneira, do poder político.

Com base neste quadro teórico, chega-se à conclusão de que os processos de criouliização em Cabo Verde, em Angola e em Macau conduziram a resultados diferentes. Os campos da arte e da cultura nestes espaços reflectem, pois, as especificidades históricas e antropológicas de cada um deles. Os campos da arte e da cultura cabo-verdiano e angolano coexistem com espaços nacionais, com os quais as suas elites políticas e culturais se identificam e agem em conformidade. Decorrentemente, a arte ou a literatura produzidas em tais circunstâncias podem e devem ser entendidas como nacionais, não se podendo fazer o mesmo em relação ao campo cultural de Macau, espartilhado, em si, pela mundividência de, pelo menos, três importantes comunidades: a chinesa, a macaense e a dos diferentes grupos estrangeiros, onde poderemos incluir, após a passagem do território para a administração chinesa, a dos portugueses de imigração recente e demais lusófonos. O facto de os grupos em apreço, com a excepção dos macaenses, não se entenderem, entre si, em termos linguísticos, acentua ainda mais a divisão do campo, se é que, em tais circunstâncias, será pertinente falar-se do mesmo. A comunicação e o intercâmbio de experiências e gostos é, pois, não só limitado, como praticamente inexistente.<sup>26</sup>

Na impossibilidade de analisar com pormenor os três estudos de caso sobre os quais tem incidido a análise neste artigo, elegi, pela particularidade histórica por que Angola passa, a cidade de Luanda como palco privilegiado de análise.

Luanda é a capital e desempenhou e continua a desempenhar um importante papel aglutinador em relação à restante parte do país. Este papel central é fruto do desempenho não só das elites políticas, como também das elites culturais e artísticas. Luanda é, pois, a sede do campo cultural e, conseqüentemente, por ela passa a legitimação (como nacional, como grande arte, etc.) do que é produzido nas províncias. Instituições como a UEA, a UNAP e a UNAC (União Nacional dos Artistas e Compositores) têm a sua sede em Luanda. Paralelamente, a cidade é hoje, fruto do

desenvolvimento – por vezes, descontrolado – que o país vem experimentando, do movimento migratório a que as autoridades dificilmente têm podido fazer face, como, de resto, acontece com muitas outras capitais do mundo tropical (para não dizer Terceiro Mundo) um espaço repleto de mundividências, contradições e cruzamentos culturais, ampliando características que comunga desde a sua fundação. As manifestações artísticas que irei referir, embora radicando na tradição estética desenvolvida sob a égide do nacionalismo, em que organizações artístico-profissionais desempenharam papel fundamental, trazem de novo um propósito desconstrutivista. Manifesta-se este numa crítica velada às posturas que, identificadas com propósitos de alta cultura, dão corpo ao *mainstream* estético defendido por aquelas instituições e, em última instância, pelo próprio poder político. Pondo em prática o paradigma da criouliidade/mestiçagem/hibridismo, várias formas e géneros artísticos são misturados, aproximam-se e cruzam-se referentes da alta cultura com os da cultura popular, os da arte com os do *kitsch*, etc. Os meios de comunicação como a informática e, sobretudo, como a rádio, que em África tem há muito um forte impacto, dão uma valiosa ajuda a tais manifestações. Outros suportes, como o DVD, não são, nem podem ser, negligenciados. O vídeo, como diz Canclini, “*is the most intrinsically postmodern genre [...] it mixes music, image, and text*”.<sup>27</sup> E, no fim, uma das traves fundamentais da expressão artística em África, ainda muito marcada pela oralidade, é, pois, a palavra pronunciada. Refiro-me, especificamente, à peça radiofónica “O gatuno é meu” (do grupo humorístico Os Tuneza) e ao documentário “É dreda ser angolano”, inspirado no disco “Ngonguenhação” do conjunto Ngonguenha, filme caracterizado por uma forte dose de espontaneidade e de improvisação. Ambas as peças estão disponíveis na Internet e são a expressão de uma revolução artística, provavelmente de desfecho imprevisível, mas, de momento, seguramente imprescindíveis na busca de uma maior autenticidade social e estética.

## ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Um dos objectivos deste artigo, era o de trazer alguma luz ao emprego de expressões como *criouliidade*, *miscigenação* e *hibridização*, nomeadamente no relacionamento que tais expressões têm com a chamada

CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

expansão portuguesa no mundo e com a presença portuguesa nos trópicos. Vimos que a teorização em língua portuguesa produzida a respeito ignorou ou não deu resposta cabal às situações de criouldade. No presente, só mais recentemente ciências sociais como a antropologia e a sociologia começaram a dar relevo analítico a tais situações, fazendo, nomeadamente, a ponte entre as situações historicamente determinadas e a actual reivindicação da criouldade e/ou da miscigenação como paradigmas científicos.

Um objectivo que me parece ter sido igualmente atingido é o que se prende com o facto de se ter demonstrado que a situação particular dos macaenses e da sua cultura é não só passível de ser melhor entendida quando historicamente integrada – no que acompanha, aliás, paradigmas vigentes para o estudo dos idiomas crioulos –, como esse parece ser o melhor caminho para

a sua valorização após a passagem da administração do território para a China. Um tal procedimento implica, por seu lado, a aproximação da sua cultura e mundividência do mundo lusófono.

Duas das realidades sociais que serviram de estudos de caso no presente artigo constituem o que se poderá considerar como o núcleo duro da lusofonia, cuja formação, como também foi possível verificar ao longo do artigo, se dá durante o mercantilismo, durante os primeiros séculos da expansão portuguesa no Atlântico, no Índico e no Pacífico. Refiro-me a Cabo Verde e às cidades de Luanda e Benguela e respectivos *hinterlands*. Uma outra realidade, que também foi referida e precisamente nessa função matricial, é a do Nordeste brasileiro. A origem de Macau e da comunidade macaense é precisamente dessa altura. **RC**

NOTAS

- 1 O que já havia acontecido no Brasil, por força do Estado Novo e dos governos de Getúlio Vargas.
- 2 Refiro-me ao livro *Aventura e Rotina*. As suas impressões, circunscritas às ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, chocaram a sensibilidade dos intelectuais cabo-verdianos. Os comentários que teceu em relação ao grau de mestiçagem, considerando os cabo-verdianos mais africanos do que europeus, a desconsideração do crioulo, enquanto meio de expressão cultural e identitário que é hoje, aos nossos olhos, tão digno como outro idioma qualquer, e as referências à não existência de uma arte popular, uma “arte popular que seja característica do arquipélago” (pp. 244 e ss.), foram, no fundamental, as observações que feriram a sensibilidade cabo-verdiana.
- 3 José Carlos Venâncio, *A Dominação Colonial. Protagonismos e Heranças*, pp. 57 e ss.
- 4 De que resultou o livro, editado em 1955, *Contacts de civilisations em Martinique et Guadeloupe* (Paris: UNESCO/Gallimard).
- 5 Trata-se de um sentido idêntico ao defendido por Wilson Trajano Filho, para quem criouldização é “uma dinâmica social em que se misturam e interpenetram forças, processos, valores e símbolos oriundos de duas vertentes civilizatórias – a africana e a europeia –, dando luz a uma entidade terceira. Cf. W. Trajano Filho, “O trabalho de criouldização: as práticas de nomeação na Guiné colonial”, in *Etnográfica*, 12 (1), Maio de 2008 p. 95.
- 6 Entre a muita informação disponível a respeito, chamo a atenção para a escritora americana e indiana, Margaret Mascarenhas, cujo pai era goês, e para o seu romance, que é, de certa forma, uma saga da sua família goesa, *Skin* (Penguin Books Índia 2001). A tradução portuguesa tem por título *A Cor da Pele* (Lisboa: Replicação, 2006).
- 7 Cf. Immanuel Wallerstein, *The World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*.
- 8 José Carlos Venâncio, *A Dominação Colonial...*, pp. 25 e ss.
- 9 Gabriel Mariano, *Cultura Caboverdeana. Ensaios*. O autor é um dos intelectuais cabo-verdianos influenciados por Gilberto Freyre e, em conformidade, faz, neste ensaio, uma leitura “freyriana” da mestiçagem no arquipélago que, nos últimos tempos, tem sido contestada. Entre

- os intelectuais que a têm criticado, está Gabriel Fernandes, autor do livro *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colônia* (Florianópolis: Editora da UFSC, 2002). Tenta este autor demonstrar que os mestiços, ao identificarem-se com a sociedade crioula, acabaram por afastar-se de África, “diluindo-a” nas suas mentes e nos seus comportamentos.
- 10 José Carlos Venâncio, *Literatura Versus Sociedade. Uma Visão Antropológica do Destino Angolano*, pp. 58 e ss.
- 11 Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Angolano*, p. 24.
- 12 De realçar que esta elite é contemporânea das elites crioulas da Serra Leoa e da Libéria; a primeira constituída sob a égide do poder colonial britânico e a segunda por iniciativa, sobretudo, de afro-americanos e outras forças vivas dos Estados Unidos, reunidas, nomeadamente, em redor da *American Colonization Society*.
- 13 Cf., a propósito, João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, p. 22 e Zhidong Hao, *Macau. History and Society*, p. 105.
- 14 Um estudo referente a 1993 indica, por exemplo, que, nessa altura, 70% da administração local seria ocupada por macaenses, estatuto que lhes permitia usufruir de “*much higher salaries than the average Chinese in Macau*”. Cit. de Zhidong Hao, *Macau. History and Society*, p. 108.
- 15 *Ibidem*, p. 108.
- 16 Após o golpe de Nino Vieira, desfez-se a união política dos dois Estados e o PAIGC, em Cabo Verde, passou a ser designado por PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde).
- 17 O não reconhecimento, nestas circunstâncias, não significa que o fenómeno não seja empiricamente verificável. As ciências sociais usam, na análise de casos destes e doutros semelhantes, duas dimensões analíticas: a ética (análise a partir de fora, internacionalmente padronizável) e a émica (análise a partir de dentro, com valência local). Assim é que, por exemplo, os crioulos da Libéria não se consideram propriamente crioulos, mas sim como “povo do Congo” (*Congo people*), sendo os locais designados por “povo da terra” (*country people*). Cf., p. ex., Helene Cooper, *A Casa da Praia do Açúcar. Em Busca de uma Infância Perdida em África*.

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

- 18 José Carlos Venâncio, *A Dominação Colonial...*, pp. 126 e ss.
- 19 Jean François Bayart, *El Estado en África. La política del vientre*, pp. 223 e ss.
- 20 Palavras de Zhidong Hao, *Macau. History and Society*, p. 109.
- 21 Cf. a este propósito, José Carlos Venâncio, “O escritor do inconformismo macaense: Henrique de Senna Fernandes”, pp. 78-92.
- 22 Deduz-se, por exemplo, de um artigo do *Jornal Tribuna de Macau* [n.º 3551 (Nova série)], de 4 de Setembro de 2010 (edição electrónica), assinado pela jornalista Olga Pereira.
- 23 Conquanto haja autores que não partilham desta ideia, restringindo as diversas misturas interculturais ao termo hibridização. Cf., por exemplo, Néstor García Canclini, *Hybrid Cultures. Strategies for Entering and Leaving Modernity*, p. 11n.
- 24 Cf., entre outros, Néstor García Canclini, *ibidem*, p. 13 e Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, pp. 69 e ss.
- 25 Cf. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*.
- 26 Cf. a respeito José Carlos Venâncio, *A Dominação Colonial...*, pp. 79-92. Discute-se neste ensaio, a propósito da obra do escritor macaense Henrique de Senna Fernandes, a pertinência de Macau como campo literário autónomo e, paralelamente, a contextualização da obra daquele romancista. Uma das ilações aferidas é a de que a obra do escritor em apreço seria mais valorizada caso fosse avaliada em função do que se poderá entender por cânone lusófono.
- 27 Néstor García Canclini, *Hybrid Cultures...*, p. 223.

## BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Mário Pinto de. *Origens do Nacionalismo Angolano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- António, Mário. *Luanda, Ilha Crioula*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1968
- Bayart, Jean François. *El Estado en África. La política del vientre*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1999 [1989].
- Bernabé, Jean, Chamoiseau, Patrick e Confiant, Raphaël. *Éloge de la créolité*. Paris: Éditions Gallimard, 1993 [1989].
- Bourdieu, Pierre. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.
- Brookshaw, David. “Imperial Diasporas and the Search for Authenticity. The Macanese Fiction of Henrique de Senna Fernandes”, in *Lusotopie*, 2002, pp. 271-282.
- Cabral, João de Pina e Lourenço, Nelson. *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- Canclini, Néstor García. *Hybrid Cultures. Strategies for Entering and Leaving Modernity*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1995 [1990].
- Cooper, Helene. *A Casa da Praia do Açúcar. Em Busca de Uma Infância Perdida em África*. Matosinhos/Lisboa: Quidnovi, 2009 [2008].
- Freyre, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, [s.d.] [1933].
- . *Aventura e Rotina. Sugestões de uma Viagem à Procura das Constantes Portuguesas de Carácter e Acção*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, [s.d.].
- Mariano, Gabriel. *Cultura Caboverdeana: Ensaios*. Lisboa: Editorial Vega, 1991 [1959].
- Santos, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- Trajano Filho, Wilson. “O trabalho da criouliização: as práticas de nomeação na Guiné colonial”, in *Etnográfica*, 12 (1), Maio de 2008, pp. 95-128.
- Vale, Maria Manuela. “A escrita da cidade e a narrativa macaense”, in *Revista de Filologia Românica*. Anejos, 2 (2001), pp. 301-322.
- Venâncio, José Carlos. *Literatura Versus Sociedade. Uma Visão Antropológica do Destino Angolano*. Lisboa: Editorial Vega, 1992.
- . *A dominação Colonial. Protagonismos e Heranças*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.
- . “O escritor do inconformismo macaense: Henrique de Senna Fernandes”, in *Tempo Tribúio*, 1, 1(2006), pp. 78-92.
- . *O Fato Africano. Elementos para uma Sociologia da África*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2009 [2000].
- Wallerstein, Immanuel. *The World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Nova Iorque: Academic Press, 1980.
- Zhidong Hao. *Macau. History and Society*. Hong Kong/Macau: Hong Kong University Press/Universidade de Macau, 2011.

Senhora macaense vestida com o tradicional dó.  
*In* Filipe Emílio de Paiva,  
*Um Marinheiro em Macau - 1903.*  
*Álbum de Viagem*  
(Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997).



# A Representação da Noção de Identidade nos Textos em Maquista do Século XIX

MÁRIO PINHARANDA-NUNES\*

## 1. INTRODUÇÃO

A antologia de Danilo Barreiros “Dialecto Português de Macau”<sup>1</sup> reúne cartas, letras de cantigas, guiões de comédias e versos em maquista do último quartel do século XIX aos anos 20 do século XX; alguns dos quais publicados na revista *Ta-Ssi-Yang-Kou* sob direcção de Marques Pereira entre 1899 e 1901. Para além do seu interesse para o estudo da lexicologia e morfossintaxe deste crioulo, fornece-nos pistas acerca das noções de identidade da comunidade falante de maquista como língua materna à época, através das referências explícitas e implícitas às diferentes comunidades em Macau no período em análise.

O presente trabalho toma como objecto de estudo as cartas reunidas naquela Antologia. São 12 cartas supostamente trocadas entre uma tia em Macau (dez cartas) e a sua sobrinha em Hong Kong (duas cartas), datadas desde 1865 a 1870. Não cabe aqui avaliar nem discutir a autenticidade das cartas. Quer tenham sido autenticamente trocadas entre as duas familiares, quer forjadas com o propósito de serem publicadas, consideramo-las documentos escritos que registam momentos na vida da cidade e atitudes, crenças e hábitos dos falantes nativos de maquista, validando-as como



objecto de um estudo étnico-linguístico dessa comunidade.

Damos início à análise com um levantamento das áreas temáticas que estes textos abarcam; especificamente aquelas implicadas nas referências às comunidades étnico-linguísticas em Macau do século XIX.

Seguidamente, através de uma análise linguística crítica, estudamos os mecanismos empregues nessas referências, de modo a refinarmos a busca de marcas identitárias da comunidade falante de maquista em Macau e Hong Kong na época em foco, transpostas nos textos em estudo.

## 2. NOÇÕES DE IDENTIDADE

Este trabalho não constitui uma contribuição para a discussão da definição do termo macaense. Não descuramos a validade das discussões em torno do escopo da designação ‘macaense’, em consequência de mudanças sociopolíticas e demográficas em diferentes momentos da existência de Macau. Contudo, tendo em conta o objecto do nosso estudo – um *corpus* escrito (em maquista) do século XIX, empregamos ‘macaense’ enquanto referente à comunidade que nessa altura mantinha como sua língua materna este crioulo de base lexical portuguesa de Macau. Nesse sentido, esmagadoramente trata-se dos descendentes da comunidade luso-asiática migrada para Macau aquando do seu estabelecimento sob o poder português: quer por um processo de ‘reprodução’, quer de ‘produção’.<sup>2</sup> As cartas e outro material escrito – récitas, poemas

\* Doutorado em Linguística. Presentemente lecciona na Universidade de Macau. Tem feito pesquisa de natureza sociolinguística, especificamente sobre os crioulos de Malaca e de Macau, possuindo alguns trabalhos em publicações da área.

*Ph.D in Linguistics, currently lecturing at the University of Macao. Has conducted and published sociolinguistic research, particularly on Malacca and Macao creoles.*

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

e canções à época igualmente publicadas – surgiram num período em que esta comunidade se confrontava com novas e rápidas mudanças: a formação da colónia britânica de Hong Kong e o estabelecimento das concessões europeias em várias cidades costeiras chinesas: Cantão, Tianjin, Xiamen, Xangai. Muitas famílias macaenses seriam atraídas para lá, deixando para trás a terra em que o seu crioulo materno se formara e onde vinha consolidando a sua identidade – distinta da chinesa, da portuguesa metropolitana e das restantes comunidades aqui residentes, mas, ainda assim, permeável a influências destas mesmas. À semelhança de outros textos publicados em revistas da época – *Mosaico*, *Renascença* e sobre tudo na *Ta-Ssi-Yang-Kuo* –, as cartas entre a tia Pascoela em Macau e a sua sobrinha Filomena (Chencha) em Hong Kong constituem um registo da tomada de consciência dessas mudanças e da necessidade em (re)afirmar os valores tradicionais tipicamente associados à matriz cultural macaense. À semelhança dos guiões das récitas organizadas entre a comunidade na viragem do século XIX e nas primeiras décadas do XX, igualmente reunidos na referida antologia, o cunho humorístico e satírico das cartas revela um olhar crítico desta mesma comunidade, tanto sobre algumas das suas características matriz como da sua perda em favor de influências externas.

Identificada a comunidade cujos valores identitários procuraremos caracterizar através do *corpus* em causa, cabe-nos adoptar uma definição de identidade com a qual trabalharemos. Vejamos então três traços que podem ser associados à identidade comum de um grupo de indivíduos que partilham um idioma ancestral em comum, como é o caso em estudo: raça, etnicidade e cultura.

Fought<sup>3</sup> chama a atenção para o facto de ‘raça’ e ‘eticidade’ serem consideradas por estudiosos em diversas disciplinas, incluindo a linguística, como categorias socialmente construídas. No que toca ao primeiro termo, Zelinski adverte-nos para a sua subjectividade:

*“It has proved impossible to arrive at a set of quantifiable morphological and physiological features whereby we can unequivocally compartmentalize all human beings into a small array of discrete races.”*<sup>4</sup>

Não obstante a recusa de inúmeros autores em empregarem o termo ‘raça’,<sup>5</sup> Zelinski<sup>6</sup> salienta que as consequências práticas do conceito social que o termo comporta superam a sua dúbia validade enquanto

hipótese biológica. Também Smelser,<sup>7</sup> citado em Fought, se refere ao carácter social destes dois conceitos:

*“The concepts of race and ethnicity are social realities because they are deeply rooted in the consciousness of individuals and groups, and because they are firmly in our society’s institutional life.”*<sup>8</sup>

A falibilidade da ciência na produção de evidência comprovada que sustente o conceito de ‘raça’ com base em características fenotípicas leva-nos a rejeitá-lo enquanto categoria biológica e a simpatizar com a corrente resumida por Zelinski<sup>9</sup> e Smelser.<sup>10</sup> E mesmo que tal categoria fosse identificável, nas ciências sociais, hoje em dia, é consensual que o comportamento social e cultural de uma população não resulta directamente de determinadas características fenotípicas.<sup>11</sup> Cruzando o conhecimento da complexidade da constituição da comunidade macaense<sup>12</sup> com o resultado da análise que se faz em 2 e 3, somos levados a considerar que a comunidade macaense à qual os textos do século XIX se referem é assumida como uma comunidade linguística com traços étnicos e culturais particulares, enquanto membro da grande família de comunidades luso-asiáticas. Nesse sentido, afigura-se-nos pertinente para o caso da comunidade macaense a distinção entre raça e etnia tal como é apresentada em Orbe e Harris<sup>13</sup> na sua aplicação a americanos de ascendência asiática. Segundo o mesmo, raça refere-se à condição de americanos asiáticos enquanto a identidade étnica se refere à sua ascendência, p. ex., coreana, chinesa, japonesa. Tal distinção parece adaptar-se ao caso da comunidade de falantes nativos de maquista (os macaenses). Assim, por raça entender-se-á a sua pertença à grande família de comunidades luso-descendentes, concretamente ao ramo luso-asiático, e, dentro deste, étnica e culturalmente constituindo o subgrupo originado em Macau, com um crioulo e elementos culturais próprios.

Os conceitos de raça e etnicidade, tal como os assumimos para este trabalho, baseiam-se essencialmente na noção da diferenciação em termos culturais de um determinado grupo relativamente a outros com os quais estejam em contacto.<sup>14</sup> Assim, como definição última a empregar, recordamos Martin e Nakayama que definem etnicidade nos seguintes termos:

*“set of ideas about one’s ethnic membership. It includes several dimensions: self-identification, knowledge about ethnic culture (traditions, customs, values, and behaviors), and feelings about belonging to a particular ethnic group. Ethnic identity often*

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

*involves a shared sense of origin and history, which may link ethnic groups to distant cultures in Asia, Europe, or other locations.*<sup>15</sup>

No que se refere a ‘identidade cultural’, as diversas abordagens consideradas convergem na ênfase que dão à ideia de partilha. Partilha de ideias, crenças, tradições, comportamentos etc. por determinado grupo de indivíduos. Carbaugh<sup>16</sup> funde as noções ‘cultura’ e ‘étnico’, definindo cultura étnica como um sistema interdependente de conduta e modos de interpretação. Segundo ele, uma cultura étnica implica padrões de acção e de significado comumente inteligíveis e acessíveis num processo de criação, definição e transmissão de identidade.<sup>17</sup> Fong resume da seguinte forma identidade cultural:

*“the identification of communication of a shared system of symbolic verbal and nonverbal behavior that are meaningful to group members who have a sense of belonging and who share traditions, heritage, language, and similar norms of appropriate behavior. Cultural identity is a social construction.”*<sup>18</sup>

Embora ostentando uma identidade própria e distinta das comunidades portuguesa (metropolitana) e das restantes residentes em Macau, os evidentes laços com as mesmas, sobretudo com a grande família luso-asiática, colocam a comunidade falante de maquista retratada nas cartas culturalmente em termos semelhantes àqueles que mencionámos para etnicidade e raça: como constituintes parciais de um todo. Se designarmos esses grupos minoritários comparativamente ao grupo social e politicamente dominante por ‘subculturas’, corremos o risco de darmos a entender que os consideramos inferiores a estes últimos. Como tal, muitos estudos de comunicação intercultural têm empregado vários termos alternativos, como por exemplo: ‘micro-cultures’,<sup>19</sup> ‘co-cultures’<sup>20</sup> ou ainda ‘culture within cultures’.<sup>21</sup> Acreditamos que esta última designação seja a mais transparente das três. Não acarreta o peso de inferioridade implícita em ‘subcultura’, nem a ideia de igualdade de poder e tratamento entre culturas que o termo ‘co-culturas’ pode sugerir.

Concluindo, analisamos o *corpus* escrito do maquista em questão como possível testemunho do registo e afirmação da identidade dos falantes nativos de maquista do século XIX enquanto grupo que se distingue dos restantes com os quais convive, por uma partilha comum de um modo de vida e de uma identidade cultural baseada numa noção histórica de origem ou de destino comum, quer mítico, quer real.<sup>22</sup>

## 3. AS ÁREAS TEMÁTICAS DE REFERÊNCIA ÉTNICA E CULTURAL

Ao longo das doze cartas em análise identificamos cinco áreas ou categorias temáticas recorrentemente referenciadas. Consideramos a categoria que designamos ‘grupos étnico-culturais’ como sendo a central. A identificação das marcas da cultura étnica macaense neste *corpus* vai-se construindo essencialmente através de determinadas características atribuídas a figuras estereotipadas pertencentes a cada um desses grupos, com base num imaginário partilhado entre tia e sobrinha, e como tal, em representação de percepções colectivas dentro da sua comunidade. A caracterização de cada um desses grupos étnico-culturais é desenvolvida através de subtemas, nomeadamente:

- (i) profissões e estatuto social;
- (ii) ‘conhecimentos empíricos e instrução dos macaenses’;
- (iii) tradições e crenças chinesas assimiladas pelos macaenses.

Verificamos que a construção da noção de identidade étnico-cultural macaense no *corpus* em estudo é desenvolvida, essencialmente, através da percepção da sua diferença face às características dos ‘outros’; por um lado, a partir da observação desses outros e, por outro, introspectivamente a si própria.

O seguinte quadro resume as profissões atribuídas nas referências às diversas comunidades.

Quadro 1. Profissões atribuídas aos grupos étnico-culturais não macaenses

Grupo étnico-cultural	Profissão
Chineses	ama, mestre de medicina chinesa, empregado de mesa, lojista, mandarim
Portugueses	oficial, deputado, governador, padre, farmaceuta, comerciante
Ingleses	autoridades oficiais, militares, príncipe
Macaenses	Comendador, deputados, padre

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

## 3.1. A CARACTERIZAÇÃO DO 'OUTRO'

Na caracterização do 'outro', para além da associação dos representantes dessas comunidades a um punhado de profissões específicas, as cartas entre a tia Pascoela e a sobrinha Chenchá contêm características discursivas que contribuem para a realização da intenção por trás desses mesmos textos. Referimo-nos ao emprego de uma adjectivação e formas verbais expressivas, estas, associadas a advérbios igualmente expressivos e, ainda, de figuras de estilo como a comparação, a hipérbole, a metáfora e o eufemismo.

Vejam os de seguida cada uma das comunidades étnico-culturais representadas no *corpus* em estudo através das figuras estereotipadas nele descritas.

## 3.1.1. Os Chineses

Aos indivíduos da comunidade chinesa em Macau são-lhes atribuídas as profissões de ama, mestre de medicina chinesa, criado de mesa, lojista e mandarim. Os exemplos (1 a 4) reflectem um distanciamento da comunidade macaense face à chinesa através de uma caracterização satírica desta operada pela adjectivação (1) e (2) e pela metáfora (3) e (4).

(1) *Outro dia acunha mofina di ama abri janela* (3-1-1865)<sup>23</sup> [No outro dia o estupor da ama abriu a janela]

A sátira dos estereótipos negativos atribuídos aos chineses nas cartas é essencialmente construída com base em casos relativos ao colectivo desta comunidade e não tanto com referência a personagens individuais. Vejamos alguns casos:

A propósito do corte de árvores para o alargamento de ruas centrais, no âmbito de obras de modernização levadas a cabo pelo Leal Senado:

(2) *Tudo aquele arvi [...] já cortá, china china falá corê sanguí, mas eu senti china sam tôlo.* (3-1-1865) [Todas aquelas árvores [...] foram cortadas. Os chineses dizem que deitaram sangue, mas eu penso que os chineses são tolos]

Em (3), (4) e (5) a sátira constrói-se com metáforas através das quais determinadas características comportamentais (3) e (4) e de aparência (5) são caricaturadas.

A propósito das melhorias na via pública, concretamente da instalação de candeeiros a gás, salienta-se a imagem de ladrão:

(3) *hoze candia tem três bico, e china china si querê furtá azête vai cartá mati.* (3-1-1865) [Hoje em dia os candeeiros têm três bico e os chineses se quiserem roubar azeite terão de cartar lodo]

Num texto publicado na *Ta-Ssi-Yang-Kuo* em 1888, assinado por Maria Varê-Rua (pseudónimo do major Ruas), através da metáfora transparece a condenação por parte da comunidade macaense, de



Praia Grande, ca. 1870.  
In Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Album Macau* (Macau: Livros do Oriente, 1991).

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

matriz cultural e religiosa católica apostólica romana, do hábito de poligamia praticado por alguns da comunidade chinesa. A marca de distância que a comunidade macaense (nestas cartas representada maioritariamente por membros da classe abastada) pretende salientar relativamente aos chineses revela-se na própria expressão para os designar, empregue repetidamente nas cartas da tia Pascoela – *rabo de porco* –, cognome dado em referência ao hábito de os homens usarem uma trança.

(4) *Cada rabo de porco [...] tem más de ung-a praga; cada ung-a china rico tem quanto môler de pê marado, de pê solto: comprador de Mari tem cinco; sogro de Atông tem*

*duzasete.*<sup>24</sup> [Cada chinês [...] tem mais de uma praga. Cada chinês rico tem muitas mulheres de pé amarrado, de pé solto. O comprador de Mari tem cinco, o sogro de Atông tem dezassete]

Também nas cartas de tia Pascoela a metáfora é empregue para expressar crítica. Em (5), a compra de casas na Praia Grande por chineses abastados merece a seguinte metáfora em que transparece o desagrado da comunidade macaense perante um grupo emergente de chineses ricos, atribuindo-se-lhes uma imagem de novo rico sem a adopção de quaisquer das marcas europeias associadas a gentes de tais posses.



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

(5) *Nadi olá más nada qui rabo di porco, sem cabaia, calção ragaçado, apô pê marado, cara caiado, na janela* (28-12-1883) [Ninguém verá mais nada para além de chineses, sem cabaia, calções arregaçados, raparigas de pés amarrados, cara pálida, à janela]

A imagem de distanciamento e superioridade sociocultural da comunidade macaense em relação à chinesa encontra-se ainda expressa de forma menos directa na metáfora implícita na narração de um pequeno episódio em que se revela que o posto de mandarim, ocupado por um indivíduo chinês durante um evento oficial, fora comprado e que, ao jantar desse mesmo evento, voltou a assumir o seu cargo de empregado de mesa.

(6) *China Aloc, que meu dia-cavá assistí bezá mão, vestido de mandrin [...] anôte ficá cabeça de servidor! [...] nem aqui, nem na Êropa fazê reparo que ung-a capitão, manjor, ô coronel de posto comprado fazê serviço de criado de servi meza!* (8-11-1869) [O chinês Aloc, que depois do meio dia assistiu ao beija-mão, vestido de mandarim [...] à noite tornou-se em chefe de mesa! [...] Nem aqui, nem na Europa se faz reparo que um capitão, major ou coronel de posto comprado trabalhe como criado de mesa!]

Contudo, o olhar sobre os chineses não se apresenta incondicionalmente de forma negativa. A profissão pela qual mais vezes esta comunidade é mencionada neste *corpus*, a de mestre de medicina chinesa, é sempre referenciada de forma positiva, em contraste com as referências aos médicos de medicina ocidental que são alvo de constante desconfiança.

(7) *Dôtôr falá sam doença d'idade, mas eu nunca sintí assim. Chomá mêstre Ahoi, qui tudu gente falá sam capaz, ele já curá.* (3-1-1865) [O médico disse que era doença de velhice, mas eu não concordo. Chamei o mestre Ahoi, que todos dizem ser capaz e já estou curada]

(8) *Ung-a dotor falá que são moléstia de prumão; ôutro sae que são moléstia amoral. Vôs olá um pôco, minha Chenchá, se nunca são pra eu dá cavaco com este pôco sevandizio de dotor! [...] Semana passado já chomá ung-a mestre mutu capaz.* (1-4-1870) [Um médico disse que era doença de pulmões, outro saiu-se a dizer que era mal de amor. Vê só minha Chancha se não é para eu não dar cavaco

a este médico parasita! Na semana passada chamei um mestre muito capaz]

## 3.1.2. Os Portugueses

Nas cartas da tia Pascoela, em Macau, para a sua sobrinha Chenchá em Hong Kong, a comunidade portuguesa é referenciada a partir de personagens ligados à esfera política e militar local. À semelhança do que observamos relativamente à descrição da comunidade chinesa, encontram-se simultaneamente elementos que traduzem a marcação da diferença relativamente à comunidade portuguesa e outros onde transparece a sua identificação com a mesma. Tal como se observou nas referências às personagens chinesas, na marcação da diferença da cultura étnica macaense em relação à da comunidade portuguesa recorre-se à sátira através da construção de metáforas. Tal é o caso da caricatura implícita da incapacidade dos médicos de medicina ocidental face aos mestres de medicina chinesa, que vimos em (7) e (8) e ainda nos exemplos (13) e (14) a propósito do exercício da justiça; também através de uma adjectivação objectiva (9) e de uma adjectivação imagética (10), (11) e (12).

(9) *Aquella tolo de Boletim* (5-10-1869) [Os tolos do Boletim]

(10) *official de vapor que casta de chistoso, mas historero, sevandizio que más nompôde ser. [...] Máu génio, lingustero, intremetido [...] medroso como cachôro-china.* (5-10-1869) [O oficial do navio a vapor é o mais atraente mas aldrabão e parasita que se possa imaginar. [...] Tem mau génio, linguarudo, intrometido [...] Medroso como um cão chinês.]

(11) *Aquella ung-a fragatero* (12-10-1869) [Aquele vadio]

(12) *Aquella ung-a official côtê* (12-10-1869) [Aquele oficial coxo]

(13) *Este nôsso governador inda, que nem pôde matá ung-a frominga lôgo tem animo pra reprehê ung-a juiz assim de mau génio* (12-10-1869) [Este nosso governador, ainda que não consiga matar nem uma formiga, teria força para repreender um juiz com tanto mau génio]

(14) *Nunçam perdê tempo botá na justiça ung-a home n'ung-a estado assim miseravel? Tudo cabelo já tá branco*

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

*como prata; ôlo já vai fundo; perna tá como bambú de canício, dás dôs paço pegá lugar, como criança criança comecá andá.* (12-10-1869) [Não será perder tempo julgar um homem que está num estado tão miserável? O cabelo já está branco como prata, os olhos encovados, as pernas são como bambu de canício, dá dois passos e pára. Parece uma criança a andar]

Os exemplos (13) e (14) evidenciam uma chacota do poder político e judicial, mantido nas mãos dos portugueses, satirizando-se a fraqueza e a velhice dos seus responsáveis. Interessantemente, na primeira comparação emprega-se um termo comparativo comum nos símiles (ou parábolas) em português e em chinês referentes a cabelos grisalhos, i.e., ‘branco como prata’. O segundo símile recorre a um termo comparativo que, embora incorporado na imagética portuguesa, provém de um elemento oriental: o bambu. Ambos os exemplos emergem como representativos do transparecer da dualidade étnico-cultural no imaginário comum da comunidade macaense do século XIX.

As obras e festividades levadas a cabo pelo governo são alvo de reacções variadas nas cartas da tia Pascoela e outros textos da época. Em (15) critica-se o esbanjar de fundos; numa carta também publicada na *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, a inércia da governação portuguesa.

(15) *Nosso governador [...] vai dá ung-a fonção grande na anno de D. Luiz [...] mas quim lôgo pagá fato são pobre de nós; quando alfândega ficá limpo-limpo de pataca, logo principiá trocê de bemfêto para nós tudo com mufinaze de decima!* (7-4-1870) [O nosso governador vai dar uma festa grande pelo aniversário do D. Luís. Mas quem paga o fato somos nós, pobres. Quando a alfândega ficar sem dinheiro, vamos ter de amargarar com o malvado imposto]

(16) *Tudo serviço de portuguez sam assim; tem princípio nom tem fim. Tolo abri olo. Olá qui tudo ôtro nação cada vez tá más rico, vôsôtro sempre pobre.*<sup>25</sup> [Todas as obras dos portugueses são assim. Têm um princípio mas não têm um fim. Tolos, abram os olhos. Vejam todas as nações cada vez mais ricas, e vocês continuam sempre pobres]

Se por um lado encontramos variadíssimos exemplos de crítica e sátira de figuras portuguesas (incluindo figuras de destaque, com o próprio

governador), a multiplicidade contida na herança étnico-cultural da comunidade falante de maquista justifica que as cartas da tia Pascoela também contenham referências elogiosas a essas mesmas entidades. Tais referências relacionam-se essencialmente com obras de modernização da cidade (17) e eventos festivos oficiosos (18), onde a elegância e a pompa do poder coloniais (e em última instância, europeus) são referenciadas com algum pormenor, por ocasião da visita a Macau do Príncipe de Edimburgo.

(17) *Governo novo sam capaz e já virá tudo. [...] Tem olo vivo. Fazê gosto olá di bonito. Pra vanda de mar, na Praia Grandi, já botá qui tanto arvi [...]. Campo de Sam Francisco já fichá fazê jardim.* (3-1-1865) [O novo governador é uma pessoa capaz e já mudou tudo. É esperto. Faz gosto ver como a cidade) está bonita. Para os lados da Praia Grande já plantaram uma série de árvores. O Campo de São Francisco já foi fechado para fazerem um jardim]

(18) *Na cais nunca olá ôtro cuza mas que chapêo armado! Galão pra farda, pra calção, pra chapêo, até pra baretina!* (11-11-1869) [Mas no cais não se via outra coisa que chapéus elegantes! Galões nas fardas, nos calções, nos chapéus!]

Dir-se-ia que tal fascínio por eventos do tipo como aquele em (18), reflecte um desejo de associação da comunidade maquista à elite da comunidade que detém o poder na hierarquia colonial. Realidade, aliás, comum a outros contextos político-sociais semelhantes. Identificando-se com tais ritos e aspirando à ascensão social, esta comunidade demarca-se da comunidade chinesa.

No entanto, o desejo de identificação com a comunidade portuguesa – e sobretudo com a sua elite – parece não extravasar os círculos identificados com o poder, a pompa e elegância, isto é, aqueles através dos quais os macaenses pudessem obter uma promoção social e política. Nas restantes categorias que identificámos em 2., as cartas da tia Pascoela dão-nos conta de uma comunidade que, em comum e de forma consciente, assume a sua diferença relativamente às comunidades europeias aqui presentes – representadas pela portuguesa e a inglesa – e que, apesar das imagens negativas empregues na referência a personagens estereotípicas e à comunidade chinesa como um

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

todo, mostra orgulho em ser conhecedora das práticas tradicionais (culinária e medicina, por exemplo) e da mundividência chinesas.

Esta dualidade e simultaneamente diferenciação encontra-se igualmente patente nas referências a personagens macaenses (e episódios a eles associados) e nas categorias ‘conhecimentos e instrução’ e ‘crenças e tradições’ dos macaenses.

### 3.1.3. Os Macaenses

Nas cartas entre a tia Pascoela e a sua sobrinha Florência (Chencha) figuram igualmente vários personagens da comunidade macaense. Em primeiro lugar, o próprio “eu” das supostas autoras – a tia Pascoela, mãe de família em Macau, e Florência (Chencha), uma jovem casada com um macaense,

Ado, pertencendo à comunidade macaense de Hong Kong. Enquanto as cartas de Florência se limitam a fazer referência aos membros do seu “núcleo familiar restrito” em Hong Kong – Florência, seu marido (Ado) e irmão, e ao da sua tia em Macau – tia Pascoela, marido e filha, as cartas da tia Pascoela contêm referências a outros personagens macaenses, quer pertencentes a esta “família”, quer externas a ela. Quanto a familiares, há o tio padre, o tio João e o “tio grande” (marido de Pascoela e comendador). Quanto a figuras macaenses externas à “família”, mas próximas a ela, há referência aos escrivães e ao conselheiro.

(19) *Nôssô dôs escrivão tamê m lôgo levá elôtro molêr.*  
(25-10-1869). [O nosso escrivão também levará a mulher]

Rua da Praia Grande, zona do Palácio do Governo, ca.1990. In Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Album Macau* (Macau: Livros do Oriente, 1991).



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

(20) ... *concelero de vósso Tio tá trocê de bembêto sua vigode na cara de tudo este sium-sium grande-grande!* (25-10-1869). [O conselheiro do vosso tio está a rir-se à grande na cara de todos os senhores importantes!]

A referência a estas duas personagens contribui para a construção da imagem de uma família macaense abastada, complementando as referências mais directas contidas nos relatos da tia Pascoela sobre os negócios do seu marido, a sua participação em eventos oficiais e da frequência dos bailes do governador. A ausência de adjectivação destes indivíduos macaenses empregados pela família contrasta com a referência aos restantes empregados (chineses), como no caso da ama em (1), e com a referência adjectivada a portugueses e mesmo outros macaenses. Pelo modo directo como são introduzidas no discurso, isto é, sem grande apresentação e apenas uma breve referência, entende-se que seriam figuras conhecidas desta “família”.

(21) Neves (dono de uma botica e um empregado seu “*Aquelle rapaz de botica de Neves* (5-10-1869). [Aquele rapaz da farmácia do Neves].

(22) *Nhum Encho já levá pra bordo de vapor ung-a jacá de sua horta*” (11-11-1869) [O senhor Encho levou para bordo do vapor uma jaca da sua horta].

As duas figuras mais extensamente referenciadas são a da própria tia Pascoela e do seu marido. Nas descrições que a tia Pascoela faz de si própria e nos relatos do seu dia-a-dia transparece o registo da mundividência de uma burguesia macaense muito ciente da sua unicidade e da mudança dos valores em curso na região e na sua comunidade em particular. Na visão astuta da Macau do fim do século XIX através do olhar de um personagem macaense feminino, ressalta a figura central da mulher-mãe nas famílias macaenses. Através do seu próprio retrato, as cartas da tia Pascoela apresentam a mulher como o pilar que sustenta a família: é ela que se ocupa da gestão diária do lar (23); é ela que zela pela boa imagem da sua família (24); é ela que se esforça por preservar as tradições identitárias macaenses através do conhecimento e prática da sua culinária, repetidamente referenciados em todas as cartas a propósito das iguarias que envia à sobrinha em Hong Kong; fala do uso do traje feminino ancestral macaense (25); e critica certos comportamentos por parte da comunidade europeia,

sublinhando a incompatibilidade pontual com a cultura macaense (26). Por fim, a tia Pascoela

(23) *Medí arrôz são eu; pezã lenha são eu; [...] consumi cô cuzinheiro são eu* (3-6-1870)[Quem mede o arroz sou eu, quem pesa a lenha sou eu; quem se rala com o cozinheiro, sou eu]

(24) *vósso Ado non-têm imenda de tomá minha carta fazê papel de lelão, partí pra tudo caza-caza. Se vós agora pôde prometê, que cavá lê, lôgo rasgá, pinchá fora tudo minha carta, então que eu lôgo continuá escrevê, ô se não [...] eu [...] sofrê tanto disgosto com Vósso tio grande, tanto chacota de tudo gente, até de criança-criança, que vae na porta de greza murmurá, criticá de vósso pobre tia Pascoela.* (8-11-1869) [O teu Ado não tem emenda quanto a tirar as minhas cartas e usá-las como papel de rifas para distribuir de casa em casa. Se tu agora não puderes prometer que depois de leres, rasgas e deitas fora todas as minhas cartas, eu não te continua a escrever. Se não eu sofrerei tamanho desgosto com tanta chacota de todos, até de crianças que irão para a porta de igreja murmurar, criticando a tua pobre tua Pascoela]

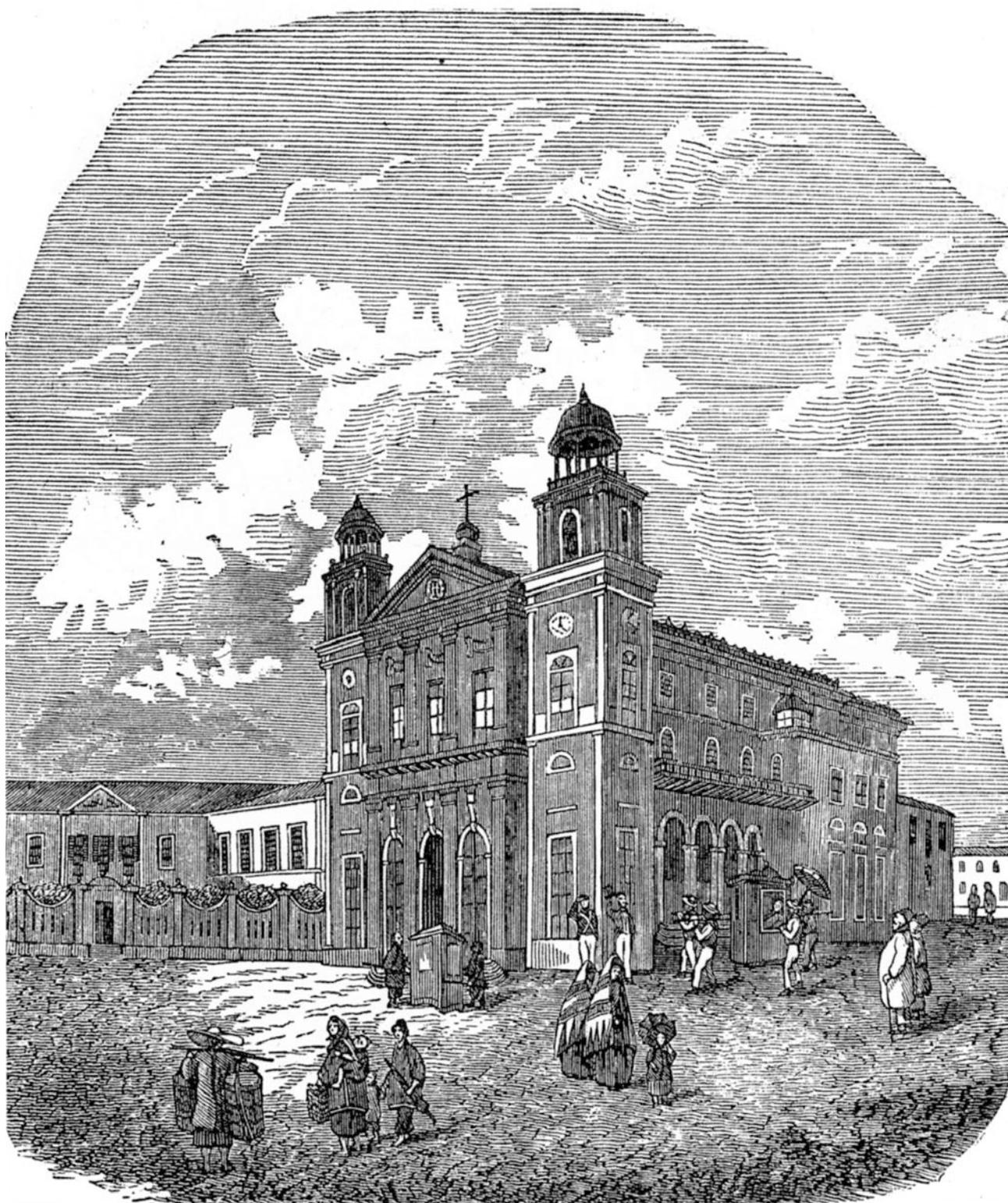
(25) *Cedo-cedo, quando vai missa, já apartá muto pano-cabeça pra segurá pano-dó* (12-10-1869) [Esta manhã cedinho, quando fui à missa, apertei muitos lenços na cabeça para segurar o dó]

(26) *Aquelle tolo de Boletim, parte que dá pêza sua viuva, vâi dá pra tudo sua amigo-amigo. Que sabe se na Êropa são costumado assim?* (5-10-1869)[Aqueles tolos do boletim, para além de darem os pêsames à viúva, foram dar também aos amigos. Quem sabe se na Europa isso é costume?]

O retrato que temos do patriarca da família, através do olhar da tia Pascoela, é o de um homem com uma considerável reputação social e política e uma ambição desinibida em progredir na sua ascensão nessas duas hierarquias de modelo europeu. É retratado como alguém que investe muito esforço em garantir a sua presença em eventos e bailes do Governador, tanto pela oportunidade de exibir um *status* desejado (27) como para garantir a obtenção de privilégios (28).

O tom satírico empregue nas referências a membros das comunidades portuguesa, chinesa e inglesa, não é poupado aquando da descrição deste

CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS



Sé de Macau.  
Gravura publicada em *Archivo Pittoresco*, vol. 1, 1857.

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

patriarca macaense nas cartas da tia Pascoela (sua mulher).

(27) A propósito dos preparativos para a visita a Macau do Príncipe de Edimburgo, a tia Pascoela comenta: *Já pedi com sium Carlito pra dá moda pra fazê ung-a cadêra pra cartá príncipe. Querê cadêra que tem quatro pinga pra oito cule; mas como vôsso tio gustá muto de figurá, já lembrá de pedi pra convidá oito comendador pra cartá aquelle bemaventurado príncipe, pra vosso tio tamem pôde entrá na meu.* (5-10-1869) [Já pediu ao senhor Carlito para arranjar maneira de fazer uma cadeira para carregar o príncipe. Quer uma cadeira que tenha quatro pegas para oito *cules* (chineses que carregavam as cadeirinhas). Mas como o teu tio gosta muito de fazer figura, lembrou-se de pedir que se convidassem oito comendadores para carregarem aquele bem-aventurado príncipe, para que o teu tio também possa entrar no meio]

(28) *tio grande [...] que tá andá tamem um pôco achacado [...] eu senti que más são de tristeza que até agora nompôde chegá inda êste incantado posto grande de Eropa. Nunca são pôco bolada que já mandá, mas parece que tudo aquelle mofino de Eropa tá querê inda mas algum cuza, porisso que tá fazê tardá.* (1-4-1870) [O tio grande que está um pouco adoentado [...] eu acho que é mais pela tristeza de até agora ainda não ter chegado o encantado posto da Europa. Não foi pouco o dinheiro que mandou, mas parece que aqueles estupores de Europa querem ainda mais alguma coisa e por isso estão a atrasar]

Quanto à sobrinha Chenchá, tanto nas referências a ela pela tia, como nas suas próprias cartas, salienta-se o seu carácter de modernidade e assimilação de valores anglo-saxónicos de matriz britânica praticada em Hong Kong. Tal assimilação encontra-se patente nas referências ao seu vestuário (29) e (30) e ao emprego de expressões nesta língua nas suas cartas em maquista (31). Enquanto a tia Pascoela faz referência apenas a iguarias caseiras e tradicionalmente macaenses, Chenchá envia-lhe artigos de charcutaria da América (*cornbeefe* e queijo da Califórnia) e mangas de Manila, marcas da consciência da maior exposição a influências externas (não locais nem portuguesas) entre a comunidade de Hong Kong.

(29) *Eu já não usar de dó; agora uso de chapeo para missa para passeos e para Visita.* (21-10-1869) [Eu já não uso

o dó; agora uso chapéu para a missa, para passeios e para visitas]

(30) *Já mandou arranjar na loja Garet um vestido americano de saia curto para fazer este visita.* (21-10-1869) [Já mandei arranjar na loja Garet um vestido americano de saia curta para fazer esta visita]

(31) *Agora já está melhor [...] pegá na pena escrevendo quanto regra [...]. Já botou na **Posto Ofício** todas aquelles pesquim [...]. Poucos dias já pegou fogo na um botica de China. Sabio dois bomba de **governamento** que trabalha com fogo.* (3-5-1870) [Agora já está melhor [...] peguei na pena e escrevo algumas linhas [...]. Há poucos dias houve um incêndio na loja de um chinês. Saíram dois carros de bombeiros da divisão de incêndios do governo]

### 3.2. CONHECIMENTOS EMPÍRICOS E INSTRUÇÃO DOS MACAENSES

As cartas no *corpus* em referência dão-nos conta de variadíssimos episódios em que se destaca o conhecimento da realidade local (regional) dos macaenses face ao desconhecimento da mesma pelos europeus, concretamente portugueses e ingleses. Para além de várias alusões ao desconhecimento ou baixa proficiência da língua chinesa por parte dos europeus, destaca-se o conhecimento dos macaenses da realidade local a nível das tradições e mezinhas chinesas, e até ao nível da fauna e flora da região. Os macaenses surgem assim como a comunidade que congrega os conhecimentos empíricos da Ásia Oriental e do Ocidente, como fica subentendido no humorístico episódio da oferta pelo macaense Nhum Encho de uma jaca ao Príncipe de Edimburgo, que, ao pegar nela e picar-se, a toma por um porco-espinho:

(32) *Nhum Encho já levá pra bordo de vapor ung-a jáca [...] oferecê pra príncipe [...]. Quando intregá pr'elle, êlle sinti pica sua mão, atirá com jaca na sobrado de vapor, lembrá que são algum animal que tá gafinhá com pê na sua mão. Jáca munção ramendá um pôco porco-espinho? Na livro de pintura de vôsso tio, unde tem elefante, cavalo, macaco, curuja, cabra, onça, tamem tem porco espinho".* (11-11-1869) [O Senhor Encho levou para bordo do vapor uma jaca para oferecer ao príncipe. Quando lha entregou, ele [o príncipe] sentiu-a picar a sua mão, atirou-a para o convés do vapor. Pensou que fosse algum

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS



Sala de casa macaense. In Filipe Emílio de Paiva, *Um Marinheiro em Macau - 1903. Álbum de Viagem* (Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997).

animal que o estivesse a arranhar na mão com as patas. A jaca não se parece com um porco-espinho? No livro de desenhos do vosso tio, onde está um elefante, um cavalo, um macaco, uma coruja, uma cabra e uma onça, também está um porco-espinho.]

O *corpus* em estudo dá-nos ainda conta do processo de alargamento e promoção da instrução dos macaenses em curso na época. Tais referências reflectem com fiabilidade mudanças na política de ensino levadas a cabo em Macau no período em causa – reflexo da reforma do ensino em Portugal e conseqüente criação de escolas públicas. Em 1872 é aberta uma Escola de Instrução Primária para o sexo feminino, juntando-se assim à escola primária para o sexo masculino, também ela do governo. Para além desta, entraram em funcionamento duas escolas municipais, cada uma para um dos sexos e “as escolas religiosas de instrução primária do Seminário de S. José e de S. Rosa de Lima.”<sup>26</sup> Por outro lado, reflectem ainda a realidade

da tónica que os mais ilustrados da comunidade começavam a dar à instrução dos jovens macaenses de todas as camadas, culminando na formação da Associação Promotora dos Macaenses (APIM) a 17 de Setembro de 1871 e, por iniciativa sua, na fundação da Escola Comercial. Tal preocupação não só se referia ao ensino do português, mas com igual ênfase no inglês e mesmo no francês, em virtude do alargamento de oportunidades que o domínio desses idiomas significava para um jovem macaense na abertura da era colonial europeia em alguns portos chineses.<sup>27</sup> Há muito que a comunidade macaense vinha expressando publicamente a sua preocupação com a insuficiência de condições e de qualidade de ensino para os seus jovens em artigos de opinião em jornais, tal como podemos observar no seguinte excerto de um artigo publicado no *Echo do Povo* a 24-3-1861, onde se responsabiliza o governo, como aponta Manuel Teixeira,<sup>28</sup> pelo:

“... lastimoso estado em que se acha a instrução pública em Macao [...]. Não há ali uma só escola

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

que possa lisonjear-se merecidamente deste honroso título [...]. Donde provem isto? Da falta de talento dos macaenses? [...] Provem sim da falta de um collegio com bons mestres, no que só o governo e ninguém mais tem toda a culpa havendo aliás sobejos meios para isso. [...] querer um professor de língua portuguesa [...], outro da ingleza [...] outro da chinesa [...] entende que são bastantes para confiar-lhes a instrução de toda uma cidade, é ou não conhecer de que preço ella seja, ou querer reduzir os habitantes a uma horda de selvagens [...]. Temos visto filhos de pessoas de alta classe da sociedade, vadiando, ou quanto muito, tornarem-se lorcheiros, soldados de polícia, chuchaeiros, e abraçarem as ocupações ruins desta classe, or falta de prestimo (causada pela falta de ensino) para ocupar cargos honrosos.”

Nesse sentido, (33) e (34) constituem eco da consciência da falha que é o desconhecimento de inglês por parte da geração mais idosa, contrariamente aos mais jovens (e sobretudo em relação aos que se tinham fixado em Hong Kong):

(33) *Minha Querida Chencha, eu amestê pedi ung-a cuza com vós, [...] nuncabom botá na carta palavra inglez, ô francez, pra tem que incomodá vósso Tio pra pôde sabe são que cuza.* (25-10-1869) [Minha querida Chencha, eu tenho que te pedir uma coisa. Não deves empregar palavras inglesas ou francesas nas tuas cartas. Tenho que incomodar o vosso tio para poder saber o que significam]

(34) *Vósso tio já chomá príncipe vae tirá retrato; mas qui sabe se êlle nunca entendê aquelle moda de vósso tio falá inglez, já passá na porta nunca intrá.* (11-11-1869) [O vosso teu tio chamou o príncipe para tirarem um retrato, mas quem sabe se ele não entendeu o inglês do vosso teu tio. Passou pela porta e nem entrou]

O primeiro destes dois excertos constitui ainda eco da intensificação do contacto entre maquista e inglês, no caso da comunidade de Hong Kong. Realidade essa também em foco na carta de Florência, datada de 3 de Maio 1870, onde são empregues empréstimos do inglês: “pena”, “post officio” e “governo”.

Em rodapé à carta de 3 de Janeiro 1865 da tia Pascoela encontramos uma referência directa à abertura das escolas públicas em língua veicular portuguesa e ao contributo para o começo do processo

de descrioulização. Nela, elogia o que considera ser a correcção do maquista através do português ensinado nessas instituições de ensino público e também através da própria gazeta *Ta-Ssi-Yang-Kuo*.

(35) *Vós lôgo sintí grandi diferença na minha modo di escrevê. Eu já aperfeiçoá bastante neste um pôco tempo. Tudo este escôla novo de machu e femia, e aquele gazeta Ta-ssi-yang-kuo já fazê indretá bastante nosso lingu.* (3-1-1865) [Vai(s) sentir diferença no meu modo de escrever. Eu já aperfeiçoei bastante (o meu português) neste curto espaço de tempo. Todas estas novas escolas masculinas e femininas e a gazeta *Ta-Ssi-Yang-Kuo* corrigiu bastante a nossa língua]

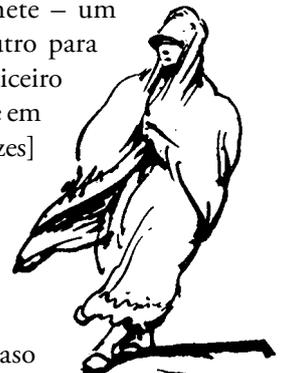
## 4. TRADIÇÕES E CRENÇAS CHINESAS ASSIMILADAS PELOS MACAENSES

Ao analisarmos as referências a personagens da comunidade chinesa em 3.1.1. ficou implícito que, apesar da visão trocista e xenófoba por parte da tia Pascoela, as cartas revelam uma valorização dos mestres de medicina chinesa. Em consonância com tal, consistentemente este *corpus* contém um registo do uso de mezinhas caseiras assim como de outras práticas ancestrais chinesas no lar macaense, por parte dos próprios.

(36) *Vósso tio [...] já tomá dobrado porção de pirula de ópio, assim mesmo tamêem nompôde drumí.* (12-10-1869) [O vosso tio tomou uma dose dupla do comprido de ópio e mesmo assim não consegui dormir]

(37) *Vósso tio [...] mandá chomá ung-a lingo pra faze azinha-azinha dos chito, ung-a pra tãra china nam-hoi, ôtro para Pun-Iu, incomendá ung-a fiticêro pra divinhá aquelle sonho, como se na Macaó nontem fiticêro capaz.* (19-4-1870) [O vosso tio chamou um tradutor para escrever rapidamente um bilhete – um para a cidade chinesa Nam-hoi, outro para Pun-Iu – para encomendar um feiticeiro para adivinhar aquele sonho. Como se em Macau não houvesse feiticeiros capazes]

Nestes excertos, o recurso a tais mezinhas e práticas testemunha a assimilação de alguns valores chineses por parte dos macaenses. O segundo excerto constitui um caso



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

interessante, pois testemunha como, apesar dessa assimilação e profundo conhecimento da cultura chinesa, pelo menos os macaenses da classe social em foco nas cartas através da família da tia Pascoela, são apresentados como não dominando o chinês escrito, necessitando de um *lingu* (tradutor) para escrever um bilhete em chinês.

## 5. CONCLUSÃO

Nas cartas do século XIX em maquista, na sua maioria publicadas na revista *Ta-Ssi-Yang-Kuo* e reunidas por Danilo Barreiros Barreiros em “Dialecto Português de Macau” logramos efectuar um levantamento de traços identitários dos macaenses do período em foco. Estas cartas constituem apenas uma parte do que, no virar do século XIX para o XX, circulava pela comunidade, quer em folhas volantes, quer na imprensa local. Assim se explicam as variadíssimas referências a eventos verídicos e a figuras que efectivamente existiam à época e eram conhecidas da generalidade dos leitores. Tanto as cartas aqui tratadas, como outros textos circulados contemporaneamente – poemas, letras de canções, pequenas récitas e operetas, frequentemente de autoria anónima, não pretendiam apresentar-se como textos cuidados e literários, mas antes apenas servir como uma crítica em tom jocoso e uma sátira ao quotidiano de Macau. Enquanto testemunho de uma autocritica e da crítica do ‘outro’, esses textos e, em particular, as cartas em análise, constituem, desde logo uma marca identitária da comunidade macaense. Uma gente posicionada entre dois mundos, em muitos aspectos, incompatíveis; uma comunidade que, em termos culturais e fenotípicos, se situa num patamar intermédio entre Oriente e Ocidente, que parece desabafar o seu dilema de uma simultânea força e fragilidade através da jocosa sátira social.

Apesar da adjectivação aparentemente injuriosa empregue na referência a personagens individuais e colectivas das comunidades portuguesa e chinesa, e mesmo da macaense, reflectir a marcação da diferenciação dos macaenses relativamente ao ‘outro’, a natureza jocosa destes textos aligeira tais injúrias. Num texto em maquista da autoria do Major Ruas, publicado num folhetim em 1888 e incluído na antologia de Barreiros, lê-se a propósito do emprego de termos aparentemente insultuosos o seguinte: “*Tolo, pateta, mofino, maluco, pacóvio, bobó, sá palavra doce ma nosso lingu de Macau, quando sae de boca de môler-môler*”.<sup>29</sup>

Não se tratando de textos de grande preocupação estilística, o jogo de palavras criado pela adjectivação ora expressiva, ora simples, ora destacada pela anteposição do adjectivo ao sujeito por forma a expressar um epíteto retórico como vimos em (1) é mais uma revelação da ambiguidade identitária desta comunidade posicionada entre uma relativa ‘portugalidade’<sup>30</sup> e uma identidade asiática *sui generis*. O trunfo final ao seu dispor, no processo da afirmação da sua identidade, reside na liberdade de escolha relativamente a essa mesma identidade, característica comum em sociedades multiétnicas,<sup>31</sup> como exemplifica simbolicamente o relato da tia Pascoela dos disfarces usados num baile de Sábado de Aleluia:

(38) *Tio grande lôgo visti conde; vôsso irmão tá prepará ung-a vestimenta de macaco pra elle; tio João são lôgo visti sipai de olá porta de rua; vôsso prima lôgo visti madama americano; eu são lôgo visti cafre*” (7-4-1870) [O tio grande vai vestido de conde; o vosso irmão está a preparar uma vestimenta de macaco para ele; o tio João vai vestido de cipaio (guarda da polícia de origem indiana ou africana); a vossa prima vai vestida de dama americana. Eu vou vestida de cafre.]

Concluindo, estas cartas conseguem resumir o sentido de ambiguidade cultural vivido por macaenses (falantes nativos de maquista) do final do século XIX; característica comum a tantas outras comunidades em contextos multiétnicos como o de Macau, vivendo “ num limbo entre universos culturais largamente incompatíveis”.<sup>32</sup> Na (re)afirmação da sua noção de identidade, estes textos registam a mesma consciência de multiplicidade e indefinição étnica e cultural que um século depois (1989) sentimos no início de um poema da autoria de uma proeminente macaense da contemporaneidade, Cecília Jorge, preocupada com a preservação da memória e identidade da sua comunidade:

*Macaense  
que te (in) defines  
pelo não ser bem  
que também não és, bem...  
um mais ou menos  
entre dois pólos que se atraem e repelem  
pela diferença  
no desconhecimento  
divergente.*<sup>33</sup> **RC**

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

## NOTAS

- 1 Danilo Barreiros, “Dialecto Português de Macau”, in *Renascimento*, Macau, vol. 1, (1943) n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6; vol. 2 (1943) n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6; vol. 3 (1944), n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6; vol. 4 (1944), n.º 1.
- 2 João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*.
- 3 Carmen Fought, *Language and Ethnicity*, pp. 4-5.
- 4 Wilbur Zelinsky, *The Enigma of Ethnicity: Another American Dilemma*, p. 8.
- 5 Lawrence Bobo, “Racial Attitudes at the Close of the Twentieth Century”, p. 267.
- 6 Wilbur Zelinsky, *The Enigma of Ethnicity...*, p. 9.
- 7 Smelser et al. (eds.), *America Becoming: Racial Trends and Their Consequences*, p. 3.
- 8 Carmen Fought, *Language and Ethnicity*, p. 5.
- 9 Wilbur Zelinsky, *The Enigma of Ethnicity...*, p. 9.
- 10 Smelser et al. (eds.), *America Becoming...*, p. 3.
- 11 João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões...*, p. 44.
- 12 Recorde-se que assumimos tal designação como referindo-se exclusivamente aos membros da comunidade que tinha maquista como sua língua materna (ancestral) em comum.
- 13 M. P. Orbe e T. M. Harris, *Constructing Co-Cultural Theory: An Explication of Culture, Power, and Communication*.
- 14 T. H. Eriksen, *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*.
- 15 J. Martin e T. Nakayama, *Intercultural Communication in Contexts*, p. 122)
- 16 D. Carbaugh, *Situating Selves: The Communication of Social Identities in American Scenes*.
- 17 D. Carbaugh, “Comments on ‘Culture’ in Communication Inquiry”.
- 18 Fong, Mary. “Identity and the Speech Community”.
- 19 E. T. Hall, *The Silent Language*.
- 20 M. P. Orbe e T. M. Harris, *Constructing Co-Cultural Theory...*
- 21 Fred E. Jandt, *Intercultural Communication: A Global Reader*.
- 22 Floya Anthias, “Race and Class Revisited: Conceptualizing Race and Racisms”, p. 20.
- 23 As datas entre parêntesis referem-se à data que figura nas cartas em maquista reunidas na Antologia de Danilo Barreiros “Dialecto Português de Macau”.
- 24 *Ta-Ssi-Yang Kuo*, vol. 1, p. 122, *Renascimento*, vol. 1, n.º 4, p. 350.
- 25 *O Independente*, n.º 135, 19-02-1887.
- 26 Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, p. 49.
- 27 Mário Pinharanda-Nunes, *Estudo da Expressão Morfo-Sintáctica...*, p. 23.
- 28 Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, p. 68.
- 29 Danilo Barreiros “Dialecto Português de Macau”, in *Renascimento*, vol. 1, n.º 4, p. 356.
- 30 João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões...*, p. 62.
- 31 *Ibidem*, p. 162.
- 32 *Ibidem*, p. 44.
- 33 Cecília Jorge citada em João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, p. 59

## BIBLIOGRAFIA

- Anthias, Floya. “Race and Class Revisited: Conceptualizing Race and Racisms”, in *Sociological Review* 38, 3, (1990), pp. 19-42.
- Bobo, Lawrence. “Racial Attitudes at the Close of the Twentieth Century”, in Smelser et al. (eds.), *America Becoming: Racial Trends and Their Consequences*. Washington, DC: National Academy Press, 2001, vol. 1, pp. 264-301.
- Cabral, João de Pina e Lourenço, Nelson. *Em Terra de Tufões. Dinâmica da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- Carbaugh, D. “Comments on ‘Culture’ in Communication Inquiry”, in *Communication Reports* 1 (1988), pp. 38-41.
- . *Situating Selves: The Communication of Social Identities in American Scenes*. Albany: State University of New York Press, 1996.
- Eriksen, T. H. *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*. Boulder, Colorado: Pluto Press, 1993.
- Fong, Mary. “Identity and the Speech Community”, in Mary Fong e Ruyling Chuang (eds.), *Communicating Ethnic & Cultural Identity*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2004, pp. 3-18.
- Fought, Carmen. *Language and Ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Hall, E. T. *The Silent Language*. Nova Iorque: Anchor Press/Doubleday, 1959.
- Jandt, Fred E. *Intercultural Communication: A Global Reader*. San Bernardino: California State University, 2003.
- Martin, J. and Nakayama, T. *Intercultural Communication in Contexts*. 2<sup>nd</sup> ed. Mountain View, CA: Mayfield, 2000.
- Orbe, M. P. e Harris, T. M. *Constructing Co-Cultural Theory: An Explication of Culture, Power, and Communication*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.
- Pereira, José Feliciano Marques Pereira. *Ta-Ssi-Yang-Kuo. Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português*. Fac-símile da edição de 1900. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1984.
- Pinharanda-Nunes, Mário. *Estudo da Expressão Morfo-Sintáctica das Características das Categorias de Tempo, Modo e Aspecto em Maquista*. Dissertação de Doutoramento em Linguística, Universidade de Macau, 2011.
- Smelser, Neil J et al. *America Becoming: Racial Trends and Their Consequences*. Washington DC: National Academy Press, 2001, vol. 1, pp. 264-301.
- Teixeira, Manuel. *A Educação em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 1982.
- Zelinsky, Wilbur. *The Enigma of Ethnicity: Another American Dilemma*. Iowa City: University of Iowa Press, 2001.

Av. Paulista, São Paulo, em 1902. In *São Paulo Antigo, São Paulo Moderno*.  
São Paulo: Melhoramentos, 1953.



# Ligas Urbanas

## Atitudes Linguísticas na Trama Discursiva de Macaenses e Paulistas Caipiras

ROBERVAL TEIXEIRA E SILVA\* E MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES\*\*

### INTRODUÇÃO

Um dos temas relevantes para se conhecer, num primeiro momento, uma comunidade linguística tem sido aquele que privilegia o foco de atenção no discurso de avaliação de falantes em direcção ao outro. Crenças e atitudes – traços identitários<sup>1</sup> – delimitam o estatuto de falares e de línguas no mundo todo.

As crenças e atitudes, no entanto, podem envolver ou se aproximar de outras componentes que permitem deprender a atitude linguística. Segundo Gómez Molina,<sup>2</sup> elas podem ser organizadas em três dimensões: a *cognoscitiva* refere-se à “consciência linguística, crenças, estereótipos, expectativas sociais (prestígio, ascensão), grau de bilinguismo, características da personalidade”; a *afectiva* baseia-se em juízos de valor

denunciados pela variedade dialectal ou pelo acento, mas, ainda, por informações relativas à etnicidade, lealdade, valor simbólico, orgulho, os quais permitem reconhecer o sentimento de solidariedade com o grupo; e a *conativa* é entendida como “a intenção de conduta, o plano de acção sob determinados contextos e circunstâncias”.

As três dimensões permitem-nos reconhecer atitudes linguísticas; no entanto, alguns conceitos que as configuram sobrepõem-se de tal modo que se confundem e podem provocar problemas metodológicos. Outros, no entanto, são bons instrumentos de análise porque permitem categorizar traços atitudinais na fala dos sujeitos da pesquisa. É o que percebemos ocorrer com a junção dos factores “consciência linguística” e “traços de identidade”, os quais permitem tratar de aspectos atinentes à etnicidade e ao sentimento de pertença a um grupo. A análise desses factores em uma região multilingue, como Macau, permite entender questões como a decisão de se querer ou não aprender determinada língua, de se comunicar ou não em determinada língua. Na região da cidade de São Paulo, em contrapartida, essa análise permite compreender a decisão de se aceitar a variedade dialectal caipira como uma língua de respeito. A variedade caipira assume, a depender do estatuto social de quem avalia, uma condição de respeito ou de subestimação. É o que demonstra Lima-Hernandes<sup>3</sup> com a transformação da elite paulistana.<sup>4</sup>

Estudos como os de Lambert<sup>5</sup> a respeito do *status* de usuários em função da língua utilizada

\* Professor Auxiliar e investigador no Departamento de Português da Universidade de Macau. Doutor e Mestre em Língua Portuguesa e Linguística (Sociolinguística Interaccional) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Licenciado em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*Professor and researcher in the Portuguese Department of the University of Macau. M.A. and Ph.D. in Portuguese Language and Linguistics (Interactional Sociolinguistics) from Pontifícia Universidade Católica of Rio de Janeiro. Graduate in Portuguese Language and Literature from Federal University of Rio de Janeiro.*

\*\* Professora livre-docente e investigadora na área de Filologia e Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo. Doutorada em Linguística Teórica pela Universidade de Campinas. Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo.

*Reader and researcher in Philology and Portuguese Language at the University of São Paulo, where she gained her M.A. in the same field. Ph.D. in Theoretical Linguistics from the University of Campinas.*

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

associaram prestígio sociolinguístico a alto grau de escolaridade. Labov<sup>6</sup> relata processos de rejeição social em Nova Iorque e em Martha's Vineyard relativos a falares de prestígio. Aqui, apropriamo-nos do conceito de prestígio, porém desvinculado desses índices tradicionalmente usados. Preferimos tratar de prestígio como um efeito de mudanças sociais a partir do olhar valorativo do outro, uma vez que a presença ou ausência de prestígio contribui para desenhar a dinâmica das comunidades de fala.

A abordagem teórica assumida permite afirmar que, no discurso de qualquer sujeito, está inscrita a história da sua comunidade e que, como já demonstrado por Menandro *et alii*,<sup>7</sup> com base em Bauer,<sup>8</sup> todo o material discursivo contém em si expressos “valores, normas, preconceitos, estereótipos, conflitos, atitudes, concepções ou representações” acerca do outro, do seu comportamento, do tema tratado e mesmo da situação interactiva em si. Nesse sentido, analisar a fala do outro é uma estratégia metodológica produtiva no estudo de atitudes linguísticas.

Em um contexto de grande ruptura sociocultural em processo (como é o caso da transferência da administração de Macau para a China, em 1999, ou da fundação de uma universidade de bases internacionais, como é o caso de São Paulo, em 1934), a apreensão da atitude linguística do falante pode ser um dado importante para se delimitar a comunidade de fala com maior precisão.

Dois são os casos analisados aqui: o da cidade de São Paulo, um território de caipiras no início do século xx,<sup>9</sup> e o da cidade de Macau, um território de portugueses, macaenses e chineses no século xx.<sup>10</sup> O que vemos é que na São Paulo de hoje essas pessoas tornaram-se proeminentes cidadãos e que, em Macau, houve uma significativa troca de papéis, com a ascensão social de um dos grupos até então invisibilizado, o dos chineses.

O paralelo que identificamos entre esses dois contextos, tomou como base três movimentos sequenciados. O primeiro foi o deslocamento físico de um grupo. No caso de São Paulo, a chegada de professores estrangeiros para a constituição de cátedras na recém-criada Universidade de São Paulo (USP) e, no caso de Macau, a chegada dos portugueses na China para implantar o comércio entre o Oriente e o Ocidente. O segundo, decorrente do primeiro, é o aparecimento de uma liga urbana. No caso de São Paulo, os professores intermedeiam as relações entre a

elite paulista e os caipiras, novos habitantes da cidade. Em Macau, cria-se a necessidade de um grupo que seja uma ponte entre os portugueses e os chineses habitantes do território. O último movimento foi um afastamento (em São Paulo, dos professores; em Macau, dos portugueses) que promoveu uma reconfiguração das ligas urbanas nos dois contextos.

Caipiras e chineses assumem o papel social de liga urbana, construída a partir de duas línguas (no caso de Macau) e de duas variedades de língua (no caso de São Paulo). Esses são os cenários sobre os quais discutimos neste trabalho.

## 1. O CONTEXTO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Na década de 30, a cidade de São Paulo amargava uma grande derrota. Era o fim da revolução de 32. O panorama de uma cidade rural era um facto, mas a pretensão era de que se tornasse um espaço urbano. Com a derrota na revolução, a pequena estrutura ficou abalada, mas, mais do que isso, o brio, o humor e a estima se ressentiram. Ao mesmo tempo, a capacidade de envolvimento de seu povo (especialmente dos estudantes e da elite ideológica paulistana) e a actuação da elite académica na fabricação de artefactos bélicos (pesquisadores da Escola Politécnica, POLI) clamava por uma revisão dos rumos políticos.

Quem esperava que a derrota fosse um silenciamento definitivo de São Paulo enganou-se profundamente. Teve início uma revolução cultural que teria impacto na vida da cidade. Esse momento de se recolherem os caquinhos da derrota e da humilhação – que também foi o momento de se elevar o brio paulistano – fez com que São Paulo empreendesse a criação de instituições culturais. E um plano grandioso vem à tona a partir da elite: a criação da Universidade de São Paulo. Ela nasce da agregação da escola de Direito, de Medicina e de Engenharia a uma nova unidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (agora FFLCH). A interdisciplinaridade prevista no rótulo “Ciências”, de facto, não era utópica à época. Os cursos conviviam e completavam-se, e os discentes beneficiavam do diálogo intenso com disciplinas que não integravam o núcleo básico de seus cursos.

Enquanto faculdades isoladas, essas escolas seguiam o modelo de ensino português e a reestruturação como uma universidade exigiria a adopção de um

**PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES**

novo modelo. Houve resistências. A conciliação foi estabelecida com a manutenção da autonomia das escolas e com a criação de uma unidade de concepção de universidade dedicada à pesquisa básica e à produção de conhecimento – a FFLCH. A concepção inicial era a formação de pessoal para as altas funções, fazendo da USP um centro civilizador – com pesquisadores e profissionais de elite. A superação do obstáculo do clima cultural paulistano – ainda provinciano – deu-se com a importação de professores estrangeiros.

Eram professores impondo as suas normas europeias de convívio aos nascidos e educados nas décadas de 10 e 20, “com regras de comportamento e valores gerados por uma sociedade conservadora em suas práticas e visões de mundo”,<sup>11</sup> cuja base era a hierarquia familiar. Os filhos de imigrantes tinham na formação escolar o mais importante caminho para a ascensão social. As filhas do interior tinham na formação o mais promissor caminho para não ser ‘do

lar’. Migravam para a cidade de São Paulo já sem planos de regresso. Os costumes de se ter uma moça vivendo fora de casa, longe dos pais, com certa independência e com influência bastante moderna dos professores franceses, principalmente, fez com que os costumes femininos na cidade entrassem em crise.

Uma parcela de 30% dos alunos matriculados na FFLCH, já na primeira turma, era oriunda de famílias de imigrantes,<sup>12</sup> sendo a maioria de origem italiana, embora também houvesse judeus, espanhóis, árabes, sírios, libaneses, japoneses e armênios. Invariavelmente, os alunos da primeira geração que se destacaram durante o curso, após a formação ocuparam o lugar de assistente e depois, ainda, de professor no lugar dos seus professores estrangeiros que regressaram. De lá para cá, o perfil do professor e do aluno dessa Universidade mudou bastante. Ao lado desse movimento silencioso na academia também ocorreu uma movimentação da norma culta, implicando dois movimentos simultâneos:

Rua em São Paulo, 1827, William John Burchell (Museum Africa, Joanesburgo, África do Sul).



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

manutenção de traços de formalidade excessiva, característicos de norma culta, e incorporação de usos inovadores, deflagrando processos de gramaticalização.

Correm lado a lado e em cadeia as mudanças sociais num contexto de ampla efervescência cultural e as alterações nos padrões cultos empreendidas pelos que representam, na sociedade da época, a língua culta. É verdade que, após a Semana de Arte Moderna (1922), se passou a olhar para a língua portuguesa do Brasil como uma variedade com trajetória autónoma da de Portugal. Fenómenos antes considerados fora da norma passaram a ser reanalisados como resultantes de processos típicos de mudança no território brasileiro. Alguns, porque já estavam presentes na fala dos portugueses que, na cidade, permaneceram (traços arcaicos) e outros surgidos com o avanço das mudanças (traços inovadores). O que nos compete como recorte metodológico, neste espaço, é lidar com as atitudes linguísticas, portanto, com os agentes dessa movimentação linguística, geográfica e social.

A partir do levantamento exaustivo da trajetória de pesquisadores da FFLCH, delineámos a direcção de mudança geográfica dos agentes imbuídos da tarefa de formar os futuros professores de línguas e literaturas, ao mesmo tempo que tentamos desenhar a filiação académica dos sucessivos ocupantes das vagas de docentes da Universidade. Em Lima-Hernandes,<sup>13</sup> já foi apresentado o contraste entre o que ocorrera nessa Faculdade de Ciências Humanas e o que ocorrera numa faculdade mais tradicional, a POLI, com ênfase nas atitudes tradicionais que lá ocorriam. Aqui, traremos à tona alguns pontos importantes daquele contraste, para serem lidos agora em termos de atitude linguística. Ao mesmo tempo, apresentaremos novos dados que reforçam aqueles resultados, mostrando que os alunos do interior (os chamados caipiras pelos paulistanos) são os que assumirão o estatuto de modelo de falante culto na cidade, pois tornam-se professores e pesquisadores da maior universidade pública da América Latina.

Ainda na mesma autora lemos que a POLI se revela, no início do século XXI, uma grande escola, integrada plenamente na USP e na vida política da cidade. Seus alunos tornam-se engenheiros importantes, justamente por contribuírem com a construção, com a indústria e com o suporte para a evolução agrícola do estado como um todo, enriquecendo a cidade cada vez mais.<sup>14</sup> São os professores da POLI – e os alunos de então – que

actuam na Revolução Constitucionalista de São Paulo dando apoio logístico, ideológico e também bélico e, em 1937, militam a favor do estado democrático. Essa actuação também se vai revelar depois, no campo político, em que ex-alunos passam a figurar como ministros, vereadores, deputados, secretários municipais, senadores e mesmo como presidentes e directores de empresas estatais. O Grémio foi, assim, a escola política de alunos e professores.

Diferentemente do que ocorreu com os professores da POLI, que fizeram curso superior em engenharia fora do país, especialmente na Europa, e que eram provenientes de famílias abastadas ou de estrangeiros de posses (ingleses e portugueses), os directores da FFLCH desenham outra paisagem. De um total de doze directores da FFLCH, apenas cinco tiveram o privilégio de receber algum tipo de formação no exterior, dois dos quais eram paulistanos, alunos das duas primeiras turmas. Um foi para Paris e outro para os Estados Unidos, ambos na década de 40. Ainda nesse período, um outro, do interior de São Paulo, também teve os Estados Unidos como escolha. Anos depois, na década de 1970, um professor formado em Recife, e já de família abastada, busca pós-formação universitária também nos Estados Unidos. Seis dos directores fizeram do estudo na USP o motivo de sua mudança do interior para a cidade. Os seis demais eram de Santos (1 docente), de Recife (1 docente) e três outros da própria São Paulo, mas um nascido na Alemanha. Esse retrato diz-nos que São Paulo contribuiu muito pouco com seus filhos, o que inversamente aconteceu com os caipiras. Esses passaram a viver na cidade e ali constituíram família, não regressando mais ao espaço de origem. Todos eles passaram a representar o português culto paulistano, agora veiado de traços caipiras.

Se a POLI se revelava mais severa na exigência de cumprimento de condutas (como não assobiar, não jogar à bola, não andar pelos corredores sem chapéu durante os intervalos e, principalmente, nunca se atrasar), com um catedrático determinando o sucesso ou insucesso dos que dele dependiam já a partir da obediência, a FFLCH era o lugar do compartilhamento, do bom papo no corredor, da cordialidade entre professores e alunos, o ponto de encontro para novas alianças.

Na FFLCH, a missão estrangeira assumiu um papel de esteira da modernidade, carregando os alunos recém-chegados do interior para viverem uma vida

PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

totalmente nova, longe das cobranças interioranas. É certo que houve estrangeiros que não se adaptaram a essa mudança pregada principalmente pelos franceses, como foi o caso de Rebelo Gonçalves, português, que, na cátedra de Filologia Românica, não deixou discípulos, nem alguma marca de seu trabalho na Universidade, pois logo retornou a Coimbra. Em contrapartida, um ilustre amigo deste, outro português, que inaugura a cátedra de Literatura Portuguesa, não só contribui para esse clima de modernidade como casa a sua filha com um dos seus proeminentes discípulos. Trata-se de Fidelino de Figueiredo. Este deixa muitos discípulos e um exemplo de humildade a ser seguido na vida acadêmica. Isso rendeu-lhe uma correspondência passiva enorme trocada com colegas da Universidade e com ex-alunos saudosos.<sup>15</sup> É o que revelam os exemplos (1) a (4).

(1) carta recebida de aluno paulistano

Meu sempre querido professor |Fidelino de Figueiredo:| Os cuidados a que me obriga a saúde de |meu pai fizeram-me retardar um pouco esta|resposta. O senhor desculpar-me-á por isso,| quero crer.| Agradeço suas sugestões, que são sempre|tudo para mim. Não paro nos estudos e a tese|vai avançando. O tema eu o reconheço bastante|difícil, mas por isso mesmo cada vez me dis-|ponho mais a trabalhar – gosto daquilo que|se consegue com muito esforço.| Peço ao senhor que transmita à *Dona*. [D]|e à [H] as minhas recomendações, e receba|o senhor mesmo, de minha parte, as minhas sauda-|des. [A.A.]

(2) carta recebida de ex-aluna não-paulistana

Caríssimo professor| Sua filha H., com quem falei| pelo telefone ainda em Dezembro| do ano passado, deve ter-lhe con-|tado o quanto eu senti saber que| o senhor já se fora, antecipando| a sua viagem, e sem que eu pu-|desse levar-lhe o meu abraço.| Pedi a ela que lho transmitisse,| mas irei dá-lo pessoalmente no| dia em que o senhor voltar –| ou no dia, talvez distante, em | que chegemos nós a Portugal.| Embora silenciada por tanto| tempo, sua aluna não o esquece-|ra, não. **Tenho sempre em mente| as palavras de estímulo com que | sempre me animou a estudar e| a trabalhar, e no coração, as de | amizade comque sempre me aco-|lheu.** E por isso quero contar-lhe o que tenho feito e o que planejo| realizar na parte profissional, bem como os planos que meu marido | e eu temos à frente na nossa vida particular. [L.D.M.]

(3) carta recebida de ex-colega caipira

**Caro pai.** Saúde.| Estas notícias vão atrasadas porque as suas demoraram|mais de um mês para chegar à rua [FEF]. Aliás, as car-|tas demoram menos da Europa ao Brasil do que do correio daqui ao seu|destino. O **paizinho** falou-me da viagem a Portugal, e tudo era meu gô-|to, até sob pena de realizá-la à minha custa; todavia a paisagem das|coisas mudou de colorido: a “[I]” assinou compromissos com a|“cegonha”, e o que foi ficção no início é realidade incontestável hoje.|Não imagina o pai como, embora o contentamento supere, tem ela sofrido|nestes dois meses (a coisa já vai para três e bicos, cálculo indiscre-|to, é verdade, e desses que a matemática pura e fria não prevê...)|.|Neste altura, portanto, a dificuldade já está criada. E perco magnifi-|ca oportunidade, ainda, de viajar com companhia, pois o [M] vai|torrar uns cobritos aí durante uma boa temporada. Parte daqui no dia|16 de Dezembro. Meu plano ainda está em pé[-?]: enfrentar a minha livre-|Docência com os sapatos cheirando terras portuguesas. E com outra es-|perança: lembra-se que o pai continuamente previa o seu regresso para| a minha livre-docência, fôsse o que fôsse? Pois é uma esperança que|não morre. [S.Sp.]

(4) carta recebida de ex-colega caipira

Muito prezado Professor. F.|Saudações.|Foi com imensa alegria que recebi a sua carta com o seu novo|endereço, com a sua curiosa mudança de sair de casa e muito menos da rua. Es-|pero que esta alteração topológica tenha favoráveis influências na sua saude|que todos nós desta casa, sinceramente, lhe desejamos. Não sei quando empreende|rei nova aventura e mais incerto ainda estou quanto às possibilidades de en-|trar em Portugal. [...] Peço-lhe que me recomende à lembrança de sua senhora|de cuja mesa e de cujo vinho ainda espero participar. Todos nós o saudamos e|lhe desejamos grandes progressos na saúde, com os novos ares da rua [DL]. Se por aí aparecer o Professor.[HC], dê-lhe um afetuoso abraço. Adeus.|Com um “quebra-costelas” já me despeço e não sem tempo, ou como se diz na gi-|ria daqui: e já vou tarde. [S.B.]

Essas cartas são alguns dos exemplos da relação estreita entre os pares e também entre os professores e os seus alunos. Para a São Paulo da primeira metade do século xx essa proximidade acadêmica, em especial com alunos frequentando a casa de professor e convivendo

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

com os familiares deste, é algo totalmente inovador. Esse comportamento, bastante diferente do observado entre os pares e professores e alunos da POLI, foi o que determinou a existência de uma variedade caipira urbanizada, hoje socializada com funções específicas nos meios acadêmicos.

## 1.1. ATITUDES LINGUÍSTICAS NO ESPAÇO URBANO E RURAL

Pode-se perguntar hoje se é possível separar o português culto do português caipira. A resposta será formulada em termos de uma outra pergunta: é possível que um representante do português culto seja ao mesmo tempo caipira? Acompanhemos, então, algumas conversas de caipiras, recolhidas das amostras de diálogos gravados pelos pesquisadores do Projecto Filologia Bandeirante<sup>16</sup>:

## (5) Seu Alonso (FX), de Catalão

F1 – tem animal lá? caça? lá na roça?

FX – eu mesmo num tenho não, mais lá tem né...

F2 – o quê por exemplo...

FX – por que que eu num tenho?

F2 – não, o que é que o senhor já viu lá de animal, assim, de bicho...

FX – ah, cê fala de bicho...

F2 – de/de...de caça... por exemplo?

FX – não, lá hoje tem muito pouco sabe? puke... de primeiro tinha muito, hoje... num sei, acho que as coisa vai ino imhora... sobr'as roça... muitas coisas que... que coloca na roça lá vai matano né... hoje quse num tem...de primero tinha o viado, tinha lombo, tinha apaca, tinha cutia... várias coisa, né...

F2 – onça?

F1 – não, onça 'qui no nosso lugar... se já tinha... num sei

F3 – só lá nas minhas banda... né, seu alonso, que tem onça?

FX – não, teu lado passô uma onça...tem um dia eu tava lá passeano de a cavalo... que tinha...que tinha, aqueles... cê capaiz de hecê... fazia aqueis, ficava aqueis barrancão, falei: "vô passia de cavalo, sabe?"... falei vô e vô e quase dormino em cima do cavalo... aí qu' eu vi ele estourô: "uêp!"... aí qu' eu pindi qu' eu fui a onça bateu... na anca do cavalo pulô... à hora qu' ela bateu lá o cavalo ispirrô p'a frente, ela 'inda sobró p'ra tráiz, e eu fui... sa montô em riba da/do meu cangote

lá... tinha ficado... ma o cavalo assustô com ela... e ele passo p'a frente dela...

F4 – que onça que era?

FX – ah, era das onça pintada, eu num sei nome de onça...

F3 – amarela ou preta? aquela pintada mais... mais escura?

FX – já mais escura...lá tem muita onça lá...

F3 – mais escura?

FX – eu acho que... eu acho que isso foi falado lá p'os lado d'oceis

F3 – lá tem muita onça... lá

## (6) Sá Francisca (FX)

F1 – era véio?

FX – era inté meio véio, mais num teve nada que curasse ele... levô até p'ra belorizonte, virô daqui dali, e cabô morreno

F1 – morreu aqui?

FX – morreu... interrô aí no cimitério aí... e esse outro aí é de São João, que é Padre Rogério...

F1 – novo?

FX – é... novo... esse é... padre/purinquanto é um padre bom...

F1 – agora... a senhora lembra de uns ca:sos, de umas histó:rias, sei lá, se... de religião, de fantasma, de assombração, assim, quando criança?

FX – já uvi falá... mais nunca vi, não

F2 – não?

FX – já uvi falá em assombração... mas num vi, não!

F2 – já ouviu falá?

FX – já uvi falá, vê nunca vi, não...

F2 – qual? qual que a senhora...?

F1 – e o que é que eles falam?

FX – eh? eis fala qui 'parece [as]sombração, fazendo baruío pá rua, num sei o quê, mais chega de noite eu vou à missa, ali na... na Matriz de São Gonçalo se/embaixo, chega de tarde eu deito na minha cama e num vejo nada... né?

F1 – tem gente que fala que vê?

FX – é os outro que fala

F2 – que assombração que é? é...

FX – ah... diz que faiz baruío... que vai correndo pá rua, não sei quê... agora parô porque passô a quoresma, né?

F1 – ahn... então, essa estória é recente?

FX – é...

PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

F1 – é outro dia que eles falaram?  
 FX – é...  
 F2 – chega a quaresma e acaba?  
 FX – é, caba... ah... agora num [ou]vi falá mais, não...  
 F1 – hum...  
 FX – aqui é um lugá bom sussega:do, nada num amo:la... né... eu gos[to]/'té que acho [a]qui muito bão

Caracterizamos esses diálogos como caipiras. E o que nos faz caracterizá-los assim? Que traços seleccionamos para dizer que o outro é quem é? São sempre traços diferentes dos nossos, percebidos como relevantes para dizer que o outro é diferente do “eu”. Nesse sentido, ouvir esse diálogo de pessoas que se entendem perfeitamente e ocupam o mesmo espaço de conversa faz-nos afirmar que há ali um diálogo caipira, como ocorre no exemplo (5), mas somente em parte do diálogo (6). Neste último, FX, moradora do interior de São Paulo, não ratifica F2 como sua interlocutora ideal, só admitindo retomar o diálogo quando F1 passa a ser seu interlocutor, pois este assume a norma caipira como variedade de comunicação, o que o aproxima de FX.

Se excluirmos desses dois espaços de conversa os falantes FX, poderíamos dizer que está ali uma amostra do português culto, pois quem fala nessas representações são pesquisadores que vieram há muito tempo do interior de São Paulo e, na capital, receberam formação profissional e científica. Depois, passaram a ocupar o papel de replicadores desses costumes académicos. Mas todas as vezes que regressam ao campo, voltam a ter a possibilidade de ser caipiras, porém sempre aos olhos de outros pesquisadores paulistanos. Aos olhos do caipira que nunca saiu do interior, aquela pessoa pode ser considerada alguém fora da sua comunidade se não adoptar a prática de comunicação caipira, tal como ocorre no diálogo representado em (6). Em alguns trechos, FX reconheceria que o seu interlocutor é uma pessoa estudada e da cidade, a inteligência personificada, o que teria bloqueado a continuidade do diálogo distenso.

Assim, reconhecer um sotaque diferente e atrelá-lo a outras características físicas e comportamentais do indivíduo é algo bastante recorrente especialmente na São Paulo do início do século xx, quando a migração era intensa. Assumir ou não os traços caipiras de fala, no entanto, é algo sob controle

para esses falantes híbridos que já passaram por um processo de urbanização intenso. Um exemplo de Lima-Hernandes<sup>17</sup> foi extraído de um relato de um ex-aluno da POLI, dizendo que o professor preferia adoptar um estilo português, na fala e na vestimenta (índices de prestígio), para, na verdade, esconder sua origem baiana (índice de preconceito) na cidade de São Paulo de então:

(7) ... com uma barbaça preta... de óculos e um 44 bico largo... aliás... bem proporcionado ao seu porte... **todo mundo o julgava português... pelo seu sotaque característico...** mas o bicho era baiano puro... (relato, aluno Alessandro D'Alessandro, sobre um professor da POLI, em 1943)

A diferença entre o falante culto de origem caipira e o falante caipira como os das entrevistas (exemplos 5 e 6) é a consciência linguística. Enquanto os primeiros estão atentos aos factores da interacção (*status* social do interlocutor, assunto, lugar, intimidade, grau de cortesia exigido) para optar por uma variedade ou outra, os últimos não encontram à sua disposição canais de alternância de código. Essa é a diferença que há entre o falante culto e o caipira prototípico em São Paulo.

Podemos perguntar-nos sobre a motivação para considerar esse falante culto de origem caipira uma liga social. Para responder a essa questão, observemos o seguinte texto:

(8) Olá queridos:|Obrigado, M., por me esclarecer sobre o ponto. Você tem| razão, esses textos não tratam de *corpora*, deveriam ficar na minha seção. E| aqui, puxo escandalosamente a brasa pra minha sardinha.| **Antão**ces, me mande os textos para que escreva a apresentação e os mande| pra MC e pro M.| (correspondência electrónica de Grupo de Trabalho)

Ao tomar a decisão de puxar para si a incumbência de apresentar os textos a que se refere, o escrevente, nascido no interior de São Paulo, utiliza-se de um marcador atitudinal bastante interessante. “Antãoces” sinaliza a marca de identidade no grupo, como se dissesse “vamos lá, somos iguais, estamos no mesmo barco, somos parceiros”. A cordialidade é requerida entre os interlocutores, caipiras ou não. Nenhuma voz de oposição ousaria colocar-se nesse espaço de cordialidade extrema entre iguais.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

No exemplo seguinte, uma correspondência electrónica trocada entre um pesquisador doutor e um titular (equivalente ao catedrático), ambos de território caipira, há a utilização de estratégia similar. Para compreender a situação interactiva, deve-se ter em mente que o texto escrito faz parte de uma sequência de trocas de *e-mails* em que uma delicada discussão para o grupo está em curso. Tudo indicava que poderiam estar diante de um grande conflito de opiniões e este texto representa a busca do consenso:

(9) Caros, sugiro que tomemos a decisão em conjunto. Para tanto seguem os dois textos no anexo. Caso optemos pela não publicação no volume III, podemos submetê-los à Revista, a nossa. Creio que, sob o argumento de desvio de foco do projecto, se for o caso, os autores e a M., que os tem sob sua temática, entenderão nossa posição. Também creio que, resolvido esse ponto, ficamos acertados também nos seguintes encaminhamentos: publicaremos pela editora X (que já tem revisor próprio) e seguiremos a mesma configuração dos volumes anteriores, com apenas uma apresentação geral dos organizadores. Para os trâmites de corpo presente na Universidade, conto com o adjutório do A., que, gentilmente, já se dispôs nesse sentido, ou, **como dizem na roça**, “já está no pé do eito” pronto pra labuta. Abração e bom resto de domingo. M. (correspondência electrónica de Grupo de Trabalho)

Embora a decisão deva ser tomada em conjunto, como explicitado no início do texto, todo o encaminhamento já fora, na verdade, desenhado na mensagem. A estratégia foi determinar os encaminhamentos das questões pendentes numa atitude de “bater o martelo”, ou seja, não aceitar mais sugestões ou discussões, oferecendo o único caminho possível. Tem-se, assim, a imposição de uma decisão, construída de modo a minimizar o seu impacto. Concluída a ‘sugestão’, volta-se a assumir o português da “roça”. A referência a essa variedade e o emprego de expressões dessa variedade actuam como um momento de congregação das pessoas que poderiam estar em conflito. Essa estratégia impede que qualquer interposição seja apresentada. No exemplo seguinte, o escrevente usa a variedade caipira como marcador de justificativa para uma acção que poderia ser considerada reprovável por algum dos que recebem a mensagem:

(10) Não fui aluno do Prof. X, que leccionou na FFLC numa época em que ainda não havia nascido. Mas visitei-o em sua casa, em Lisboa, em 1962. Aquela foi nossa primeira viagem internacional. Tinha 25 anos, e a C. quase 18. O Prof. X estava parcialmente paralisado e totalmente emudecido por um AVC. Mas ainda podia escrever bilhetes com a mão direita, que sua esposa, Y, ia lendo. Todos esses bilhetes estão no CEDAE/Unicamp. **Cês sabem**, reunir corpus é uma religião. Amén! (correspondência electrónica de Grupo de Trabalho)

Trata-se de uma correspondência trocada entre um professor titular e os pesquisadores associados ao grupo de pesquisa que coordena. É possível notar a presença de traços de oralidade, característica comum nesse tipo de correspondência, para aproximar numa conversa o que de facto está distante. No entanto, há a sinalização de uma estratégia bastante corriqueira no meio paulistano: o uso do caipirês para criar consenso.

Como efeito do afastamento dos professores estrangeiros, que regressam ao país de origem, abre-se espaço social para uma nova elite urbana. Ocupa esse lugar um falante que domina duas variedades de forma eficiente: o português culto e o português caipira. Tendo as raízes no interior e sendo discípulo desses professores na cidade de São Paulo, torna-se o legítimo representante da língua portuguesa culta paulistana. Todas as vezes, contudo, que tiver de resolver situações de conflito em interações, o caipirês manifesta-se como estratégia eficiente para mitigar tensões. É a liga social manifestando-se.

## 2. O CONTEXTO DE MACAU

Chineses, macaenses e portugueses constituem três das mais representativas comunidades de Macau. O contacto entre esses grupos permite focalizar a dinâmica social em contínuas configurações, contando com ligas sociais típicas em cada momento. Esse é o ponto de partida para a explanação a que nos propomos nesta secção.

Como já indicámos na introdução, constata-se uma significativa mudança de papéis que pode ser identificada temporalmente em função da transferência da administração de Macau com efeitos de larga escala na organização social desses três grupos. Isso leva-nos a retomar aspectos pontuais da história do território.

PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

Com vistas ao cumprimento do acordo assinado em 1987, Portugal transfere o exercício da administração de Macau para a China em 20 de Dezembro de 1999. Uma das acções imediatas do plano de reintegração pela China foi a apresentação do estatuto da, agora, Região Administrativa Especial de Macau – a RAEM, sob uma nova bandeira e um novo princípio – “um país, dois sistemas”. Isso garantiria a sua autonomia, exceptuando-se, naturalmente, os campos da defesa e das relações exteriores. Assim, seriam preservados, até 2049, segundo o acordo de transferência, o sistema económico-financeiro e a oficialidade da língua portuguesa, ao lado da chinesa.

Em momentos anteriores à data de transferência, Morbey<sup>18</sup> relata que um sentimento de apreensão e de desconfiança quanto ao futuro de Macau tomara conta da população. Muita gente começou a fazer investimentos fora do país. De modo específico, os macaenses<sup>19</sup> demonstravam o desejo de abandonar Macau, com as justificativas de que (i) não teriam mais o *status* dominante de antes; (ii) se sentiam patriotas portugueses. Quanto a esta última, acrescenta Morbey que havia um receio de que seriam percebidos como estrangeiros na própria terra e também passariam a integrar o quadro dos analfabetos.

Houve fases de adaptação a esse novo sistema. Num primeiro momento, segundo relatos de informantes, alguns chineses foram bruscos na tomada de suas posições nacionalistas. E o novo governo deu condições para que pudessem ascender socialmente e alcançar os benefícios que todo cidadão deveria ter: educação, emprego, salário digno, reconhecimento pelo mérito de ter servido tantos anos a Macau via serviço público. Muitos tiveram promoção invejável e passaram a ocupar posições pelo menos dois graus acima da que ocupavam. Se entre o chinês e o seu chefe – normalmente um português –, havia um macaense em serviço burocrático intermediário, muitos chineses passaram directamente à posição de chefia, enquanto que muitos macaenses se mantiveram nessa posição intermediária. Num momento posterior, houve a necessidade do domínio da língua chinesa, o que colocou esses macaenses de posição intermediária numa situação de decidir pela reforma (caso tivessem tempo suficiente para isso) ou por um acordo, conhecido popularmente como a “bolada”. Com esse acordo, poderiam deixar o seu posto e teriam restituídas suas contribuições feitas até então em favor de uma aposentadoria futura. Dessa forma,

seria possível abrir um negócio ou dar novo rumo à vida profissional.

Ao pensar numa liga urbana em Macau, somos remetidos, num imaginário sociológico, à comunidade macaense. Uma das características a ela associada é a de ser o grupo ideal para exercer essa função entre a comunidade que estava no poder, os portugueses, e a comunidade chinesa em geral, esmagadora maioria da população. Entretanto, a configuração das relações linguísticas, na trama interactiva entre essas três comunidades, levou a uma expressiva mudança de quadro com a transferência de soberania.

A importância de um elo social entre chineses e portugueses, na RAEM de hoje, é ainda uma realidade, entretanto esse elo urbano está-se reconfigurando. Se antes, durante a administração portuguesa, havia a necessidade de bilingues que tramitassem em português e em chinês e que fizessem a interacção entre os grupos, na soberania chinesa, primeiramente por questões de lei,<sup>20</sup> essa necessidade mostra-se potencializada pela conjuntura política.

Essa reconfiguração mobiliza novos agentes na função de liga. O agente principal já não é aquele que sempre foi tomado como ideal para assumir essa função, os macaenses. Por razões diversas, essa mudança se processou. A atitude frente às línguas é um dos factores decisivos nesta mudança ou reconfiguração.

2.1. ATTITUDES LINGUÍSTICAS NA FAMÍLIA, NA ESCOLA E NO AMBIENTE SOCIAL

A partir das histórias de vida,<sup>21</sup> podem-se identificar aspectos relativos a atitudes linguísticas em direcção à língua portuguesa, à língua chinesa e às respectivas comunidades que por elas são construídas. A identificação dessas atitudes vai dialogar com o percurso histórico de construção de identidades macaenses antes e depois do processo de transferência de administração e vai, ainda, contribuir para entender quais são as representações que aparecem nos discursos sobre essas línguas e comunidades.

Os discursos dos macaenses tornam-se, nesse sentido, fonte riquíssima de material para a identificação de atitudes linguísticas. Seleccionamos entrevistas de três mulheres, Ana, Margarida e Paula, que se assumem como macaenses.<sup>22</sup> Todas têm ascendência portuguesa e asiática<sup>23</sup> (no caso chinesa), estudaram em Macau, dominam o português e o cantonês falado, trabalham para instituições governamentais e vivenciaram a

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

passagem da transferência de administração. É necessário ressaltar que as entrevistas foram realizadas por mulheres.

Nas próximas secções, analisaremos as atitudes linguísticas em três espaços: a família, a escola e o ambiente social da Macau de antes da transferência.

## 2.1.1. Atitudes linguísticas na família

A formação de valores, crenças, atitudes constitui-se no processo de socialização que ocorre primeiramente na família. Relativamente a esse ambiente, alguns aspectos estão bastante sublinhados na fala das entrevistadas.

(11) O meu pai obrigava: **“Ah, Sara, não fala – a minha mãe chama-se Sara – com elas em chinês para não aprender. Só fala português”**. (Paula)

(12) E da infância também agora, falando agora recordar, de facto, meu pai obrigou-nos a estudar na altura, quando era sétimo ano, tinha opção de terceira língua, tinha que optar, ou chinês ou francês. Eu optei pelo francês porque o meu pai disse: **“Para que estudar chinês? Chinês, não há interesse em aprender chinês ...”** Então, nunca aprendi chinês. (Paula)

(13) *Entrevistadora: Mas chinês não era uma língua falada em casa?*

– Só em casa, quando **quem tem os avós, os chineses, nós sabíamos falar chinês**. (Margarida)

(14) *Entrevistadora: então você é macaense 100%*

– Sim, sim, sim... tenho mais sangue português do que chinês porque os pais do ... do ... dos ... dos avós paternos 100% português do lado da/de meu pai da minha mãe. E do lado meu pai o meu avô era macaense, macaense tem de ter sangue chinês também e a avó 100% chinesa. Tanto assim eu ah nós **íamos a casa dos avós falava tudo em português** conversava a avó não falava/ não entende o chinês e servia torrada café e nós todos tomava “ai muito bem vamos pra casa da avó”. Comíamos torrada e chá e depois... depois daquilo ela... dava nos dinheiro para comprar rebuçados sem o meu tio ver porque vivia com meu tio e o meu tio era solteiro meu tio até faleceu solteiro, não casou. (Margarida)

(15) ... a minha mãe a minha mãe é muito querida lá em casa não deixava sair da casa até mandava os professores ir a casa para dar aulas para minha mãe... é filha me/e mimada da ... da ... da ... dos meus ... dos meus avós

e tinha piano tinha muita coisa quer dizer ela vivia muito bem, **não falava nenhuma palavra em chinês**, [...] ela não falava nenhuma palavra em purt/ chinês mas depois quando eu ta/depois quando eu tinha os meus ... dez ou doze anos a partir daqui ia-se sempre às compras e a minha mãe falava... con/, quer dizer, é ... é ... falava em chinês mas o chinês muito ... o tom muito/ às vezes até sai a ...

*Entrevistadora: o tom o quê? como desculpe não entendi é a*

– É... é o sotaque em chinês mas não estava bem pronunciado às vezes até sai as palavras chinesa às vezes é muito difícil de pronunciar e pode sair palavras grossas e a minh/ ... a minha mãe a minha é falava do ... do ... do ... dos preços dos (??) e nome dos preços às vezes saía palavra (distráida) **“ei não fala porque está a falar”**

*Entrevistadora: risos*

– **“Cala a boca vai cala a boca”**, para ele/ eles não gostavam, e pronto e assim depois já começou a habituar-se com as coisas do lado dos meus avós paternos (chineses) e ... e pronto e depois os costumes chineses começou ela também a aceitar (Margarida)

Diferentes atitudes são construídas no espaço da família. Aparece a interdição da língua chinesa quando Paula (11 e 12) se refere à postura do pai em proibir que os filhos falassem ou estudassem o chinês. É importante sublinhar que, nesse espaço familiar, a ênfase não está apenas na exigência do uso da língua portuguesa, o que seria esperado, mas no desencorajamento do uso e da aprendizagem do chinês. É uma perspectiva de negação do outro. Fica evidenciado, na fala da Margarida (14), que o chinês e o português eram falados em ambientes diferentes (na casa dos avós paternos e maternos). Essa separação exemplifica, nesse ambiente, uma divisão de mundos. Note-se ainda, em (15), o desincentivo sofrido pela mãe portuguesa ao tentar falar o chinês.

Essas atitudes diversas desenham um espaço no qual o desequilíbrio entre as duas línguas é visível e implica uma desvantagem de uma delas frente à outra. Considerando que a língua reflecte e cria o mundo das comunidades que as utilizam, o desequilíbrio linguístico é traduzido como desequilíbrio social, cultural e político.

Morbey defende que, por ter na maioria dos casos um pai português, “decorre da própria estrutura interna da família e não de preconceito racial [...] a transmissão das referências culturais portuguesas como referências

PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

principais, de geração em geração”.<sup>24</sup> Entretanto, como podemos observar, havia famílias cuja mãe era portuguesa, porém mantinham-se as mesmas atitudes. Além disso, na família, a negação da língua chinesa, e com isso da cultura chinesa, marca que não era somente a estrutura patriarcal que impunha os valores europeus aos filhos. Assim, outros factores têm grande peso na conformação das atitudes linguísticas nesse ambiente.

A atmosfera desse espaço familiar activado pelas memórias recentes dessas três mulheres fundamenta o facto de que muitos macaenses foram desestimulados a estudar o chinês e, por isso, em geral, não têm domínio da escrita dessa língua.

Essa mesma orientação está presente no ambiente escolar experienciado por essas mulheres.

2.1.2. Atitudes linguísticas na escola

O ambiente escolar, como a família, é socializador e formador de opiniões, crenças e valores também. Entretanto, como espaço institucional, as atitudes em relação à língua ganham dimensões que se pretendem mais racionais do que afectivas, como as que se constituem no espaço familiar. Na escola, estamos no meio de profissionais que conquistaram o seu espaço, aparentemente, por mérito e, assim, as suas vozes são institucionalizadas e representam esferas de poder. Observemos as atitudes linguísticas institucionalizadas na escola a partir do discurso das entrevistadas.

(16) *Entrevistadora: E o chinês não tinha também leu ouvi uma história de que era proibido falar chinês na escola*

– Exactamente

*Entrevistadora: Você passou por isso?*

– Sim, indirectamente. Não fomos penalizados as pessoas quando passavam pelos corredores e nos viam falar em inglês diziam: “**meninas, falem português**”, era só chamada atenção, nunca fomos penalizadas por isso.

*Entrevistadora: acho que já foi mudando depois, porque no começo era mais as pessoas de mais idade contam que realmente ficavam até de castigo*

– Também ouvi isso mas nunca senti na pele (Ana)

(17) *Entrevistadora: Mas chinês não era uma língua falada em casa?*

– ... na escola, entre nós, por exemplo, uma mais chinesinha, uma coisa que tem mais sangue

chinês, conversava, mas não deixa de Perfeita, tudo diz Perfeita.

*Entrevistadora: Perfeitas?*

– Perfeita.

*Entrevistadora: Perfeita.*

– O nome daquela senhora que tomava nós (??). Perfeita, então, era muito, “**Não falam chinês**” ... Não deixava falar chinês. (Margarida)

Como podemos notar, a afirmação do português é uma postura que domina o ambiente escolar e se expressa no comportamento dos funcionários dos estabelecimentos de ensino.

O aspecto que fica destacado não é, apenas, o desestímulo ao inglês ou ao chinês, mas a afirmação de uma língua como referência, mesmo fora da sala de aula. A esse respeito, Rodrigues afirma que a escola, ao transmitir normas e valores sintonizados com a língua e cultura portuguesa, contribuiu “significativamente para a construção de uma identidade que distanciava os macaenses dos chineses e os aproximava do grupo minoritário dos metropolitanos”.<sup>25</sup> É um jogo ideológico consubstanciado por meio do aparelho institucional.

O processo de escolarização em português, segundo assevera Morbey, actuava de forma a colaborar para o isolamento entre os mundos luso e chinês:

“a escolarização em português tem actuado como um centrifugador que separa as duas componentes culturais de que o macaense luso-chinês é portador, moldando a sua matriz cultural portuguesa e remetendo para a periferia dessa matriz básica os elementos da sua herança cultural chinesa. Compreende-se, assim, que o macaense domine o português escrito e falado mas, em regra, não leia nem escreva o chinês”.<sup>26</sup>

Da mesma forma que se processou na família, as línguas e as culturas a elas relacionadas também se apresentavam em desequilíbrio no ambiente escolar. E o resultado concreto dessas atitudes de negação da matriz chinesa é o facto de que os macaenses, em geral, não lêem nem escrevem chinês, o que termina por situá-los à margem das práticas comunicativas escritas mais quotidianas.

2.1.3. O ambiente social

Fora do ambiente familiar e escolar, a esses sujeitos é imposto um mundo completamente chinês. São comerciantes, vizinhos, amigos, por exemplo,

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

que constituem outras redes de relações nas quais a comunicação é feita em língua chinesa.

O chinês aparece, assim, como uma língua cujo domínio oral é proveniente da inevitabilidade e da sobrevivência. Entretanto, a sua aprendizagem, desarticulada da família e da escola, coloca essa língua também socialmente em segundo plano. De tal forma que muitos chineses preferiam esconder o nome chinês e adoptar um nome português. Essa estratégia configura-se, assim, como um processo de busca de aceitação social via língua. Vejamos:

(18) ... [ a avó materna ] É chinesa. Chinesa pura! A minha mãe é chinesa. Daí que eu só tenho vinte e cinco por cento! Minha mãe é chinesa, mas eu explico: **vim a saber que a minha mãe é chinesa há pouco tempo. Sabe por quê? Porque há muitos macaenses, não, há muitos chineses, para ser sincera, eles armam-se que eles são macaenses, mas eles são chineses.** A minha mãe não é aquelas que admitiu “eu sou chinesa” porque há alguns que, de facto, eles são chineses mas só que ao ser baptizados eles puseram nome português, mas eles só tem raízes chinês. (Paula)

É sintomático o que Paula e Ana comentam sobre a sociedade em que cresceram. As suas mães, ao serem baptizadas com um nome português, passavam a assumir uma outra identidade, a de macaense, mantendo em segredo a origem chinesa.

(19) *Entrevistadora: A sua mãe você falou que é chinesa do continente*

– Sim

*Entrevistadora: sua mãe não?*

– Sim

*Entrevistadora: Ela tinha nome todo chinês,*

– Totalmente, não. Tem mas também **adoptou o nome português a certa altura**

*Entrevistadora: adoptou, mas no registo?*

– Também, também, sim, sim, sim

*Entrevistadora: e você tem nome chinês e português junto?*

– Não, não tenho, eu por acaso tinha colocado essa questão ao meu pai perguntei a razão por que não adoptamos o nome da mãe e ele me explicou que **àquela altura, todo aquele ambiente, apontava para evitar de usar o apelido da mãe** como se nosso aspecto físico não dissesse alguma coisa não é

mesmo, ele disse que na altura a onda era aquela e ele quis seguir. (Ana)

A partir de um “rebaptismo”, elas passam a assumir uma identidade socialmente mais aceitável perante o grupo com que convivem.

O que vimos indicando é que a família, a escola e o ambiente social permitiram construir a afirmação da cultura e da língua portuguesa, ao mesmo tempo que criaram uma atitude social negativa em relação à cultura e língua chinesa.

Como referimos no início desta secção, os macaenses eram vistos como a comunidade ideal para fazer a liga urbana entre o grupo de poder, os portugueses, e a população mais expressiva em quantidade, os chineses. Até antes da transferência de administração para a China, esse papel parece ter realmente sido competência desse grupo. Naquele ambiente, era o português a língua do poder, e como os macaenses dominavam o chinês falado, tornavam-se, dessa forma, agentes dessa liga social.

Quando, entretanto, o contexto se transforma a partir de 1999, essa liga social passa a contar com novos agentes.

## 2.2. RAEM: A NOVA MACAU APÓS A TRANSFERÊNCIA

Todas as atitudes linguísticas (e culturais) que apontamos frente às línguas em questão, após a transferência de Macau para a China, promoveram consequências significativas na reconfiguração do grupo social que passa a promover a liga urbana na, agora, RAEM.

A liga continua sendo necessária em um espaço urbano que, na máquina administrativa, ainda mantém a língua portuguesa, redimensionada em termos da sua importância política, cultural e social.

Com o afastamento dos portugueses do poder, a língua chinesa passou a ser a referência para o território e, dessa maneira, o seu domínio tornou-se um instrumental imprescindível. Dessa forma, os que dominam o chinês escrito começam a desempenhar a função de liga urbana, actividade antes exercida, sobretudo, pelos macaenses.

Esses chineses que ascendem a posições mais altas e que dominam a escrita também aprendem com grande competência a língua portuguesa. Nesse sentido, passam a actuar activamente em uma sociedade cuja base agora é a língua chinesa. Nesse novo contexto, os macaenses descobrem-se em uma situação de grande desvantagem como podemos deprender do exemplo (20).

PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

(20) *Entrevistadora: O seu chefe é chinês?*

– É chinês. Mas ele chateia-me porque ele está sempre a dizer: “Ah! Vocês têm que saber escrever chinês”. (Paula)

Na RAEM, as atitudes frente às línguas mudaram no espaço social do trabalho. No Tribunal de Última Instância, a título de ilustração, a configuração dos funcionários em 2011 mostra que, dos 13 tradutores, apenas um é macaense. Todos os outros são chineses de Macau ou do Interior da China.

Essa mudança nas atitudes linguísticas manifesta-se também no ambiente familiar e escolar. Vejamos.

(21) ... tenho dois filhos e uma filha e o segundo filho então agora tem bebé menina Ana

*Entrevistadora: ah: Ana*

– Chama-se Ana. Foi a mãe dela que deu... minha nora... Ana Maria dos Santos/ “então por que que não põe do teu apelido Chiu?” Ela é chinesa. “Não quero”. Mas tava a dizer em Macau, **se ela quiser continuar em Macau, é preciso ter o nome chinês para ter a ligação que é ...**

*Entrevistadora: sim...*

– É o nome não sei porque. (Margarida)

(22) *Entrevistadora: e que ela acha que o neto pode sofrer um preconceito no futuro. Você acha que isso pode acontecer?*

– Vai ter o preconceito só porque o nome dele contempla um nome chinês? Bem, eu acho que tudo é possível, não é, **se antigamente o português tinha prestígio, por que não agora os chineses, não é?** (Ana)

(23) *Entrevistadora: Quando tiver filhos vai querer que eles aprendam chinês falado e escrito?*

– **Tem que ser.** Hoje em dia os portugueses ... eu conheço uma amiga portuguesa que a filha é portuguesa, não é? Ela tem aulas em mandarim e tem que escrever chinês. Portanto, **para estar em Macau, para sobreviver em Macau, tem que aprender chinês: isto é indispensável.** (Paula)

Na família e na escola, o chinês passa a ter um lugar de destaque: o nome chinês é caracterizado como imprescindível na realidade actual da RAEM (exemplos 21 e 22) e o domínio do chinês escrito já não é interdito, pelo contrário, é incentivado (exemplo 23).

O resultado dessa mudança de atitudes é que aprender todas as línguas que figuram no contexto de Macau é reanalisado, agora, como um factor positivo. Confirma essa ideia a fala de Ana, que caracteriza como “sorte” o fato de o filho estar numa escola que favorece essa experiência.

(24) *Entrevistadora: e toda língua dele (o filho), que língua ele fala?*

– Ele fala português, fala chinês, mas fala muito em inglês....

*Entrevistadora: sim, sim, sim, sim. E o seu filho, quando ele traz lição para casa, ele traz em português, em chinês, em inglês?*

– Ah, **hoje em dia eles/eles são sortudos porque aprendem três línguas em simultâneo** (Ana)

Essa mudança que está em processo na RAEM precisa ser perspectivada de forma a evidenciar que o seu estatuto multicultural demanda a adopção de uma nova postura, tomando como base o respeito pelas diferenças. Para isso é fundamental que se engendrem na sociedade atitudes positivas frente às diferentes línguas e culturas. **RC**

NOTAS

1 S. Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade*.  
 2 *Apud* Vanderci de Andrade Aguilera, “Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras”, p. 106.  
 3 Maria Célia Lima-Hernandes, “Efeitos de ebulição social na tradição uspiana” e “Trajetória da elite académica na cidade de São Paulo”.

4 O termo “paulistano” refere-se à cidade de São Paulo e o termo “paulista”, ao estado de São Paulo.  
 5 *Apud* Francisco Moreno Fernández, *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*.  
 6 William Labov, *Sociolingüistic Patterns*.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

- 7 Paulo Menandro *et al.*, “Concepções sobre relações amorosas/conjugais e sobre seus protagonistas: um estudo com provérbios”.
- 8 M. W. Bauer, “Análise de conteúdo clássica: uma revisão”.
- 9 Ataliba Teixeira Castilho *et al.*, *Projeto História do Português Paulista/Projeto Caipira*
- 10 João de Pina Cabral, “A composição étnica de Macau”.
- 11 Maria Helena Bueno Trigo, *Espaços e tempos vividos: estudos sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*.
- 12 *Ibidem*.
- 13 Maria Célia Lima-Hernandes, “Trajetória da elite acadêmica...”.
- 14 Criaram e expandiram linhas férreas, planejaram e executaram os esgotos sanitários, construíram hidroelétricas, habitações, escolas, pavimentação urbana, planejaram e construíram monumentos importantes (Catedral da Sé, Porto de Santos, Aeroporto de Congonhas, quartéis militares, museus, mansões de cafeicultores etc.).
- 15 A correspondência passiva de Fidelino de Figueiredo utilizada como *corpus* parcial nesta pesquisa integra o acervo de manuscritos da Biblioteca Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo.
- 16 Heitor Megale (org.), *Filologia bandeirante. Estudos 1*.
- 17 Maria Célia Lima-Hernandes, “Trajetória da elite acadêmica...”.
- 18 Jorge Morbey, *Macau 1999. O Desafio da Transição*.
- 19 Jorge Morbey in *ibidem* inclui no grupo de macaenses os “naturais de Macau de ascendência portuguesa”.
- 20 Até 2049, como indica o artigo 9.º da Lei Básica da RAEM “Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial.”
- 21 Charlote Linde, *Life Stories*.
- 22 Não entraremos na complexa discussão do conceito ou da formação dos macaenses. Trabalhamos com sujeitos que se autodeclararam macaenses, apresentam um sentimento de pertença ao grupo e partilham as características comuns apontadas. Para informações sobre esse conceito, sugerimos: Maria Helena da Fonseca de Oliveira Rodrigues, *O Ensino do Português em Macau: Uma Abordagem Pós-Luso-Tropicalista*; João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, “A questão das origens: Família e etnicidade macaenses” e idem, *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*; Francisco Lima da Costa, “Fronteiras da Identidade”.
- 23 As entrevistadas apresentam a seguinte estrutura familiar: Ana – mãe chinesa, pai português; Margarida – mãe portuguesa, pai macaense; e Paula – mãe chinesa, pai português.
- 24 Jorge Morbey, “Alguns aspectos em torno da identidade étnica dos macaenses”, p. 202.
- 25 Maria Helena da Fonseca de Oliveira Rodrigues, *O Ensino do Português em Macau...*, p. 70.
- 26 Jorge Morbey, “Alguns aspectos em torno da identidade étnica dos macaenses”, p. 202.

## BIBLIOGRAFIA

- Aguilera, Vanderci de Andrade. “Crenças e atitudes lingüísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras”. *Estudos Linguísticos* (São Paulo) 37, 2, 2008, pp. 105-112.
- M. W. Bauer, “Análise de conteúdo clássica: uma revisão”, in M. W. Bauer e G. Gaskell (org.), *Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 189-217.
- Cabral, João de Pina. “A composição étnica de Macau”. *Revista de Cultura* (Macau), 20, 1994, pp. 225-234.
- e Nelson Lourenço. “A questão das origens: Família e etnicidade macaenses”. *Revista de Cultura* (Macau), 16, 1991, pp. 104-125.
- ——. *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- Castilho, Ataliba Teixeira *et al.* *Projeto História do Português Paulista/Projeto Caipira*. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2006.
- Costa, Francisco Lima da. “Fronteiras da Identidade”. *Sociologia, Problemas e Práticas* (Lisboa), 46, 2004, pp. 133-160.
- Hall, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11.ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Labov, William. *Sociolinguistic Patterns*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*. Macau: Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau, 2003.
- Lima-Hernandes, Maria Célia. “Efeitos de ebulição social na tradição uspiana”. In *Anais do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, vol. 1, 2007, pp. 402-403.
- ——. “Trajetória da elite acadêmica na cidade de São Paulo”. In Ataliba Teixeira de Castilho (org.), *História do Português Paulista*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Publicações IEL, vol. 1, 2009, pp. 173-184.
- Linde, Charlote. *Life Stories*. Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.
- Megale, Heitor (org.). *Filologia bandeirante. Estudos 1*. São Paulo: Humanitas/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2000.
- Menandro, Paulo *et al.* “Concepções sobre relações amorosas/conjugais e sobre seus protagonistas: um estudo com provérbios”. *Psicologia Clínica* (Rio de Janeiro), 17 (2), 2005, pp. 81-100.
- Morbey, Jorge. *Macau 1999. O Desafio da Transição*. Lisboa: Monumental, 1990.
- ——. “Alguns aspectos em torno da identidade étnica dos macaenses”. *Revista de Cultura* (Macau), 20, 1994, pp. 199-209.
- Moreno Fernández, Francisco. *Principios de sociolinguística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.
- Rodrigues, Maria Helena da Fonseca de Oliveira. *O Ensino do Português em Macau: Uma Abordagem Pós-Luso-Tropicalista*. Tese de doutoramento defendida na Universidade de Birmingham: Universidade de Birmingham, 2004.
- Trigo, Maria Helena Bueno. *Espaços e tempos vividos: estudos sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

# Rio de Janeiro no Início do Século XIX

## Uma Vila Chinesa no Ocidente e o Seu Legado

SÉRGIO PEREIRA ANTUNES\* e SHEILA BARROSO ALVES ANTUNES\*\*



Os objectivos do colóquio propostos pelo Departamento de Português da Universidade de Macau são oportunos e tocam verdadeiros desafios, em especial, no aspecto sobre os efeitos da colonização ocidental e as reacções que se desencadearam nas sociedades “colonizadas”. Com razão “os povos autóctones estão impregnados de diversos elementos europeus e vice-versa – ou seja, a formação de culturas mistas”. Trata-se, entretanto, de um fenómeno complexo de mestiçagem cultural, que lida com inúmeras variáveis, muitas vezes observáveis, mas quase impossíveis de se aferir. No caso específico deste trabalho, a questão é discutida no ponto intermediário da relação Lisboa – Macau. Isto é, o presente trabalho propõe observar o Rio de Janeiro,

um ponto geograficamente intermediário dessa relação metrópole/colónia, cuidando de estudar, numa perspectiva transdisciplinar, as influências chinesas oriundas de Macau no Brasil, em momento *sui generis* de sua História,<sup>1</sup> o início do século XIX.

### O BRASIL COLÓNIA E O SEU MUNDO ORIENTAL

A busca de rotas alternativas para o comércio europeu com o Extremo Oriente levou os portugueses à descoberta de novos mundos e ao estabelecimento de importantes rotas comerciais. A rota do Japão, que ligava Lisboa aos entrepostos no Japão, como Tanegashima, era, talvez, a mais longa e economicamente atractiva. Do seu traçado original a costa brasileira fazia parte e, por consequência, a cidade portuária do Rio de Janeiro era parada quase que obrigatória na ida e vinda das embarcações ao cumprirem seu itinerário.

Em razão do intenso tráfico comercial entre a Metrópole e seu estabelecimento oriental, “plantas e animais do Oriente tropical e subtropical foram transplantados para o Brasil, dada a semelhança de climas”.<sup>2</sup> Qualquer viajante do mundo actual poderá observar, por exemplo, que a flora encontrada em Macau é, hoje, muito semelhante à encontrada na costa brasileira. O mundo do Oriente auxiliou a moldar a paisagem brasileira. Os incontáveis coqueiros, que hoje dominam a paisagem do litoral do nordeste brasileiro, ali não existiam antes de os

\* Licenciado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Direito e Letras pela Universidade de São Paulo. Mestre em Integração da América Latina e Doutorado em História Económica e Pós-doutorado em Direito Constitucional Comparado pela mesma Universidade.

*Graduate in Economics from the Pontifícia Universidade Católica of São Paulo, and in Law and in Arts from the University of São Paulo where he also graduated with an M.A. in Latin American Integration and Ph.D. in Economic History. Currently conducting post-doctoral research in Comparative Constitutional Law, also at the University of São Paulo*

\*\* Licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santiago (Brasil) e em Direito pela Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro). Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo.

*Graduate in Arts from the Faculty of Philosophy, Sciences and Arts of Santiago (Brazil) and in Law from Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro). M.A. in Latin American Integration from the University of São Paulo.*

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

portugueses alcançarem a Índia e os transplantarem em essas paragens.<sup>3</sup>

Até o início do século XIX, a ligação marítima entre a metrópole e as colônias portuguesas na África e Ásia contribuía para aproximar o Brasil Colônia mais da Ásia do que propriamente da Europa, inclusive quanto a usos e costumes:

“Aos olhos das elites, éramos um país africanizado nas feições e oriental nos costumes, legado de séculos de escravidão e da administração do Império Colonial português, que por muito tempo nos aproximou do Oriente”.<sup>4</sup>

A título de ilustração, a influência oriental era observada, desde os séculos XVI e XVII, no consumo do chá e na decoração de igrejas espalhadas pelo Brasil:

“Já nas primeiras expedições pelo interior do país, os bandeirantes faziam uso de ervas chinesas, assim como da medicina chinesa. A Igreja da Nossa Senhora da Expectação do Parto, ou Nossa Senhora do Ó, fundada em Sabará, Minas Gerais, no início do século XVIII é um outro exemplo. Obra representativa do barroco mineiro, a igreja tem seus painéis pintados com motivos chineses e a maioria dos personagens bíblicos é representada

com olhos amendoados ou orientais, inclusive os animais.”<sup>5</sup>

É ilustrativo, ainda, observar em Congonhas do Campo, cidade de Minas Gerais, a presença de dois dragões de Macau, que sustentam os lustres no interior da Igreja de Bom Jesus, e, em Mariana, capital das Minas Gerais na época do ciclo do ouro, os encostos dos bancos laterais do altar da Igreja da Sé, que são ricamente decorados com detalhes chineses.

### A IMIGRAÇÃO CHINESA E O CULTIVO DO CHÁ

Nesse ir e vir, transitavam, pelo Rio de Janeiro, pessoas e bens, nem sempre sob o total controle da Coroa Portuguesa. Por essa razão e, ainda, por problemas de declaração de nacionalidade e imigração irregular, o fluxo oriundo de Macau, em especial nos tempos do Brasil Colônia, não foi muito bem registado, embora seja evidente e presumível. Os portugueses e os luso-descendentes de Macau, ou seja, os macaenses, na acepção da palavra, não têm a sua entrada no Brasil devidamente reportada, embora presentes nesse país tropical há séculos.

Sunqua, “Panorama do Rio de Janeiro”. Óleo s/tela, s/d (ca.1830). Col. Paulo Fontainha Geyer, Rio de Janeiro. Foto: Dr. Paulo Berger.



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

O fluxo de chineses ao Brasil, entretanto, tem um marco histórico registado pelo empreendimento do príncipe regente D. João, ao tentar introduzir, em terras brasileiras, o então promissor cultivo do chá.

A migração empreendida sob a administração de D. João caracteriza-se por ser contratada e autorizada, diferenciando-se do mero tráfico de *coolies* cantoneses e fujianeses que, desde o final do século XVIII, se verificava na América do Sul, especificamente para Cuba e Peru.<sup>6</sup> Claro está que não se pode conceber uma história romântica da imigração chinesa, eis que todos os imigrantes, independente de sua nacionalidade, passaram por dificuldades, em especial, enquanto contemporâneos à existência do sistema escravista no Brasil.<sup>7</sup>

“Tratava-se de um projecto económico estratégico, organizado pelo governo de Dom João VI, estimulado pelo Ministro do Reino, Conde de Linhares – nesse período, o posto era representado por Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1790-1857) –, e protegido pelo Ministro de Guerra e dos Estrangeiros, Conde da Barca – António de Araújo e Azevedo (1754-1817).”<sup>8</sup>

À época,<sup>9</sup> Macau, China e os chineses gozavam de boa reputação.<sup>10</sup> Estes eram tidos como mão-de-obra especializada, excelentes agricultores e, portanto, imigrantes apreciados.<sup>11</sup>

A título de ilustração, carpinteiros chineses foram contratados para trabalharem no Arsenal Real, com salários de 12 patacas ou mais (Ofício n.º 34, de 30 de Dezembro de 1813).

Assim, antevendo-se o fim do sistema escravista no Brasil, a imigração chinesa era uma solução alternativa bastante interessante, como ponderado a seguir:

“Não foi apenas o plantio do chá que fez com que autoridades luso-brasileiras demonstrassem interesse pelos súbditos do ‘Filho do céu’. No início do século XIX, os chineses eram vistos como excelentes agricultores e uma alternativa viável para a escravidão. As elites amedrontadas pelo fantasma da revolução do Haiti começavam a se preocupar com o crescente número de negros cativos e libertos que habitavam o país. Neste contexto, o chinês era cogitado como uma boa alternativa de imigrante.”<sup>12</sup>



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS



Documentos do Governo Imperial Português induzem a acreditar que alguns dos chineses imigrados no Brasil tinham a missão, um tanto ou quanto sigilosa, de auxiliar na industrialização da pólvora, que passou a ser monopólio real com o estabelecimento da Real Fábrica de Pólvora no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, onde também eram aclimadas as mudas de chá trazidas da China.

O cultivo de chá em terras brasileiras era um empreendimento alvissareiro, afinal o “chá era um dos principais produtos de comércio no Ocidente, plantá-lo no Brasil aumentaria os lucros da Coroa Portuguesa”.<sup>13</sup> “O objectivo era abastecer o mercado europeu, especialmente o inglês”.<sup>14</sup>

Entre 1812 e 1819,<sup>15</sup> o interesse económico aliado às semelhanças climáticas propiciaram “a contratação de centenas<sup>16</sup> de chineses”, com “a tarefa de aclimatar a valiosa planta em terras brasileiras”,<sup>17</sup> no Rio de Janeiro, mais especificamente “no jardim botânico e depois também em Santa Cruz, ex-fazenda jesuíta, hoje um bairro do Rio de Janeiro”,<sup>18</sup> onde também se estabeleceram os chineses e suas “famílias acostumadas à sua cultura”.<sup>19</sup>

Ao empreender o cultivo do chá no Brasil, D. João estabeleceu a primeira leva de imigrantes estrangeiros para a agricultura brasileira, a qual seria, no final do século XIX, engrossada, entre outros, com italianos, alemães e japoneses. A respeito, é oportuno consignar, também, que foi “no Brasil que se foi fixar a primeira colónia de imigrantes chineses”.<sup>20</sup>

“O plano foi instituído em 1810 e, dois anos depois, chegaram ao Rio cerca de 300 chineses, além de mudas e sementes de chá vindas de Macau no navio *Vulcano*. Eram plantadores de ervas da província de Hubei, local famoso pelo chá verde, que foram colocados para trabalhar na fazenda da família imperial,<sup>21</sup> no Rio de Janeiro [...]. Em 10 de Setembro de 1814, desembarcaram no porto do Rio quatro chineses cultos (provavelmente mestres do processamento de chá), que foram morar na residência do Conde da Barca.”<sup>22</sup>

No início do século XIX, observa-se que a colónia chinesa inclusive marcou presença no Rio de Janeiro:

“Vale a pena ressaltar que embora o número de chineses fosse pequeno se comparado com a população da Corte nas primeiras décadas de 1800, os imigrantes chineses não passaram despercebidos aos muitos viajantes estrangeiros que estiveram

no Rio de Janeiro nesta época. A experiência do plantio do chá nos trópicos por trabalhadores chineses era considerada algo exótico, pitoresco, o que deve ter chamado a atenção dos visitantes europeus como Charles Darwin, Maria Graham, John Luccock, Maximiliano de Wied-Neuwied, entre outros”.<sup>23</sup>

Rugendas, que “visitou e retratou a região por volta de 1820, localiza trezentos chineses cultivando cerca de seis mil arbustos no jardim botânico”.<sup>24</sup>

O Padre Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), conhecido como Padre Perereca, nos seus relatos, fez “referências aos chineses no Brasil. Ele afirma que, com a abertura dos ‘portos às nações amigas’, assinado em 28 de Janeiro de 1808, ‘em grande quantidade [os chineses] vieram de Macau para o Rio de Janeiro’ e também observa a presença de chineses nas cerimónias de coroação e aclamação de D. João VI no Rio”.<sup>25</sup>

Nesse mesmo diapasão, merece transcrição outro relato sobre a presença de chineses no Brasil:

“A inglesa Maria Graham, ao visitar o jardim botânico no Rio de Janeiro em 1821, escrevia que o jardim havia sido destinado pelo rei para o cultivo de especiarias e frutos orientais e, acima de tudo, ‘para o do chá, que ele mandou vir da China juntamente com algumas famílias acostumadas à sua cultura.’ O clima era propício: ‘nada pode ser mais próspero do que o conjunto das plantas. O cinamomo, a cânfora, a noz moscada e o cravo da Índia crescem tão bem quanto no solo natal’”.<sup>26</sup>

Em 1639, em razão do fim do comércio com o Japão e, um ano mais tarde, em face do fechamento da rota de Manila, empreendedores de Macau lançaram seus olhos para o Brasil em busca de novo horizonte económico:

“Nasce o grande sonho que vai polarizar as aspirações macaenses durante o século XVIII o comércio livre e directo com os portos brasileiros. É um século de insistências do Senado de Macau, visando um objectivo: a viagem directa Macau – Brasil com dispensa de desvio de Lisboa para os Direitos Reais. Sonho finalmente realizado em 1810 no quadro alargado da política adoptada pela família Real Portuguesa quando declarou a abertura dos portos às nações amigas”.<sup>27</sup>

O Alvará Real, de 13 de Maio de 1810, determinou que as mercadorias da China, de propriedade e em

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

navios portugueses, exportadas directamente de Macau para o Brasil, estariam isentas de imposto de entrada nas alfândegas do Brasil.

“A posição geográfica do Brasil é por si mesma a mais favorável e apropriada para se constituir o empório do comércio de entreposto entre a Europa e Ásia”.<sup>28</sup>

Logo, era possível antever que o novo dispositivo jurídico era alvissareiro.

“Os estrangeiros [...] preferirão certamente vir ao Brasil e os portugueses de um e outro hemisfério poderão carregar estas mesmas mercadorias chinesas nos seus próprios navios e levá-las para os portos da Europa com grande vantagem e lucro”.<sup>29</sup>

Empreendedores de Macau surgiram no Brasil nesse período. “Foi um macaense, o Senador Botado de Almeida, quem deu um decisivo contributo ao enriquecimento botânico do Brasil e a criação do Jardim Botânico”.<sup>30</sup> Em 1809, liberto dos franceses

“na actual ilha Maurício, ele foi autorizado a embarcar para o Brasil, levando sementes e mudas de plantas aclimatadas na ilha”.<sup>31</sup>

“Eram 20 caixotes de plantas exóticas e árvores de especiarias que foram, de imediato, remetidas para a Real Quinta e para o jardim da Lagoa de Freitas.”<sup>32</sup>

Observa-se, assim, que a abertura dos portos às nações amigas e a isenção de tributação para os produtos da China vindos directamente de Macau<sup>33</sup> propiciaram o movimento contínuo para o Brasil de chineses de Macau. Destarte, mais uma vez, factores económicos incentivavam e, com razão, o Padre Perereca se manifestava entusiasticamente:

“se o Rio de Janeiro e a Baía forem os interpostos das mercadorias da China, que lucros se não podem esperar para o futuro deste ramo do comércio asiático”.<sup>34</sup>

No mesmo escopo de aproximação oficial, em “6 de Fevereiro 1818, D. João VI assina dois alvarás

Victor Frond, “Panorama do Rio de Janeiro”, 1858.



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

concedendo o título de Senhoria à Câmara do Rio de Janeiro e ao Senado de Macau. Assim Macau e Rio de Janeiro ficam para sempre geminadas”.<sup>35</sup>

O cultivo do chá empreendido pelo Governo Português prosperou com a mão-de-obra chinesa por alguns anos. “Apesar de o chá ser de ótima qualidade”<sup>36</sup> e “da boa vontade de ambas as partes”,<sup>37</sup> “a produção era pequena.”<sup>38</sup> Assim, “os planos de produzir chá para exportação fracassaram, o que desestimulou os planos de uma contínua imigração chinesa neste período”.<sup>39</sup>

Não obstante as boas perspectivas, o facto é que a produção de chá no Brasil naquela época não vingou, provavelmente em razão do retorno de D. João a Portugal, que culminou com a independência do Brasil, em 1822, e a consequente mudança de interesses económicos e políticos.

Por consequência, os colonos abandonaram a lavoura, tanto no Jardim Botânico, como na Fazenda Real de Santa Cruz, e estabeleceram residência pela região da Tijuca. Esses colonos tornaram-se vendedores ambulantes, cozinheiros, dedicando-se a pequenos empreendimentos comerciais e também à fabricação de fogos-de-artifício.<sup>40</sup>

“Por volta de 1825, vários chineses registados com nomes brasileiros já tinham adquirido licença para mascatear. Com o passar do tempo, os plantadores de chá tornaram-se mascates, vendendo nas ruas peixes e pastéis.”<sup>41</sup>

Outros autores são coincidentes em reportar a dedicação dos chineses ao comércio e ao preparo de pastéis.

### O RIO DE JANEIRO CHINÊS E O SEU LEGADO

A presença chinesa no território brasileiro, em especial no Rio de Janeiro, onde se verificou a sua corrente pioneira, marcou os hábitos dos habitantes do território na época colonial, merecendo registo alguns de seus legados:

#### 1. O PASTEL DE FEIRA

A respeito dos pastéis, podemos tomá-los como um dos legados dos primeiros chineses que adoptaram o Rio de Janeiro como sua residência. É que hoje, por todo o Brasil, em especial no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, o pastel é uma iguaria incontestada do gosto popular, é um

alimento para toda hora e bolso, é encontrado, frito na hora, nas feiras livres e até em restaurantes sofisticados<sup>42</sup> dessas duas grandes cidades brasileiras. Para os leitores portugueses, é necessário esclarecer que esse pastel nada tem com os doces de Portugal. Ao contrário, trata-se de iguaria feita com massa salgada fina, recheada com os mais variados ingredientes,<sup>43</sup> na forma de envelope, e frita em óleo bem quente.

A mistura, típica da cultura brasileira, fez desse pastel, oriundo dos rolinhos primavera, uma iguaria própria, adoptando recheios diferentes, inclusive o bacalhau, que hoje é quase um património imaterial do turismo paulistano, amplamente explorado no Mercado Municipal de São Paulo.

Destarte, o Rio de Janeiro teria sido o berço do pastel de feira, “aclimatando” o rolinho primavera ao sabor brasileiro e alcançando o sucesso ao subir a serra para São Paulo.

#### 2. SÃO PAULO: A MAIOR COLÓNIA CHINESA DO BRASIL

O Rio de Janeiro também foi o ponto de entrada para os imigrantes chineses que se fixaram em São Paulo, em oposição à grande maioria dos demais imigrantes que entrava pelo porto de Santos. Hoje, São Paulo conta a maior população chinesa no Brasil.

“Um grupo de 107 pessoas desembarcou do navio *Malange* no porto do Rio de Janeiro, vindo de Lisboa, no dia 15 de Agosto de 1900. Depois, de trem, os chineses partiram para a Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo. Nesse grupo havia agricultores, pintores, ferreiros, carpinteiros, serradores e carroceiros entre outras profissões.”<sup>44</sup>

Provavelmente, em razão das características da cultura brasileira, as colónias imigrantes usualmente não formavam guetos, mas se espalhavam pelas cidades. Por consequência, não se identifica (tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro) os redutos mundialmente conhecidos como *Chinatown*.<sup>45</sup>

#### 3. *BAXI* E *LI YUE RÈ NÈI LÚ*: NOMES BEM CONSTRUÍDOS

Para transpor nomes de países e cidades ocidentais, em caracteres chineses, faz-se uso, em mandarim, daqueles que mais se aproximam da fonética do nome a ser transcrito.

Leva-se em consideração, também, o significado de cada carácter de forma a se ter um nome devidamente transcrito e bem construído.

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

Embora os componentes fonéticos, em chinês, sejam limitados, há vários caracteres que representam sons semelhantes. Por essa razão, a escolha de cada carácter, que representa a transcrição fonética de um nome geográfico, é uma arte à parte.

Assim, a maioria dos nomes de países, cidades e acidentes geográficos ocidentais, em chinês é atribuída pela proximidade fonética. Alguns, entretanto, são abreviados e/ou impregnados de qualidades observadas no local envolvido.

Vejam alguns exemplos:

a) Alemanha, nome transcrito como 德国 (*Dé Guó*), “país virtude”, ou seja, uma abreviação de Deutschland;

b) Lisboa, denominação de um casino em Macau, é um termo transcrito como 葡京 (*Pú Jīng*), “capital uva” ou, considerando a abreviação de Portugal como “pú”, *Pú Jīng* fica denotada como a “capital de Portugal”, ou “capital portuguesa”;

c) São Francisco, a cidade californiana dos Estados Unidos, tem seu nome transcrito para chinês como 旧金山 (*Jiù Jīn Shān*, “Velha Montanha de Ouro”), numa provável alusão à corrida do ouro no velho oeste.

Nessa sistemática de construção de nomes ocidentais, a língua chinesa adoptou para o Brasil e para a cidade do Rio de Janeiro uma transcrição de aproximação fonética com a utilização de caracteres que aludem, em princípio, à imigração chinesa às terras brasileiras no início do século XIX. A respeito, vale observar:

a) “Brasil” vem transcrito como 巴西 (*Bāxī*), ou seja, como uma aproximação fonética, extraíndo-se os fonemas correspondentes à consoante vibrante (r) e consoante lateral (l). Os caracteres escolhidos, por sua vez, denotam “Esperança” e “Oeste”, onde a terra de sua migração representaria uma “Esperança no Ocidente”, de tal forma que, a escolha dos caracteres, aparentemente, incorporaria a ideia de integração dos imigrantes chineses ao novo território.

b) “Rio de Janeiro” parece ter sido transposto mediante processo assemelhado. A aproximação fonética construiu a expressão (locução), *Lǐ Yuē Rè Nèi Lú* e os caracteres escolhidos para representar esse conjunto de fonemas 里约热内卢, embora existam interpretações controversas, denotam a “adopção da cidade do Rio de Janeiro como sua terra natal”, mais literalmente, “uma vila chinesa no calor” ou, ainda, uma “vila chinesa adoptada nos trópicos”. Vejam:

*Lǐ* 里 bairro; vila chinesa<sup>46</sup>;

*Yuē* 约 convencional, acordado, adoptado<sup>47</sup>;

*Rè* 热 quente<sup>48</sup>;

*Nèi* 内 dentro, em<sup>49</sup>;

*Lú* 卢 radical de casa de fazenda; partícula designativa de lugar.<sup>50</sup>

Observa-se, portanto, que o Rio de Janeiro seria tido como uma “vila chinesa” ou a “terra natal adoptada”, como comumente ocorre com os imigrantes. Há, também, referência ao calor dos trópicos. E, ainda, há a possibilidade de alusão a “uma quente ou calorosa casa de fazenda” ou, também, “cidade natal adoptada com casarão quente”. Tudo, talvez, numa referência ao Palácio Imperial,<sup>51</sup> antigo convento de jesuítas, que dominava a paisagem da Fazenda Real de Santa Cruz.

Deve-se, portanto, considerar que os nomes do Brasil e do Rio de Janeiro, em chinês, foram bem construídos e são detentores de alto grau de significação histórica e, sem dúvida, uma denominação honrosa.

#### 4. A TOPONÍMIA DO BAIRRO DE SANTA CRUZ NO RIO DE JANEIRO.

Em Santa Cruz, na antiga Fazenda Real, no Rio de Janeiro, resta ainda, na denominação dos acidentes geográficos do lugar, referência à presença chinesa na região.

A Rua dos Bambus denota evidência à plantação desta espécie vegetal gramínea amplamente utilizada pelos chineses em diferentes artefactos e até mesmo em muitos tipos de edificações. A respeito, vale lembrar que, no Brasil, embora “bambu” seja um termo muito utilizado, a expressão nativa para a espécie é “taquara”. Conclui-se que os chineses, além do chá, plantaram bambu na Fazenda para as suas actividades.

A denominação “Morro do Chá, na cidade do Rio de Janeiro, está directamente ligada ao campo, onde os colonos chineses se dedicavam ao cultivo do chá, na Fazenda Real de Santa Cruz.

O Canal do Cação Vermelho traz alusão à criação de peixes ornamentais comumente feita no Oriente, onde carpas de cores variadas, em especial avermelhadas, são criadas em águas límpidas dos canais artificiais. O Canal pode ser uma referência aos ribeiros construídos e canalizados pelos chineses para a criação de peixes ornamentais. Às carpas oriundas da Eurásia e de África, que só foram introduzidos no Brasil em 1882,<sup>52</sup> os brasileiros, por desconhecimento a respeito da carpa oriental, poderiam facilmente atribuir o nome

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

de “cação”; eis que o termo serve para identificar várias espécies de peixes com características semelhantes.

### 5. A VISTA CHINESA

A Vista Chinesa consiste em um belveder, com vista espectacular da cidade do Rio de Janeiro, no alto do maciço que compõe o Parque Nacional da Floresta da Tijuca, inserido na zona urbana do Rio de Janeiro. Trata-se de um inusitado e surpreendente pavilhão em estilo chinês construído em argamassa com a estrutura imitando bambu. A Floresta da Tijuca, hoje, floresce onde, no século XIX, existiam as fazendas nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro de então. Os redactores da *wikipedia* e outros textos apócrifos existentes na rede mundial de computadores, são unânimes em afirmar que:

“Essa região apresenta uma assombrosa coincidência de presença chinesa, iniciada com a vinda dos plantadores do chá de D. João VI. Depois do fracasso dessa lavoura, segundo Brasil Gerson, os chineses se teriam espalhado ‘pelas fraldas da Tijuca’”.

Eis que

“desde 1856, o Jardim Botânico estava ligado ao Alto da Boa Vista por uma estrada carroçável [...] Em 1844, um mapa da área registava uma edificação denominada ‘Casa das Chinas’. Provavelmente, um resquício dessa primitiva experiência. Essa vocação provavelmente explica por que a prefeitura (o prefeito Pereira Passos, em 1903, com projecto do arquitecto Luís Rei) edificou, em argamassa copiando o bambu, às margens dessa estrada, anos mais tarde, o pavilhão da Vista Chinesa. Mais acima, um local preparado para servir como ponto de repouso nos frequentes passeios da Família Real ganhou o nome de Mesa do Imperador”.<sup>53</sup>

Além do pagode da Vista Chinesa, há outro pavilhão chinês de menor escala, mas semelhante na construção, no Parque da Quinta da Boa Vista, onde se localizava o Palácio Real.

Constata-se, portanto, nítida perpetuação na memória popular, da presença dos chineses no Rio de Janeiro, representada por esses dois monumentos, sendo que o construído no alto da Floresta da Tijuca é considerado o maior monumento em homenagem a um país oriental de toda a América Latina, assim como o melhor portal chinês fora da China.<sup>54</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Como vimos, factores económicos e históricos foram determinantes para a presença de imigrantes chineses – oriundos principalmente de Macau – no Brasil e, por consequência, na aculturação de dois mundos diferentes. O Rio de Janeiro sempre foi um elo do fenómeno da globalização, mesmo nos momentos inaugurais do século XIX.

À época, a moda não sofria ainda, naquela fase da globalização, os mandamentos de uma hegemonia ocidental. Eis porque era tido como exótico, em terras do Ocidente, o uso de ricas cabaias, que davam ao Rio de Janeiro um aspecto pitoresco, com os chineses metidos em seus trajes multicores retratados por Rugendas.

Alguns modismos, entretanto, eram ditados pelo Oriente. Com efeito, o grande interesse pelas coisas da China e as chinesices já marcavam a cultura local.

Pelo mesmo afã, mais tarde, seria erguido, no Parque Nacional da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, o Pavilhão da Vista Chinesa como um monumento em memória da presença chinesa pelas terras cariocas. Embora ali, urbanisticamente, a inexistência de uma *Chinatown* revele a integração, sem concentração, à terra brasileira.

Os chineses, por sua vez, além de adoptarem a cidade, linguisticamente construíram uma transcrição bastante interessante para os substantivos próprios “Rio de Janeiro” e “Brasil”. A sua presença ficou, também, marcada na toponímia da cidade intimamente ligada à cultura do chá e ao modo de vida chinês, que se desenvolveu, à época, pelas paragens da Real Fazenda de Santa Cruz, actual bairro carioca de Santa Cruz. O património intangível do legado chinês mescla-se ao dos demais imigrantes e estrangeiros que adoptaram o Rio de Janeiro como sua terra. A exemplo, o pastel de feira foi muito além do rolinho primavera chinês e do bolinho de bacalhau portugueses.

Ao observar Rio de Janeiro e Macau, cidades portuárias, ligadas pelo mesmo colonizador, conclui-se que não foi apenas a Metrópole que reinou hegemónica na construção de suas identidades, mas também a intermediação, o meio caminho entre a Metrópole e a sua colónia no Oriente, que influenciou toda uma época e moldou a condição inaugural do Estado brasileiro.

Macau e Rio de Janeiro eram verdadeiras cidades internacionais, com portos abertos às nações amigas,

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

interpostos comerciais nos quais empresários estrangeiros se estabeleceram, moldando e acostumando-se com as suas características exóticas e, até mesmo, aos ditos modos orientais.

Com muita propriedade, o Padre Perereca publicou, em 1825:

“Já não é o Brasil um jardim fechado, e vedado ao resto dos mortais; já não é um país ignorado, e esquecido, já nele se recebem estrangeiros, que preferem habitá-lo, e viver debaixo da sombra do mais benigno príncipe da terra; já vemos pisar com liberdade o seu terreno homens de diversas nações, que nos trazem as artes, as ciências, a indústria, as máquinas e outros mil bens, de que abundam os povos da Europa; por eles se repartem sesmarias de terras incultas; a eles se permitem, e se concedem liberalmente todos os favores, e privilégios, de que gozam os próprios nacionais; eles compram, e vendem francamente, abrem

lojas, e oficinas, estabelecem fábricas, edificam, casam-se, em uma palavra são tratados com doçura, carinho, e amor, ainda mesmo os de comunhão religiosa diferente da Católica Romana, que professamos; e, que mais é, os mesmos gentios, e pagãos (os chinas, que em grande número vieram de Macau, e se estabeleceram na corte)”.<sup>55</sup>

Para encerrar, assiste razão a Paulo Coutinho:

“Por Macau fluiu a componente oriental que se integraria na síntese cultural que moldurou a cultura brasileira do século XIX num Brasil a procura de identidade.

Macau – Brasil, um diálogo antigo a aprofundar, em visão futurante de duas entidades geradas pela História e conversíveis na mesma língua”.<sup>56</sup>

Quem conhece Macau e Rio de Janeiro na actualidade percebe simetrias típicas de cidades coirmãs, seja em razão da semelhança no processo de colonização, seja pela simpatia de sua população. **RC**

“Vista Chinesa”. Foto Augusto Malta, início do século XX. Arquivo Malta, Fundação Museu de Imagem e do Som do Governo do Estado do Rio de Janeiro.



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

## NOTAS

- 1 Em 1808, em razão das guerras napoleônicas, a corte portuguesa estabeleceu-se no Rio de Janeiro, que, embora em condição colonial, passou a ser sede do Império Português.
- 2 Sílvio Cezar de Souza Lima, *Determinismo biológico e migração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*, p. 80.
- 3 Eduardo Bueno, *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*.
- 4 Sílvio Cezar de Souza Lima, *Determinismo biológico e migração chinesa...*, p. 112. Mesmo com a instalação da corte portuguesa no Brasil, os europeus continuavam a observar a maneira exótica e orientalizada do Brasil. Afirmava-se, em 1817, num relatório diplomático do embaixador alemão, conde von Flemming: “Com exceção da semi-asiática corte de Constantinopla, provavelmente não existe nenhuma outra na Europa tão estranha quanto esta. Apesar de ter se estabelecido na América há pouco tempo, ela pode ser considerada totalmente estranha aos hábitos europeus e completamente exótica. Nenhuma outra corte tem tantos empregados, guarda-roupas, assistentes, servos uniformizados e cocheiros. Essa tendência ao orientalismo de forma alguma corresponde ao seu luxo” (Flemming *apud* Laurentino Gomes, *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, p. 297).
- 5 Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil: o cerco se mantém”.
- 6 Chang-sheng Shu, “Imigração chinesa”.
- 7 A respeito dos primeiros imigrantes chineses, “denúncias foram feitas por um parlamentar inglês, em 12 de Maio de 1834 (mais de 20 anos após o episódio, portanto), asseguram – ou, quando menos, insinuam – que vários daqueles imigrantes teriam tido um destino terrível [...] O episódio, mencionado na tese inédita de Arlene M. Kelly (*Chinese and Tea in Brazil: 1808-1822*), jamais foi esclarecido.” (Eduardo Bueno, *Brasil: uma história: a incrível saga de um país*, pp. 272-273). Tal relato, reportado por Bueno e Shu, parte de fonte única, portanto causa estranheza e suspeição, ainda mais quando se considera que a denúncia foi feita por quem patrocinava a derrota da China, na proximidade da Guerra do Ópio, e temia a concorrência no comércio e cultivo do chá, à época afigurando-se promissores.
- 8 Chang-sheng Shu, “Imigração chinesa”.
- 9 Diferentemente do que se observaria mais tarde, a imagem da China mudaria rapidamente no Ocidente (Sílvio Cezar de Souza Lima, *Os filhos do império celeste: a imigração chinesa e sua incorporação à nacionalidade brasileira*), a hegemonia britânica desgraçaria o Império Celeste e converteria a especializada mão-de-obra chinesa à condição próxima da escravidão, com a proliferação de *coolies* por todo o mundo, como mão-de-obra barata, em substituição aos braços dos negros escravos, então libertos. E, no Brasil, a influência oriental observada até o início do século XIX seria abafada pelas francesa e britânica (Júlio Bandeira *apud* Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”).
- 10 Sílvio Cezar de Souza Lima, *Determinismo biológico e migração chinesa...*, p. 80.
- 11 *Ibidem*, p. 81.
- 12 *Ibidem*.
- 13 Sílvio Cezar de Souza Lima, “Os filhos do império celeste...”.
- 14 Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 15 Chang-sheng Shu, “Imigração chinesa”.
- 16 Segundo vários autores, inclusive reportado por Johann Moritz Rugendas na sua obra *Voyage pittoresque dans le Brésil* (Paris, 1835), em 1810 chegaram cerca de 300 chineses.
- 17 Sílvio Cezar de Souza Lima, “Os filhos do império celeste...”.
- 18 Carlos Francisco Moura, *Colonos Chineses no Brasil no Reinado de D. João VI*, p. 5.
- 19 Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil (1821-1823)*, *apud* Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 20 Paulo Coutinho, “Macau: Uma história de sucesso”.
- 21 A fazenda é hoje o bairro de Santa Cruz e a lavoura localizava-se na região hoje conhecida como Morro do Chá.
- 22 Chang-sheng Shu, “Imigração chinesa”.
- 23 Sílvio Cezar de Souza Lima, *Determinismo biológico e migração chinesa...*, p. 80. Há-de-se incluir Rugendas, que “retratou a região por volta de 1820”. A sua gravura descreve uma área atrás do Corcovado, à beira da lagoa Rodrigo de Freitas, onde hoje se localiza o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.
- 24 Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 25 Carlos Francisco Moura, *Colonos Chineses no Brasil ...*, p. 11.
- 26 Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil (1821-1823)*, *apud* Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 27 Paulo Coutinho, “Macau: Uma história de sucesso”.
- 28 Luiz Gonçalves dos Santos (Padre Perereca), *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, t. 1, p. 275.
- 29 *Ibidem*, p. 260.
- 30 Paulo Coutinho, “Macau: Uma história de sucesso”.
- 31 Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 32 Paulo Coutinho, “Macau: Uma história de sucesso”.
- 33 Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 34 Carlos Francisco Moura, *Colonos Chineses no Brasil ...*, p. 8.
- 35 Paulo Coutinho, “Macau: Uma história de sucesso”.
- 36 Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil (1821-1823)*, *apud* Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 37 Chang-sheng Shu, “Imigração chinesa”.
- 38 Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil (1821-1823)*, *apud* Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 39 Sílvio Cezar de Souza Lima, “Os filhos do império celeste...”.
- 40 Andrea Doré, “Os macaenses no Brasil...”.
- 41 Chang-sheng Shu, “Imigração chinesa”.
- 42 Cristina Putz (ed.), *História da gastronomia paulistana*, p. 120.
- 43 Os recheios mais populares são *pizza*; queijo, tomate e orégão; palmito; e carne moída (*ibidem*).
- 44 *Ibidem*.
- 45 Alguns autores fazem referência ao bairro da Liberdade como a *Chinatown* de São Paulo. Entretanto, ali encontram-se não só chineses, mas coreanos, tailandeses e grande número de japoneses. Também, não se trata de um gueto oriental, vez que outros estrangeiros e nacionais coabitam no local. A respeito, vale ainda lembrar que a Casa de Portugal tem sede naquele bairro.
- 46 Wu Yi Chen e Wu Ming Tsung, *Curso de Chinês básico*, p. 16.
- 47 Martin H. Manser, *Concise English-Chinese Chinese-English Dictionary*.
- 48 *Ibidem*.
- 49 *Ibidem*.
- 50 Ho Yeh Chia, entrevista em 28 de Janeiro de 2011.
- 51 Hoje, sede da Escola de Engenharia do Exército Brasileiro.
- 52 Antonio Houaiss e Mauro Salles Villar, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, p. 409.
- 53 Wikipedia, acesso em 14 de Janeiro de 2011.
- 54 Evaristo Eduardo de Miranda, “Quando plantas valiam ouro: espionagem, pirataria e amor pela ciência explicam um segredo histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1809”.
- 55 Luiz Gonçalves dos Santos (Padre Perereca), *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*.
- 56 Paulo Coutinho, “Macau: Uma História de Sucesso”.

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

## BIBLIOGRAFIA

- Bueno, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. São Paulo: Objectiva, 1998.
- . *Brasil: uma história: a incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2003.
- Carvalho, Ana Paula C. “Colônia japonesa de Santa Cruz: os frutos de uma cultura. In *Actas do II Encontro Internacional de Ecomuseus*. Rio de Janeiro: NOPH/MINOM/ICOFOM LAM, 2000.
- Cavalcanti, Nireu. *Santa Cruz: uma paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- Coutinho, Paulo. “Macau: Uma história de sucesso”. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2009. Texto da exposição itinerante no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro.
- Doré, Andrea. “Os macaenses no Brasil: o cerco se mantém”. In *Lusotopie* 2000, pp. 223-230.
- Freitas, Benedicto. *Santa Cruz. Fazenda Jesuítica, Real e Imperial*. 3 vols. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas: 1985.
- . *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Editora do Autor: 1950.
- . *O Matadouro de Santa Cruz (cem anos a serviço da comunidade)*. Rio de Janeiro: 1977.
- Fridman, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- Gama, José de Saldanha da. “História da Imperial Fazenda de Santa Cruz”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 38 (1860).
- Gomes, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2007.
- Graham, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil (1821-1823)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- Ho, Yeh Chia. Entrevista em 28 de Janeiro de 2011.
- Houaiss, Antonio e Villar, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- Lima, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e migração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- . *Os filhos do império celeste: a imigração chinesa e sua incorporação à nacionalidade brasileira*. Em [www.bn.br](http://www.bn.br) (sítio da Biblioteca Nacional – Rede da Memória Virtual Brasileira, consultado em 14 de Janeiro de 2011).
- Manser, Martin H. *Concise English-Chinese Chinese-English Dictionary*. 2.<sup>a</sup> ed. Hong Kong: Oxford, 1999.
- Miranda, Evaristo Eduardo de. “Quando plantas valiam ouro: espionagem, pirataria e amor pela ciência explicam um segredo histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1809”. In *Revista Nacional Geographic Brasil*, n.º 128 (Novembro de 2010). Editora: Abril. <http://viajeaqu.abril.com.br/national-geographic/edicao-128/historias-jardim-botanico-rio-de-janeiro-604937.shtml?page=2>, consultado em 21 de Fevereiro de 2011.
- Moura, Carlos Francisco. *Colonos Chineses no Brasil no Reinado de D. João VI*. Separata *Boletim do Instituto Luís de Camões*, 7 (2), Macau: Imprensa Nacional, 1973.
- Ofício n.º 30 (1811/03/20) do ouvidor de Macau, desembargador Miguel de Arriaga Brum da Silveira, ao [Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos D. João de Almeida Melo e Castro, conde das Galveias], que envia sementes e plantas de chá e menciona dois chineses para a Bahia, para cultivo do chá. Anexo: termo de contrato de compromisso dos trabalhadores chineses para o cultivo do chá no Brasil. Manuscrito. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), cx. 32, doc. n.º 16.
- Ofício n.º 34, 1813/12/30 do ouvidor-geral de Macau, conselheiro Miguel de Arriaga Brum da Silveira, ao [Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. João de Almeida Melo e Castro, conde de Galveias], que remete sementes de chá para a Bahia e informa sobre a utilidade de se mandarem carpinteiros chineses para o Brasil, com salários de 12 patacas ou mais. Anexo: [1814/06/18]– ofício (minuta) do [Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, António de Araujo de Azevedo] ao [ouvidor-geral de Macau], conselheiro Miguel de Arriaga Brum da Silveira, que envia mais sementes de chá para a Bahia e contrata carpinteiros chineses para trabalharem no Arsenal Real. Manuscrito. AHU, cx. 36, doc. n.º 34.
- Putz, Cristina (ed.). *História da gastronomia paulistana*. São Paulo: GuiaD, 2004.
- Santos, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo, t. 1, 1981.
- Shu, Chang-sheng. “Imigração Chinesa”. In *Revista Leituras da História*, 17 (2009). São Paulo: Escala.
- . “Imigrantes e Imigração Chinesa no Rio de Janeiro (1910-1990)”. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, ano 4, 7 (2009). (acedido em 14 de Janeiro de 2011).
- Wu, Yi Chen e Wu, Ming Tsung. *Curso de Chinês básico*, vol. 4. São Paulo: Escola Mandarin, 2008.

George Chinnery (1774-1852),  
São Domingos Church, with Monte Fort beyond.  
Pen and ink and watercolours.  
Courtesy Martyn Gregory Gallery, London.



# Macao's Coolie Trade

## One City, Two Cultures, Three Communities

### Social Harmony, Separate Development and Taxing Vices

FRANCISCO VIZEU PINHEIRO\*



#### INTRODUCTION

Meshed into the 21<sup>st</sup> century urban fabric, the historical streets of Macao include several places linked with the coolie trade such as the Rua dos Colonos (Colonists' Street), Rua e Travessa dos Cules (Coolies' Street and Alley), Travessa do Socorro (Assistance Alley) and Rua da Alfândega (Customs House Street). They provide a fading reference to the role played by Macao during the 19<sup>th</sup> century trade of Chinese indentured labourers to Latin America.

Under extra-territoriality privileges and free trade conditions, Macao and other Chinese ports played an important role in the development of this trade in the 1850s, which soon developed into indentured

slavery. The abolition policies worldwide were both an opportunity and a problem for the Macao government, which opted to support the coolie trade whilst trying to resolve the growing number of abuses.

Based on the historical evolution and contemporary reports this paper studies the synergies between the struggles for economic survival and the urban and social framework of the different communities of Macao that contributed to this rather ambivalent situation in a dark period of history.

#### THE COOLIE TRADE FROM MACAO

Learning from Hong Kong and other Chinese ports after the Opium War, Macao became a hub for the Chinese coolie trade, a profitable business that attracted several local and international companies from 1851 to 1873.

Coolies from the southern provinces of China were brought to the barracoons in Macao before their embarkation to overseas destinations. The trade between Macao and South America<sup>1</sup> is well documented since details of all coolie clippers and steam liners from Macao, their conditions, crew and

\* Ph.D. from Tokyo Institute of Technology, Japan. Adjunct Professor at St. Joseph's University (Macao) and part time lecturer at the Institute for Tourism Studies (Macao). Recently he is doing research on the role of History, memory and identity in Chinese and Western Culture and its importance in urban rehabilitation projects for keeping traditions alive.

*Doutorado pelo Instituto de Tecnologia de Tóquio. Professor Adjunto na Universidade de S. José (Macao) lecciona ainda, a tempo parcial, no Instituto de Formação Turística. A sua investigação mais recente centra-se no papel da História, memória e identidade nas culturas chinesa e ocidental e a sua importância para os projectos de reabilitação urbana de forma a preservar as tradições.*

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS



Western House on the Praya Grande, c. 1900. Courtesy Macao Museum.

cargo, were recorded in the overseas port registries.<sup>2</sup> These can be crosschecked with the memoirs and diaries written by several officials and diplomats during the same period.<sup>3</sup>

At a time when recently independent American nations had abolished slavery and were consequently in dire need of manpower,<sup>4</sup> the coolie trade was considered vital for the economic independence and sustainability of the small Portuguese concession of Macao. But this opportunity came at a price.

Tens of thousands of Chinese workers were systematically deceived during their recruitment by local crimps and foreign dealers with promises of voyages to great fortunes at 'gold mountain' (the Chinese name for California) during the Gold Rush and Central Pacific Railroad construction.<sup>5</sup> Some 90,000 to 100,000 Chinese labourers arrived in Peru after

a three-month trans-Pacific passage with an average mortality during the voyage of 11 percent between 1849 and 1874, with its peak at 16 percent during the period 1860 to 1869.<sup>6</sup>

The Macao government reacted with local regulations intended to eliminate such abuses.<sup>7</sup> However, they could only regulate the conditions at the port of embarkation, particularly in the barracoons and the ships. Macao had jurisdiction over neither the recruiting processes in mainland China nor the working conditions in the countries of destination. Every new regulation seemed to come with its own loopholes for further profit for the human traffickers<sup>8</sup>. Silva<sup>9</sup> traces the roots of this evil back to the greed of local and overseas merchants and criminal organisations such as pirates and triad societies. The lack of adequate communication between China and Portugal could

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

be seen as another major source of inefficiency in the Macao administration. Lessa<sup>10</sup> probably provides the most complete Portuguese account of the coolie trade from the diplomatic perspective. The governors of Macao proposed to the Qing government that it send a Chinese consul to Macao to control abuses in the trade. The request was turned down on the grounds that it could be seen as recognition of the status of Macao as a Portuguese colony instead of a land concession. Lessa argues that Portuguese politicians perceived their British counterparts in Hong Kong as ambivalent towards the trade in Macao, on the one hand launching defamation campaigns on humanitarian grounds, while on the other hand investments in this trade were made by banks and corporations in London, Liverpool and New York that obtained large profits on the traffic.<sup>11</sup> Several episodes of the campaign against Macao as well as the double standards of the British colony of Hong Kong in the administration of justice on captured coolie traffickers were also reported.<sup>12</sup>

The Macao government put an end to the coolie trade giving greater weight to Portugal's international prestige than the undeniable economic benefits from the trade.<sup>13</sup> It was also a public policy that could be traced back to Portuguese monarchs' safeguarding of slaves from abuses during Portuguese maritime expansion.<sup>14</sup> History shows that the harsh social and political circumstances in a small 'city state' without natural resources created propitious circumstances for a dramatic struggle for survival, often neglecting the human or moral costs of its endeavour.

## MACAO'S LONG STRUGGLE FOR SURVIVAL AS AN INTERNATIONAL TRADING PORT

Why did Macao favour this trade? The reasons could be found in the city's historic evolution. Macao is unique among the Portuguese cities in Asia and Africa because it was not conquered by military force against imperial China but by skillful negotiation. In 1557 representatives of the Chinese Emperor and the Portuguese captain agreed that the Portuguese, by paying an annual rent to Chinese authorities,<sup>15</sup> could use a small peninsula at the gates of Canton in southern China, a settlement that would serve as a base and safe harbour for the profitable trade with Japan, China, India and the many Malay communities in the Pacific and Indian Ocean.

Macao's barren landscape, a small and empty peninsula<sup>16</sup> of approximately four square kilometers, was surrounded by pirate-infested waters. The city's survival depended on trade success, tax payments and constant negotiations between Macao's western rulers and the mandarins. Negotiations were open to corruption, depending on the good will of the local mandarins. Macao rulers had difficulties in distinguishing what was a political imposition from China's central government and what was the political and economic private interest of local Mandarins. When the flourishing trade with Japan ended abruptly in 1638 by imposition of the Tokugawa Shogun, the city suffered an economic downturn, bringing poverty and misery, reducing the population<sup>17</sup> to 19,500, less than half of the previous 50 years' record. In the early 18<sup>th</sup> century great poverty in the city due to political and commercial restriction was overcome by the sale of a very profitable product: opium. First imported on a small scale as a medicine, trade in opium<sup>18</sup> later expanded and was dominated by the more professional and efficient British companies that managed initially to overcome, then put an end to, the restrictions of the Canton Trading System (1760-1842) and their dependence on Chinese and Portuguese control. As the Portuguese authorities in Macao could not rule (or turn away) Chinese subjects, Macao attracted many refugees and criminals after the Opium Wars and several rebellions in China, who arrived mostly by sea and lived in boats or found illegal lodging on land, many having links with pirates and triad societies.<sup>19</sup>

For different reasons, Chinese were discouraged by Chinese and Portuguese authorities<sup>20</sup> to live in or own properties in Macao.<sup>21</sup> The Portuguese feared being absorbed and controlled by the large number of incoming Chinese.<sup>22</sup> Qing authorities feared the mixing of Chinese with foreigners would result in 'contamination' and influence by western ideas and traditions.<sup>23</sup>

The Portuguese-ruled Senate had no jurisdiction and little control over the large Chinese population, who were ruled by mandarins. Gaming activities and illegal lodging was a feature of Macao for many centuries, creating public disorders.<sup>24</sup> Vices were abundant in the



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIAS

city,<sup>25</sup> a situation that scandalised friars and newcomers to the city, like Friar José de Jesus Maria. He strongly criticised the city rulers who could not impose law and order as was done in other Portuguese colonies.

In 1793, the removal of restrictive measures for Chinese living in Macao increased the Chinese population<sup>26</sup> and improved the city trade in general, particularly the opium trade, which also attracted foreign companies.<sup>27</sup> However, after the founding of Hong Kong there was an exodus of the foreign community in Macao, which moved resolutely to the new British colony, abandoning the mansions rented by the Macanese, who in a short time lost their real estate dominance and profits as well their sea trade business in favour of Hong Kong. The western city of Macao with a Mediterranean flavour became an empty city that was progressively occupied by prosperous Chinese<sup>28</sup> and a large mass of political and economic refugees who helped to build and develop Macao.

After centuries of social, cultural and economic intertwining, it was decided by peaceful negotiations, as in the period of the city's founding, that Portugal would return Macao to China on 20 December 1999.

MACAO: ONE CITY, TWO CULTURES,  
THREE COMMUNITIES, MANY VILLAGES

The view of the contemporary cultural and social map of the city will help us to understand the conditions for the development of the coolie trade in 19<sup>th</sup> century Macao.

It is often mentioned that Macao is a harmonious society resulting from the 'harmonious' mix of western and Chinese in several aspects such as architecture, race, culture and traditions. However, a detailed historical analysis reveals a very different picture.

Victor Tissot, an educated Swiss man who participated in the drafting of the Larousse dictionary and contributed to several literary and journalistic publications, collected the impressions of European visitors to Asia. Through several anecdotes, he echoed the opinions of European visitors, like Baron von Hübner, about the strong contrast between a crowded and noisy Chinese quarter in the Inner Harbour and a 'dead' Portuguese Mediterranean city with empty convents and military barracks, now a shadow of its glorious past. Tissot also noted that although Chinese and foreigners (including Macanese) lived in separate

areas they came together in gambling at the fantan houses, with the Europeans on the ground floor and Chinese on the upper floor, with a balustrade. Even in gambling, there was separation.<sup>29</sup>

This living side-by-side but separately was reflected in the fact that the city was geographically and administratively divided into two areas, known respectively as Chinese and Christian.<sup>30</sup> As late as 1867, a police report stated that;

twenty years ago Macau constituted two separate quarters which were like two different cities; Chinese... and Christian... both [were] without police, completely separated with unequal rights and without reciprocity of interests.<sup>31</sup> (my translation)

The lack of policemen in the Chinese quarter (Inner Harbour) was a constant for centuries under the Portuguese, resulting in the division of jurisdiction on Chinese and Portuguese subjects between the mandarins and the Senate.

Baron Joseph-Alexander von Hübner, an Austrian diplomat in Paris, who visited Macao in 1871, reported that the only ones who prospered in the city were the owners of the Chinese quarter restaurants and crowded gaming houses and the coolies' commissars.<sup>32</sup> The Portuguese city was practically empty, with few soldiers patrolling, some smoking a cigar – easily bought from Manila, Singapore or locally made.

He mentioned that in the city there were only 12 (traditional) families of 'pure (Portuguese) blood'. The other 'pure blood' Portuguese from Portugal were poorly paid civil servants, doctors, and military, who were sent back to Portugal when their commission ended.

The Portuguese and their local descendants, the Macanese who resulted from many different ethnic stock mixes,<sup>33</sup> considered themselves aristocratic 'fidalgos'<sup>34</sup>: descendants of the heroes and the adventurers of the past, living like aristocrats<sup>35</sup> in large Mediterranean-style mansions. They avoided 'undignified' manual work, a situation described by 18<sup>th</sup> century George Staunton,<sup>36</sup> preferring to beg than to do any rural, artisan or industrial work.

Dr. Melchior Yvan, a French medical doctor and politician visiting Macao circa 1844, provided a perspective of the city and its communities just before the start of the coolie trade. He mentioned in detail the contrast between the grandiose buildings in the

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

empty Christian city and the chaos in the crowded Chinese bazaar located between Patane and Manduco beaches. The apparent mess, gaming, and trade in the bazaar was controlled from a large building fronted by a square with two tall wooden poles: the headquarters of the Chinese police officer.

Dr. Yvan studied in detail the anatomic features,<sup>37</sup> costumes and languages of the Macanese, resuming their professional activities with a local phrase in *patuá* dialect<sup>38</sup>:

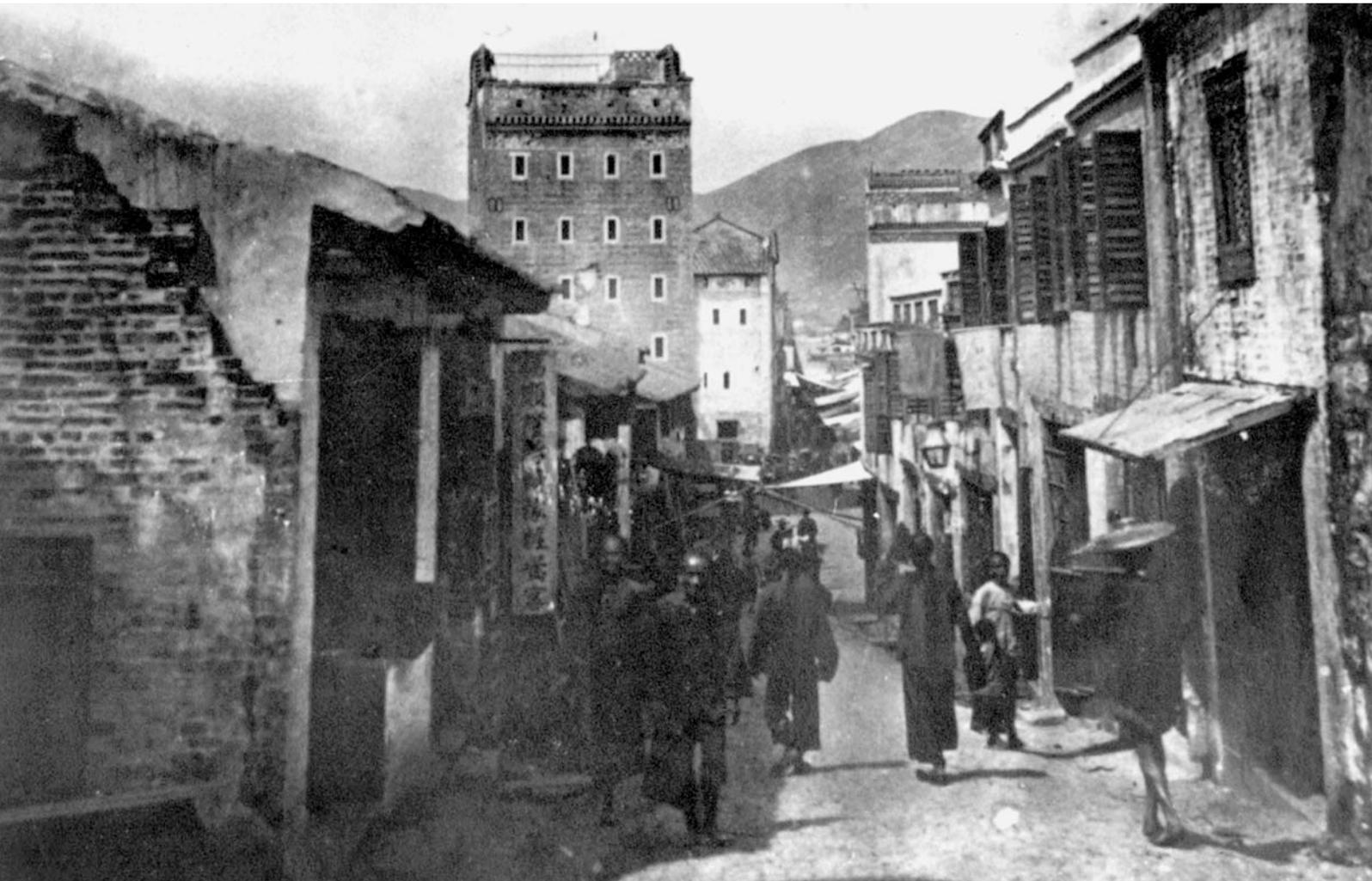
Nhom vai Cantão, nhonha fica Macao commé Balichão (men go to Canton (to trade), women stay at home eating Balichão)<sup>39</sup> (my translation) Yvan pitied the Macanese,<sup>40</sup> descendants of the Portuguese heroes of the age of expansion, by then in

a poor state, without capital, some dreaming of heroic adventures, but dedicated to smuggling<sup>41</sup> opium into Ningbo and Shanghai.

Poor or non-existent education was a reason for the decay of Macanese society. Yvan recognised that women were deeply affected in this aspect after the expulsion of the religious orders. With the rare exception of a very few educated ones, most women could not maintain a conversation and had to rely on saying 'yes', 'no', 'can', 'cannot'. The men read little, spending the time fanning and yawning, while women spent the time looking out of the window, doing nothing, or smoking tobacco.

This phobia of manual work favoured 'soft' slavery for centuries, a system practiced in Macao until

The Chinese Bazaar, c. 1900. From Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Álbum Macau 3* (Macao: Livros do Oriente, 1993).



CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



1855 when it was abolished following the 1836<sup>42</sup> laws in Portugal.

Familiarity with slave work in Macao society<sup>43</sup> could have contributed to some 'tolerance' of the future coolie trade, a 'tolerance' that was common in Macao for other cultures, religions, and vices, like opium and gambling.

Ludovico Comte (Earl of) Beauvoir, a Belgian nobleman, considered the lack of firmness in stopping the coolie trade derived from the lack of an authentic European settlement, because Macao:

is not pure Portuguese, nor Chinese, neither (pure) Christian nor Buddhist, vacillating between mandarins and Portuguese governors in a permanent struggle, sometimes proclaiming European policies, then quickly changing by intimidation and submission in response to threats from Canton and Beijing....the focus of corruption is the bastard origin.<sup>44</sup> (my translation)

This strong impression against the Macanese mestizos was expressed by Beauvoir after a visit to a barracoon:

The half black Portuguese that showed us around his barracoons, had today one hundred (coolies) acquired from his agent in Canton, Guangdong and Hainan (island); this is a 30,000 francs investment. This owner has the real appearance of a human flesh seller; he is fat, greasy, stocky, short, with a flat nose, a fierce glare, dirty beard, and he has in his hand a huge stick for slaves...<sup>45</sup> (my translation)

Baron von Hübner also blames the ethnic mix as a reason for the decay in morals and traditions in Macao; the Portuguese element, as consequence of multiple infusions of Asiatic blood, is corrupted and extinguished.<sup>46</sup> (my translation)

The wealth of the local traders contrasts with the officers coming from Portugal, 'who work

Inner Harbour, 1870. Coolies waiting at the former Largo da Caldeira (no longer extant).

Photo John Thompson. From Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Álbum Macau 3* (Macao: Livros do Oriente, 1993).



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

in offices well provided of employees that are starved'... the time of the Portuguese who comes here to make a fortune belongs to the past, or better said, to the myths. Here no-one prospers but the coolies' commissars and the owners of gaming houses.<sup>47</sup> (my translation)

He considered the coolie trade an economic 'survival' solution for Macao, which had lost previous business due to three factors; first the foundinf of Hong Kong, second the opening of other ports in China to foreign trade, and third the dominance of Macao trade and business by Chinese who were also acquiring the mansions of the ruined Portuguese or Macanese, creating a subservient community favoring 'tolerance' of the coolie trade, as it favored the opium and gaming vices that were associated with the cultural background of the 'other' community which the Portuguese could not rule.

Many of the above comments reveal the nationalistic spirit that dominated European culture at the time, which often viewed colonialism as a civilising tool for changing other cultures considered less developed or "barbaric" because of their backward technology and social organisation. These nationalist concepts were scientifically supported by Darwinian theories of natural selection and the rule of the fittest.

### SHAPING MACAO AS A EUROPEAN MODERN COLONY

Inspired by the economic challenges<sup>48</sup> created by the establishment of Hong Kong<sup>49</sup> and the end of the Canton Trade System, a hard-line navy hero, Captain Ferreira do Amaral, was sent as the new governor (1846-1849) to address the lack of Portuguese authority in

The Bazaar Temple Square, c. 1900. The buildings in the temple neighbourhood resemble some description of the barracoons. Courtesy Macao Museum.



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

Macao,<sup>50</sup> as well to solve social disorders, and overcome the fears of a possible invasion from China.

Amaral decided to centralise the government powers by abolishing the humiliating centuries-old dual authority system between mandarins and Senate representatives, taking into his hands the government of the colony.

However, imposing taxes on Chinese merchants, without negotiators or representatives from China, created a tense situation that was ripe for conflict. The 'Faitiões'<sup>51</sup> revolt broke out in December 1846, when Chinese rebels and artillery from 40 junks landed in the Inner Harbor, climbing the slope towards the city citadel<sup>52</sup> at Monte Fort. The rebellion failed due to the prompt intervention of Indian sepoy<sup>53</sup> and local militia. The uprising was followed by a strike, closing all Chinese shops in the Bazaar, threatening to leave the city without food supplies. Amaral announced that if the shops were not open in 24 hours, the guns of Monte Fort would fire on the Bazaar. The shops did open. The Senate opposed this use of force but Amaral answered by labelling them traitors. Following his success in controlling rebellions and quelling internal opposition, Amaral believed that he succeeded in ruling both the western and Chinese population in Macao. Amaral's rule was founded on implementing taxation and imposing a military peace.

## LEGALISING VICES AS A WAY OF CONTROLLING SOCIAL CHAOS

Amaral legalised the popular fantan game in 1849 at the request of Chinese merchants, who suggested legalisation as a way to bring order to the conflicts created by gaming vices. This measure reduced illegal gambling and drinking-related incidents.<sup>54</sup> Amaral was murdered on 22 August 1849. His death was due to the many social and political changes to the status quo of Macao,<sup>55</sup> particularly the definitive conversion of Macao from a rented portion of China to a European colony like Hong Kong. Following his death, the new governor, Gonçalves Cardoso, took steps to reinforce the economy by establishing a monopoly over the city's vices, like opium smoking and prostitution, which were considered as a Chinese cultural feature and to be tolerated by the ruling colonial minority. The opium trade was regulated and prostitution was legalised. The opium trade funded public works such as the expansion of the Inner Harbour. Governor Guimaraes (1852-

1863) claimed that government revenue had increased from a MOP 48,309 deficit in 1852 to a surplus of MOP 104,633 in 1862. By 1886, sixteen gaming rooms, mostly fantan game houses, were in operation.<sup>56</sup>

Beauvoir argues that taxation was a compromise by the authorities

and in accordance with the fatal rule of the Asian people that by imposing (taxing) their vices the most profit is achieved. More than 500,000 francs come from gaming licences; more than 300,000 francs from opium and barracoons, the profits are something like 1,188,000 francs...<sup>57</sup>(my translation)

Legalising vices appeared on the surface an effective way to control social unrest and poverty. However, in a deep analysis, this was a 'rotten' peace achieved by the corruption of officers, and the involvement of secret triad societies and unscrupulous greedy merchants. A few of Macao's officers and a large number of Chinese traders in the Inner Harbour developed and fueled the coolie emigration as a new 'fashion' or business. Many of these entrepreneurs were linked to gaming and opium business and often associated with smugglers, pirates and triads'. Several coolies, after losing in Macao's gambling dens, were forced into indentured or debt servitude. Amaral's successors in governing Macao were not strong enough to take draconian measures against abuses. Unfortunately the Chinese population in Macao no longer had the protection of the mandarins and the Portuguese government had no diplomatic protocol link with China, making communication and understanding difficult<sup>58</sup> in the critical period of the coolie trade. Diplomatic channels were only restored in 1886 after signing a friendship treaty between China and Portugal in Tientsin,<sup>59</sup> made possible thanks to the support of one of the most influential and powerful westerners in China, Sir Robert Hart,<sup>60</sup> acting in the interest of protecting Macao from acquisition by the French<sup>61</sup> and favouring British control of the Asian trade.

## CONTEMPORARY REPORTS OF THE MACAO BARRACOONS DURING THE COOLIE TRADE PERIOD

Visitors linked with France provided a more detailed account of the internal and external conditions of the barracoons, probably because France was the country with most ships involved in the trade.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIAS

Beauvoir, who visited Macao in February 1867, described his impressions of the city landscapes, observing that in parts of the city the old glory had gone. For example, St. Paul's Jesuit College was destroyed by fire. In a sarcastic tone he mentions the visit to one of the barracoons of the companies dealing with the coolie trade:

At the first shop of sellers of men that we enter there is a cheerful exterior environment of terraces decorated with flowers, large chinaware pottery, grand halls with mahogany furniture; this is the room for receiving... (government) officers. A small desk in a corner with large pile of used books of records reminds us that here is the place where human flesh is registered. The walls are decorated with large impressive paintings – these people love art so much – of the fortunate ships destined to transport this cargo of the 'sons of heaven' to be under the killing sun of the Cuban plantations or to the fetid wells of guano in Peru. I regret seeing too many French flags in the (ships) publicity. At first glance on entering all that looks splendourous. But after the traditional polite greetings to the dark-faced mestizo house owners, we understand the long corridors where at left and right are heaped with all the Chinese 'ready to depart for emigration'. They stay there with sunken faces and emaciated bodies, covered with rotten rags, suffering the heinous nature of dirty misery, lying down on the most abominable infection...[m]ore atrocities and more infamous speculations on the black slave traffic it has come to replace, blood, always blood!<sup>62</sup> (my translation)

Baron von Hübner gave a graphic description<sup>63</sup> of his detailed visit of the barracoons, which were big red, 'the colour of blood', buildings with large rooms which displayed the contract conditions for Cuba and Peru, and where the coolies were asked three or four times if they really wanted to go to work overseas.

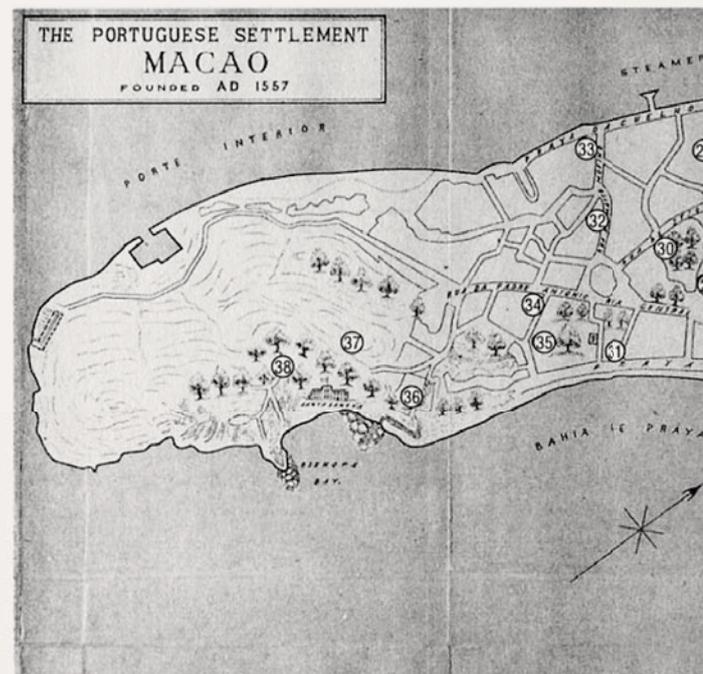
Paul Bonnetain, another Frenchman<sup>64</sup> estimated there were in Macao 55,000 Chinese and 4,500 Portuguese, three quarters of them of 'ugly' mixed blood. He experimented with the gaming house where he (and many others) lost money and jewels. Bonnetain

<sup>62</sup> The barracoons as a tourist attraction in a 1898 tourist guide book.

## From *The Tourists' Guide to Canton*

The streets named on this plan are the principal thorough-fares from one to another and tourists are recommended to keep, as much as possible,

- |        |   |        |             |
|--------|---|--------|-------------|
| No. 1  | Barrier   | No. 12 | Roman       |
| No. 2  | Lui Fong Miu, Monument to Governor Amaral       | No. 13 | Chines      |
| No. 3  | Sea Bathing Place                               | No. 14 | Ruin,       |
| No. 4  | Bella Vista, evening resort for cool sea breeze | No. 15 | Camoe       |
| No. 5  | Flora, Governor's Summer Palace                 | No. 16 | Camoe and B |
| No. 6  | Lighthouse                                      | No. 17 | 'Fantar     |
| No. 7  | Military Hospital                               | No. 18 | 'Fantar     |
| No. 8  | Public Gardens                                  | No. 19 | San D       |
| No. 9  | Military Club                                   | No. 20 | Hing F      |
| No. 10 | French Consulate                                | No. 21 | } front e   |
| No. 11 | Consul for Italy and Siam                       | No. 22 | Post O      |
|        |   | No. 23 | Telegr      |



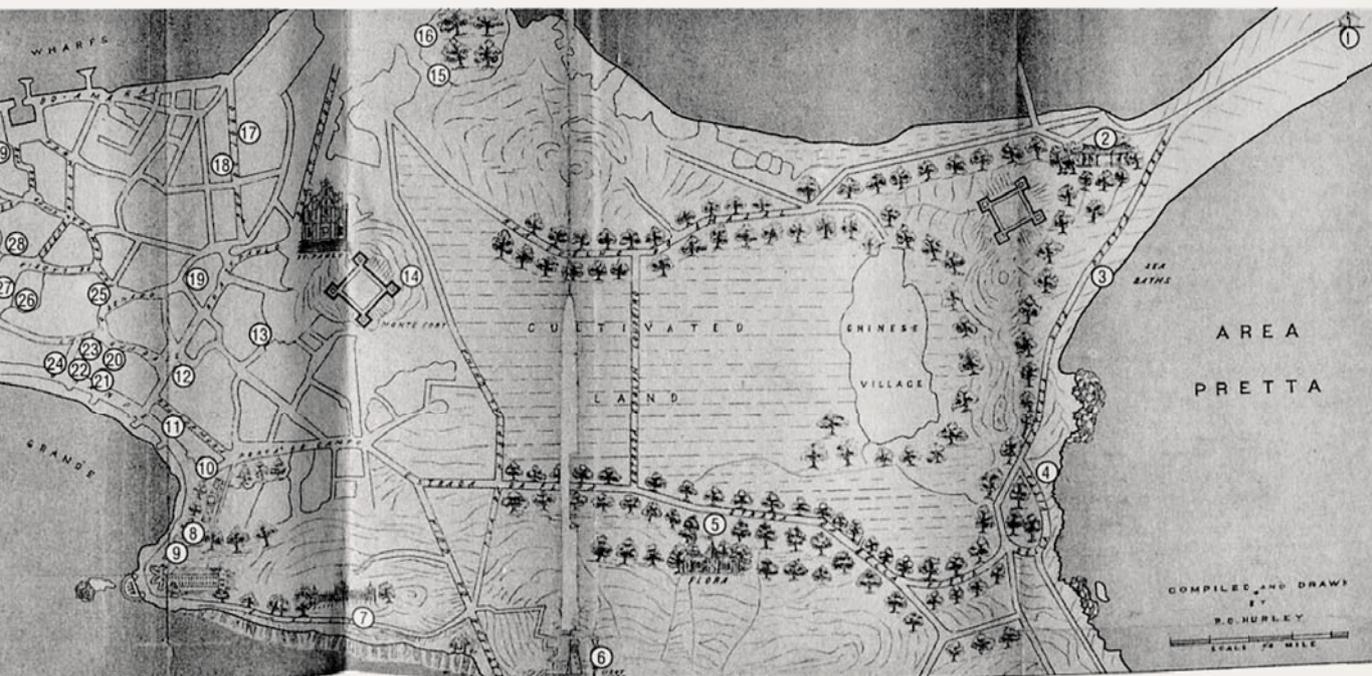
PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

...n, The West River and Macao, 1898

...m one point of interest  
...le, to them.

- Catholic Cathedral
- Tobacco Manufactory
- Facade of San Paulo
- Gardens
- Gardens: The Poet's Grotto
- ist
- Gambling Saloon
- Gambling Saloon
- omingo Church
- Lee's Family Hotel—
- Entrance
- Office
- Graph Office

- No. 24 Supreme Court and Treasury
- No. 25 Municipal Chambers
- No. 26 San Agostinho Church
- No. 27 Union Club
- No. 28 Barracoons
- No. 29 Opium Farm; preparing and boiling
- No. 30 St Joseph's College
- No. 31 Government House—Governor's Residence
- No. 32 Tea Industry; firing, sorting, and packing
- No. 33 Fish-drying and packing
- No. 34 Barracoons
- No. 35 Consul for Netherlands
- No. 36 Boa Vista Hotel
- No. 37 Church of Nossa Senhora de Penha
- No. 38 Bird's-eye view over the whole Settlement, etc., etc.



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

reported that the coolie industry in Macao died in 1873, and that economic setback that was followed by the catastrophic devastation on 22 September 1874, generated by a super-typhoon that destroyed thousands of lives and ships. Under the cover of this natural mayhem, local pirates attacked the unprotected city, robbing, killing and burning hundreds of houses, leaving the city in ruins.<sup>65</sup> This panorama shocked Léon Rousset, who visited Macao in 1874. He was depressed by this vision of Macao, which prompted him to return early to France.<sup>66</sup>

### ON THE LOCATION OF THE BARRACOONS

The 1898 tourists' Guide to Canton, The West River and Macao<sup>67</sup> published for 'Victorian travelers', indicates the coolie barracoons as tourist spots near the Lilau Square and the area of the current Ho Tung Library neighbouring the actual Coolies' Alley, an area that is now under threat by the construction of modern structures.

Customs records<sup>68</sup> indicate a concentration of barracoons at the Inner Harbour, near Camões Square. This was an area with many 'colonos' (colonists) a name given to coolies waiting to emigrate. Streets linked with the barracoons are: Tarrafeiro and Palanchica alleys, St. António Square, Rua do Hospital (former British hospital near Camões Square) Gamboa, Ponta da Rede in the Inner Harbour. In the Outer Harbour, Coolies' Alley still remains near Rua de São Lourenço, in the area of the Ho Tung library.

These old places and buildings should be considered as part of Macao's heritage, but unfortunately they are not protected.<sup>69</sup>

### THE CHRONOLOGY AND STAGES OF THE COOLIE TRADE IN MACAO

As a city with two harbours, Macao was used to witnessing foreign newcomers and Chinese emigrants, the latter coming from the opposite side of the river at the Inner Harbour, which also accommodated a

Inner Harbour, c. 1890 at the Travessa das Virtudes near the Chinese Bazaar. The buildings with metal grids in the windows match the description of the barracoons. From João Loureiro, *Postais Antigos de Macau/Antique Postcards from Macau*. (Lisbon: João Loureiro e Associados, 2005).



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



A view from the river of the same “barracoon” like building at the crossing of Rua das Lorchas with Travessa das Virtudes. Inns and shops are at the front of the arched buildings, and a pawnshop tower in the background, an omnipresent reminder of the fantan gaming houses in the neighbourhood. From João Loureiro, *Postais Antigos de Macau/Antique Postcards from Macau*. (Lisbon: João Loureiro e Associados, 2005).

large floating population residing in fishing or trading vessels, generating a crowded mess in the bazaar area. Initially the emigration of coolies could have been deemed a good solution to reduce the large unruly population coming to Macao. Not all indentured workers experienced a negative consequence. Many survived and improved their lives in the plantations fields<sup>70</sup> in South America or in North American cities.<sup>71</sup>

The first emigration (1808-1820) of hundreds of Chinese coolies from Macao to South America was of specialised agricultural workers for developing the tea industry and a botanic garden in Brazil, some working under the patronage and protection of the Portuguese king<sup>72</sup> in exile after the Napoleonic troops’ invasion of Portugal. They were well-regarded and treated well, forming the first Chinese colony. Macao and Rio de Janeiro (Brazil) were created sister cities on 6 February 1818 by decree of King João VI. In the late 1880s Brazil

requested more coolies from Macao for colonising and developing agricultural products.

The abolition of slavery in the British Empire and the American civil war freed millions of black slaves, and created a shortage of manpower that was soon replaced by coolies from China.

In the 1830s Sir John Gladstone, Chairman of the West Indian Association, started bringing coolies from India to Jamaica and Demerara. They were attracted by promises of light work and a better life, but found in reality the bitter life of indenture. This is considered to be the start of the coolie trade. Other industrialising nation-states followed this example.<sup>73</sup>

In 1847 the Zulueta<sup>74</sup> cousins, previous slave owners, started the coolie trade to Cuba ‘employing’ a large number of coolies for the sugar plantations, rail works and ports.

A different kind of coolie trade started in Hong Kong and several other ports in China, which

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

was adopted in Macao as a way to recover from the economic challenges created by the founding of Hong Kong. This trade soon degenerated into a legalised and under-contract slave trade, manipulated by triads and large corporations, often subsidised by British capital and supported from Hong Kong as a base<sup>75</sup> that led to mutual recrimination in Hong Kong and Macao newspapers and the accusation of the neighbour city's responsibility for the 1857 massacre of Portuguese in Ningbo.<sup>76</sup> However, it was said in the Hong Kong press at that time that the Macao coolie trade was 'bad', admitting that coolie trade from other ports in China was 'good' and free trade. That proved not to be true, not only because the terrible transportation conditions remained in the coolie clippers (cargo and passenger ships), but also the working conditions, for Chinese and Indian coolies in the destination countries, from the US to British Guyana, Sri Lanka, etc. Companies such as Tait & Co. could send large clippers like *Westward Ho* with 800 coolies from Amoy to different destinations, not only North or South America but also to Manila and Taiwan. Many of the ships departing, not from Macao but from other ports, changed the announced destination from the 'golden' California to

the barren Chincha Islands in Peru for guano extraction (bird droppings, used as land fertiliser). The harsh working conditions of the Chincha islands made them concentration working camps and killing fields for thousands of Chinese.

Diplomatic incidents happened also with foreign companies from different nationalities operating the coolie trade,<sup>77</sup> like American companies' ships using Portuguese flags<sup>78</sup> and names.

However, the Senate opposed the coolie trade that was allowed by the colonial government because it gave the city a bad reputation. Another reason for some opposition in the city was that most of the ships and agents that benefited from this trade were foreigners.<sup>79</sup> The 'benefits' of the labours of the coolies remained in the countries where they worked, mining, building railways or working on sugar cane plantations, or from the farming<sup>80</sup> 'miracle' in the UK, America and other countries produced by the guano extracted from Peru, an industry<sup>81</sup> then economically dominated and financed by British companies.

In 1849, Peruvian President Castilla authorised the import of Chinese coolies as the workforce for their farms after abolishing slavery and ending the taxation

Coolies Alley under threat by modern constructions in this historical area. Photo author.



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

of the indigenous population, making all citizens equal under the law (except the coolies).

Teixeira traced the beginning of the coolie trade in China's open ports and in Macao to 1851.<sup>82</sup> In Macao this trade was started, without informing Macao authorities, by two Frenchmen and a Macanese. Abuses were reported and Governor Isidoro Guimarães started imposing regulations in 1853, demanding identification of the location of the deposits (barracoons), the number of coolies, and ordering the traders to submit rules for the barracoons' management for government approval. Also there was an obligation to have medical and sanitary controls at the barracoons and ships.

In 1855 a new law ordered that the employment and emigration contracts with coolies be registered in the Procuradoria dos Negócios Sinicos (Chinese Affairs Procurator office) and that the procurator should visit the barracoons up to the day before embarkation to check that the workers were willing to go,<sup>83</sup> otherwise to make them return to their villages in China. The Captain of the port also had the duty to check the ships' conditions.

Beauvoir narrates the consequences of the new law:

it is fair to say that since then, the Portuguese government has assumed a vigilant control over what was until their departure moment, disorder and inhumanity...the inspections to the barracoons try to prove that the coolies go 'freely' to those infamous ships.<sup>84</sup> (my translation)

(it) often happens that even numbers as large as 200 have the courage to refuse (embarkation) and face the terrible revenge of the creditors that have bought, fed and kept them at the barracoons, because all their expenses are lost... [t]he ones agreeing to embark have to return to the barracoon and in 6 days time they are asked again if they want to go by free will.<sup>85</sup> (my translation)

In 1856 new rules for regulating the brokers (recruiting coolies in China) were created. They were ordered to have a trading license and pay a deposit for the barracoons. Authorities would police barracoons and ships, violators would pay fines. There were new instructions to the emigrants about their rights and freedoms (to renounce the contract) and home repatriation for the ones not willing to emigrate.

In 1859 Macao was the main port of coolie traffic.<sup>86</sup>

There was a nine-year interruption of the coolie trade in Hong Kong, when it moved to Canton from 1859 to 1868. It restarted in 1869 with new rules, one of what was that the destination of the coolies should be in the British Empire. Prince Kung in 1866 made emigration legal (reversing previous prohibitions) but abuses would incur the death penalty.

In 1859, new regulations required the presence of two witnesses for the emigration contract and the closing any unlicensed barracoons. The Official Gazette (*Boletim Oficial*) published proclamations by Qing magistrates warning emigrants of the dishonest activities of the recruiters of coolies (also mentioned as agents, commissars or crimps) calling this traffic *mai chui chai* (buying and selling of piglets); a traffic that was tolerated as long there was no abuse and there was a legal contract.

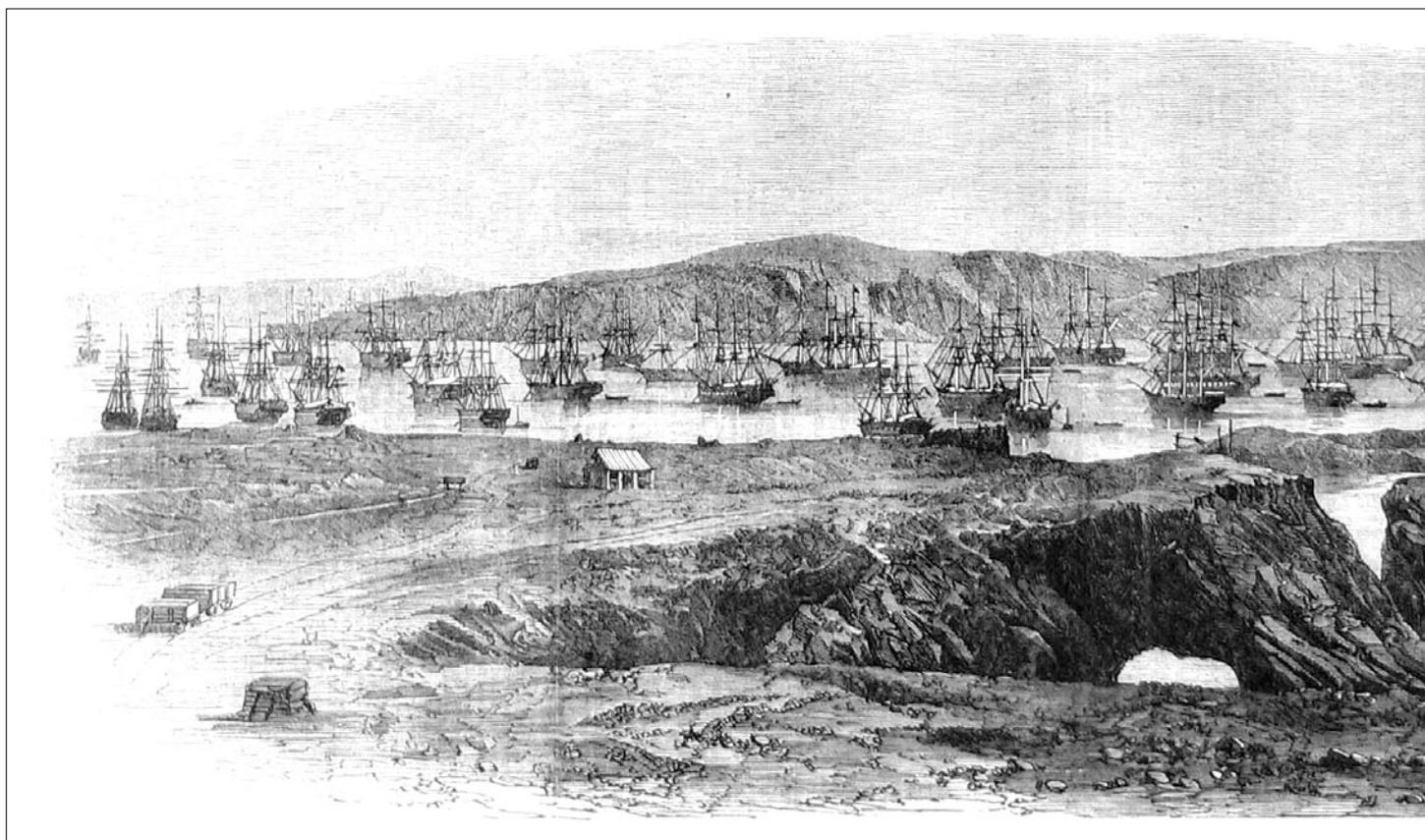
In 1860, a superintendent office was created. There were more police activities and more obligations for the working-emigration contracts to be in Chinese and in the foreign language of the destination country (commonly in Spanish) and with the freedom to work or return after eight years included in the contract. New rules demanded guaranties of protection to coolies in the destination countries. More rules prohibited the coolies' agents from keeping them under restraint and required the agent to pay food and home repatriation for the ones rejecting the emigration contract.

In 1866 the Qing government tried to sign 'The Treaty of Recruiting' with the United Kingdom and France, the strongest foreign powers on Chinese soil. The treaty would implement a crackdown on kidnappers of coolies, with the death sentence as a penalty for the ones caught trafficking. Although the British and French did not sign the treaty, it was implemented by the Qing authorities, scaring traffickers from different Chinese ports, who then flocked to Macao. The number of barracoons in 1865, estimated to be 8 to 10, quadrupled in 1866, and the number of coolies sent from Macao almost doubled in that year.<sup>87</sup> In 1870 five Cuban and Peruvian agencies<sup>88</sup> operated in Macao, with 27 branches.

Since 1862 new regulations required that all contracts must be signed in the office of the Superintendent.

Governor Sérgio de Sousa (1868-1872), tried to moralise and minimise the effects of the coolie trade.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS



Panorama of the Chincha (Guano) Islands with coolie clippers that imported human cargo and exported guano. From *The Illustrated London News*, 21 February 1863.

Baron von Hübner mentioned a meeting with Governor<sup>89</sup> Sérgio de Sousa, and he witnessed that in one day, out of 800 coolies, 300 renounced the overseas trip and asked for repatriation back to China.<sup>90</sup>

Beauvoir, who visited Macao in February 1867, at the peak of the coolie trade period, claimed that the Macao authorities had closed their eyes until 1856, but since then had imposed a rigorous control. The ones derailing and abusing the emigration process were the brokers and recruiting agents in China, often colluding with pirates and corrupt mandarins.

The coolies once 'delivered by contracts signed by brokers' agents and mandarins of the empire, colluding thanks to wine jars (gifts), obliged the unfortunate coolie to lie to the Portuguese (emigration) inspector when he asked them if they gave their free consent or not. Because they knew that if they refused to emigrate, then three of the interested parties: the creditors, the agents and the mandarins would be fiercely against them'.<sup>91</sup>

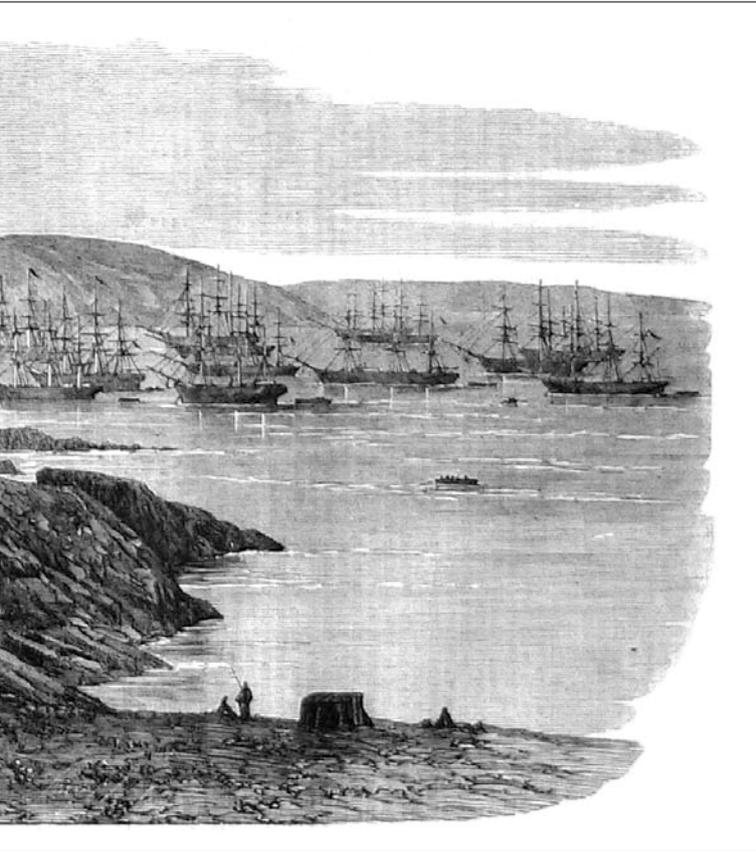
From 1868 to 1872, at the peak of the coolie trade activity of 57,833 coolies, Macao authorities scanned and separated the ones emigrating freely from the ones deceived and forced against their will, releasing 15,138 of them who were sent back home,<sup>92</sup> representing 26% percent. Several laws were implemented in order to improve this emigration that while legal, was prone to abuses. Abuses were brought to court as pointed by Dias,<sup>93</sup> and many coolies were freed.<sup>94</sup>

In 1870, regulations were made to ensure that all ships carried abundant fresh fruit as a measure to reduce scurvy epidemics on board.

George Bousquet mentioned in his trip to the East in the 1870s that the Portuguese dealt with the Chinese in a different way from the British, using persuasion, not force,<sup>95</sup> and this resulted in the Macao Chinese being more amiable and less violent than the ones in Hong Kong.

In 1871 the governor forbade contracts between coolies and brokers (the ones who frequently committed

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



the abuses in the recruiting process) and ordered the captains to provide guarantees that no forced coolie or pirate was on board, to avoid cooperation with crimps and pirates.

In the 1870s, nitrate was progressively replacing guano as a better fertiliser. Peru relied excessively on guano extraction and foreign investment in this trade. Guano syndicates<sup>96</sup> had strong bargaining power over the Peruvian government bonds, leading to liquidity problems<sup>97</sup> that escalated in 1873 to conflicts and the suspension of guano shipments. Economic conflicts escalated to military confrontation and the defeat of Peru in the 1879-1883 war with Chile. At the end the guano 'miracle' economy based on coolie work brought the Peru economy to bankruptcy and military defeat.

There was an evolution in the perception and care of coolies by the Macao authorities, from treating them as temporary 'emigrants' to their protection as Portuguese subjects,<sup>98</sup> and then, finally, to the extinction of the trade.

In 1873 the Portuguese government finally decided to put an end to the coolie trade in Macao as the only way to end with the abuses. After 1873 Macao's coolie industry moved to boarding houses<sup>99</sup> in Hong Kong,<sup>100</sup> where the coolie emigration doubled in 1881,<sup>101</sup> this time including women and children.

In December 1878, the coolie trade was abolished in Cuba, after the 1876 'Report of the Commission Sent by China to Ascertain the Condition of Chinese Coolies in Cuba', provide evidence of the extensive abuse of basic human rights.

However, against the tragedy of this dark period of the coolie trade, history's perspective shows the greatness of Chinese culture and the resilience of family-community values. It was not in vain that the overseas seeds were planted with blood, sweat and tears by hard working coolies. These seeds, after a few generations, had blossomed into wealthy Chinese communities that contributed to the expansion and diversification of the Chinese family throughout the world, in diverse places such as Singapore, Malaysia, Indonesia, United States, Peru and Brazil, among others.

#### THE MANY REASONS THAT CONTRIBUTED TO THE CONTINUING COOLIE TRADE IN MACAO

The main cause of corruption that fuelled the trade was the link between emigration and payment for the working contract 'package', that included transportation, lodging and working fees, making it easy to abuse (and profit) at each different stage. Beauvoir described the 'market' driven increase of the coolie cost, from 300 francs in Macao to 1,750 in Cuba. This was distributed as 50 francs for each 'recruited' coolie, 400 francs for the barracoon, 500 francs for the ship' captain and 500 francs for the agency selling at the destination.<sup>102</sup>

Local authorities were constrained by the lack of diplomatic links between Portugal and China,<sup>103</sup> playing a difficult game to avoid diplomatic rows with China and at the same time not wanting to submit to hypocritical advice from the bullying Hong Kong authorities that continued the coolie trade under another name, as well opium and arms sales.<sup>104</sup>

It is interesting to observe that neither Chinese and British maritime authorities ever interfered to crack down on the much politically condemned coolie trade,

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIAS

particularly after the Opium War and the signing of Tianjin treaties. Chinese gunboats controlled the traffic (opium and coolies) around Macao, and once fired guns on Macao while in hot pursuit of opium traders,<sup>105</sup> yet never interfered with the coolie trade.

Apart from struggling to survive economic and the political challenges from Hong Kong, Macao authorities feared the economic and social consequences that would result from the unemployment of the people involved in the coolie trade. At the apex of this trade, tens of thousands of people were employed.<sup>106</sup> Its abolition would mean losing their jobs and the government losing an approximate annual income of 200,000 dollars. After the trade's abolition in Macao, many moved to Hong Kong, the economic competitor.

The Macao government tried to correct the abuses by improving the law and increasing penalties. Although these legal improvements resulted in better policing that permitted some releases of emigrants engaged against their will, the main problem remained for several local and international reasons:

a) Chaos in China. During the last period of the Qianlong reign, there was rampant corruption<sup>107</sup> that contributed to the collapse of values and spread of vices associated with opium, gambling addiction, banditry and piracy, as well regional rebellions, civil and international wars.<sup>108</sup>

b) Without a strong government, triad societies occupied a position of authority<sup>109</sup> and even tried to topple the government. The weaker the government, the stronger the triad societies became, as was shown in the 19<sup>th</sup> century. Triad societies used their opium trading experience and networks to run the coolie trade in mainland China, and even ruled overseas Chinatowns, as was the case in Malaysia and other parts of Asia.<sup>110</sup> The environment of corruption helped triads and organised criminals cooperate with corrupt government official for mutual economic benefit, fueling the coolie recruiting process by all means.

c) The Macao authorities could not control the coolie recruiting process in China. The pool for collecting coolies was diverse, ranging from convincing poor peasants to emigrate under the false promises of a better life and an easy way to achieve capital for sustaining a family. Others were invited for entertainment and gambling. After losing and being in debt to 'loan sharks', the loser surrendered their person in payment.<sup>111</sup> Some were fisherman captured by pirates

and added as extra 'cargo' embarked in isolated bays outside the ports.<sup>112</sup> Others were simply kidnapped and sold to coolie brokers. These activities in China were not controllable by the Macao government. However, when abuses became common and public, the government attempted to address them in the same way as it did with gambling problems, that is, by increasing the control of that part of this trade conducted in the city and by issuing new laws.

d) Ships' conditions and abuses during the trip could only be controlled by rigorous patrolling of the seas, as was done by the British navy to end the slave trade. Profitable smuggling of opium and coolies removed the moral interest and political will to impose an embargo on illegal trade.

e) Working conditions in the countries of destination, such as Peru and Cuba. To address the abuses in Cuba and Peru it was necessary to have an international treaty on Macao's status, which was avoided by China after Governor Amaral transformed Macao into a colony. Several governors<sup>113</sup> tried to have a Chinese Consul in Macao, as in Manila, to help supervise relations and trade, particularly after the ratification of the complementary articles to the Tianjin (or Tien-Tsin) treaty that dealt with coolie emigration. However, the Qing government was not interested in having a consul<sup>114</sup> or diplomatic relations but preferred to reactivate the Chinese Customs in Macao that had been closed by Amaral. The diplomatic situation was aggravated after the founding of Hong Kong, playing thereafter a major role in regional politics. Hong Kong was supposed to be a European ally of the Portuguese but due to economic interests become a political enemy,<sup>115</sup> not recognising Macao as a Portuguese colony, and campaigning in international and Chinese forums, making it difficult for Portuguese authorities to negotiate with China in addressing problems with the Chinese community in Macao.

f) Not only China, but also Portugal had a long crisis. Its was generated by the Napoleonic invasions, followed by a civil war in the 1830s, with the involvement of British, French and Spanish armies and navies. They imposed a liberal king against the will of the majority of the population which led to political radicalisation and instability, several coups, popular uprisings and religious persecutions. In the international arena the struggle was against several British attempts to take over large plots of the Portuguese colonies in Africa, conflicts

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

that resulted in the humiliating British ultimatum of 1890, which brought more political instability and led to the assassination of the Portuguese king in 1908 and the end of the monarchy in 1910.

g) Lack of a mechanism of checks and balances for regulating moral and social conflicts. In previous centuries the religious orders influenced kings to banish slavery and impose order in abuses. Teixeira<sup>116</sup> mentions that the Portuguese King Sebastian forbade, in 1571, slavery in Macao of Chinese and Japanese people. A Catholic council in Goa even punished this with the highest punishment of excommunication in 1606, and the Jesuits in Macao were frequent crusaders against this trade.<sup>117</sup> On several occasions the Macao prelates condemned the opium trade, which was also very destructive to society, but they could only threaten the Catholics involved in the traffic with the punishment of not forgiving their sins in confession,<sup>118</sup> thus risking eternal condemnation.

For centuries in Macao, Catholic institutions were the mechanism that, on different fronts such as Macao, Beijing and in Rome, helped the 'diplomatic' negotiation that solved many social conflicts successfully. Prominent men like Matteo Ricci and many others in Beijing helped the approach, understanding and mutual respect between eastern and western cultures. In the period of the coolie trade, the Catholic Church had little influence, not because of limitations or persecution by mandarins, which happened several times in previous centuries,<sup>119</sup> but because of authoritarian regimes in Portugal,<sup>120</sup> Spain and France. Beginning in the 1760s and until the 1940s, there was intense persecution<sup>121</sup> of the most influential institutions of the Catholic Church<sup>122</sup> with the appropriation of properties. This created a social vacuum in social morals, education, health care, and created social divisions, political radicalisation and generated an atmosphere of fear, instability and poverty, a ground ripe for dictatorship.

During the 1830s monasteries in Europe suffered confiscation and were then emptied and converted into military barracks, as were all the monasteries in Macao: St. Paul's College, St. Augustine's, St. Francisco and St. Dominic's.

The religious 'soft' interface was replaced by military 'hard' power, a new fashion apparent in the Opium War and the many wars of that period. This was also a violent period of several civil wars and independence struggles, which also affected the papacy

in Rome during the Risorgimento in Italy when all Papal States were lost, diverting the attention of the Holy See from human problems around the world. Not surprisingly, the leaders of the movement to abolish slavery were not from Catholic countries, now under persecution, but from Protestant countries, as was the case of William Wilberforce.<sup>123</sup>

Despite the persecution of Catholic religious orders, the Jesuits, returning to Macao to St. Joseph's seminary, managed in 1867 to rescue and free Vietnamese captured by pirates to be sold to the coolie trade.<sup>124</sup>

## CONCLUSION

Scarce territory and a lack of natural resources made Macao's economic survival depend on the success of its positioning and adaptation to the trade opportunities between its regional neighbour and international overseas partners.

Macao developed as a western port city in China with separate and distinct Chinese and western quarters, apparent in the city's characteristics divided between Chinese and 'Mediterranean' quarters,<sup>125</sup> with dual authority and traditions, fostering toleration and taxation of the 'other' community vices, ranging from opium, gaming, and from 1851 the human traffic of coolies, as a justification for the city's economic survival.

Evading abolition policies worldwide and their economic backlash, Macao's rulers tried to regulate the increasing number of abuses and irregularities of this profitable but inhuman trade, which depended on local and overseas institutional and social factors. The international situation, the lack of diplomatic treaties, the absence of status quo and previous social checks and balances, all contributed towards derailing the good intentions behind the legal emigration process, which soon degenerated into human trafficking, although that was reduced towards its end during the 1870's. In this dark period of its history Macao did not manage to be an island of harmony in a sea of international and regional chaos. **RC**

*Author's note:* I would like to thank to Dr. Jae Park, University of Kong Kong, Dr. Leonor Seabra, University of Macau, and Dr. Ong Ching-Ee, Institute for Tourism Studies, Macao, for their support.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

## NOTES

- 1 Mostly for Lima (Peru) and Havana (Cuba).
- 2 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) in Lisbon, and Arquivo Histórico de Macau (AHM) in Macao.
- 3 Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho (eds.), *Viagem por Macau. Comentários, Descrições e Relatos de Autores Estrangeiros (Séculos XVII a XIX)*.
- 4 Alfredo Gomes Dias, 'Do tráfico de escravos à emigração dos cules'.
- 5 Cuba Commission. *Chinese Emigration: Report of the Commission sent by China to Ascertain the Condition of Chinese Coolies in Cuba*.
- 6 Arnold J. Meagher, *Coolie Trade: The Traffic in Chinese Laborers to Latin America 1847-1874*.
- 7 Beatriz Basto da Silva, *Emigração de Cules. Dossier Macau 1851-1894*.
- 8 Silva cites the research by Kang Ten Yu regarding the role of triad societies and their huge profit. A year of farming compensates three times the cost of import of a coolie, making it a profitable investment for the one hiring them.
- 9 Beatriz Basto da Silva, *Emigração de Cules*.
- 10 Almerindo Lessa, *Ensaio de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*.
- 11 British control of the large profits in Peru is well documented by John Olinger, 'The Guano Age in Peru'.
- 12 Montalto de Jesus, *Macau Histórico*.
- 13 João Guedes, 'Macau, Eça, Corvo e o tráfico de cules'.
- 14 Manuel Teixeira, *O Comércio de Escravos em Macau*.
- 15 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Revisitar os Primórdios de Macau*.
- 16 Fernão Mendes Pinto mentions in *Peregrinação* cap. 221, p. 698, that Macau is a deserted island (from Rui Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*).
- 17 Ana Maria Amaro, *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão*, p. 105.
- 18 Jorge de Abreu Arrimar, 'Macau, empório mercantil. Potencialidades e limitações (séculos XVIII e XIX)', p. 76, mentions that opium entered China during the 16<sup>th</sup> century as a medicinal product. Spaniards in the Philippines introduced tobacco and smoking habits. The Dutch in Taiwan mixed opium with tobacco believing it helped to fight malaria symptoms. Initially it was considered a healthy habit, but the tobacco became a smaller part of the mixture, and smoking focussed only on opium, a powerful drug. This opium was imported from India by Macao traders.
- 19 Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial. Macau e as Relações Luso Chinesas (1780-1844)*, pp. 118-133.
- 20 C. Choi, 'Settlement of Chinese Families in Macau'.
- 21 Although the Chinese were legally excluded from Macao, in practice they managed to remain to provide necessary supplies and services to the non-Chinese community, which was averse to manual work. Chinese migrants first arrived in the city in only small numbers; they eventually became sufficiently numerous to form the majority of the population (Custódio Cónim and M. Fernanda B. Teixeira, *Macau e a Sua População 1500-2000. Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*).
- 22 C. Choi in 'Settlement of Chinese Families in Macau', p. 63 mentions that only 10% of the Chinese of Macao, 5, 723 out of 56, 252, were born in Macao, from a report of Manuel de Castro Sampaio, *Os Chins de Macau*.
- 23 Tcheong U Lam and Ian Kuong Iam. *Ou Mun Kei Leok (Monografia de Macau)*.
- 24 In 1683 and 1713, for example, the Senate reported that male immigrants were gambling, drinking, and provoking robberies and fights. A letter to the Portuguese monarch dated 15 January 1805 (Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial*) reported that gaming had become endemic among '[n]ot only the Mandarins, but also the population because of the many vagabonds that had come to Macao for refuge, at every step making timber huts for playing games and other vices, giving us no alternative but to close some, tolerating (the existence of) others due to the lack of (military and police) force' (my translation).
- 25 Friar José de Jesus Maria, *Ásia Símica e Japónica*.
- 26 Relatively few Chinese lived in Macao but the ones absolutely necessary for trade such as the numbers allowed in 1749 of 70 carpenters and masons 10 butchers 4 blacksmiths and 100 coolies. After 1793 the Macanese could rent their house to Chinese (Geoffrey C. Gunn, *Encountering Macau. A Portuguese City-State on the Periphery of China, 1557-1999*, p. 43).
- 27 Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, p. 184.
- 28 There are abundant references to this situation in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho (eds.), *Viagem por Macau*, vol. 2.
- 29 Victor Tissot, *La Chine d'après les voyageurs les plus récents*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho (eds.), *Viagem por Macau*, vol. 2. pp. 508-510.
- 30 A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800)*.
- 31 *Boletim Oficial da Provincia de Macau e Timor*, 1867, p. 225.
- 32 Baron Joseph-Alexander von Hübnér, *Promenade autour du monde, 1871*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho (eds.), *Viagem por Macau*, vol. 2, p. 478.
- 33 Since the very beginning of the city's founding, Nuno Barreto, a priest, mentioned the Portuguese lived many years far from their faith, without confession, without attending Mass and living in concubinage with Asian slave girls. He managed to regulate their situation arranging the marriage of some of them. In Rui Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, p. 26. Ana Maria Amaro in *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão* also notes the multiple ethnic origins of the Macanese.
- 34 Charles Boxer, *Fidalgos in the Far East, 1550-1770: Fact and Fancy in the History of Macao*.
- 35 Portuguese and Macanese descendants in Macao adopted the old feudal system of nobility-servant relationships. In Macao they lived like small kings with large entourages of slaves. These slave servants were of different origins: African, Indian, Malay, Polynesian, and Asian specialised in different functions like private bodyguard militia, housekeeping, etc.
- 36 George Stauton was the Secretary of Lord Macartney who led the first British embassy to the Chinese emperor in 1792 to 1794. His description is compiled and published by Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 1, pp. 30-36.
- 37 Dr. Yvan describes the physical features of the Macanese race; the man are of low stature, round face, elliptical eyes with Asian and Ethiopian features. Dr. Yvan, *Six Months Among the Malays; and a Year in China*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho (eds.), *Viagem por Macau*, vol. 2, p. 374.
- 38 *Ibid.*, p. 376.
- 39 A local specialty made of shrimp paste from the Goa-Malacca tradition shared in different colonial cities.
- 40 Dr. Yvan, *Six Months Among the Malays; and a Year in China*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho (eds.), *Viagem por Macau*, vol. 2, p. 375.
- 41 This opinion is in fact a result of the Hong Kong propaganda against Macao. The Macanese accused of trade were on escort ships, the lorchas hybrid ship from Macao, protecting against pirates. On this controversial issue, see Fei Chengkang, *Macau 400 Years*, p. 255 and Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, p. 268.
- 42 Manuel Teixeira, *O Comércio de Escravos em Macau*, p. 76, provides a brief explanation of this trade in Portugal and European countries. A trade forbidden by The Spanish Catholic monarch, but tolerated and with an economic share by the British queen Mary, revealing a

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

- difference concept of predestination, capitalism and trade links with Calvinism and capitalism.
- 43 Ivo Carneiro de Sousa, 'População e sistema demográfico em Macau (séculos XVI-XVIII).
- 44 Comte de Beauvoir, *Voyage autour du monde*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol.1, p. 160.
- 45 Ibid., p. 156.
- 46 Baron Joseph-Alexander von Hübner, *Promenade autour du monde, 1871*, in *ibid.*, vol. 2, p. 480.
- 47 Ibid., vol. 2, p. 479.
- 48 Economic hardships worsened in 1844 when the Portuguese government granted Macao administrative independence from Goa, and made it the head of the Province of Macao, Timor and Solor which demanded economic and military support. Macao's rulers were in a desperate situation; looking for any alternative solution for the city's survival. In 1845 Macao received from Portugal greater economic and political autonomy giving more room for political and economic action.
- 49 The 1842 Treaty of Nanjing opened new ports (Canton, Nanjing, Xiamen, Fuzhou, Ningbo and Shanghai) that together with Hong Kong were considered a threat to the survival of Macao.
- 50 Ruled by Mandarin and Senate 'negotiators'.
- 51 'Faitiões' is the Portuguese adaptation of the word for 'fast ships' in Cantonese.
- 52 Fei Chengkang, *Macao 400 Years*, p. 236.
- 53 Montalto de Jesus, *Macao Histórico*, p. 221.
- 54 Rosmarie W. N. Lamas, *History of Macau*.
- 55 Amaral opposed the Senate officers' negotiation and expelled the Mandarin customs officers, creating many enemies in the city and in mainland China.
- 56 Philippe Pons, *Macao*.
- 57 Comte de Beauvoir, *Voyage autour du monde*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 1, p. 166.
- 58 In such circumstances and without a diplomatic dialogue with China, there was no real knowledge of the life and needs of the Chinese population other than the basic trade, commerce and urban order. Hospitals, schools, temples, housing were organized by the local Chinese community.
- 59 Modern city of Tianjin. References to the treaty in Montalto de Jesus, *Macao Histórico*, and Rosmarie W. N. Lamas, *History of Macau*.
- 60 Sir Robert Hart, was a British consular official and Inspector General of China's Imperial Maritime Customs Service. He played a Machiavellian role as negotiator for Macao, supposedly to defend its allies' interests, but in practice boycotting Macao's development plans and negotiations of the settlement with China.
- 61 The treaty was an acknowledgement of Macao as a Portuguese possession and with a clause that the territory should not be alienated (sold or given) to any other country without China's agreement, avoiding possible sale to competitors of the British as was done with Alaska and Louisiana.
- 62 Comte de Beauvoir, *Voyage autour du monde*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 1, p. 152.
- 63 Baron Joseph-Alexander von Hübner, *Promenade autour du monde, 1871*, *ibid.*, vol. 2, p. 481.
- 64 Paul Bonnetain, *Le monde pittoresque et monumental: L'Extrême Orient*, *ibid.*, p. 496.
- 65 Georges Bousquet (*Le Japon de nos jours et les échelles de l'Extrême Orient*, *ibid.*, p. 488) mentions the barracoons at the foot of Camões hill near Mont Fort walls, in an open field the estimated 4,000 victims of the 1874 typhoon were buried with the debris of ships and buildings (probably some barracoons).
- 66 Ibid., p. 494.
- 67 The description of the barracoons in the article 'Fashionable Promenades and Ringing Rocks by Hurley', published by Donald Pittis and Susan J. Henders, *Macao: Mysterious Decay and Romance: An Anthology*, p. 255.
- 68 Beatriz Basto da Silva, *Emigração de Cules*, p. 39.
- 69 Contemporary buildings are mushrooming on the narrow alleys off the Coolies' and Colonos' Alleys. Temples and the former mansions of wealthy Chinese, like the Mandarin house are protected by law, but not the buildings and structures representing the working class, like the Coolies' Alley in Macao and old industrial heritage like the Iec Long Fireworks factory on Taipa.
- 70 Thomas Robinson Warren, *Dust and Foam, Three Oceans and Two Continents*, p. 364.
- 71 Abundant graphic and documental data of the Chinese in California show that many prospered and built strong communities overseas. Data from the Library of Congress at <http://memory.loc.gov/ammem/award99/cubhtml/cichome.html>.
- 72 Sérgio Pereira Antunes and Sheila Barroso Alves Antunes, 'Rio de Janeiro no início do século XIX: Uma vila chinesa no Ocidente e o seu legado'.
- 73 [http://en.wikipedia.org/wiki/Sir\\_John\\_Gladstone,\\_1st\\_Baronet](http://en.wikipedia.org/wiki/Sir_John_Gladstone,_1st_Baronet), accessed on June 29, 2011.
- 74 Pedro Zulueta de Ceballos was the wealthiest man in the Spanish empire (Lisa Yun, *The Coolies Speaks: Chinese Indentured Laborers and African Slaves in Cuba*, p. 17). His cousin Julian was the Mayor of Havana. The first shipment of coolies was done by Zulueta & Company of London and the Junta de Fomento. Yun estimates that from 1840 to 1875 one million coolies left Guangdong province, and circa 250,000 to Peru and Cuba, first by British traders and from ports under British supervision, later by Macao and the Philippines (under Spain).
- 75 Montalto de Jesus, *Macao Histórico*, p. 267.
- 76 Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial*, mentions the British Indies company support to Chinese pirates in 1777 fighting the Portuguese and Qing Dynasty fleets, with the intention of later offering their help as saviours of the Chinese government in the region. Montalto de Jesus, *Macao Histórico*, p. 173, also mentions British and American gunners at the service of Chinese Pirates.
- 77 Maria Teresa Lopes da Silva, 'Macao e os cules na política dos EUA (1844-1874)'.
- 78 These diplomatic incidents, plus accidents at sea, and official reports on the coolie working conditions in Cuba by the Portuguese ambassador, alerted the Portuguese mainland government to put an end to the coolie trade from Macao. Although the Macao authorities made a great effort and freed many, they could never stop the abuses without Chinese help, because they could not communicate directly with the coolies, nor with the traders and their networks in China or overseas in American nations like Cuba and Peru.
- 79 For more details on the Senate complaint please see annexes in Beatriz Basto da Silva, *Emigração de Cules*. Mostly ships were from France, Spain and former colonies that had recently gained independence from Spain.
- 80 Guano, sea bird droppings were rich in chemical elements. It was used as fertilizer on farm and flower fields. Mostly imported not only by British and American companies, that had larger capital, but by other countries. For more details on the trade please consult: <http://www.bernardoconnor.org.uk/Coprolites/Guano.htm>.
- 81 John Olinger, 'The Guano Age in Peru'.
- 82 Manuel Teixeira, *O Comércio de Escravos em Macau*, p. 79.
- 83 Ibid., p. 24.
- 84 Comte de Beauvoir, *Voyage autour du monde*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 1, p. 154.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

- 85 Ibid., p. 156.
- 86 Lisa Yun, *The Coolies Speaks*, p. 21.
- 87 Fei Chengkang, *Macao 400 Years*, p. 270.
- 88 Almerindo Lessa, *Ensaaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*, p. 271.
- 89 Baron Joseph-Alexander von Hübner, *Promenade autour du monde, 1871*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 2, p. p. 481.
- 90 Ibid., p. 482.
- 91 Comte de Beauvoir, *Voyage autour du monde*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol.1, p. 155. My translation.
- 92 Fei Chengkang, *Macao 400 Years*, p. 271.
- 93 Alfredo Gomes Dias, 'Do tráfico de escravos à emigração dos cules'.
- 94 Manuel Teixeira, *O Comércio de Escravos em Macau* and Fei Chengkang, *Macao 400 Years*.
- 95 Georges Bousquet, *Le Japon de nos jours et les échelles de l' Extrême Orient*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 2.
- 96 Mostly controlled by British and Peruvian businessmen and later expanded to French and other European companies.
- 97 John Olinger, 'The Guano Age in Peru'.
- 98 Geoffrey C. Gunn, *Encountering Macau*, p. 72.
- 99 Almerindo Lessa, *Ensaaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*, p. 274. In 1852 the British government studied the possibility of coolie deposits in Hong Kong, as a way to solve abuses in other ports (Ibid. p. 272).
- 100 Georges Bousquet, *Le Japon de nos jours et les échelles de l' Extrême Orient*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 2, p. 490.
- 101 Almerindo Lessa, *Ensaaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*, p. 273.
- 102 Comte de Beauvoir, *Voyage autour du monde*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 1, p. 158.
- 103 The possibility of having a Chinese consul in Macao was rejected by China because this would have meant recognizing Macao as a colony.
- 104 This was at the climax of the 2<sup>nd</sup> Opium War (1856-1860), with several junks armored with 6, 9 and 12 pound guns (approximated 87, 100 and 110mm) from the British B. P & Co (British Firm Baley, Pegg & Company from London, selling weapons for commercial ships in Asia (Richard Garrett, *The Defences of Macau*, p. 150), as described in the diary of Laurence Oliphant, *Earl of Elgin's Mission to China and Japan in the Years 1857, '58, '59*. Oliphant's narrative is published in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 1, p. 74.
- 105 Montalto de Jesus, *Macao Histórico*, p. 258
- 106 Ibid., p. 276.
- 107 J. Spencer, *The Search for Modern China*.
- 108 The situation in China made it difficult for the Qing government to deal with civil unrest such as the Taiping Rebellion (1850-1865) which produced an estimate 20 million casualties; the Opium War with England (1839-1842 and 1856-1860); the war with France (1844-1885); and the Nien Rebellion (1855-1868) followed by the Boxer Rebellion This was a turbulent time when both politics and trade conflicts were managed in the hard way of military power.
- 109 Irene Lim, *Secret Societies in Singapore*.
- 110 Cheah Boon Kheng, *Malaysia: Early Modern History (1800-1940)*.
- 111 Shih-shan H. Tsai, 'American Involvement in the coolie trade'.
- 112 Dr. Yvan, *Six Months Among the Malays; and a Year in China*, in Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau*, vol. 2, p. 382.
- 113 Almerindo Lessa, *Ensaaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*, p. 273.
- 114 In that period several consuls resided in Macao, like the Consul of Spain, in charge of emigration to Cuba. Every coolie had to sign a contract written in Spanish and Chinese.
- 115 This is apparent in the newspapers war of accusations and calumnies between Hong Kong and Macao. (Montalto de Jesus, *Macao Histórico*).
- 116 Manuel Teixeira, *O Comércio de Escravos em Macau*, p. 12.
- 117 Ibid., p. 11 mentions the 'Pai dos Cristãos' as a protective measure against abuses of Christian slaves, although they also advocated the protection of non-Christian slaves.
- 118 Montalto de Jesus, *Macao Histórico*, p. 185.
- 119 Tcheong U Lãm and Ian Kuong Iãm, *Ou Mun Kei Leok* and Montalto de Jesus, *Macao Histórico*.
- 120 The campaign to suppress the Jesuits in Portugal started in the 1750's by the Prime Minister, the Marquis of Pombal, which led to a chain reaction of imprisonment of friars, suppression of religious orders and expropriation of religious property, removing them from influence in practically all public matters. Pombal negotiated with Spain the exchange of Portuguese San Sacramento in Uruguay River for 7 autonomous (Jesuits missions) reductions on Paraguay. This started the Guarani War that resulted in the ethnic cleansing massacre of indigenous communities and the confiscation of land.
- 121 During the French Revolution secret societies, like the Jacobins, Carbonaria and Free masons, often planned to overthrow the old political and religious order, and effectively managed to kill the monarchies of France, Austria and Portugal, imposing dictatorships by an 'enlightened' elite, systems repeated in Nazi Germany, Soviet Russia or Khmer Cambodia.
- 122 Warren H. Carroll, *The Revolution against Christendom*.
- 123 William Wilberforce, who campaigned against the slave trade for twenty-six years until the Slave Trade Act was implemented by the United Kingdom Parliament in 1807, but only implemented in their colonies in 1833 (the same year Wilberforce died), ending the biggest slave trade operations.
- 124 Montalto de Jesus, *Macao Histórico*, p. 272 and Fei Chengkang, *Macao 400 Years*, p. 270.
- 125 The ambience of late 19<sup>th</sup> century and early 20<sup>th</sup> century Macao was captured in the exhibition catalog by Grace Lei, Connie Kong, Roy Sit, *A Journey Through Light and Shadow*.

## BIBLIOGRAPHY

- Afonso, José da Conceição, 'Macao: Uma experiência de urbanismo estratégico e higienista, dos finais do séc. XIX aos começos do séc. XX'. *Revista de Cultura*, Macao, no. 38/39 (1999), pp. 221-247.
- Amaro, Ana Maria. *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão. Assim Cresceu Macau*. Lisbon: Livros do Oriente, 1998.
- Antunes, Sérgio Pereira and Antunes, Sheila Barroso Alves. 'Rio de Janeiro no início do século XIX: Uma vila chinesa no Ocidente e o seu legado', in this issue of *Revista de Cultura/Review of Culture*.
- Armenio, Peter and Socias, James (eds). *The History of the Church. A Complete Course*. Woodridge, IL: Midwest Theological Forum, 2005.

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

- Arrimar, Jorge de Abreu. 'Macau, empório mercantil. Potencialidades e limitações (séculos XVIII e XIX)'. *Revista de Cultura/Review of Culture*, Macao, no. 29 (2009), pp. 60-77.
- Boxer, C. *Fidalgos in the Far East, 1550-1770: Fact and Fancy in the History of Macao*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1948.
- Carroll, Warren H. *Isabel of Spain. The Catholic Queen*. Front Royal, VA: Christendom Press, 1991.
- . *The Revolution against Christendom*. Front Royal, VA: Christendom Press, 2005.
- Chengkang, Fei. *Macao 400 Years*. Shanghai: The Publishing House of Shanghai Academy of Social Sciences, 1996.
- Choi, C. 'Settlement of Chinese Families in Macau'. In *Macao City of Commerce and Culture: Continuity and Change*, edited by R. D. Cremer (2<sup>nd</sup> ed.). Hong Kong: API Press, 1991, pp. 61-80.
- Cody, Jeffrey W. 'Cutting Fabric. Macau's San Ma Lo (Avenida Almeida Ribeiro 1910-1922)'. *Dialogue Magazine*. Monograph issue on Macao, Taipei (1999), pp. 52-59.
- Cónim, Custódio e Teixeira, M. Fernanda B. *Macao e a Sua População 1500-2000. Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*. Macao: Direcção de Serviços de Estatística e Censos, 1998.
- Cuba Commission. *Chinese Emigration: Report of the Commission sent by China to Ascertain the Condition of Chinese Coolies in Cuba*. Taipei: Cheng Wen Publ. Co., 1970.
- Dias, Alfredo Gomes. 'Do tráfico de escravos à emigração dos cules'. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, no. 4/5 (2001). Available at <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidade2s/search/authors/view?firstName=Alfredo&middleName=Gomes&lastName=Dias&affiliation=&country=PT>
- Garrett, Richard. *The Defences of Macau*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2010.
- Guedes, João. 'Macau, Eça, Corvo e o tráfico de cules'. *Revista de Cultura*, Macao, nos. 7/8 (1988/1999), pp. 39-46.
- Guimarães, Ângela. *Uma Relação Especial. Macau e as Relações Luso Chinesas (1780-1844)*. Lisbon: Edição CIES, 2000.
- Gunn, Geoffrey C. *Encountering Macau. A Portuguese City-State on the Periphery of China, 1557-1999*. Macao: Geoffrey C. Gunn, 2005.
- Inso, Jaime do. *Macao a Mais Antiga Colónia Europeia no Extremo Oriente. 1880-1967*. 2<sup>nd</sup> edition. Macao: Museu Marítimo, 1999.
- Jesus, Montalto de. *Macao Histórico*. Macao: Livros do Oriente, 1990.
- Jin Guo Ping and Wu Zhiliang. *Revisitar os Primórdios de Macau: Para Uma Nova Abordagem da História*. Macao: Instituto Português do Oriente, 2007.
- Jorge, Cecília and Coelho, Rogério Beltrão. *Álbum Macau 3*. Macao: Livros do Oriente, 1993.
- Jorge, Cecília and Coelho, Rogério Beltrão (eds.). *Viagem por Macau. Comentários, Descrições e Relatos de Autores Estrangeiros (Séculos XVII a XIX)*. 2 vols. Macao: Livros do Oriente, 1997, 1999.
- Kheng, Cheah Boon. *Malaysia: Early Modern History (1800-1940)*. Singapore: Archipelago Press/ Editions Didier Millet, 2001.
- Lamas, Rosmarie W. N. *History of Macau: A Student's Manual*. Macao: Institute of Tourism Education, 1998.
- Lei, Grace et al. *A Journey Through Light and Shadow. The Invention of Photography and the Earliest Photographs on Macao, China*. Catalog of photographs exhibition. Macao: Macau Museum, 2009.
- Lessa, Almerindo. *Ensaio de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*. Lisbon: Editora Internacional, 1996.
- Lim, Irene. *Secret Societies in Singapore*. Singapore: National Heritage Board, Singapore History Museum, 1999.
- Ljungstedt, Anders. *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China; and of the Roman Catholic Church and Mission in China*. Hong Kong: Viking Hong Kong Publications, 1992 [1836].
- Loureiro, João. *Postais Antigos de Macau/Antique Postcards from Macau*. Lisbon: João Loureiro e Associados, 2005.
- Loureiro, Rui. *Em Busca das Origens de Macau*. Macao: Museu Marítimo de Macau, 1997.
- Maria, Friar José de Jesus, *Ásia Sílica e Japónica*. Edited by Charles Boxer. Macao: Instituto Cultural de Macao/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988. Facsimile of 1941 edition.
- Meagher, Arnold J. *Coolie Trade: The Traffic in Chinese Laborers to Latin America 1847-1874*. Philadelphia: Xlibris Corporation, 2008.
- Olinger, John. 'The Guano Age in Peru'. *History Today*, vol.30, 6, 1980.
- Pittis, Donald and Henders, Susan J. *Macao: Mysterious Decay and Romance: An Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- Pons, Philippe. *Macao*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1999.
- Sampaio, M. C. *Os China de Macau*. Hong Kong: Tipografia de Noronha e Filhos, 1867.
- Silva, Beatriz Basto da. *Cronologia da História de Macau*, vol. 3, *Século XIX*. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1995.
- . *Emigração de Cules. Dossier Macau 1851-1894*. Macao: Fundação Oriente, 1994.
- Silva, Maria Teresa Lopes da, 'Macau e os cules na política dos EUA (1844-1874)'. *Revista de Cultura/Review of Culture*, Macao, no. 29 (2009).
- Sousa, Ivo Carneiro de. 'População e sistema demográfico em Macau (séculos XVI-XVIII)'. *Revista de Cultura/Review of Culture*, no. 33 (2010).
- Spencer, J. *The Search for Modern China*. New York: W. W. Norton, 1990.
- Tcheong U Lám and Ian Kuong Lám. *Ou Mun Kei Leok (Monografia de Macau)*. Macao: Tipografia Mandarim, 1950. In the new revised edition of the 1751 text (*Breve Monografia de Macau*. Macao: Instituto Cultural, 2009) the names of the authors are given as Yin Guangren and Zhang Rulin.
- Teixeira, Manuel. *O Comércio de Escravos em Macau*. Macao: Imprensa Nacional, 1976.
- Tsai, Shih-shan H. 'American Involvement in the coolie trade'. *American Studies*, vol. 6, nos. 3 and 4 (1976). [http://www.ea.sinica.edu.tw/eu\\_file/12011683904.pdf](http://www.ea.sinica.edu.tw/eu_file/12011683904.pdf).
- Yun, Lisa. *The Coolies Speak: Chinese Indentured Laborers and African Slaves in Cuba*. Philadelphia: Temple University Press, 2008.
- Vale, A. M. Martins do. *Os Portugueses em Macau (1750-1800)*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1997.
- Warren, Thomas Robinson. *Dust and Foam. Three Oceans and Two Continents*. New York: Charles Scribner, 1859.



# Slave Networks and Their Expansion through Macao to Europe and America

LÚCIO DE SOUSA\*



The Chinese, Japanese, and Korean slave trade network from Macao to Europe and America in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries is a topic about which very little is known. Other than the articles published by Yoshitomo Okamoto,<sup>1</sup> Taladriz Alvarez,<sup>2</sup> and Thomas Nelson,<sup>3</sup> nothing more exists on the slave trade practiced by the merchants of Macao. The articles published by both Okamoto and Taladriz have a very limited number of documentary sources, which prevents them from writing with precision about the structure and expansion of the slave trade in Macao in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. Similarly, by not knowing Portuguese, Thomas Nelson commits significant errors of contextualisation as well as citation of those sources.

The main objectives of this paper are:

1 - Analyse the three main European mercantile communities involved in human trafficking.

2 - Prove the existence of an important slave distribution centre in Macao, which has been ignored until now.

3 - Clarify the development of slave networks and their expansion through Macao to Europe and America.

4 - Trace the routes and lives of some of these slaves.

As there is a wide variety of Asian slaves, we decided to limit our presentation to Japanese, Chinese, and Korean slaves.

This paper is the result of a larger unpublished work, and therefore much of the new sources will be mentioned without footnotes.

## MACAO, NAGASAKI, AND MANILA

The city of Macao, officially founded in 1557 because of the important silk trade between China and Japan, was subject to European legislation and to the official resolutions of Canton Mandarins. However, in the administrative apparatus of the city, this power was controlled by local merchants who sought to adapt the guidelines to the Macanese interests. These traders, for various reasons, chose to live in Macao, and had to constantly fight against the impositions and external laws of Canton and Goa, commercial competitors, several *wakou* factions and, later, in opposition to Spanish, Dutch and English expansions.

In Macao, the European community coexisted with the Chinese and Japanese communities. I emphasise the idea of a European and not Portuguese

\* Doutorado em Estudos Asiáticos pela Universidade do Porto, actualmente encontra-se, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, no Instituto Universitário Europeu de Florença.

*Ph.D. in Asian Studies from Oporto University, currently conducting research at the European University Institute (Firenze) as a Calouste Gulbenkian Foundation fellow.*

All illustrations are details from various 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> century Japanese namban screens.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS



presence because it is possible to identify many citizens of other European countries. Another notable aspect is that many of these merchants were from transnational European families. Therefore, to identify them by only one nationality would be to reduce the existing complexity of the Macanese commercial society.

In the second half of the 16<sup>th</sup> century, the Macanese carracks were composed of three main factions: Europeans, Japanese, and Chinese. Below these three were the slaves. An example of what we mentioned above is the Macanese carrack journey to Japan in the year of 1582, consisting of a Head-captain (*capitão-mor*) and a group of European sailors and traders, a second Japanese captain and its private army, and a third Chinese captain and 80 Chinese mercenaries. There were also a huge number of slaves—the number is yet to be ascertained.

Since 1580, the development of Nagasaki would bring some changes in the distribution of Europeans in the China seas. In 20 years, Nagasaki had its own European community that, despite being linked to Macao, also developed other commercial interests

with other cities. It is even possible to identify some of Nagasaki's citizens: Rafael da Costa, Francisco Rodrigues Pinto, Salvador de Figueiredo, Jorge Durões, Manuel Rodrigues, Rui Pires, Antonio Garcês, Luis Rodriguez, Francisco Rodriguez, Paulo Gonçalves, Pedro Rodriguez Nabo, Diego Manuel, and Luis Gonçalves.



PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

From this group we can highlight the merchants Diego Manuel and Luis Gonçalves, engaged in private trade between Japan and Manila, and between Nagasaki and Hirado and Antonio Garcês,<sup>4</sup> Head-captain (*capitão-mor*) of the city of Macao in 1582.

It is also relevant to mention the Portuguese community in Manila (1565), which controlled the commerce of this city with Macao and Japan and which, between 1582 and 1600, controlled part of the trade between America and the Philippines.

In conclusion, we have briefly identified the main axis of the slave trade in this area: Macao-Nagasaki-Manila.

#### THE STRUCTURE OF THE SLAVE TRADE AND ITS EXPANSION TO EUROPE AND AMERICA

Although there are some references to Chinese and Japanese slaves in Portuguese documents produced in the first half of the 16<sup>th</sup> century, the first concrete proof of their existence is associated with a mythical name: Antonio de Faria e Sousa.<sup>5</sup> This merchant, the central figure of the written work *Pilgrimage* by Fernão Mendes Pinto,<sup>6</sup> was considered fictional for many years, a mystery that could only be resolved with the discovery of his testament, dated 2 June, 1548 (Goa).

This document is a very useful tool for studying the European presence in Southeast Asia, China and Japan in the first half of the 16<sup>th</sup> century. It also contributes to the identification of important geographical origins of the slaves traded by Portuguese private merchants.

At the time of his death, Faria had 30 slaves; 64% of these slaves were male and 36% were female, 77% were adults and 23% were children. Of the total 30 slaves, it is possible to identify 12 Chinese slaves, two from the island of Java, two from Pegu, one from Japan, one from Gujarat, one from Malabar, one from Makassar, and one from Ceylon. That leaves nine slaves whose origins are not specified. It is interesting to note that in his last will, Faria left orders that the slaves of Chinese origin be handed over to the Jesuit Francis Xavier.

The varied geographical origins of the slaves of the Portuguese open some questions: Why would these Europeans have slaves from places as diverse as Japan and Gujarat in their homes? Could it be related to some

kind of professional expertise? Could it be to prevent an escape plan due to language constraints? Did these first slaves remain in Asia, or were some of them exported to Europe?

One of these questions can be answered by a Spanish document dated 28 October, 1548. In this manuscript there is evidence that some Asian slaves were traded in Europe. That year in Seville, Íñigo Ortiz de Retes asked for special permission to travel to America with a Chinese slave. At that time, the only way that a Chinese slave could have arrived in Europe was via the Portuguese Goa-Lisbon route. Thus, we can conclude that by this time the Portuguese had already begun a major transcontinental slave trade.

Another central aspect to be considered is that among the slaves the desire to escape their condition was something always present. This element could be cleverly exploited, as it would be by the slaves Joana Bengal and Duarte Malabar, witnesses in the case against the powerful Portuguese trader Luis Rodrigues, who built a commercial network from Cochin to Bengal and Quedah and from Malacca to China (1545-1558). Rodrigues had residences in the cities of Cochin and Malacca and invested in Chinese commodities. Possessing several ships, Luis Rodrigues was accompanied by countless slaves. The surname of each slave, similar to the slaves of Antonio de Faria, served to identify his or her place of origin or professional expertise. Thus, we find the names such as Antonio China, Antonio Gujarat, Antonio Pegu, and Isabel Bengal. For example, the surname of the slave Peter *Calafate* tells us of the task he performed: to seal the joints of vessels with oakum. Besides these, we can still identify the other slaves of his ship, as well as domestic slaves, known as *house servants*. The chronicler João de Barros (1496-1570), in the seventh book of *Terceira Década da Ásia*, focuses his attention on the slavery perpetrated by the Portuguese in China. Some parts of the text reflect not only on the Portuguese slave trade in this region but also on the point of view of the cultures with which they had contact. In the first chapter, which reports on the Simão de Andrades' journey to China (1519), as well as the embassy headed by Tomé Pires<sup>7</sup> to the Chinese Emperor (1516), the author explains that the



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

Portuguese in China bought stolen boys and girls; these included children of honourable people.<sup>8</sup> This situation would be further developed in the second chapter of the same book.<sup>9</sup>

The foundation of Macao in 1557 opens a new chapter in the slave trade. Malacca, then the centre of slave distribution in Southeast Asia, would be quickly replaced by Macao. The earliest European references to this trade are associated with the famous *wakou*, who in their raids beyond acquiring goods, also sold to the Portuguese people captured from the regions of Anhui, Zhejiang, Fujian, and Guangdong.

An unpublished and astonishing 152-page account of this period was introduced by a Chinese female slave. Fluent in Portuguese, slave Dias' presented a forceful speech that impressed the Portuguese authorities, stating that she was born in China (1550-1557) and was captured as a child. She then began her diaspora by travelling to Japan where she was sold to Portuguese merchants, probably in Kuchinotsu. Her Christian baptism occurred on the return journey (inside the Portuguese ship) when she travelled to Macao. From this city, she would go to Malacca and to India, where she would be sold to Lalana de Meneses, a Portuguese noblewoman living in Cochin. Going from one place to another, Dias' would travel to Goa's slave market to be resold to a Portuguese merchant. This time, she undertook a new journey to Lisbon, crossing the oceans. In 1602, Dias' was finally liberated, becoming a free woman, although serving the same family. Her final chapter ended in the Flemish city of



Antwerp, where she undertook a new voyage between 1610 and 1611.

In analysing and separating the main events of this document, we concluded that the time of capture of the slave Dias' would have occurred between 1560 and 1562. To our surprise, in 1560, Manuel de Mendonça, Head-captain of the city of Macao, travelled to Japan and upon his return, his two ships were loaded with female slaves. Other accounts from the same period show a surprising quantity of hard factual data, leading us to believe that these slaves were purchased at a very low price from the *Wakou* who brought them from China.<sup>10</sup>

One of these ships, with 200 female slaves, would go directly to Malacca, and the second vessel, with 400 female slaves, would travel to Goa. Thus, we can conclude that the slave Dias' travelled in the second vessel.<sup>11</sup>

This trade would continue, uninterrupted, for decades to come. In 1582, when George Sebastian Moxar, captain of a Macanese ship, opened the Macao-Manila trade, his proxy clearly identified that humans were one of the main commodities negotiated.<sup>12</sup> Owing to the high demand for slaves, the Portuguese slave traders developed an important network in Japan for capturing and selling people.

At this time, the trade routes and geographic origins of slaves were no longer the same as in the 1560s. The Japanese slaves were now widely used in commerce. The centre of this trade was Nagasaki, the city where the slaves' sellers (mainly Japanese but also some Portuguese) went to do business with the objective of supplying the unceasing and increasing European demand for slaves. The documents show that between 1583 and 1587 the European carracks returned to Macao loaded with Japanese slaves and their conditions were tragic, involving grief, death, and destruction. Another important consideration comes from the Hideyoshi's anti-Christian edict (1587), which condemned the Japanese slavery. However, would this edict alone be an element strong enough to prevent this trade? We believe not. Japanese male and female slaves continued to flock to the port of Macao in large numbers, as evidenced by the last will of Domingos Monteiro,<sup>13</sup> the Head-captain of the city in 1576, 1577, 1578, 1586, and 1593.

However, as was the case with Chinese slaves, Japanese slaves were not limited to Macao. Distributed

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



by the slave markets of Malacca and Goa, they moved on to Lisbon and thence to various European ports. Astonishingly, after arriving in Europe, some slaves were sent to India, as in the 1581 Lisbon-Goa trade voyage. There is a vivid description of three slaves who died on the ship during this trip—two Chinese slaves and one Japanese slave.<sup>14</sup>

Some of these Japanese slaves arrived in Rome, triggering an unequivocal position against slavery by the General of the Society of Jesus, Claudio

Acquaviva (1543-1615). Acquaviva considered the practice of slavery as being contrary to the conversion of the Japanese Gentiles. In 1590, the General unequivocally forbade the Jesuits in Japan to tolerate or cooperate with slave traders.<sup>15</sup> However, in Nagasaki, the Portuguese merchants' greatest interests no longer focused on Japanese slaves. Hideyoshi's military offensive against Korea filled Nagasaki with new slaves, as the Jesuit Luís Fróis (1532-1597) informs.<sup>16</sup>



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

Indeed, the arrival of Koreans to Nagasaki would cause a drastic decrease in slave prices; nevertheless, the demand exceeded the supply. Korean slaves working under harsh conditions for little or no pay invaded Portuguese forts and trading posts in Asia and Europe.

This trade in Macao would reach such high proportions that the Viceroy of India, Don Matias de Albuquerque, as instructed by the King, published an imperative law on March 11, 1595, trying to eradicate this commerce.<sup>17</sup> Undeniably, the second major Japanese offensive against Korea in 1598 would contribute to the reinforcement of this law when the Jesuits in Japan refused to pass and approve slavery certificates. By that time, the Florentine slave trader Francesco Carletti had arrived in Japan, and participated in this trade by buying some Korean slaves for himself. From his account presented in the court of the Grand Duke of Tuscany Ferdinando Medici—*Ragionamenti del Mio Viaggio intorno al Mondo* (1594-1606)—it is possible to identify several vivid descriptions of Korean slaves arriving at Nagasaki.<sup>18</sup>

Gradually, Chinese, Japanese, and Korean human trade in Goa and Lisbon slave markets declined, especially with the incessant and declared opposition from the Society of Jesus in Nagasaki, and the prohibitions of the Viceroys and Governors in Goa. This decline would signify a new reorientation of the slave trade from Macao to Manila. Besides sending slaves to the Portuguese forts and trading posts in Asia and Europe, the Macanese merchants also built an important trade network with Manila from 1582 until 1595.<sup>19</sup> However, from 1598, this trade gets a significant expression. Private vessels arrived in Manila and Cavite from Cochin, Bengal, Ternate, Siam, Malacca, and Macao. However, this relationship between the suppliers of slaves and Manila's government would not always be harmonious. When economic tensions arose resulting from Manila's merchants interfering in Macanese trade with Japan, the Portuguese merchants, in revenge, sent their worst slaves, causing innumerable problems in the city. One such example occurred in July 1605, when Hernando de los Rios informed the King of Spain and Portugal that the Portuguese were sending

large amounts of criminal slaves (mostly alcoholics, murderers, and robbers) to the Philippines. On certain occasions, members of the church participated in this trade. In 1610, the bishop of China himself, Friar João Pinto da Piedade, living in Macao, sent his private ship overloaded with Chinese slaves to be sold in Manila.

Since the 1<sup>th</sup> century, the main suppliers of slaves for the Philippines were China and Southeast Asian countries. However, it is possible to identify several Japanese slaves who would travel from Macao to Manila or from Nagasaki to Manila and Cavite, and later on, to America. Of the many cases we have been studying, we decided to select only three.

The first case is that of Thomas Valdes.<sup>20</sup> Valdes was enslaved in Nagasaki. He was sold in the Philippines to Captain Antonio Alcolea, who in turn brought him to New Spain, where he was resold to the dealer Clemente Goes. In 1608, he lived in Mexico City and played an important role in denouncing some Portuguese traders from Macao.

Another interesting case is that of Miguel Jeronimo, born in Nagasaki between 1577 and 1578. In the year 1594, Jeronimo sold his services to Francisco Martes, who bought him on behalf of Luis Perez. The contract was concluded for the value of 40 *cruzados*, corresponding to a period of five years. Because his master passed away in the journey from Manila to Acapulco, Jeronimo served only three years of that contract, and then served Martin Birviesca, officer of the Holy Office, for another four years. Being treated like a slave, Jeronimo requested his official release as a *free man*. The outcome of his formal request is unknown; however, since no other references or documents were attached to his demand, we are led to believe that he was not released.

The case of Gaspar Fernandes, or Gaspar Japon, is quite different. Gaspar was born in Nagasaki in 1577. In 1585, when he was only eight years old, he sold his services to a Portuguese trader through the rector of the Jesuit College in Nagasaki, Father Antonio Lopez. With this merchant, he travelled to Manila (1589) and to America (1598) nine years later, on board the galleon *Nuestra Señora del Rosario*. During the trip, his master died and he



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIAS

ended up being handed over to the ecclesiastical authorities of Acapulco. In *New Spain*, the distinction between selling services for a specified period of years and perpetual slavery was not considered. Gaspar was treated as a slave and was forced to serve the merchant Tomas del Río. Meanwhile, in Mexico City, Gaspar found the Portuguese sons of his previous owner, and convinced them to pay a lawsuit against his possessor. Eventually, Gaspar was released on 5 June, 1604—five years after the legal proceedings began. His final destination was undetermined; nonetheless, it would be as free man.

## CONCLUSION

Since its foundation in 1557, Macao became an important centre of slave consumption and redistribution. Here, we can identify three distinct phases:

– Chinese phase: Chinese slaves captured by *wakou* from the Chinese coast and sold to the Portuguese in Japan and China.

– Japanese phase: began in 1570, which, despite numerous prohibitions, would get prolonged until 1592.

– Korean phase: Hideyoshi's military campaigns from 1592-1598 resulted in the Japanese slaves being replaced by Korean slaves.

These three waves would feed the demand for slaves in Portuguese fortresses and ports in Asia and Europe.

From 1598, partly because of the slave trade in Korea, Macao could no longer redistribute Chinese, Japanese, and Korean slaves to India and Europe (via the Atlantic). This situation caused a reorientation of the slave trade to Manila, Cavite, and America. However, the main exported slaves are of Chinese origin and not of Japanese or Korean origin. **RC**

## NOTAS

- 1 Okamoto Yoshimoto, *Jūroku-seiki nichū-ō-kōtsū-shi no kenkyū* (十六世紀日欧交通史の研究), Harashobou, 1974 (1942), pp. 728-806.
- 2 José Luis Alvarez-Taladriz, 'Apuntes sobre el Cristianismo y la Esclavitud en Japon'. Appendix to Alessandro Valignano, *Adiciones del sumario de Japon*, edited by José Luis Alvarez-Taladriz. Privately published, n.d.
- 3 Thomas Nelson, 'Slavery in Medieval Japan'. *Monumenta Nipponica*, vol. 59, no. 4. Tokyo: University of Sophia, Winter 2004.
- 4 *Monumenta Historica Japoniae I: Textus Catalogorum Japoniae 1553-1654*, edited by José Franz Schütte. Rome: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1975; Biblioteca da Ajuda, Lisbon, *Jesuítas na Ásia*, Códice 49-V-3, Francisco Pires SJ, *Pontos do que me alembra*; fl. 4v. (?-1548).
- 5
- 6 *Peregrinação de Fernam Mendez Pinto. Em que da conta de muytas e muy to estranhas cousas que viu e ouuiu no reyno da China, no da Tartaria, no de Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no do Calaminhan, no de Pegu, no de Martauão, e em outros muytos reynos e senhorios das partes orientais, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouca ou nenhũa noticia. E Tambem da conta de muytos casos particulares que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata breuemente de algũas cousas, e da morte do Santo Padre mestre Francisco Xavier, unica luz e resplendor daquellas partes do Oriente, e Reytor nellas universal da Companhia de Iesus. Escrita pelo mesmo Fernão Mendez Pinto. Dirigido à Catholica Real Magestada del Rey dom Felippe o III. deste nome nosso senhor.* Lisbon: Pedro Craesbeeck, 1614; Fernando António Almeida, *Fernão Mendes Pinto. Um Aventureiro Português no Extremo Oriente*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2006, p. 304.
- 7 Rui Manuel Loureiro, 'A malograda embaixada de Tomé Pires a Pequim'. In *Portugal e a China: Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China Séculos XVI-XIX*, edited by Jorge M. dos Santos Alves. Lisbon: Fundação Oriente, 1999, pp. 39-55.
- 8 João de Barros, *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, vol. 3 – *Terceira Década*, edited by Hernâni Cidade and Manuel Múrias. Lisbon: Agência Geral das Colónias, 1946, p. 306.
- 9 *Ibid.*, p. 307.
- 10 Juan Ruiz-de-Medina (ed.), *Documentos del Japon 1547-1557*. Rome: Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990, pp. 559, 588-589.
- 11 Centro Científico e Cultural de Macau, Secção Reservados, Manuscrito A-411, cx. 87, fol. 7.
- 12 Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China, Japan, The Philippines and Southeast Asia, (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*. Macao: Macao Foundation, 2010, pp. 59-60.
- 13 (?-1593).
- 14 Josef Wicki; John Gomes (eds.), *Documenta Indica*. Rome: Institutum Historicum Societas Iesu, 1988, vol. XII, p. 467.
- 15 Jap.-Sin. 3, fl. 15f.
- 16 Luís Fróis, *Historia de Japam: 1549-1564*. Notes by Josef Wicki. Lisbon: Ministério da Cultura e Coordenação Científica/Secretaria de Estado da Cultura/Biblioteca Nacional, vol. 5, 1984, p. 457.
- 17 Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Arquivo Português Oriental*. New Delhi: Asian Educational Services, 1992 (1875), Book III, part II, pp. 537-538.
- 18 Francesco Carletti, *Ragionamenti di Francesco Carletti Fiorentino sopra le cose da lui vedute ne' suoi viaggi si dell'Indie Occidentali, e Orientali come d'altri paesi*. Firenze: Stamperia di G. Manni, 1701, pp. 34, 37, 39, 40, 51, 297, 324, 396.
- 19 Benjamim Videira Pires, *A Viagem de Comércio Macau-Manila Nos Séculos XVI a XIX*. Macao: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1994.
- 20 Archivo General de la Nación (Mexico), vol. 237, fls. 446-446v.



## A Presença Judaica em Cabo Verde

JOÃO NOBRE DE OLIVEIRA\*



### A PRESENÇA JUDAICA EM CABO VERDE

Vou descrever, no essencial, a presença judaica no arquipélago, em dois momentos. Digo dois momentos, porque me parece ser evidente, para qualquer investigador da presença judaica em Cabo Verde, que houve duas emigrações bem distintas, tanto no tempo como na origem dos emigrantes.

Há um primeiro momento, nos séculos xv a xvii, em que os judeus chegam a Cabo Verde inseridos na expansão portuguesa. Note-se que, nesta fase, apenas judeus portugueses, na sua maioria já cristãos-novos e logo, em teoria, praticantes do catolicismo, desembarcam nas ilhas. Chegam como colonos e

entram em choque com os cristãos-velhos, pois são rivais tanto no comércio como na luta pela posse dos (poucos) lugares da administração.

Há um segundo momento, nos séculos xix e xx, em que chegam às ilhas judeus de origem estrangeira, isto é, de origem não portuguesa, desta vez como resultado da expansão inglesa e da abertura do Porto Grande de S. Vicente e da entrega, na prática, deste porto aos ingleses. Os judeus desta segunda vaga, praticantes da sua religião, radicam-se nas ilhas dedicando-se, exclusivamente, ao comércio sem entrarem na disputa pelos lugares da administração.

Através dos poucos relatos que há sobre eles, procuro descrever a sua passagem pelas ilhas e termino com um apanhado sobre a influência que aí tiveram.

### A PRIMEIRA VAGA, SÉCULOS XV-XVII

A presença de famílias de origem judaica em Cabo Verde é antiga, uma vez que os judeus portugueses, também, participaram na Odisseia dos Descobrimentos e, mesmo depois da proibição do seu culto e da sua conversão forçada ao cristianismo nos

\* Licenciado em História pela Universidade de Lisboa. Desde 1995 encontra-se a trabalhar na Direcção dos Serviços de Educação e Juventude de Macau. Tem-se dedicado à investigação, sendo a história da colonização e a genealogia as suas áreas preferenciais. É autor de *A Imprensa Cabo-Verdiana, 1820-1975* (Macau: Fundação Macau/Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998).

*Graduate in History from Lisbon University, employed by the Macao Education Department since 1995. Research focuses on the history of colonization and genealogy, and has published A Imprensa Cabo-Verdiana, 1820-1975 (Macau: Fundação Macau/Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998).*



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

finais do século xv, muitos deles, agora como cristãos-novos, continuaram a seguir para as terras do antigo império português como colonos.

Mas, no caso de Cabo Verde, onde foram encontrar uma sociedade estratificada não só do ponto de vista social como, também, étnico, com os grandes senhores, normalmente brancos ou mulatos claros no topo, e uma massa de escravos negros ou mulatos na base, e um número considerável de homens livres de todas as cores, qual seria o seu lugar na sociedade? No mundo do trabalho, onde se poderiam eles integrar?

É preciso lembrar que a sua situação no mundo do trabalho não era fácil, pois a discriminação não atingia só os que tinham sangue negro. Os descendentes de judeus estavam, praticamente, proibidos de exercer cargos públicos pelo que, também, não era fácil para eles arranjar um emprego.

Assim, por exemplo, não é de admirar que, no século xvii, em 1639, Manuel Martins Medina, natural da ilha da Madeira, no seu processo de habilitação para familiar do Santo Ofício (habilitação que era necessária, por exemplo, para se poder tomar posse dum cargo público), o dito Tribunal do Santo Ofício tenha declarado que ele sempre fora católico e bom praticante e que seus pais e avós eram todos “de limpo sangue, sem raça alguma de judeu, mouro, mourisco ou mulato”,<sup>1</sup> o que, bem vistas as coisas, excluiria a maior parte da população portuguesa da função pública! E, se para um natural da Madeira ou de Portugal, era preciso passar por isso, logicamente devia existir um maior rigor para com um natural das colónias, para quem era mais difícil afastar a suspeita de ter sangue mulato.

Ou seja, qualquer colono português, fosse ou não judeu, podia, a qualquer momento, fazer perigar o emprego dos naturais da colónia. Mas os colonos de origem judaica, também, nunca estavam seguros do emprego.

Os naturais da terra (e até mesmo os não-naturais, mas residentes permanentes), independentemente da

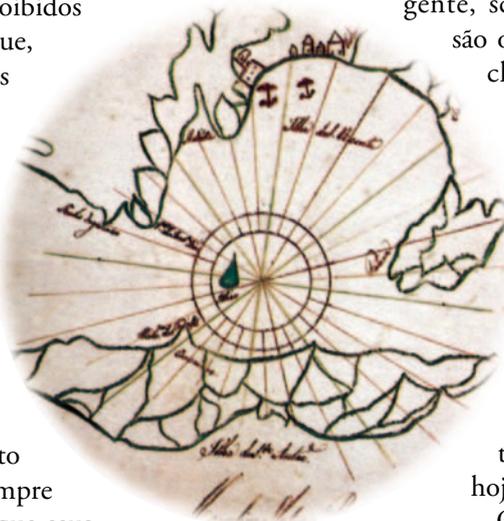
sua cor, uma vez senhores de lugares na administração da sua terra, passaram a não ver com bons olhos a chegada de funcionários vindos de fora, principalmente os vindos da metrópole portuguesa, pois cada um que chegava era visto como mais um estranho que vinha tirar o lugar a um natural das ilhas. Situação geradora de conflitos que os naturais de Portugal pressentiam logo, e isto desde o século xvii, conforme se pode constatar nesta passagem da “Carta do Padre Sebastião Gomes ao Padre Geral da Companhia”, datada de 27 de Junho de 1617, da cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago:

“Pergunta V. P. se a Cidade faz instância por Colégio; digo que há aqui quatro sortes de gente, scilicet [i.é a saber] crioulos, que são os naturais da terra, cristãos novos, clérigos da terra e de Portugal, e alguns cristãos velhos de Portugal, mas muito poucos; quanto às três primeiras sortes de gente, tirando alguns pobrezinhos, e outros que se ajudam de nós, aos demais pouco se lhes dá que haja Colégio ou não, e os mais deles bem tomariam ver-nos fora; dos cristãos velhos nem todos se perdem por nós. [...] e chegou a terra a tais termos, que quantos há hoje na Câmara são crioulos ...”<sup>2</sup>

O Pe. Sebastião Gomes, jesuíta que estava em Cabo Verde com a missão de fundar um colégio, põe assim no mesmo saco, da má vontade e hostilidade para com os jesuítas, tanto os naturais da terra como os reinóis, tanto os cristãos-novos como os velhos e até mesmo outros clérigos.

O interessante é ele assinalar os cristãos-novos como uma das “quatro sortes de gentes da terra”, pois é indicador que eram, como em Portugal, um grupo distinto, e também por dizer que os crioulos se tinham assenhorado da câmara da ilha.

Desconhecemos quantos cristãos-novos se teriam radicado nas ilhas<sup>3</sup> logo no século xv, mas não terão sido poucos, pois que se assinalam conflitos entre eles e os cristãos-velhos, tendo as queixas destes últimos sucedido a ponto de, em 1515, o rei D. Manuel I decidir interditar, sem licença especial, a fixação de cristãos-novos em Cabo Verde. Mas, mesmo proibidos, continuaram a chegar e a aumentar o seu poder:



<sup>1</sup> Pormenor da “Planta da villa da Praya de Sta. Maria e da Sua espaçosa baya, citas na ponta do S.E. da Ilha de Santiago de Cabo V.”, de António Carlos Andreas, 2.ª metade do século xviii

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

“Tanto é assim que, em 1546, a Câmara da Ribeira Grande afirmava que quem mais mandava na terra eram eles e que se encontravam sobretudo na alfândega.”<sup>4</sup>

Parece-nos que a câmara, ou melhor, os cristãos-velhos, exageraram o poder dos cristãos-novos, procurando assim alarmar a Corte de Lisboa. Os membros da câmara agiam assim de má-fé nesta forma de combater os pretensos judeus. Não nos esqueçamos que seriam, provavelmente, rivais no comércio e que os cristãos-velhos viam, assim, neste tipo de denúncias uma forma de afastar uns concorrentes, quiçá mais bem sucedidos. Devemos ter sempre presente os exageros duma época em que era fácil, e até apenas por vingança, acusar um inimigo de ser judeu apenas com o propósito de o prejudicar, pois o acusado é que ficava com o problema de provar que não o era e, mesmo conseguindo-o, ficava sempre com a suspeita pairando sobre ele.

Também na ilha do Fogo, em meados do século XVI, eles eram igualmente poderosos, conforme nos conta Sena Barcelos:

“a ilha do Fogo estava também coalhada de cristãos-novos e que dispunham de bastante influência para conseguirem da Câmara uma petição a favor do Corregedor”.<sup>5</sup>

Vê-se, também, por este texto que os cristãos-novos não deixaram de usar o seu poder económico para influenciarem as decisões do poder local. E usaram-no, também, para pressionar o próprio poder central, a fim de contornarem proibições ou evitarem perseguições. Por exemplo, em 1601, mediante o pagamento de 200 000 cruzados à Coroa, os cristãos-novos de Portugal obtiveram o consentimento real (neste caso de Filipe II) para emigrarem para o Brasil, Índia e arquipélagos de S. Tomé e Cabo Verde com as suas famílias e bens.<sup>6</sup>

Por outro lado, muito provavelmente, muitas vezes eles agrupar-se-iam em segredo para praticar o culto judaico longe dos olhares dos espíões da Inquisição e do poder do governador. Mas numa terra tão pequena seria difícil manter o segredo:

“As denúncias ao Tribunal da Inquisição eram constantes. Diogo da Fonseca, por exemplo, foi denunciado por guardar os sábados e fazer trabalhar os escravos aos domingos; João da Fonseca é também denunciado por ter sido encontrado na Ilha Brava a praticar judaísmo.”<sup>7</sup> Ambas as denúncias são datadas de 1542.

Fernão Sanches, que, em Julho de 1592, era “feitor dos rendeiros da ilha do Maio é acusado pelo bispo de Cabo Verde, Pêro Brandão, de ser ‘homem de nação’”,<sup>8</sup> ou seja judeu.

As denúncias continuaram no século seguinte, não poupando os cristãos-novos mesmo quando membros do clero. Assim, lemos no resumo do “Processo do padre Gabriel Dias Ferreira” que

“Parte de Cristão-novo, acusado de sodomia é sacerdote do hábito de S. Pedro e cónego de Sé de Ribeira Grande, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, de onde é natural e morador, tem 28 anos de idade, filho de Duarte Mendes Ferreira, natural de Portimão, e de Leonor Lopes, natural da Ribeira Grande, [ilha de Santiago], Cabo Verde, é solteiro, contém inventário de bens, tendo sido sentenciado em Auto de Fé, no dia 11 de Outubro de 1654. Foi solto a 27 de Março de 1662.”<sup>9</sup>

Não se livrou de oito anos de prisão, mas livrou-se da fogueira ...

Isto parece-nos ser a jogada de alguém visando apoderar-se dos bens de um cristão-novo, pois, uma vez provada a acusação, parte dos bens do acusado eram dada ao denunciante como recompensa e este denunciante, como que para reforçar e garantir a condenação, junta a acusação de sodomia à de judaísmo.

E da continuidade da prática do culto judaico nestas paragens dá-nos conta esta passagem da “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares” datada de 1 de Agosto de 1606, em que descreve a costa do actual Senegal:

“Segue-se o Porto Dali, no qual há uma aldeia de cem Portugueses que seguem a lei de Moisés, e El-rei os defende de quem os quer impedir. Este porto é o mais importante para os resgates dos Estrangeiros.”<sup>10</sup>

Também na “Carta da Câmara da Ribeira Grande a El-Rei D. Filipe II” (Filipe III de Espanha), datada de 11 de Julho de 1619, se lê:

“tirar-se-ia a ocasião que há de grandes males, que é irem a Guiné muitos maus cristãos que seguem a lei de Moisés e dali se passam à Costa, aonde logo se declaram por judeus e se passam a Nostradama, e a Gufo, e outras partes, aonde vivem à sua vontade.”<sup>11</sup>

Ou seja, os cristãos-novos agrupavam-se em segredo para praticar o culto judaico, tendo muitos

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



Anónimo, "Planta do Porto da Villa da Praya de Sta. Maria da Ilha de Santiago de Cabo Verde", 2.ª metade do século XVIII.

seguido para o continente, e eram tão numerosos a ponto de poderem fundar uma aldeia sua na costa de África. O rei, do primeiro texto, parece-nos tratar-se de um rei Jalof (Wollof), povo já então convertido ao islamismo, (conversão ocorrida depois da chegada dos portugueses pois, no século XV, quando alguns jalofos fugiram para Cabo Verde, ainda seriam animistas) e portando, povo muito provavelmente com conhecimento das polémicas entre cristãos, judeus e muçulmanos. E, como não conhecemos tentativas directas, por parte de Portugal, de colonização do actual Senegal, é de supor que estes portugueses judeus fossem oriundos de Cabo Verde, numa fuga em sentido contrário ao dos Jalofos que no século XV procuraram refúgio em Santiago.

No continente, os judeus portugueses dedicaram-se ao comércio, indo engrossar o número dos lançados ou tangomaus, como eram conhecidos os portugueses que, muitas vezes, à margem da lei, comerciavam e constituíam família entre os nativos e cujos filhos

continuavam a mesma actividade. Entre eles é de destacar Ambrósio Gomes, filho da bijagó Teodósia Gomes e de um tangomau cristão-novo.<sup>12</sup> Ambrósio casou-se com Bibiana Vaz de França, uma ricaça de Cacheu que, em 1686, amotinou o povo e realizou actos hostis aos portugueses, prendendo e depois expulsando o capitão-mor da praça, José Gonçalves de Oliveira, e incendiando casas da Companhia de Cacheu.

É interessante reparar que, mesmo debaixo dos condicionalismos políticos e religiosos, os judeus portugueses conseguiram conservar a prática da Lei de Moisés nas ilhas de Cabo Verde e na costa de África por mais de um século!

A situação dos judeus, ou seja dos cristãos-novos, em Cabo Verde, não seria, assim, muito diferente da situação dos que viviam em Portugal. Sempre com medo da Inquisição, sujeitos a denúncias, quer fossem culpados ou inocentes,<sup>13</sup> e a perderem os seus bens ou mesmo a vida, muitos fugiam quando podiam.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

Saber qual a influência que teriam tido em Cabo Verde, isto é, na formação cultural dos cabo-verdianos, em aspectos como os hábitos alimentares ou até na hostilidade que as autoridades e os reinóis encontravam no arquipélago, não podemos saber.

Desapareceram!

Pois, esta primeira vaga de judeus, sendo, ainda por cima, de judeus portugueses, de língua e cultura portuguesa, acabou absorvida, aparentemente, sem deixar rastros no arquipélago.

Mas, talvez, a sua presença tenha ficado testemunhada em topónimos locais. Por exemplo, como explicar que uma localidade da ilha de Santo Antão tenha desde tempos recuados o nome de Sinagoga?<sup>14</sup>

## A SEGUNDA VAGA, SÉCULOS XIX-XX

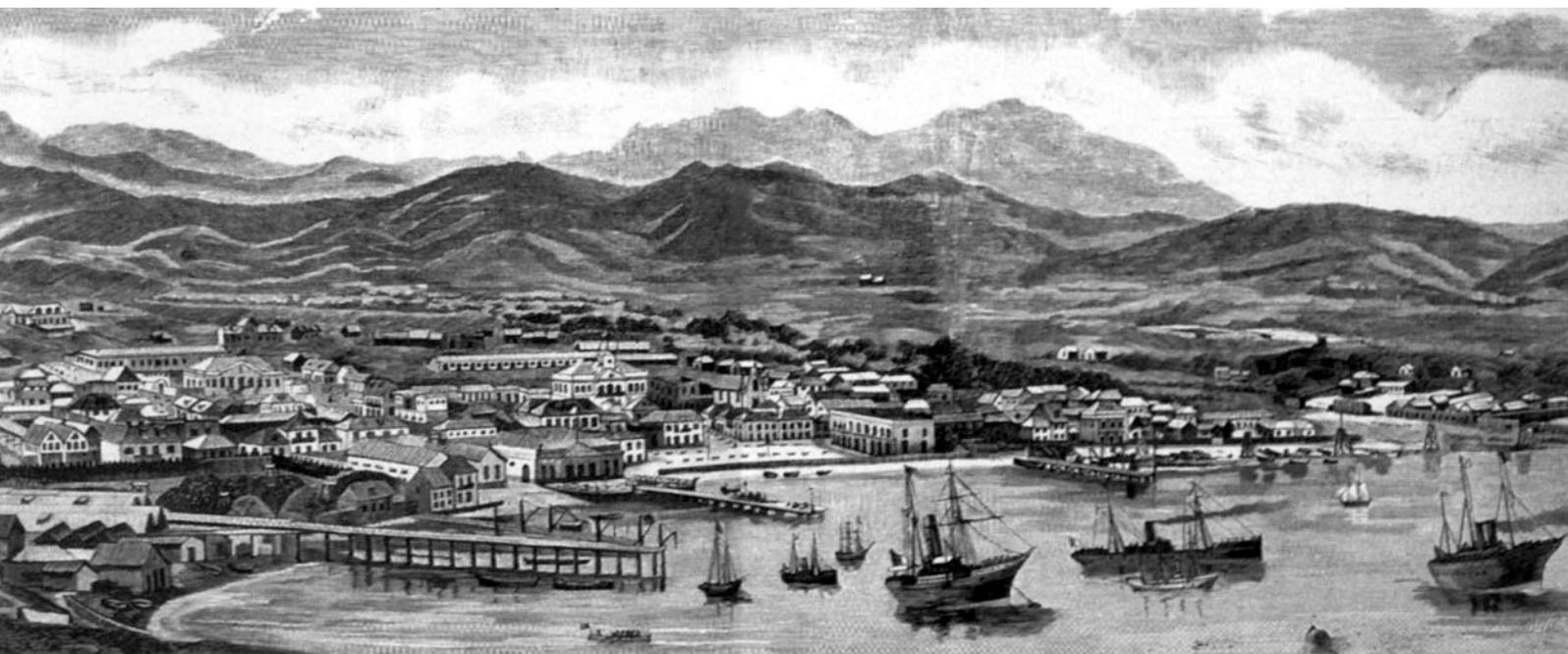
Mais tarde, no século XIX, seguiu-se uma segunda vaga de imigração judaica, esta de origem norte-africana, com elementos praticantes da sua religião e que, desta vez, não sofreram perseguições. Na sua maioria eram naturais de Marrocos, mas também houve uns poucos naturais de Argel e Orão (desde 1830 que a Argélia era colónia francesa) e de Tunes (a Tunísia ainda era pertença do Império Otomano).

O porto de Mindelo na ilha de S. Vicente. In *O Occidente*, 1/3/1891.

O grande número de naturais de Tânger e Gibraltar, cidades-colónias britânicas, é fácil de explicar, pois está ligado à chegada de ingleses ao arquipélago. Embora, ainda antes do arranque do Porto Grande de S. Vicente, alguns ingleses, dedicando-se à actividade comercial, se tenham estabelecido nas ilhas, como foi o caso dos iniciadores das famílias Miller e Rendall, foi só depois de assinado o Tratado Luso-Britânico de 3 de Julho de 1842, em que, entre outras disposições, os ingleses passavam a ter vários direitos, quase como se nacionais portugueses fossem, pois passavam a poder adquirir casas e propriedades, abrir estabelecimentos comerciais e residenciais, ficando pessoas e bens protegidos por lei como qualquer cidadão português, dizíamos, foi só então que o número de ingleses residentes nas ilhas aumentou, e, embora na sua maioria residissem apenas temporariamente, alguns fixaram-se definitivamente nas ilhas, como os Morbey e os St. Aubyn.

Ora, o Tratado de 1842 levou a que os judeus marroquinos, naturais ou residentes nas cidades de Tânger e Gibraltar, e que tinham nacionalidade britânica, ficassem também a auferir dos privilégios que Portugal concedia aos súbditos da rainha Vitória.

Assim, aos cidadãos ingleses, vindos das ilhas britânicas, juntaram-se, desde meados do século XIX, os cidadãos ingleses de origem marroquina.



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

Mas porquê este interesse súbito por Cabo Verde, terra pobre e sujeita a crises de fome? Porquê a escolha de S. Vicente, uma ilha seca, com problemas de água?

A resposta relaciona-se com o progresso da navegação marítima e o desenvolvimento do império colonial britânico.

Com a decadência da navegação à vela, com a progressiva substituição dos veleiros pelos barcos a vapor, devido à pouca autonomia destes havia necessidade de estabelecer a espaços, mais ou menos longos, depósitos de carvão para reabastecimento dos vapores. Assim, a partir dos meados do século XIX, o Porto Grande do Mindelo passou a ser um dos principais portos de escala para os barcos a vapor que atravessavam o Atlântico, ligando a Europa à América do Sul e à África, assim como para os que, através da rota do Cabo, demandavam o Oriente. Mindelo era, simultaneamente, um importante eixo das comunicações telegráficas, pois, por aí passavam os principais cabos submarinos da época. Assim a ilha de S. Vicente, em pouco tempo, ficou com uma relativamente numerosa comunidade britânica.<sup>15</sup>

O desenvolvimento do Porto Grande do Mindelo, com as companhias carvoeiras inglesas, o lançamento do cabo submarino inglês, etc., levaram a que as comunicações e as ligações comerciais entre as colónias do vasto império britânico e a sua metrópole passassem pela ilha de S. Vicente (e não será exagero dizer que, não oficialmente, eram os ingleses que mandavam nela) e fizeram da ilha uma base tão importante para Londres que, mesmo depois da abertura do Canal do Suez, ela conservou a sua importância estratégica para os britânicos, e isto até à II Guerra Mundial.

Foi assim que vários indivíduos vindos de Marrocos, quer directamente quer via Gibraltar – como, por exemplo, os Benrós, Ben-David, Benhaim, Benhoniél, Brigham, Cohen, Pinto,<sup>16</sup> Wahnnon, etc. – se estabeleceram no arquipélago, principalmente, nas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Boa Vista e Santiago e, segundo João Augusto Martins, a colónia judaica teria cerca de duzentos membros nos finais do século XIX.<sup>17</sup>

Para se ter a ideia da importância da presença judaica em Cabo Verde no século XIX, vamos ver, com base no *Boletim Oficial de Cabo Verde*,<sup>18</sup> alguns exemplos:

Na primeira metade do século XIX, Abraham Alves estabeleceu-se na ilha de Santiago e, desde a década de 1840, que Josef Abitbol (mudou depois o nome para José

Bento de Oliveira) residia na ilha de S. Nicolau.<sup>19</sup> Estes foram dos primeiros elementos da comunidade judaica vinda de Marrocos a radicarem-se, definitivamente, nas ilhas, dedicando-se ao comércio. Em 1864, residiam na cidade da Praia, sendo quase todos comerciantes, Elias Azulay, Salomão Azavey, Israel Cagy, Abrahão Abcasis (Abecassis), Salomão Anahory (que cedeu um terreno para o cemitério dos israelitas), Fortunato Levy, Simão Levy, Aarão Ben David e Moisés Benrós e, em 1887, Isaac Athias aparece como residente na aldeia da Ribeira da Barca. No ano de 1866 já residia na ilha da Boa Vista o comerciante Abraham Benoliél.

*esta primeira vaga de judeus,  
sendo, ainda por cima,  
de judeus portugueses, de língua  
e cultura portuguesa, acabou  
absorvida, aparentemente,  
sem deixar rastros  
no arquipélago.*

Aquando do falecimento de um seu correligionário (Fortunato Mamam, a 13 de Dezembro de 1870), os comerciantes, residentes na vila da Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, mandaram publicar um texto de agradecimento ao médico que o assistiu no *Boletim Oficial de Cabo Verde*, de 18 de Dezembro de 1870, onde aparecem os nomes de João Wahnnon, Marcos Auday, Abrahão Azaincot, Isaac Benrós, Aarão Benrós, Isaac Pinto, James Levy Bentubo, Guidon Alcaim, Fortunato Azagury e David Abecassis.<sup>20</sup>

Em 1881, segundo João Simões Afra, residiam, nesta ilha, 15 hebreus, onze homens e quatro mulheres – um na freguesia de Sto. Crucifixo e dez na freguesia de N.ª Sr.ª do Rosário –, e acrescenta que quatro eram naturais da ilha, quatro de Gibraltar, três de Tãnger,<sup>21</sup> dois de Mogador<sup>22</sup> e outros dois de Marrocos, sem indicar a localidade.<sup>23</sup>

E no século XX, pelos anos trinta, eventualmente fugindo do nazismo, radicaram-se no arquipélago indivíduos de origem alemã, como Heinrich Kahn e Simon Schofield, este último de seu verdadeiro nome Zalma Soifer, ambos comerciantes no Mindelo.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

Esta segunda vaga da emigração judaica foi uma emigração essencialmente masculina, tendo as poucas mulheres casadas que seguiram para o arquipélago realizado a cerimónia do casamento ainda na terra de origem, pois

“O único caso de mulher chegada ao arquipélago, ainda solteira, foi o de Hellel Benchmol, natural, de Orão, exercendo a profissão de negociante fixando-se na Praia, ilha de Santiago.”<sup>24</sup>

Assim, uma vez que eram raros os casos de casais emigrantes já constituídos, os hebreus casaram-se, na sua maioria, com cabo-verdianas e, estando espalhados pelas várias ilhas, não puderam constituir-se em comunidade<sup>25</sup> e perpetuar os seus costumes e religião. De um modo geral, a segunda geração, nascida em Cabo Verde e educada por mães cabo-verdianas, adoptava a religião católica e hoje, à excepção do apelido, os seus descendentes não mantêm grande memória da sua herança cultural hebraica.

A primeira geração, dado que, aos seus membros, como estrangeiros, lhes estava vedado o acesso à função pública, dedicou-se, quase exclusivamente, ao comércio e fundaram algumas das grandes casas comerciais do arquipélago, tendo sobrevivido, até depois de 1975, casas com a de João Benoliel de Carvalho, a “JBC”, e, note-se, que nesse ano, Carlos Pinto Wahnon era considerado o homem mais rico do arquipélago. Esta primeira geração não se dedicou só ao comércio, pois, Isaac Wahnon,<sup>26</sup> de Gibraltar, fundou um dos primeiros hotéis do arquipélago, o “Hotel Central” do Mindelo, o único da ilha no princípio do século xx. Claro, as gerações seguintes diversificaram as suas actividades, dedicando-se à agricultura e à indústria: por exemplo, Jonas Wahnon, filho de Isaac, dedicou-se ao ramo industrial (panificação) e a única água mineral comercializada em Cabo Verde, até 1975, foi a “Água Brigham”, propriedade de um descendente de Abraham Brigham.

A chegada de um, relativamente, tão grande número de judeus que se dedicavam quase exclusivamente ao comércio não deixou de provocar alguns atritos. Como dissemos atrás, esta segunda vaga não sofreu perseguições organizadas pelo poder político por causa da sua religião, mas os novos comerciantes terão afectado alguns interesses instalados, originando queixas, reparos e até anedotas. Factos que podemos verificar, aqui e além, no próprio *Boletim Oficial*.

Assim, em 1874, o comerciante Pedro Rodrigues de Castro, da ilha de S. Nicolau, jogando com o facto

de haver diferenças entre o nome verdadeiro e o oficial de Josef Abitbol, requereu que fechassem a sua loja por ele ser do Império de Marrocos e não ser português. Pediu que a câmara “intimasse o hebreu José Bento d’Oliveira para registar na secretaria [...] a sua carta de naturalização [...] o referido Oliveira tinha [...] a 1 de Abril de 1874 apresentado a sua carta [...] sob o nome de Joseph Abitbol [...] ela já ali se achava registada desde 5 de Dezembro de 1849”. Abitbol provou que, ainda que este fosse o seu nome de família, ele usara sempre o de José Bento de Oliveira, pelo qual era conhecido antes e depois da sua naturalização. Assim, embora a carta tivesse o nome de Joseph Abitbol, não havia necessidade de novo registo já que só a partir de 1854 se regulara casos destes (mudanças de nomes de estrangeiros), pelo que não podiam imputá-lo de um crime que não existia à data da ocorrência (1849).

O requerimento de Castro foi indeferido.<sup>27</sup> Parece ter sido uma tentativa ardilosa para afastar um concorrente. E não foi intentada por um comerciante qualquer, pois, Pedro Rodrigues de Castro foi presidente da Câmara Municipal do concelho da ilha de S. Nicolau em meados da década de 1870, ou seja, precisamente por esta altura.

Também por esta mesma altura o Dr. Francisco Frederico Hopffer, que foi entre 1871 e 1874, presidente da Câmara do concelho de Ribeira Grande, ilha de Sto. Antão, escrevendo relatórios que iam sendo publicados no *Boletim Oficial*, ao falar da população da ilha não deixou de se referir à crescente comunidade hebraica constituída por “uns quarenta israelitas na maior parte oriundos de Tânger e Gibraltar que estão de raiz nesta ilha”,<sup>28</sup> observa que “em 1872 já havia 14 hebreus nascidos nela”.<sup>29</sup> Sobre os filhos dos casamentos mistos o Dr. Hopffer é taxativo e directo! Considera que é “etnologicamente pouco vantajoso o cruzamento entre a mulher indígena e o hebreu africano”.<sup>30</sup>

Mas, como vimos atrás, esta segunda vaga de emigração judaica era quase exclusivamente masculina, pelo que foi inevitável que o “hebreu africano” se unisse à “mulher indígena”. E a união foi vantajosa!

Os elementos da segunda geração e seguintes, embora, ainda, maioritariamente, ligados ao comércio, sendo filhos de mães cabo-verdianas e de religião católica, integraram-se facilmente na comunidade cabo-verdiana e de tal modo que não será aqui correcto falar de judeus, mas sim de descendentes de judeus. Estes já puderam dedicar-se a outras actividades e é interessante

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

reparar na ligação de muitos deles ao desporto, quer como praticantes quer como dirigentes.

Por exemplo, Jacob Wahnnon era um excelente praticante de críquete e de boxe, do qual teria sido o introdutor em S. Vicente. Fortunato Levy foi, até 1907, um dos primeiros futebolistas do Sport Lisboa e Benfica, quando este clube de futebol iniciava a sua caminhada. Henrique de Sena Ben David foi futebolista de renome pelo Belenense e Danielinho Cohen, isto é Daniel Leite, foi quem reformou a prática do desporto na ilha de S. Vicente. Com excepção de Levy, todos ligados à ilha do Porto Grande. No campo do desporto há ainda que citar o nome de Júlio Bento de Oliveira, neto do referido Josef Abitbol, que fundou os Sokols de Cabo Verde (1932-1939), uma organização ligada ao desporto, mas a que pertenciam desde os estudantes do liceu aos adultos, mesmo os homens já casados, tendo a mesma chegado a ter 2031 filiados, o que representava cerca de 10% da população mindelense de então.

Nas gerações seguintes, e cada vez mais diluída a herança hebraica, começaram a aparecer funcionários públicos e quadros das profissões liberais de maior prestígio social, como engenheiros, advogados, médicos, professores, etc., surgindo, então, os políticos, os homens de letras e os artistas.

Por exemplo, antes da independência, o referido Júlio Bento de Oliveira foi presidente da Câmara Municipal do Mindelo durante mais de uma década (1947-1960) e, note-se que, no século XIX, o seu tio Rafael Moisés de Oliveira, tinha sido eleito presidente da Câmara Municipal da ilha de S. Nicolau em 1889.

Fortunato Levy foi administrador dos concelhos do Fogo (cerca de 1912) e da Praia (1913-1915) e o seu sobrinho, Bento Benoliel Levy, que foi também administrador do concelho da Praia (1941), foi deputado por Cabo Verde, por duas vezes, na Assembleia Nacional portuguesa, (1961-1965 e 1969-1973). Bento, foi ainda um homem ligado à imprensa e foi o fundador e director do mensário *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação* (1949-1964) e também fundador e director do jornal *O Arquipélago* (1962-1974).

E, ainda no campo político, outros, ao tomarem a defesa da população das ilhas, não deixaram de sofrer as represálias do regime salazarista. Em Setembro de 1942, em plena II Guerra Mundial, perante a fome que assolava o arquipélago, alguns comerciantes apelaram à intervenção estrangeira para evitar a mortandade entre o povo. A repressão foi rápida e os comerciantes

Abílio Monteiro de Macedo, António Augusto Martins, Heinrich Kahn, Clementino Benoliel de Carvalho e Salomão Benoliel, todos eles sócios da Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Barlavento, sob a acusação de “estarem implicados num movimento de propaganda contra as medidas adoptadas para debelar a crise enviando para o exterior notícias falsas, fazendo circular boatos sem fundamento e perturbando a disciplina económica da colónia por meio de uma campanha de descrédito contra um organismo oficial” foram encarcerados no Campo de Concentração do Tarrafal de onde só saíram em Fevereiro de 1943. Embora lá ficassem relativamente pouco tempo, devido à idade alguns ficaram com a saúde abalada.<sup>31</sup> Note-se que, dos cinco presos, três eram descendentes de judeus.

Anos mais tarde, Jaime Ben Hare Soifer Schofield, filho de Simon Schofield, sendo afecto ao PAIGC desenvolveu actividades clandestinas contra o colonialismo português, tendo sido detido pela PIDE/DGS e encarcerado no Campo de Concentração do Tarrafal na década de sessenta.

De notar que, no campo literário foi da pena de Luís Romano, um descendente de João Wahnnon, que saiu uma das mais radicais denúncias da fome em Cabo Verde, o romance *Famintos*. O autor, precavendo-se de represálias políticas, auto-exilou-se, primeiro em Marrocos e, depois, no Brasil.

Após a independência, basta recordar o papel desempenhado na abertura política e instauração do estado democrático em Cabo Verde por Carlos Wahnnon Veiga, que foi primeiro-ministro durante quase dez anos (1991-2000), ou citar nomes como Vera Benrós Duarte que foi ministra da Educação.

Na literatura podemos assinalar os poetas Terêncio Anahory e a referida Vera Benrós Duarte, Carlos Benrós Araújo e, embora sem usarem os apelidos judaicos, Francisco Lopes da Silva e Yolanda Morazzo, que descendem dos Benoliel, os irmãos Luís Romano de Melo, Virgínio Nobre de Melo e Rose Nery Nobre de Melo, que descendem dos Wahnnon, Viriato Barros e Carlota Barros Fermino que descendem dos Alves.

Noutros campos, temos nas artes plásticas nomes como Leonel Madeira e os irmãos Levy Lima, na sétima arte o cineasta César Schofield Cardoso, neto do Simon referido atrás, etc.

Todos os citados também têm uma ligação ao Porto Grande, pois nasceram ou estudaram na ilha de S. Vicente.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

Vemos assim que, se os judeus, do ponto de vista religioso não tiveram influência em Cabo Verde, basta dizer que nunca houve sequer uma sinagoga construída nas ilhas, no entanto, os seus descendentes exerceram uma influência, maior ou menor, nas áreas económica, política, social, desportiva, cultural, etc. Por assim dizer, os judeus e seus descendentes, tanto da

primeira como da segunda vagas, foram absorvidos e culturalmente tornaram-se iguais aos outros ilhéus, mas, se não deixaram uma herança cultural marcadamente, hebraica nas ilhas, nem por isso deixaram de as marcar com o seu espírito empreendedor, ao contribuírem para o desenvolvimento das ilhas onde viviam em todos os aspectos, como vimos. **RC**

## NOTAS

- 1 João Cabral do Nascimento, *Genealogia da Família Medina da Ilha da Madeira*, p. 8.
- 2 Pe. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental*, 2.ª série, vol. 4, p. 613, doc. 149.
- 3 Sobre este tema ver, entre outros, o artigo de Richard Lobban, "Jews in Cape Verde and on Guinea Coast", e o livro de Mitchell Serels, *Jews of Cape Verde: A Brief History*.
- 4 Ilídio Cabral Baleno, "Povoamento e formação da sociedade", in Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, p. 151.
- 5 Sena Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, p. 119, citado por Daniel A. Pereira, in *Cabo Verde. Apontamentos Históricos sobre a ilha do Fogo*, obra em que este autor dedica algumas páginas à situação dos cristãos-novos naquela ilha.
- 6 Pe. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental*, 2.ª série, vol. 4, pp. 15-17, doc. 6, de 31/Out/1601, citado por Nuno da Silva Gonçalves, in *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)*, p. 24. Sobre o mesmo assunto ver também *ibidem*, pp. 8-10, doc. 3, de 04/Abril/1601.
- 7 Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, p. 176.
- 8 Iva Cabral, in Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 2, p. 237, cita Pe. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental*, 2.ª série, vol. 3, pp. 204-206. (Santo Ofício, liv. 1327, fl. 76).
- 9 Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 11298; Torre do Tombo, "Processo do padre Gabriel Dias Ferreira". Não tivemos acesso directo ao processo que tem 103 folhas. A informação foi-nos enviada por Luís António Santos Júnior.
- 10 Pe. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental*, 2.ª série, vol. 4, p. 165, doc. 45. Optámos por actualizar a grafia.
- 11 *Ibidem*, p. 641, doc. 158.
- 12 Philip J. Havik, *Silences and Soundbytes. The Gendered Dynamics of Trade and Brokerage in the Pre-colonial Guinea Bissau Region*, p. 301.
- 13 Se ser judeu era alguma culpa, ou crime. Questão ridicularizada pelo dramaturgo António José da Silva, cristão-novo brasileiro, quando preso pela Inquisição de Lisboa, no século XVIII: "Se é culpa o não ter culpa então eu tenho culpa". Mas acabou executado na fogueira no Rossio.
- 14 Uma canção popular, tradicionalmente cantada pelo Ano Novo, refere-se a esta localidade como segue: "*Nha irmã Meria tem um bode mótche capóde / El te'l maróde num laderinha de Mompatrás / Nó ta pide Deus pá da'l um morte descansóde / pá nó bá cumê'l má mandioquinha fresca de Sinagoga*". Que pode ser traduzida, à letra, da seguinte forma: "Minha irmã Maria tem um bode macho capado / Ela tem-no amarrado numa ladeirinha de Mão-para-Trás / Pedimos a Deus que lhe dê uma morte descansada / para o irmos comer com mandioquinha fresca de Sinagoga". Ora, se Mão-para-Trás é uma ribeira onde há actividade agrícola e onde se cria gado, já Sinagoga é hoje uma aldeia de pescadores onde não há vestígios de actividades agrícolas e logo de "mandiocas frescas", factos conhecidos na ilha pelo que, aparentemente, a letra da canção não faz sentido. Esta canção tornou-se muito conhecida através de um belo arranjo do compositor Luís Morais, o qual tem sido apontado, erradamente, como o seu autor.
- 15 Mas é de notar que, ao contrário do que é comumente aceite, não foi a ilha de S. Vicente que albergou a primeira comunidade inglesa radicada nas ilhas, mas sim a da Boa Vista. Com a instalação, em 1843, na vila de Sal-Rei, da Comissão Mista Luso-Britânica para a abolição do tráfico de escravos (em Cabo Verde), passaram a residir na ilha da Boa Vista, para além do cônsul honorário da Grã-Bretanha, John Rendall, alguns casais ingleses como o secretário da Comissão, Charles Pettingal e esposa, etc., tendo inclusive sido fundada a primeira escola feminina de que temos conhecimento nas ilhas. Sobre este particular ver o *Boletim Oficial de Cabo Verde (BOCV)* n.º 85 de 1844. Ver ainda o nosso trabalho *A Imprensa Cabo-Verdiana (1820-1975)*, p. 73. Esta comunidade não resistiu à epidemia de febre amarela de 1845, que provocou o falecimento de um terço dos seus membros.
- 16 Note-se, neste particular, que não se trata aqui da adopção de um apelido português por um judeu convertido, mas da persistência de um nome de família, porventura português, entre os judeus expulsos da Península Ibérica, para Marrocos, no século XVI. Aliás, temos conhecimento de "da Fonseca Pinto e Pinto da Fonseca" entre estes luso-marroquinos. No caso em apreço, Jacob Pinto e esposa eram ambos naturais de Tãnger, logo cidadãos britânicos.
- 17 João Augusto Martins, *Madeira, Cabo Verde e Guiné*.
- 18 Vide os *BOCV* n.º 20 A, 1864; n.º 40 A, 1866; n.º 44 A, 1866.
- 19 Não terá sido ocasional o facto de apenas os primeiros emigrantes terem adoptado apelidos portugueses. Sendo poucos, terá sido uma estratégia para facilitar a sua integração? E no que se trata de mudanças de nomes, sabemos pelo *BOCV* que, em 1866, José Arnaldo Ferreira e Aarão Ben David foram nomeados liquidatários da casa Aflaio & Bettencourt, que fora extinta devido ao falecimento de um dos seus sócios, Salomão Pimenta. Ora, também, sabemos que esta casa foi fundada por Salomão Aflaia. Estaremos aqui na presença de uma mudança de apelido? Ou Pimenta, tal como Pinto, era apelido de origem?

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

- 20 Na vila da Ponta do Sol ainda existe um cemitério judeu, separado do cristão, com as sepulturas de Abraham Julião Brigham, Moses Cohen, Salomão Auday, Mena Pinto, seu filho Isaac Pinto, e mais duas com inscrições em hebraico. Mas, na Penha de França, o cemitério aí existente está sujeito à pressão urbana, estando as lápides ameaçadas “de serem destruídas à marretada”, conforme nos informou, em 2004, o guarda do cemitério da Povoação. Neste cemitério encontravam-se os túmulos de Isaac Benrós, Mezaltob Benrós, Joseph Abraham Brigham, do referido Fortunato Maman e de mais dois outros.
- 21 Tãnger, praça forte portuguesa em Marrocos, foi oferecida no século XVII aos ingleses como dote da princesa D. Catarina de Bragança. Daí a nacionalidade inglesa dos seus residentes judeus. Desta cidade eram originários, entre outros, Joseph Abitbol, (que mudou o nome para José Bento de Oliveira), residente na ilha de S. Nicolau, Marcos Auday e Jacob Pinto e esposa, residentes na vila da Ponta do Sol, ilha de Santo Antão.
- 22 Mogador, actualmente Essaouira, era uma praça forte portuguesa, mais com funções militares que comerciais, da qual os portugueses foram expulsos em 1525. A partir do século XVII a cidade registou um certo crescimento económico devido a ter-se tornado num porto comercial e à actividade da comunidade judaica (de origem portuguesa?) que ali se instalou. Curioso o facto de dois séculos depois muitos membros desta comunidade terem seguido para Portugal e colónias. Em Cabo Verde, vindos desta cidade, instalaram-se, na vila da Ponta do Sol, ilha de Sto. Antão, David Jacob Cohen, Isaac Pinto e dois filhos de Abraham Brigham; na ilha de Santiago, Aarão Ben David e nas ilhas Brava e S. Vicente, os filhos do casal Mary Mór-José e Moisés Anahory.
- 23 Ver *BOCV* n.º 42 A, 1881. Afra acrescenta ainda que a população total do concelho da Ribeira Grande era de 13 626, sendo 198 de cor branca, 335 de cor preta e os restantes de cor mista. Entre os brancos, 50 eram naturais de Portugal, dois de Inglaterra e um de Itália, apontando, ainda, os locais de residência dos europeus.
- 24 Cláudia Correia, “A questão do cemitério israelita na ilha da Boa Vista”, p. 105.
- 25 Entendendo esta como constituída por um grupo de pessoas oriundas do mesmo país e formada por famílias e não por indivíduos isolados.
- 26 Foi inventariante de Isaac Zaffrany, falecido sem herdeiros em 1898, no Mindelo. Ver *Boletim Oficial de Cabo Verde* n.º 14 A, 1898.
- 27 Ver *BOCV* n.º 27, 1874.
- 28 *BOCV* n.º 17 A, 1872. Dez anos depois, o referido atrás João Simões Afra reduzia o seu número para 15. Estaremos aqui perante uma indicação da grande mobilidade desta comunidade?
- 29 *BOCV* n.º 27 A, 1873.
- 30 *BOCV* n.º 35 A, 1874.
- 31 João Nobre de Oliveira, *A Imprensa Cabo-Verdiana (1820-1975)*, pp. 490-492.

## BIBLIOGRAFIA

- Abecassis, José Maria, *Genealogia Hebraica. Portugal e Gibraltar (Séculos XVII a XX)*. Lisboa: Ed. de autor, 1990, 5 vols.
- Albuquerque, Luís de; Santos, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991-2002, 3 vols.
- Alexandre, Valentim e Dias, Jill (coord.), *O Império Africano (1825-1890)*, vol. 10 de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Estampa, 1998.
- Barcellos, Christianno José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1913, 7 vols.
- Boletim Oficial de Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional, 1842-1975.
- Carreira, António, *Cabo Verde. Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Porto[?]: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.
- Correia, Cláudia, “A questão do cemitério israelita na ilha da Boa Vista (1915/1923)”, in *Africana Studia*, Porto, n.º 2, 1999, pp. 97-134.
- Gonçalves, Nuno da Silva, “Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)”, in *Brotéria*, Lisboa, vol. 143, 1996, pp. 91-106.
- Havik, Philip J., *Silences and Soundbytes. The Gendered Dynamics of Trade and Brokerage in the Pre-colonial Guinea Bissau Region*. Munique: Lit Verlag, 2004. (consultado pela internet).
- Iria, Alberto, *Judeus em Moçambique, Angola e Cabo Verde (Epigrafia e História)*. Separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, t. 20. Braga: Barbosa & Xavier, 1979, pp. 143-188.
- Lobban, Richard, *Jews in Cape Verde and on the Guinea Coast*. Comunicação apresentada à Universidade de Massachusetts – Dartmouth, 11 de Fevereiro de 1996 (consultado na internet)
- Martins, João Augusto, *Madeira, Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1891.
- Nascimento, João Cabral do (J. C. D. N.), *Genealogia da Família Medina da Ilha da Madeira. Com Algumas Notas Inéditas Acerca do Poeta Francisco de Paula Medina e Vasconcelos*. Lisboa: Solução Editora, 1930.
- Oliveira, João Nobre de, *A Imprensa Cabo-Verdiana (1820-1975)*. Macau: Fundação Macau/Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998.
- Pereira, Daniel A., *Cabo Verde. Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo*. Praia: Alfa-Comunicações, 2005.
- Serels, Mitchell, *The Jews of Cape Verde: A Brief History*. Brooklyn, Nova Iorque: Sepher-Hermon Press, 1997.
- Silva, Francisco (de Sales) Lopes da, “Lembrando Júlio Bento de Oliveira”, *Notícias*, Mindelo, Ilha S. Vicente n.º 38, de 31/Março/1991, pp. 14-15.
- Wahnon, Donald, *The Wahnon's, capeverdean branch*, mms 5 ff. A4 (dactilografadas). Datado de 4 de Julho de 1996, New Bedford, Massachusetts, E.U.A.

# O C E A N U S

Costa ocidental africana, in Joan Blaeu, *Atlas Mayor*,  
o *Geographia Blaviana* (Amesterdão, 1669).

# A T H I O P I C U S .



REGNA  
CONGO  
et  
ANGOLA.



# Luanda e o seu Quotidiano no Século XVIII

SELMA PANTOJA\*



A pergunta no ar  
No mar  
Na boca de todos nós:  
Luanda onde está?

(Luandino Vieira, “Canção para Luanda” (1957),  
in Aida Freudenthal (org.), *Antologia de Poesia da Casa dos Estudantes  
do Império, 1951-1963*, pp. 208-209)

## INTRODUÇÃO

Luanda está situada numa região de cacimbo<sup>1</sup> e os mais antigos registos relatam que a contagem do tempo era feita a partir dessa estação com sua incessante neblina, um quase inverno.<sup>2</sup> Mais do que um lugar de cacimbo hoje “A capital de Angola pode ser vista como ponto de convergência do ‘desejo nacional’ dos angolanos”.<sup>3</sup> De maneira bem diferente pode-se descrever essa Luanda há dois séculos atrás, mas onde alguns traços de sua actual face são reconhecíveis. Já era lugar dos coloridos mercados e feiras, das quitandas, mundo dos mercadores, casarios e uma geografia de altos e baixos que serviam de demarcadores sociais. As suas “multiplicidades” e “contradições” se faziam e refaziam-se com os infundáveis mujimbos<sup>4</sup> que percorriam as rotas de comércio, no vai e vem, ligando sertão e mar.

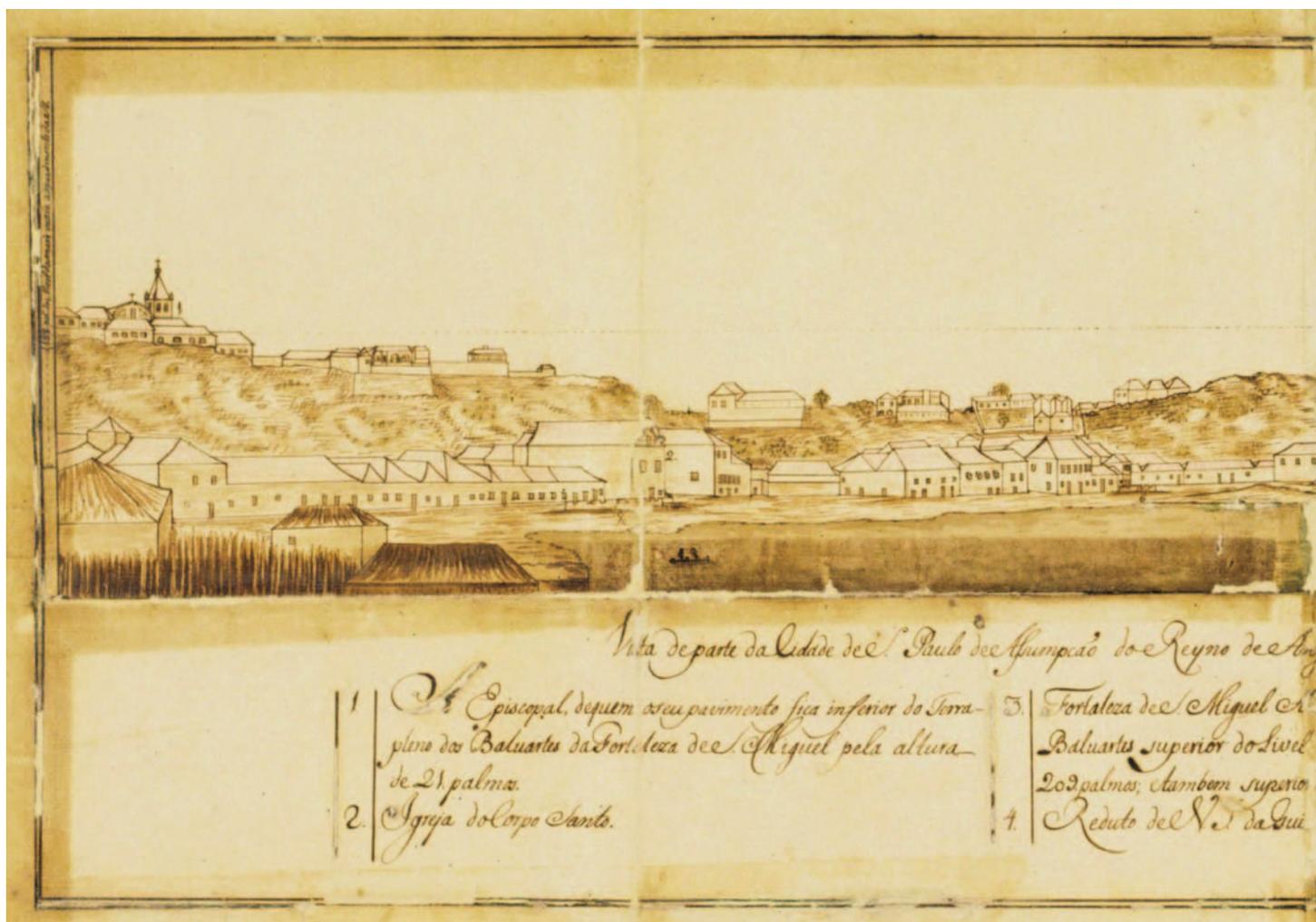
\* Licenciada em História e Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro). Doutorada em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Actualmente é professora Associada da Universidade de Brasília. Tem vasta obra publicada na área de História, nomeadamente História da África.

*Graduate in History and M.A. in Social History from the Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro). Ph.D. in Sociology from São Paulo University. Current Associate Professor at Brasília University. Extensive publications related to History, particularly of Africa.*

Até o século XVIII, a cidade de Luanda era tida como perigosa e ao mesmo tempo desafiante. As frequentes invasões de leões<sup>5</sup> estavam longe de ser o grande perigo que Luanda oferecia, mas causavam inegáveis desassossegos à população, assim como os assaltos dos quilombos aos moradores<sup>6</sup> que ousavam transitar pelos arredores. Os grandes sofrimentos dos cidadãos, entretanto, eram a insalubridade, as epidemias e a escassez dos bens vitais à sobrevivência, frequentes na cidade desde seu nascedouro. Por sua vez, os administradores entravam em pânico quando se viam na impossibilidade de reagir perante certos “insultos”, como as rebeliões dos escravos e dos degredados. Apesar do medo que incutia, Luanda continuou a ser vista, da perspectiva dos chamados “de mar em fora” (os recém-chegados), como a praça ideal para construir fortuna fácil e rápida. Desejada e temida, era lugar para espíritos audazes e última paragem para os condenados cumprirem as suas penas máximas de degredo.

Apesar de ser, nesta época, o maior porto da costa ocidental africana, Luanda era também o respiradouro dos acontecimentos da sua retaguarda, região do interior chamada pela documentação de “sertão”,<sup>7</sup> onde se estabeleciam as relações de força entre portugueses, “moradores”, “habitantes” e as

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS



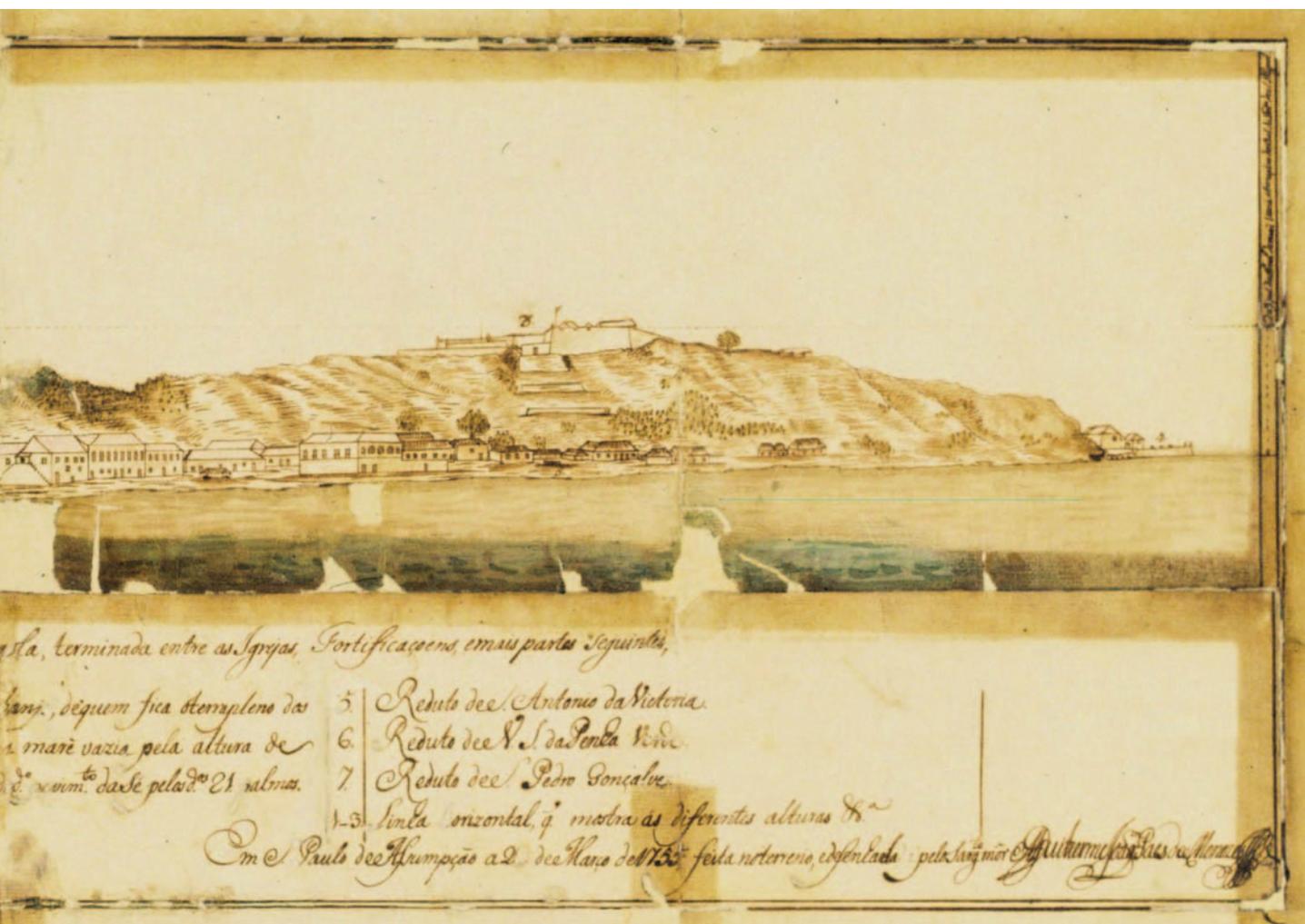
Guilherme Joaquim Paes de Menezes, "Vista de parte da Cidade de S. Paulo de Assumpção do Reyno de Angola...", 1755.

instituições africanas. A princípio, era nesse limbo que a luta pela sobrevivência física, cultural e comercial se travava. Ao longo de dois séculos de contactos, no espaço do litoral formaram-se comunidades específicas com as grandes famílias envolvidas nas actividades comerciais e nas guerras travadas entre os dois universos. A partir daí emerge um mundo especialmente novo e com uma cultura e política que subjaz ao grande comércio atlântico de escravos. Entre o litoral e o sertão nasceram as práticas que conformaram um tipo de "elite" mestiça na vida luandense, resultante dos mais variados tipos de interações entre as populações africanas e portuguesas. Os recém-chegados e os antigos residentes eram os agentes intermediários do comércio local e internacional. O surgimento das "tradicionais famílias luandenses", ao longo dos séculos, significou

a construção de um *modus vivendi* que perdurou e até hoje marca a formação da sociedade daquele litoral.

O quotidiano desse espaço urbano, em princípio, delimitava-se aos traçados europeus, condicionados pela divisão de bairros da cidade, consolidados nas chamadas partes Alta e Baixa. Quase sempre os historiadores descrevem Luanda como uma cidade portuguesa "colonial", deixando-se levar por uma escrita, notadamente dos séculos XIX e XX, demarcada pelo uso desse termo.<sup>8</sup> Nesse sentido, pretendo neste texto argumentar em direcção contrária, afirmando a existência de uma cidade diferente, com uma conformação tanto europeia como africana. Ao cruzar registos que enfatizam informações sobre população e quotidiano, há uma forte tendência em falar de mistura de população, de um espaço africano

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



majoritário e de uma língua comum, o quimbundo. A maneira como a população local tirou partido dos novos condicionantes económicos e culturais, durante esses quase três séculos, pode ser vista como a criação de uma sociedade mercantil com a sua rede urbana, com raízes próprias e elementos estrangeiros. Esses intercâmbios económicos e culturais, de certa maneira colocam-nos diante de estruturas sociais bem mais complexas e dinâmicas do aquilo que a historiografia costuma chamar, para essa época, de “sociedade colonial”.

Um mundo ainda muito com tons do sertão configurava o cenário urbano da Luanda setecentista: os mercados, as feiras, as comerciantes ambulantes, as edificações assobradadas, os habitantes originários e forasteiros. Este texto trata desse espaço anterior às

maiores intervenções na paisagem e da expulsão dos seus muitos agentes sociais e, claro, dos leões.

Desembocavam em Luanda as rotas<sup>9</sup> que davam acesso ao sertão e traziam os produtos indispensáveis ao comércio, além de transitarem diversificados tipos de alimentos e mercadorias europeias, americanas e asiáticas.

## FARINHA E PEIXE SECO

Como a actividade dominante era a exportação de escravos, que permitia o enriquecimento rápido, era desejo geral dos seus habitantes um dia fazer parte desse grande negócio atlântico. A produção e o comércio de alimentos não eram vistos como sectores tão vantajosos. Melhor dito, ficavam em lugar secundário entre as

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

actividades reinantes na cidade, uma vez que a própria comunidade de comerciantes de escravos mantinha investimentos diversificados, inclusive no sector de alimentos. Apesar de centro urbano importante, Luanda dependia dos produtos vindos de Portugal e do Brasil. A falta de alimentos gerava crises periódicas.<sup>10</sup> Tais dificuldades eram agravadas pelos desastres naturais, como as torrenciais chuvas que inundavam e destruíam as ruas, carregando os detritos e infectando pessoas e animais. Por outro lado, as estações secas não permitiam uma elementar agricultura e as épocas de epidemias<sup>11</sup> resultavam em doença e morte dos seus habitantes. Tudo isso desembocava em escassez dos produtos básicos e na permanente alta dos preços dos alimentos.

*Entre o litoral e o sertão  
nasceram as práticas que  
conformaram um tipo de “elite”  
mestiça na vida luandense,  
resultante dos mais variados  
tipos de interações entre  
as populações africanas  
e portuguesas.*

Para o dia-a-dia da cidade, portanto, a grande questão estava no abastecimento de géneros alimentícios, na luta contra a sua escassez. A prática do açambarcamento dos produtos de primeira necessidade tornava esta situação uma das mais graves. O combate a tal prática não conseguia ser muito eficaz. A especulação com os géneros de primeira necessidade envolvia funcionários, comerciantes, camaristas e mesmo criados dos governadores.<sup>12</sup> Desde o século XVI algumas tentativas foram feitas para atenuar esta escassez de alimentos. A questão do fornecimento e armazenamento da farinha dá uma ideia dos grandes problemas da cidade. A farinha, de mandioca e/ou de milho, era alimento básico<sup>13</sup> para população local<sup>14</sup> e imprescindível ao grande comércio atlântico. Os alimentos eram produzidos na periferia de Luanda.

Os produtores de farinha, africanos na sua maioria, eram muitos e produziam em pequenas

quantidades. Guardavam a sua produção de farinha para a trocarem por geribita, conseguindo, por esse meio, um valor mais elevado.<sup>15</sup> Como a oferta de geribita estava dependente do oscilante comércio com o Brasil, aquele artifício nem sempre dava certo e acabavam por perder os produtos armazenados, ocasionando grande escassez desse alimento essencial aos habitantes da cidade.

O tabelamento dos géneros de primeira necessidade na Luanda setecentista só será feito, por algum tempo, a partir da criação do Terreiro Público (1764-1772). Esta criação veio tentar suprir essas e outras necessidades da cidade-porto e, apesar de não ter resolvido o problema da escassez de alimentos, produziu mudanças estratégicas nos mecanismos de sobrevivência na cidade, redesenhou os caminhos dos pequenos e grandes mercadores.

No século XVIII, os governadores em Luanda fazem referências à activa participação das “Donas” e notáveis viúvas, brancas, pardas e negras que vendiam, directamente ou por meio dos seus encarregados, os seus produtos em arrobas para o Terreiro ou a particulares. No comércio da farinha, a posição dos vendedores africanos nas listas é bem expressiva. Numa listagem do século XVIII estão elas majoritariamente na região do Bengo. Circulavam por conta desse comércio altos valores do produto final das vendas. Como o caso de Dona Maria das Necessidades, da família dos poderosos Matosos, que aparece numa lista de vendedoras de farinha, em 1787, com 43 sacos vendidos por 47 250 réis.<sup>16</sup> Ou ainda o caso de Dona Ângela Moreira de Matos, incluída também nas listas de negociantes, que era dona de terras no Bengo onde produzia farinha, possuindo ainda um outro arimo no Dondo, onde produzia feijão.<sup>17</sup>

Embora as listas com os registos desses produtores apresentem indiscriminadamente os nomes de homens e mulheres, sempre acrescentam algum distintivo, como o Dona ou preta, ou preto, viúva de fulano, numa referência ao estado civil, à cor e ao estatuto social. Normalmente, a referência diz respeito à ‘farinha da preta fulana de tal’ ou ‘milho da viúva tal’. Percebe-se que, na verdade, a situação social das produtoras era extremamente diversificada. Numa lista de registo de entrada e saída de milho encontram-se as “Donas”, viúvas pertencentes às mais ricas famílias de Luanda bem como produtoras pardas, negras ou, ainda, escravas ou forras. Numa outra lista do século

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

xviii, datada de 1787 a 1790,<sup>18</sup> estão 1850 nomes de pessoas, muitas delas mulheres que faziam o negócio da venda da farinha que vinha dos arredores. O produto era consignado ao Terreiro Público e revendido a preço tabelado para abastecer a cidade de Luanda. Desses registos constam 100 nomes de “Donas”, viúvas ou não, pardas e negras que traziam a sua farinha para o Terreiro. Muitas dessas “Donas” frequentavam simultaneamente as listas de fornecedores de farinha, feijão, milho e de criadores de gado para o abatedor. No cruzamento da listagem dos nomes são essas mesmas mulheres, além de “proprietárias” da produção que abastece a cidade, também proprietárias das mais importantes casas assobradadas dentro de Luanda. Eram viúvas de ricos comerciantes de escravos ou herdeiras de fortunas construídas entre o negócio atlântico e esses pequenos serviços prestados à cidade.

Ao lado da farinha, outro alimento essencial à dieta dos luandenses era o peixe fresco, abastecido pelos axiluanas<sup>19</sup> e pelos escravos dos comerciantes da cidade. O pescado era seco e dessa forma ia para a mesa dos luandenses, percorria os caminhos do sertão e seguia as rotas transoceânicas

A criação do Terreiro não acabou, contudo, com as fases de escassez de farinha, milho e feijão.

## LAGOA DOS ELEFANTES E O POÇO DO MANIANGA

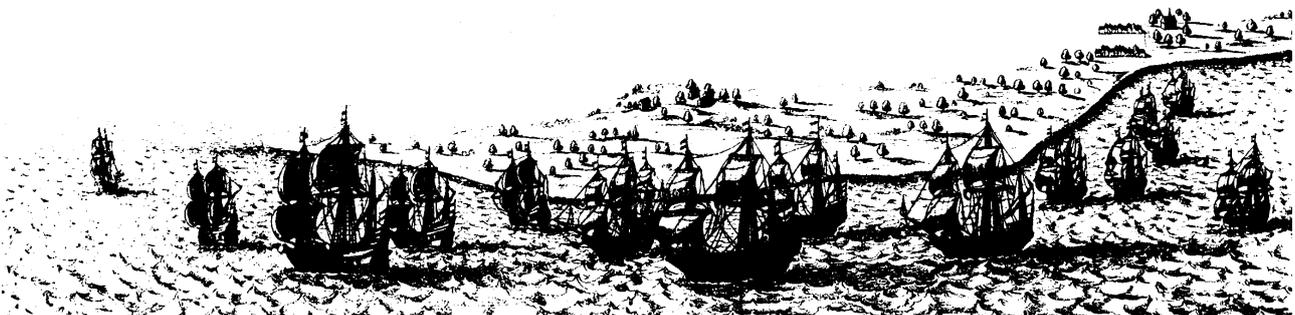
Tão preocupante como o abastecimento de alimentos, a falta de água potável na cidade era um problema incontornável para os moradores. O abastecimento a partir dos poços na ilha de Luanda era mais fácil, mas nos grandes períodos de seca não se podia contar com essas fontes.<sup>20</sup> Situada fora da cidade, a lagoa dos Elefantes chegou a ser a melhor fonte de água potável,<sup>21</sup> abastecendo a cidade e servindo de aguada para os navios e para todos que entravam ou

saíam da cidade. Na primeira metade do século xvii, o governador mandou construir um poço para aumentar a oferta de água. Essa obra deve ser o poço da Manianga, que se tornou fundamental para cidade.<sup>22</sup> Contudo, no período de seca a água era escassa e não se tinha local dentro da cidade com que se abastecer de água saudável. Várias tentativas foram feitas, mas sem solução.

Os pequenos serviços amiudavam-se no espaço urbano conturbado de Luanda, como as aguadeiras, carregadores e peixeiras. Eles e elas carregavam água das fontes ou do rio para a venderem de casa em casa. Como o acesso à água potável em Luanda era precioso e distante para uso do consumo, este era um vital serviço que prestavam.

Outro serviço, que veio a se tornar indispensável à sobrevivência da cidade, foi o dos carregadores de longas distâncias. Nas rotas pelo interior, chegavam às feiras e vinham delas com os mais variados objectos. Levavam da cidade as “fazendas”<sup>23</sup> e traziam do sertão as “peças”, marfins, ceras e demais produtos de consumo para serem vendidos aos moradores.

Os recém-chegados, “os filhos de mar em fora”, integram-se nas “famílias da terra” e foram-se constituindo nos grupos sociais urbanos que vão exercer o poder local, no Senado da Câmara, em conexão com o comércio internacional.<sup>24</sup> Por ser um universo masculino, os bem-sucedidos eram chamados de negreiros, mas não estava excluída a participação de mulheres, chamadas então de negreiras. De número modesto no cômputo geral, estas tiveram presença marcante no comércio atlântico de escravos e, conseqüentemente, na vida da cidade de Luanda.<sup>25</sup> As ruas luandenses foram cenários por onde as “Donas” circulavam e desenvolveram os seus mandos e desmandos. Embora tenham sido presença incontestada nos séculos anteriores e posteriores, os anos de Setecentos foram privilegiados na concentração desse tipo de senhoras poderosas. **RC**



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

## NOTAS

- 1 “Estação do feio. Inverno tropical. Relento, orvalho”; “ densos nevoeiros, mormente de noite”, Óscar Ribas, *Dicionário de Regionalismos Angolanos*, p. 35.
- 2 Códice dos Baculamentos, século XVII, Arquivo Distrital de Évora.
- 3 Tânia Macedo, *Luanda, cidade e literatura*, p. 32.
- 4 Rumor, zunzum, especulação, Óscar Ribas, *Dicionário de Regionalismos Angolanos*, p. 190.
- 5 Doc. 17, cx. 51, 26/03/1767, Angola, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).
- 6 Petição dos moradores à Câmara do Senado para tomar providências sobre “os quilombos de pretos que estão nos altos do Bengo para apreender os alevantados e fugidos que nele se escondem”. Códice 21, 1763, AHU.
- 7 Sertão, “certão” usado pelas fontes do século XVIII, segundo os dicionários, tem origem incerta. Termo importante para compreensão geográfica da região do interior da África Central Ocidental, parece ter migrado do Brasil, onde se designava as terras do interior, principalmente o nordeste brasileiro. (Sertão, região apartada do mar, por todas as partes, metida entre terras. Mediterrânea Regio. Cic. *Bluteau, Vocabulário português e latino...*, vol. 7, p. 613. Região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas, *Dicionário Houaiss Eletrónico da língua portuguesa*).
- 8 Catherine Coquery-Vidrovitch, *Histoire des villes d’Afrique noire. Des origines à la colonisation*; Michel Cahen, *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*; José Carlos Venâncio, *A Economia de Luanda e Hinterland no Século XVIII. Um Estudo de Sociologia Histórica*; Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*; Fernando A. Mourão, *Continuidade e descontinuidade de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*.
- 9 José Carlos Venâncio, *A Economia de Luanda...*; Joseph C. Miller, *Way of Death...*; Ilídio Amaral, *O rio Cuanza (Angola), da Barra a Cambambe: Reconstituição de Aspectos Geográficos e Acontecimentos Históricos dos Séculos XVI e XVII*.
- 10 Sobre a questão das secas e do período de fome e epidemias, na região do litoral angolano, ver os trabalhos de Joseph C. Miller, publicados nos anos 1982 e 1988.
- 11 “Os altos preços dos alimentos, as cheias e epidemias na freguesia da praia e já começou o contágio pela cidade alta e todas casas estão cheias de doentes”. Ofícios para o reino, 1726-1732, cód. n. 1, p. 102, Biblioteca Municipal de Luanda (BML).
- 12 Na devassa ao governo de Luis Lobo da Silva, em 1688, aparece o caso do criado do governador como atravessador de mantimentos, farinha, milho e feijão, por toda a Luanda, revendendo a preços exorbitantes esses géneros alimentícios (AHU, códice 554, pp. 57-58). Fernão de Sousa dizia que “criado seu ele não deixava ser taberneiros como era costume aos recém-chegados empregados que acompanhavam os oficiais” (Biblioteca da Ajuda (BA), 20, f. 220-274v, 1625-1630), in Beatrix Heintze, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, p. 228.
- 13 Sobre a farinha de mandioca na região da África Central Ocidental, ver Jean Vansina, “Ambaca society and the slave trade. 1760-1845”; Beatrix Heintze, *Angola nos Séculos XVI e XVII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História*.
- 14 Além disso, o vencimento dos oficiais e soldados do regimento de Luanda e demais tropas das fortalezas era pago em farinha. Em 1762, António de Vasconcelos pede o fim dessa forma de vencimento para os oficiais e soldados (Doc. 54, cx. 45, Angola, AHU).
- 15 Doc. 23, cx. 45, Angola, AHU.
- 16 Cód. 31, 1787, BML.
- 17 Cód. 41/31, BML.
- 18 Cód. 31, 1790, BML.
- 19 Habitantes da Ilha de Luanda, localizada na baía que banha a cidade de Luanda.
- 20 “a cidade é falta de água, mas acodiu-lhe a divina providência dando a vizinha ilha tal propriedade que estando no mar salgado sendo a terra dela tão estreita como se vê, cavando pouco se acha muito excelente água doce, de que a cidade se prove, e fazem aguada os navios, porque das escravarias, dos moradores e armações são mais de 40 mil almas posto que poderão prover da mesma ilha, por mais comodidades se sustentam, com os gados, que nos redores da cidade pastam, de uma lagoa, coisa maravilhosa e digna de louvor, que junto a ela se conserva por arte e industria dos governadores”. BA, cód. 51-IX- 20, fl. 2, em Beatrix Heintze, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, p. 164.
- 21 A recomendação dos cuidados a ter na manutenção da Lagoa dos elefantes aparecem nos Regimentos dos Governadores de 1607, 1624, 1676 e demais documentos, “e que se fortifique a lagoa, para que o inimigo não tome água”. Informação sobre a baía de Luanda e sua fortificação. (115/10/1631), BA, cód. 51-IX-20, fl. 363-365v, em Beatrix Heintze, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, p. 188.
- 22 “e mandei alimpar a alagoa, e fazer um poço de água para benefício da cidade, e armadores, e caminhantes pela grande falta que havia dela,” Relatório do governador a seus filhos, s/d, (1625-30) BA, cód. 51-IX-20, fl. 220-274v, em Beatrix Heintze, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, p. 224.
- 23 Na linguagem da época no comércio do sertão incluíam-se as palavras de língua portuguesa que ganharam outros significados. Imenso sentido fazia falar em “fazendas”, um termo atlântico, usado além do sertão, no litoral africano, americano e europeu. O termo “fazendas” foi vulgarizado como sinónimo de mercadorias. Então, os comerciantes tinham que ter cabedais para comprar e levar (ou entregar aos seus agentes) as “fazendas”, em geral produtos europeus ou americanos, direccionados ao sertão, para serem trocadas pelas “peças” (escravos).
- 24 Selma Pantoja, “Lógica dos poderes locais e redes transoceânica. O Senado da Câmara de Luanda no século XVIII”.
- 25 Selma Pantoja, “Parentesco, comércio e género na confluência de dois universos culturais”.

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

## BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Ilídio. *O rio Cuanza (Angola), da Barra a Cambambe: Reconstituição de Aspectos Geográficos e Acontecimentos Históricos dos Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.
- Arquivos de Angola* (Luanda), série I e II, Museu de Angola, 1933-1936; Série III-IV, 1936-1944. (AA).
- Assis Júnior, António de. *Dicionário Kimbundo-Português*. Luanda: Argente, Santos & Ca. Lt., [s.d.].
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1885, série 5, n.º 9.
- Bluteau, Raphael. *Vocabulário português e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, vol. 8.
- Brásio, Pe. António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1952-1985.
- Cadornega, António Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas, 1680*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972.
- Cahen, Michel. *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*. Paris: L'Harmattan, 1989.
- Cannecatim, Fr. Bernardo Maria de. *Collecção de Observações Grammaticaes sobre a Lingua Bunda ou Angolense*. Lisboa: Imprensa Regia, 1805.
- Cardoso, Carlos Alberto Lopes. “Estudo Genealógico da Família Matôzo de Andrade e Câmara”, in *Ocidente* (Luanda), n.º 403 (Nov. 1971), pp. 311-322.
- Cardoso, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a História de Luanda*. Luanda: Museu de Angola, 1954.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine. *African Women. A Modern History*. Oxford: Westview Press, 1997.
- . *Histoire des villes d'Afrique noire. Des origines à la colonisation*. Paris: Albin Michel, 1993.
- Correia, Elias Alexandre da. *História de Angola*. Lisboa: [s.n.], 1937.
- Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objectiva, 2009.
- Freudenthal, Aida. *Arimos e Fazendas. A Transição Agrária em Angola (1850-1880)*. Luanda: Chá de Caxinde, 2005.
- et al. (org.). *Antologia de Poesia da Casa dos Estudantes do Império, 1951-1963*, vol. 1 - Angola/S. Tomé e Príncipe. Lisboa: ACEI, 1994.
- Heintze, Beatrix. *Angola nos Séculos XVI e XVII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- . *Fontes para a História de Angola do Século XVII*. Estugarda: Franz Stein Verlag Wiesbaden GMBH, 1985.
- Macedo, Tânia. *Luanda, cidade e literatura*. Luanda/São Paulo: UNESP/Nzila, 2008.
- Miller, Joseph C. “The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West Central África”, in *Journal of African History*, 23, 1 (1982), pp. 17-61
- . *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- Montecúccolo, João António Cavazzi de. *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
- Mourão, Fernando A. *Continuidade e descontinuidade de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*. Tese de livre-docência em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1988.
- Pantoja, Selma. “A dimensão atlântica das quitandeiras”, in Júnia Ferreira Furtado (org.). *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, pp. 45-67.
- . “Donas de ‘arimos’: um negócio feminino no abastecimento de géneros alimentícios em Luanda”, in idem (org.), *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/ Marco Zero, 2001, pp. 35-49.
- . “Imagens e perspectivas culturais: o trabalho feminino nas feiras e mercados luandenses”, in Clara Sarmiento (org.), *Condição Feminina no Império Colonial Português*. Porto: Politema, 2008, pp. 125-139.
- . “Lógica dos poderes locais e redes transoceânica. O Senado da Câmara de Luanda no século XVIII”, in *III Encontro Internacional de História de Angola. Actas: Para a Elaboração da História Geral de Angola: Das Sociedades Antigas à Época Contemporânea*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola/ Ministério da Cultura, 2010.
- . “Luanda: relações sociais e de género”, in *A dimensão atlântica da África/II Reunião Internacional de História da África. Actas*. São Paulo: Centro de Estudos Africanos/CAPES, 1997, pp. 75-81.
- . “Parentesco, comércio e género na confluência de dois universos culturais”, in idem (org.), *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Luanda/Brasília: Nzila/LGE, 2006, pp. 81-97.
- . “Quitanda e quitandeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda”, in Maria Emília Madeira Santos (dir.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885- c. 1930)/ II Reunião Internacional de História de África. Actas*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga 2000, p. 175-186.
- Rau, Virgínia (ed.). *O Livro de Rezão de António Coelho Guerreiro*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1956.
- Ribas, Óscar. *Dicionário de Regionalismos Angolanos*. Matosinhos: Contemporânea, 1994.
- Vansina, Jean. “Ambaca society and the slave trade. 1760-1845”, in *Journal of African History*, vol. 46, 1 (2005), pp. 1-27.
- Venâncio, José Carlos. *A Economia de Luanda e Hinterland no Século XVIII. Um Estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Estampa, 1996.

# CARTE PARTICULIERE DES ISLES MOLOUQUES.

Echelle de Lieues Marines de 20 au Degré

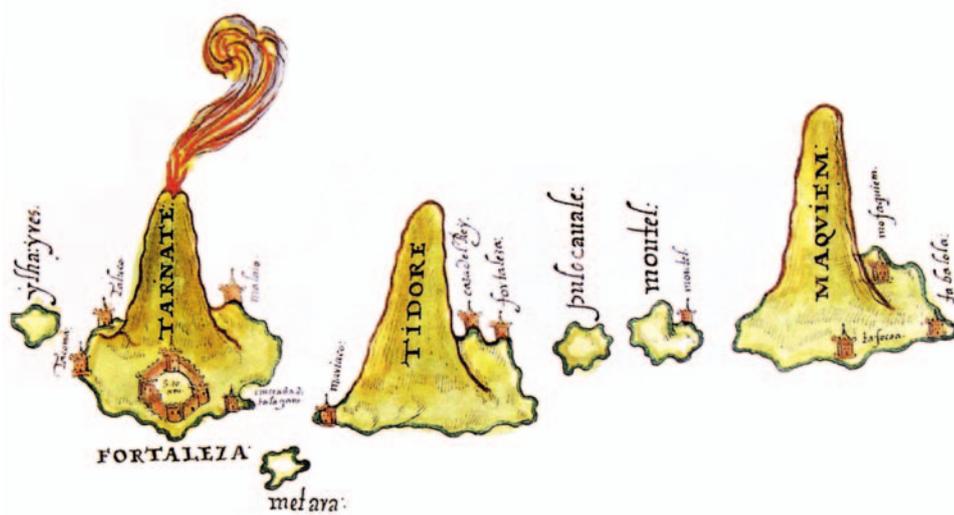


Tiré des Hollandois

# A Influência Europeia na Tradição Arquitectónica das Ilhas Molucas

Alguns Exemplos de Ternate, Tidore e Halmahera

MANUEL LOBATO\*



## INTRODUÇÃO: UM MUNDO DE INFLUÊNCIAS EXTERNAS

Desde o século XIX que os historiadores do Sueste Asiático encararam esta região como uma extensão do mundo indiano na qual se faziam igualmente sentir influências provenientes da China. Os termos que se mantêm nas línguas latinas para a designar – Insulíndia

\* Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador do Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical e vice-coordenador do seu Centro de História. Publicou livros e artigos sobre história da presença portuguesa em Moçambique, Índia e arquipélago malaio-indonésio.

*Graduate in History from the Faculty of Arts of Lisbon University, M.A. in the History of the Portuguese Discoveries and Expansion from the Faculty of Social and Human Sciences of Lisbon's Universidade Nova. Researcher at the Department of Human Sciences of the Instituto de Investigação Científica Tropical and deputy coordinator of its History Centre. Publications include books and articles in the history of the Portuguese in Mozambique, India and the Malay-Indonesian archipelago.*

e Indochina – são expressão de uma atitude manifestada pelos sábios europeus do século XIX e da primeira metade do século XX, na sua maioria eruditos com formação em estudos indianos ou chineses, que persistiu demasiado tempo na negação de uma personalidade cultural sueste asiática. Só nas vésperas da Segunda Guerra Mundial alguns estudiosos começaram a despertar para a compreensão do facto de que uma certa comunidade cultural estava escondida por detrás da multiplicidade étnica e linguística e da fragmentação política em que a região está mergulhada desde épocas muito recuadas. J. C. Van Leur, em especial, chamou a atenção, na sua tese publicada em 1934, para o “fino e escamado verniz” (*a thin and flaking glaze*) que esconde a forma particular como os elementos exógenos são filtrados e integrados nas próprias culturas locais sem desvirtuarem os traços mais essenciais destas últimas.<sup>1</sup> Seria preciso, no entanto, esperar pelo pós-guerra para que tais desenvolvimentos ganhassem a academia e fossem

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS



Mapa das Molucas, in Joan Blaeu, *Atlas Mayor, o Geographia Blaviana*. Amsterdão, 1669.

integrados nos programas de estudos universitários e na investigação em geral.

Dada a apetência das populações do Sueste Asiático continental e insular para adoptarem modelos importados nos diversos domínios da cultura material e imaterial, constata-se, desde o século XVI, uma influência europeia muito marcada, que, no domínio das artes da guerra e, em particular, no domínio da arquitectura militar, se misturou na tradição construtora austronésia,<sup>2</sup> nela introduzindo novas técnicas e novos elementos estruturantes, paralelamente à proliferação de armas de fogo de grosso calibre no assédio às praças-fortes.

As influências externas estão, portanto, no cerne das problemáticas históricas e culturais desta região, de que as ilhas Molucas fazem parte. A sua pequena dimensão física, quase mínima, não invalida uma

história muito rica que se iniciou no século XIV,<sup>3</sup> havendo referências ainda mais antigas nas fontes chinesas.<sup>4</sup> O facto de as Molucas se contarem entre as poucas ilhas do arquipélago malaio-indonésio onde o cravo-da-Índia existia em estado nativo e de terem sido as únicas onde a recolção da especiaria em estado silvestre evoluiu para uma arboricultura bastante intensiva do craveiro, fez delas, durante séculos, a única região produtora e exportadora em todo o mundo. Assim, a influência – e por vezes a ingerência – exógena nestas ilhas fez-se sentir ininterruptamente desde um passado muito remoto por parte dos estrangeiros, geralmente mercadores – chineses, javaneses, indianos e, finalmente, europeus – que em cada época visitaram as ilhas e controlaram a exportação do cravo.<sup>5</sup> Essa influência não se exerceu da mesma maneira sobre as ilhas vizinhas, que não eram

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

visitadas regularmente pelos mareantes e mercadores estrangeiros.

Porém, a influência externa que maior impacto teve na cultura dos habitantes das Molucas foi, sem dúvida, a adopção do Islão pelos reis locais no século xv, que se terá ficado a dever à influência de mercadores muçulmanos oriundos de Malaca e das cidades portuárias do *pasisir* javanês. O primeiro rei a converter-se ao Islão foi o rajá de Ternate, cerca de 1465, que passou a intitular-se sultão, por ser aquele que ocupava o topo da hierarquia entre os diversos soberanos do arquipélago e como tal era reconhecido.<sup>6</sup> Seguiu-se-lhe o rajá de Tidore e todos os demais reis e *sangaji*, os chefes tradicionais.<sup>7</sup> Esta sequência na adopção por parte dos governantes molucenses da nova ordem islâmica é importante para o tema aqui proposto na medida em que, de forma embora parcial e menos impactante, ela se repetiu no acolhimento dispensado aos europeus e ao principal símbolo de poder de que eles eram portadores: a fortaleza.

Nas Molucas do Norte, a influência portuguesa e espanhola, que se fez sentir durante o primeiro quartel do século xvi, levou os reis locais, como o rajá de Tidore e o *sangaji* de Jilolo, a serem permeáveis, já no segundo quartel do século, ao aconselhamento de peritos ibéricos – um dos quais um renegado português, cujo nome se desconhece – no que toca à construção de cercas de pedra e de fortificações propriamente ditas, edificações eficazes e prestigiantes que, apesar do seu forte simbolismo, tiveram, por vezes, carácter efémero.

No entanto, é na ilha de Ternate que, a par da adopção de algumas características do urbanismo português por parte dos naturais, se encontram os melhores exemplos de um certo sincretismo, especialmente visível na remodelação da primitiva fortaleza portuguesa de S. João Baptista (1522) para servir de residência aos sultões locais, entre 1575 e 1606, sob a designação de *Gamalama* (malaio, “cidade grande”) ou de *Kastela*, ou ainda na reconstrução do forte de Toluku, ocorrida entre 1611 e 1619, igualmente convertido em residência régia após *Gamalama* ter sido capturada pelo governador das Filipinas, Pedro de Acunã.

Nos edifícios aqui analisados, que, em certos casos, chegaram mais ou menos intactos ou arruinados aos nossos dias, é possível reconhecer, sob a cortina da adopção de soluções

arquitectónicas tomadas de empréstimo aos europeus, a persistência do simbolismo arquitectónico próprio da tradição dos construtores austronésios.

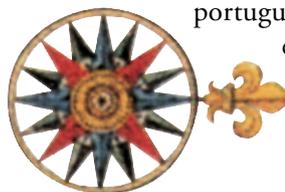
## AS RESIDÊNCIAS FORTIFICADAS DOS SULTÕES DE TERNATE

## 1. O FORTE DE TOLUKU

Em 1955, no livro que dedicou à figura do capitão-general dos mares do Sul e governador do Estado da Índia, André Furtado de Mendonça, e certamente baseado em informações coligidas em Ternate durante a visita que fez a esta ilha em 1933, o Professor Charles Boxer divulgou uma foto de uma fortificação existente na mesma ilha e que ele supunha ter sido construída pelos portugueses. Diz a respectiva legenda: “Ruínas da antiga fortaleza e povoação dos Portugueses na ilha de Ternate (Fotografia tirada em 1933 por C. R. Boxer)”.<sup>8</sup> Sem o mencionar explicitamente, Boxer deixava no ar a ideia de que se trataria da fortaleza de S. João Baptista, erguida em 1522 pelo capitão António de Brito para prevenir o eventual estabelecimento espanhol naquelas ilhas, visitadas escassos meses antes da sua construção pelas duas naus sobreviventes da célebre expedição de Fernão de Magalhães,<sup>9</sup> das quais apenas uma haveria de levar até ao fim a proeza de circum-navegar o globo.

Quando, em Julho de 1996, tive a oportunidade de me deslocar a Ternate para uma curta visita, apercebi-me de que o forte em questão muito dificilmente poderia ser a velha fortaleza portuguesa descrita nas crónicas e nas cartas de António de Brito. Este capitão construiu-a no melhor estilo das pequenas fortificações manuelinas, ou seja, uma torre de dois sobrados no ângulo de uma cerca, muito semelhante a outras fortalezas que foram erguidas nessa época pelos portugueses em diversos pontos do oceano Índico, como em Sofala (1505), Moçambique (1507) ou Malaca (1511).<sup>10</sup> O forte fotografado pelo Professor Boxer apresentava características bem diversas, estando também situado num ponto da costa que não corresponde à localização repetidamente descrita em detalhe nas fontes portuguesas.

De qualquer forma, o panorama das fortificações portuguesas na ilha de Ternate apresentava-se então bastante confuso. Os naturais atribuíam – e ainda atribuem – origem portuguesa a diversas fortificações e ruínas, algumas das



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS



“Gente que habita nas ilhas de Maluco; são gentios. Chamam-se Malucos. Destas ilhas vem o cravo.” Folio do Códice Português da Biblioteca Casatenense, in Luís de Matos (ed.), *Imagens do Oriente no Século XVI* (Lisboa: IN-CM, 1985).

quais eram de difícil acesso e estavam, nesse tempo, cobertas por vegetação. Por outro lado, a informação recolhida no local, que apontava para, pelo menos, três fortificações de origem portuguesa, não coincidia com a informação histórica disponível, a qual mostrava, de forma definitiva e irrefutável, que os portugueses haviam construído em Ternate apenas uma única fortaleza.

Uma segunda visita, em 2007, às ilhas de Ternate, Tidore, Makian e Halmahera, permitiu finalmente resolver o problema premente da identificação dos fortes que podem ser atribuídos aos portugueses e dos que se devem à presença espanhola. Depois da expedição de Fernão de Magalhães, os espanhóis frequentaram episodicamente as ilhas Molucas, estabelecendo-se nelas após a união dinástica. Provenientes das Filipinas, tentaram assegurar militarmente a permanência das coroas ibéricas no confronto que, numa primeira fase, as opôs ao sultão de Ternate<sup>11</sup> e, depois, também

aos holandeses. Progressivamente os espanhóis foram passando a deter, de facto, embora não *de jure*, a soberania sobre as ilhas Molucas, convertendo-as numa extensão das Filipinas.<sup>12</sup>

No decurso do estudo que dedicámos à identificação das fortificações portuguesas e espanholas, resultou resolvida não apenas a questão da identidade do forte que figura na fotografia publicada pelo Professor Boxer – trata-se do forte de Toluku, bem conhecido localmente, sobre o qual os holandeses produziram alguma informação através dos tempos, que foi recuperada pela historiografia europeia e indonésia – como também ficou esclarecida a questão de saber quem o construiu e, portanto, se a suposta origem portuguesa do forte tinha ou não algum fundamento.

O forte de Toluku, cuja denominação provém do próprio local onde foi construído, conheceu inicialmente uma existência atribulada. Na verdade, não

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

é de origem portuguesa, mas espanhola. Denominado *San Juan de Toluco*, foi construído pelo sargento-mor Fernando de Ayala, em 1611, durante o governo do capitão-general das Filipinas, Juan de Silva (1609-1616), a cerca de meia milha para norte do forte *Melayu*,<sup>13</sup> que os holandeses denominaram forte *Orange*, o principal bastião do poder holandês em Ternate até à independência da Indonésia. Dada a dificuldade da empresa, os espanhóis organizaram uma força expedicionária, liderada pelo referido sargento-mor, com o objectivo de construir e manter um forte em Toluku.<sup>14</sup> Esta força era composta por cinco companhias, sob o comando de Fernando Centeno Maldonado, Andrés Hinete e Pedro Zapata<sup>15</sup>.

O plano espanhol consistia em assenhorear-se da pequena ilha de Ternate, ocupando pontos-chave estrategicamente situados na costa sul e na costa leste, viradas à ilha de Tidore e à muito maior ilha de Halmahera. Contudo, confrontados com o enorme poderio das frotas holandesas, os espanhóis foram obrigados a abandonar o forte de Toluku logo após a sua construção, sendo então ocupado pelos holandeses, que o rebaptizaram como *Fort Hollandia*. Algum tempo volvido, em 1612 ou pouco depois, entregaram-no ao sultão de Ternate, Muzaffar (r. 1606-1627), filho e sucessor do sultão Said Berkat (1583-1606), que fez dele a sua nova residência, pois a capital, Gamalama, havia sido perdida para os espanhóis, em 1606, que ali fundaram um presídio militar a que chamaram *Nuestra Señora del Rosario*.

Na sua forma actual, a mesma que já possuía no século XVII, Toluku fornece o melhor exemplo, nas Molucas, de um edifício militar em que a arquitectura nativa se combina com a influência europeia. Como se verá adiante, Toluku não é caso único, nem sequer o mais antigo, mas é o que está melhor preservado entre os que chegaram aos nossos dias.

Se atendermos apenas ao talhe da pedra, à disposição dos aposentos e da casa da pólvora no interior do edifício, poder-se-ia dizer estarmos na presença de uma construção europeia. Contudo, superabundam os elementos estruturais estranhos à arquitectura militar europeia e que, pelo contrário, são característicos da tradição austronésia e apontam para um desenho nativo. De facto, várias referências confirmam que o forte de Toluku serviu, desde 1612, de residência ao sultão Muzaffar de Ternate, que o reconstruiu e lhe conferiu a sua presente forma.

A porta de armas, inserida na fachada virada ao monte Gamalama, o vulcão central da Ilha, é ladeada por duas torres ou baluartes redondos, conjunto que ocupa toda a extensão dessa fachada. Segundo os informantes nativos, entre os quais se conta um membro da família real, a fortaleza pretende representar uma figura feminina. A sua arquitectura, especialmente no que toca aos bastiões redondos, que, em conjunto com a porta, constituem os elementos supostamente femininos do edifício, segue, neste ponto, um padrão bastante disseminado na parte oriental do arquipélago malaio-indonésio, desde as Molucas até Timor-Leste.

*Toluku fornece o melhor exemplo, nas Molucas, de um edifício militar em que a arquitectura nativa se combina com a influência europeia.*

Os atributos femininos, passivos e terrestres atribuídos a este forte são adequados a um edifício projectado para servir de residência a reis, aos quais correspondem os atributos masculino, activo, guerreiro e celeste (ou solar). O trabalho de campo permitiu, assim, descobrir representações sagradas do espaço presentes em edifícios militares que a habitual rotina literária do historiador não teria facilmente descortinado.

## 2. GAMALAMA

A fortaleza de S. João Baptista em Ternate, fundada em 1522, haveria de cair às mãos do sultão Baab Ullah (r. 1570-1583) em 1575, após um longo cerco de cinco anos que a deixou parcialmente derrubada. Com a assistência de peritos militares javaneses, os sultões de Ternate reconstruíram esta fortificação velha e militarmente ineficiente para nela assentarem residência, transformando-a num complexo cercado por um fosso com estrepes e por dois muros de pedra envolvendo todo o perímetro da antiga fortaleza portuguesa, que assim foi convertida numa cidadela inexpugnável. Todo o conjunto foi profundamente

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

alterado e convertido num complexo militar com características marcadamente locais, defendido por uma guarnição de cerca de 3 000 mercenários javaneses e centenas de guerreiros ternatenses.

Ao mudar de mãos novamente em 1606, quando o governador das Filipinas o capturou e aprisionou o sultão Said al-Din Berkat Syah, os espanhóis aprofundaram o conceito de defesa da capital que havia sido desenvolvido pelos sultões, mantendo o sistema de duas paredes, que continham o presídio militar e a *Ciudad de Nuestra Señora del Rosario*, obra concluída em 1619. O local viria a ser abandonado em 1663, quando os espanhóis evacuaram as definitivamente as ilhas Molucas.

Dentro deste complexo manteve-se a fortaleza portuguesa, considerada pelo governador das Filipinas, Pedro de Acuña (1602-1606), que a capturou em 1606, demasiado pequena para acolher soldados e

instalar o arsenal necessário à sua defesa contra os holandeses e os ternatenses. Com efeito, a descrição que dela fez Juan Esquivel, primeiro governador espanhol das Molucas, que também participou na sua captura, revela que o sultão Said al-Din Berkat Syah a convertera em residência da família real mediante uma extensa reconstrução com as marcas da tradição de construtora austronésia. O sistema abaluartado herdado dos portugueses foi mantido, mas os baluartes receberam novo desenho e novos nomes, como *cachil* Tulo, derivado, talvez, do nome do responsável pela sua defesa.<sup>16</sup>

As características registadas por Esquivel são semelhantes às que ainda hoje podemos observar no forte de Toluku, construído presumivelmente após 1612, sob o sultão Muzaffar, filho e sucessor do sultão Said Berkat, para substituir o antigo forte português caído nas mãos dos espanhóis. Tais características são

Forte de Tokulu.



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

mencionadas num trecho de uma carta de Juan Esquivel para o rei:

“A fortaleza que Vossa Majestade tinha neste lugar é uma casa amuralhada sem resistência alguma à artilharia [...] de sorte que não servia ao inimigo mais do que de casa em que vivia; [... a sua] defesa estava numa muralha que tinha à entrada do lugar com dois [...] redondos e o mesmo tinha da outra parte e como o lugar está estendido ao longo da praia deve haver mais de dois mil passos de uma muralha a outra”.<sup>17</sup>

Ou seja, o complexo militar erguido pelo sultão de Ternate Baab Ullah e pelo seu sucessor, Said Berkat, em volta da antiga fortaleza portuguesa de S. João Baptista obedecia a uma planta trapezoidal com a base maior virada ao mar e continha o mesmo simbolismo régio e sexual que podemos ainda hoje observar no forte de Toluku, a despeito da disparidade existente entre as plantas de ambas as fortificações.

Enquanto o forte de Toluku ainda hoje pode ser visto em perfeitas condições de conservação, depois de ter sido recentemente restaurado, da antiga fortaleza portuguesa apenas restam as ruínas da torre e alguns panos dos muros de pedra.

#### TAHULA (OU TOHULA) E OUTRAS FORTIFICAÇÕES DO SULTÃO DE TIDORE

O forte de Tahula, na costa oriental de Tidore, razoavelmente bem preservado, começou a ser construído em 1610 por ordem do governador espanhol das Molucas, Cristóbal de Azcueta Menchaca (1610-1612), tendo ficado concluído em 1613, sob o governo de Jerónimo da Silva (1611-1617), a quem costuma ser atribuída a sua construção.<sup>18</sup>

Tahula situa-se numa colina sobranceira a Soasio, a povoação que servia de corte aos sultões de Tidore. A sua construção ficou a dever-se à necessidade de proteger esta capital, que lhe ficava a leste, em direcção ao mar.<sup>19</sup> O referido governador das Molucas, Jerónimo da Silva, decidiu concentrar os meios de que dispunha na sua construção de forma a concluir a obra rapidamente, o que não podia ter feito sem o concurso do sultão de Tidore, *cachil* Mole (1599-1627), a quem o forte formalmente pertencia. Foi uma decisão prudente, porquanto, em Junho de 1614, os holandeses sofreram um sério revés no assalto que conduziram contra Tahula. Esta fortaleza



Forte de Tokulu: casa da pólvora.

era considerada tão “forte e inexpugnável”, que, na opinião de um anónimo português, “não pode ser tomada salvo [se o] quiserem os naturais della [tomar] por cerco”.<sup>20</sup> Parcialmente demolida e abandonada pelos espanhóis, em 1663, a fortaleza de Tahula foi reabilitada pelos holandeses que a mantiveram activa e integrada na sua rede de instalações militares até ao final do século XVIII.<sup>21</sup>

Várias são as características deste forte, nomeadamente a sua localização no interior da ilha de Tidore e as suas dimensões demasiado generosas para os limitados recursos de que dispunham os espanhóis, que permitem supor, não obstante a indubitável participação espanhola na sua construção, tratar-se de uma fortificação de cariz acentuadamente indígena. Poderia ter resultado do aproveitamento de uma fortificação mais arcaica que teria existido no mesmo local, explorando, assim, quer as excepcionais condições naturais do sítio para fins defensivos, quer a tradição austronésia de fortificar cumeadas e lugares altos de difícil acesso, logo facilmente defensáveis, verdadeiras fortificações naturais, que bastava beneficiar com muros de pedra bruta e solta, técnica esta que os portugueses denominavam de “pedra insossa” e os espanhóis de “pedra seca”.

Acresce a estas razões o facto de os sultões de Tidore terem acumulado um historial de construção de fortificações no interior da ilha em parceria com os espanhóis.<sup>22</sup> Com efeito, a primeira parceria teve lugar

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS



Ruínas da torre de menagem da fortaleza portuguesa de S. João Baptista.

em Janeiro de 1527, envolvendo os sobreviventes da armada do comendador Garcia de Loaysa, capitaneados por Martim Iñiguez de Carquizano, e o rajá de Tidore, Amir Udin, ou simplesmente *raja* Mir (r.1526-c.1551). Esta parceria resultou na construção, junto de Soasio, a povoação onde residia o rei local, e sob o seu patrocínio, de dois simples baluartes que controlavam a entrada do porto local.<sup>23</sup> Esta fortificação, que possuía uma capela ou igreja da invocação de Nossa Senhora do Rosário, seria tomada e arrasada por Vicente da Fonseca, capitão interino de Ternate, em 1529. Entretanto, no ano anterior, o caudilho espanhol Hernando de la Torre erguera, um pouco mais a norte e para o interior, um outro forte de “pedra e barro”.<sup>24</sup>

Os espanhóis da expedição de Rui López de Villalobos estabelecidos em Tidore – outros houve que se estabeleceram em diversos pontos da ilha de Halmahera – optaram por não construírem eles próprios fortificações, encorajando, contudo, os reis locais a fazê-lo. Assim, em Agosto de 1545, com receio de represálias dos portugueses pelo acolhimento

dispensado a Villalobos, “*el rey [de Tidore] hizo fortalecer un peñol y encima del hizo una fortaleza de piedra seca, para se recojer alli si necessario fuese*”.<sup>25</sup> Possivelmente situava-se nas imediações do local onde, ele próprio ou o seu antecessor, levantara anteriormente uma fortaleza. Esta fortificação mais antiga fora destruída, em 1536, por António Galvão, capitão de Ternate (1536-1539), cabendo a mesma sorte à nova fortaleza, construída com auxílio dos espanhóis, que foi igualmente demolida, em 1551, pelo capitão de Ternate, Bernardim de Sousa (1546-1549 e 1550-1552). O local para a sua implantação foi escolhido pelos espanhóis, tendo a direcção dos trabalhos de edificação desta segunda fortificação ficado a cargo de um príncipe de Tidore, *kecil* (português, cachil) Rade, irmão do rajá Mir, o qual seguiu o conselho dos mesmos espanhóis sobre o assunto. Dava esta fortaleza protecção a Soasio, a já referida capital de Tidore, situada na costa leste da mesma ilha:

“junto a cidade; e sobre ella a fortaleza em hum outeiro [...], e não lhe podia fazer muito nojo a artelharia do mar [...], a qual aly situarão por consentimento, ajuda e favor dos castelhanos da armada de Ruy Lopes [de Villalobos]”.<sup>26</sup>

O sultão de Tidore, porém, reconstruiu-a uma vez mais, como se depreende do facto de que, aquando da queda da fortaleza portuguesa dos Reis Magos de Tidore, ocorrida em 1605, ali se albergou um grande número de refugiados, na sua maioria mulheres e crianças oriundas da povoação portuguesa.

#### ILHA DE HALMAHERA OU JEILOLO (GILOLO)

Aparentemente, os espanhóis foram os primeiros europeus a construir fortificações em Halmahera, a maior ilha das Molucas. Com efeito, os sobreviventes da expedição espanhola liderada por Rui López de Villalobos (1542-1546) teriam ajudado o autoproclamado sultão de Jeilolo, Katarabumi (r. 1534-1551), a construir uma fortaleza na cidade do mesmo nome, que também lhe servia de residência e de capital. Garcia Escalante, no seu relato desta jornada às “ilhas do poente”, diz que, em Janeiro de 1544, o rajá de Gilolo “quedo de nos hazer una fortaleza”,<sup>27</sup> nova e diferente de outra que ele possuía.

Como acontece relativamente a muitas das fortificações de que existem apenas registos documentais,

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

as características desta fortaleza não são bem conhecidas. Sabemos, contudo, que ela substituiu uma fortaleza maior, que o mesmo sultão Katarabumi construiu anteriormente na mesma zona. As descrições que possuímos desta primeira fortaleza permitem concluir que se afastava já, pelo menos em algumas das suas características, da tradição construtora local, facto que se ficou a dever a um renegado português natural de Viseu, cujo nome Gabriel Rebelo, o cronista a quem devemos estes informes, que era também um “casado” de Ternate, omite na narrativa que nos deixou. Katarabumi tomou-o ao seu serviço, provavelmente como conselheiro naquilo em que os nativos reconheciam uma clara superioridade aos europeus, bem como aos javaneses: a arte da guerra. Neste papel, esse renegado anónimo prestou assistência técnica ao sultão de Jeilolo na construção da fortaleza, tendo sido ele, ainda segundo Gabriel Rebelo, o autor da traça e do plano geral da sua concepção:

“Tomou nesta guerra hum bergantim, com oito portuguezes e artilharia, por ardil dum portuguez de Viseu, arrenegado, que trazia, ao qual mandou cortar a cabeça, depois que lhe deu maneira de fazer a fortaleza, avendo que, como fora traidor aos seus, o seria também a elle.”<sup>28</sup>

Sendo uma “fermosa fortaleza bem provida de gente, artilharia, & vitualhas”<sup>29</sup> e apesar dos seus numerosos defensores – mil e duzentos, segundo Gabriel Rebelo – terem resistido facilmente ao ataque conduzido pelo capitão português de Ternate, Jordão de Freitas (1544-1545), assistido por Fernão de Sousa de Távora, capitão-mor de uma armada enviada de Goa às Molucas, em 1545, o sultão Katarabumi decidiu demoli-la. Construiu então um novo forte, segundo um traçado mais reduzido e defensável – “alcançou que não podia suster tamanha couza, e fez outra mais pequena”<sup>30</sup> – num ponto um pouco mais elevado

Ruínas de Gamalama (Kastela).



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

“darredor do castello, que dantes tinha”, mantendo a proximidade ao mar.<sup>31</sup> É possível que na decisão de demolir a fortaleza e de a reerguer noutra local tenha pesado o conselho do referido renegado português, dada a sua perícia militar.

Esta nova fortaleza, situada nas proximidades da “cidade” de Jeilolo, junto a uma grandiosa mesquita que o mesmo sultão mandara construir, foi capturada, em 1551, por uma força mista luso-ternatense chefiada pelo sultão de Ternate, Hairun (r. 1535-1545 e 1547-1570) e pelo capitão português da fortaleza de Ternate, Bernardim de Sousa, os quais ordenaram que os dois edifícios e a própria cidade fossem queimados e arrasados.

Era composta por uma dupla muralha. A externa, muito forte e resistente à artilharia, possuía dois grandes bastiões, enquanto a parede interna era comparativamente mais fraca, delineando uma espécie de “torre” ou castelo, com outras duas torres ou baluartes, que serviam de residência ao sultão de Jeilolo, suas numerosas esposas e filhos. De acordo com a maneira austronésia usual na construção de fortalezas costeiras, também esta fortaleza era trapezoidal com uma frente ampla na parte inferior virada ao mar, sendo muito estreita na parte superior voltada ao interior da ilha.

Interagia com outras fortificações menores, conhecidas como “fortes” ou “baluartes”, espalhadas pelos arredores, construídas em pedra mas, em geral, de feitura bastante fruste. Um desses baluartes, de frente para o mar, protegia uma pequena aldeia situada fora dos muros da cidade e as embarcações fundeadas na praia ou varadas em terra.<sup>32</sup>

Gabriel Rebelo, que participou da captura da fortaleza de Jeilolo, em 1551, descreveu-a da seguinte maneira:

“Todo o muro era feito a maneira de vallado com terra e pedra; tinha, a cerqua, dous baluartes e sua cava mui largua, estrepada por dentro, e por fora, com tão bastos estrepes e postos ao revez huuns dos outros, [...], os quais erão toda a força da fortaleza, por os defenderem com muitas espinguardas e arremessos. Tinha, o castello, outros dous baluartes, com sua cava estrepada, e outro ao pé do muro...”<sup>33</sup>

No local, parece não haver já quem recorde a localização exacta dessas fortificações erguidas em meados do século XVI pelo sultão Katarabumi

de Jeilolo com a colaboração de europeus que, por circunstâncias diversas, residiam na sua corte. Elas situavam-se junto da praia, provavelmente em Galala, perto de Jeilolo, onde, segundo a tradição oral, existiu outrora um forte “português”, etiqueta que nas ilhas Molucas costuma ser aposta à generalidade das ruínas cujas origens se perderam na memória colectiva dos seus habitantes.

Fomos incapazes de encontrar-lhes o rasto, apesar de uma inspecção mais aprofundada na zona ter revelado várias sepulturas muçulmanas, algumas delas aparentemente antigas, com inscrições em caracteres árabes. Esta evidência colhida no terreno é consistente com as informações histórico-documentais discutidas acima segundo as quais teria existido uma mesquita junto da segunda e mais recente das duas fortificações em causa, pelo que a existência de um cemitério nas imediações se afigura provável.

Acresce que o *sangaji* de Jeilolo, que tradicionalmente também era designado por rajá, ao autoproclamar-se sultão e ao erguer estas fortificações estava, de facto, a desafiar a autoridade do sultão de Ternate. A expressão *sangaji* (português, *sangage*) designava qualquer um dos dezassete governantes que se encontravam num plano hierárquico inferior ao dos quatro reis principais, embora nem sempre sujeitos a estes, caso do *sangaji* de Makian. Os portugueses consideraram o pequeno grupo dos *sangaji* como correspondendo à nobreza titular na Europa, apesar de alguns dos portadores desse título serem pessoas reais e, portanto, pessoas sagradas, condição que, de resto, o próprio termo exprime<sup>34</sup> e lhes advinha quer do parentesco com a linhagem dos reis das Molucas, dos quais todos os *sangajis* eram vassalos, quer ainda, noutros casos, por descenderem de antigas linhagens reais cujos domínios haviam deixado entretanto de ser considerados reinos. Alguns *sangaji*, em especial os de Jeilolo, a maior ilha, comportavam-se com total autonomia, reconhecendo apenas em teoria a autoridade do sultão de Ternate.<sup>35</sup> Sendo considerados reis, como tal são denominados – *raja*. Uma das definições que melhor dá conta do seu característico estatuto, comum a todos os dezassete *sangaji*, e, ao mesmo tempo, das *nuances* que existiam entre eles, foi-nos deixada por António Pinto Pereira, na sua *Historia da India*, onde afirma a dado passo, referindo-se aos *sangages* que davam obediência ao sultão de Ternate:

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

“sam os senhores de fora de Ternate, porque, Sangaje, he o mais alto titulo de todos, tirando a dignidade real, & assim se chamam os príncipes, & senhores subditos, & também alguns soberanos, cujos estados não são intitulados em reynos”.<sup>36</sup>

As fortificações erguidas em Jeilolo estão, na verdade, estreitamente ligadas ao percurso político do autoproclamado sultão Katarabumi, cujo nome designa a função de regente para a qual o anterior rajá, seu tio, o escolhera na menoridade do herdeiro rajá “Lermucha”. Com efeito, Andrés de Urdaneta, que com ele privou durante a sua regência, designa-o por *kecil* Humi (do malaio *bumi*, terra, ou seja, regente). Katarabumi viria a assassinar o próprio rei “Lermucha”,<sup>37</sup> de quem era provavelmente meio-irmão e a quem sucedeu, tornando-se no primeiro sultão de Jeilolo. Urdaneta é aliás a única fonte que refere o conflito entre os dois regentes de Jeilolo, Katarabumi e o *kecil* Tidore, este protegido dos espanhóis sobreviventes da expedição de Rui Lopes de Villalobos e apoiado pelo ministro da justiça ou *hukum*, *kecil* Vaydua (Baidua), conflito cujo desfecho foi evidentemente favorável ao primeiro, que desfrutava de amplo apoio popular.<sup>38</sup> O novo rei de Jeilolo contou provavelmente com o apoio do próprio conselho dos quatro “bairros” ou *soa*, os segmentos sociais em que se dividia a população local, aos quais o rei anterior ordenara que, após a sua morte, coadjuvassem os regentes na governação do reino:

“dejó por gobernadores á Guichil Tidore y á Guichi Uso [Bumi], sobrinos suyos; juntamente con ellos dejó á quatro barrios de Gilolo porque entendiesen en las cosas que fuesen de mucha importância”.<sup>39</sup>

Gabriel Rebelo explica que a reputação de Katarabumi cresceu rapidamente e espalhou-se até ao arquipélago de Banda:

“Finalmente, era grande seu credito e fama naquellas partes, ate Banda, onde era mui obedecido, de maneira que se hia criando nelle outro Mafamede [...], porque todos o ficavão temendo e obedecendo e adorando, porque já lhe chamavão *o rey grande*, que era la o nome antigo do dos portuguezes [isto é, do sultão de Ternate aliado dos portuguezes]”.<sup>40</sup>

Este súbito prestígio contrariava a proeminência do sultão de Ternate sobre os demais reis das Molucas, que estava explicitamente exarada nos mitos fundadores partilhados por todos os grupos étnicos das Molucas do Norte e havia sido consagrada na adopção por este rei

do próprio título do sultão. Mesmo o rajá de Tidore, que ocupava o segundo lugar na hierarquia dos quatro reis locais, só adoptaria tal título na segunda metade do século XVI, provavelmente apenas depois de 1578, quando os portugueses ergueram uma fortaleza junto de Soasio, a capital de Tidore.<sup>41</sup>

É, aliás, bem conhecida a disputa entre os reis locais para atraírem os recém-chegados portugueses às suas respectivas ilhas com o intuito de que nelas erguessem uma fortaleza.<sup>42</sup> Tendo esta disputa sido ganha pelo sultão de Ternate nos dez anos que se seguiram à chegada dos primeiros portugueses à região, ocorrida em 1512, o rajá de Tidore viria a acolher posteriormente as várias expedições espanholas que se sucederam até meados da década de 1540. O *sangaji* de Jeilolo, por sua vez, ficou excluído nesta repartição de influências prestigiantes que os europeus representavam. Contudo, as relações do rei de Tidore com os espanhóis viriam a degradar-se quando este rei se sentiu defraudado nas suas expectativas, por os espanhóis, incapazes de encontrar a rota marítima de retorno à América – o que viriam a conseguir em 1566 – terem perdido o seu potencial militar e, com ele, o prestígio de que gozavam, ficando dependentes do seu anfitrião, o qual considerou entregá-los, como prisioneiros, aos portugueses estabelecidos na fortaleza de Ternate. De forma sugestiva, as próprias fontes espanholas ligam esta situação desprestigiante ao facto de os espanhóis não terem poderio suficiente para erguerem uma fortaleza sua nas Molucas, ao atribuírem ao rajá de Tidore a opinião de “que nosotros éramos pájaros sin alas porque no teníamos fortaleza”,<sup>43</sup> afirmação que demonstra a carga simbólica que os nativos passaram a conceder às fortificações após a chegada dos europeus.

O *sangaji* de Jeilolo acolheu os espanhóis caídos em desgraça.<sup>44</sup> O seu filho e sucessor, Katarabumi, rajá de Jeilolo, intensificou a sua oposição à crescente influência e à política centralizadora levada a cabo por Ternate. A construção de fortificações era também um sinal de resistência ao domínio dos portugueses, porquanto estes se esforçavam para que a fortaleza de S. João Baptista, em Ternate, fosse a única em todas as Molucas do Norte,<sup>45</sup> razão pela qual o sultão local renunciou a construir uma para si e os próprios portugueses desenvolveram diversas acções armadas contra o rei de Tidore com o objectivo de capturar e demolir as fortificações que, com a ajuda dos castelhanos, construiu na sua ilha.

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

Se o prestígio que lhe advinha de possuir uma fortaleza portuguesa na sua capital, Gamalama, justificava tal renúncia, tal não inibiu o sultão de Ternate de, no domínio da arquitectura civil, conforme João de Barros nos informa, emular a povoação portuguesa contígua a Gamalama, nela construindo novos edifícios.<sup>46</sup> Em termos funcionais, ambas as povoações formavam, aliás, um único centro urbano dividido por uma cerca, inicialmente em madeira, que o capitão António Galvão substituiu, em 1537, por outra de taipa.<sup>47</sup> Esta divisão em dois núcleos estava de acordo quer com a tradição urbana ibérica medieval de separação entre comunidades confessionais – mouros e cristãos, como era aqui o caso – quer com a prática seguida no mundo malaio de dividir as aldeias e cidades em *kampong* ou bairros – que nas Molucas são designadas por *soa* (literalmente, pessoas) – segundo a procedência da população ou a sua inclusão classificatória num dos muitos grupos em que estas sociedades segmentárias estão repartidas.<sup>48</sup>

Cabe ainda observar que a construção por parte dos reis das Molucas de fortificações com duplo recinto amuralhado pode ter tomado como modelo este frágil complexo defensivo que os portugueses ergueram em redor da própria fortaleza de Ternate, no qual a fortaleza propriamente dita funcionava como núcleo central, enquanto a muralha externa cingia a povoação ou cidade dos portugueses, separando-a da dos “mouros”, tal como figura na descrição de António Galvão, onde funciona também como uma reivindicação de autoria e de serviço régio reportado ao exercício da sua capitania, iniciado em 1536, apenas dois anos volvidos sobre a subida ao trono do rajá de Jeilolo, Katarabumi. Diz Galvão que ele próprio

“começou logo a cercar a cidade e povoação dos portugueses de muros, taipas, cavas e baluartes, sem custar a el-rei um só vintém, porque fora queimado duas ou três vezes; a qual obra se começou na era de 1537 [...]. Fica cada morada sobre si, com hortas, pomares e outras coisas necessárias que se podem remediar aos cercos, que fica tudo dos muros para dentro em que há campo largo”.<sup>49</sup>

Enquanto a cerca de taipa que envolvia o povoado português era uma fraca obra, sujeita a derrocadas sob as contínuas chuvas equatoriais, as fortificações com dupla muralha enguidas pelos reis locais, ou seja, as duas

em Jeilolo a que se fez menção acima, e aquela outra, já referida, que resultou da remodelação da fortaleza portuguesa de Ternate, capturada, em 1575, pelo sultão local, Baab Ullah, tinham, pelo contrário, na muralha externa, resistente à própria artilharia europeia, e no conjunto de fossos que a rodeavam, as suas principais defesas.

## CONCLUSÃO

Remonta ao século XVI uma tradição de preservar, reutilizar e adaptar objectos, edifícios e conceitos tecnológicos de origem europeia imbuídos de forte carga simbólica aos olhos das elites e dos habitantes das ilhas Molucas. O bom estado de preservação em que se encontra o forte de Toluku fornece um exemplo importante, observável nos dias de hoje, de incorporação de elementos europeus na tradição de construção asiática, resultando numa mistura desenvolvida localmente e distinta da tradição que os portugueses e os espanhóis trouxeram consigo.

A partir das fontes portuguesas e espanholas exumámos outros exemplos que estavam votados ao esquecimento. Apesar de escassos, são em número suficiente para permitir falar do aparecimento de uma nova tendência construtora nas Molucas em meados do século XVI a partir da influência europeia. A construção de fortificações ao gosto europeu, estreitamente ligada à necessidade de afirmação de prestígio por parte dos diferentes monarcas da região, representa uma mudança no sentido de uma crescente incorporação das técnicas arquitectónicas de inspiração europeia que está, aliás, em consonância com a evolução verificada no armamento de fogo produzido e usado na generalidade do Sueste Asiático e com o aparecimento de cidades muradas. A primeira destas cidades sueste-asiáticas protegidas por muralhas terá sido Ayutthaya, por meados do século XVI, talvez por influência portuguesa ou chinesa. No início do século XVII, várias outras cidades de Java, como Japara, Tuban e Surabaya, ou nas Celebes, como Macassar, rodearam-se parcialmente de muralhas de tijolo na parte virada ao mar, ou possuíam cidadelas muradas, que protegiam as sedes políticas e as respectivas elites dirigentes, como em Banten ou em Pahang, evolução urbanística a que não foi estranha a actividade militar da *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC) nesta região.<sup>50</sup> **RC**

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

## NOTAS

- 1 J. D. Legge, "The writing of Southeast Asian History", in Nicholas Tarling (ed.), *The Cambridge History of Southeast Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, vol. 1, p. 7.
- 2 A designação "austronésio" é uma construção conceptual baseada em dados na sua maioria provenientes da arqueologia e da linguística. Pretende aglutinar os povos que falam línguas do grupo malaio-polinésio e que se terão espalhado a partir do sul da China, onde o seu rasto se perdeu, em direcção à Formosa, ao Japão, às Filipinas e ao arquipélago malaio-indonésio, até Madagáscar e às ilhas do Pacífico. O seu modo de vida marítimo e a especificidade da sua agricultura seriam responsáveis por não se terem fixado na Nova Guiné e na Austrália. Um *dossier* bastante completo sobre a questão pode ser encontrado em Peter Bellwood, James Fox e Darrell Tryon (eds.), *The Austronesians: Historical and Comparative Perspectives*. Camberra: Australian National University Press, 1995 [reeditado electronicamente em 2006 e disponível em <http://epress.anu.edu.au/austronesians/austronesians/pdf/austronesians-whole.pdf>, acedido em 29.03.2009]. Para uma breve apresentação do tema, Geoff Wade, *The Pre-Modern East Asian Maritime Realm: An Overview of European-Language Studies*. Singapura: National University of Singapore, Asia Research Institute Working Paper Series no. 16, Dez. 2003, pp. 1-2 [disponível em [http://www.ari.nus.edu.sg/docs/wps/wps03\\_016.pdf](http://www.ari.nus.edu.sg/docs/wps/wps03_016.pdf), acedido em 23.03.2009].
- 3 Para uma panorâmica geral da história das Ilhas Molucas numa perspectiva que se mantém ainda muito fresca, veja-se Leonard Y. Andaya, *The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1993.
- 4 Roderich Ptak, "The Northern Trade Route to the Spice Islands: South China Sea - Sulu Zone - North Moluccas, (14<sup>th</sup> to early 16<sup>th</sup> century)", *Archipel*, 43 (1992), pp. 27-55. Cf. M. Lobato, "Os chineses nas ilhas Molucas: da prioridade no comércio de longa distância à fixação de uma comunidade residente", in Jorge dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China I. Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, pp. 147-148.
- 5 Além do estudo referido na nota precedente, veja-se também "O cravo, as Molucas e os portugueses", in Inácio Guerreiro (coord.), *A Epopeia das Especiarias*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Edições Inapa, 1999, pp. 104-130.
- 6 Para uma discussão alargada do advento do Islão nas ilhas Molucas, especialmente em Ternate veja-se o nosso "Islam, ethnicité et pouvoir: représentations portugaises et espagnoles des îles Moluques 16<sup>ème</sup> siècle", comunicação apresentada no *Colloque International et Pluridisciplinaire les Philippines, une Histoire, un Espace, des Sociétés*, Universidade de Estrasburgo, 25-27 de Nov. de 2010. Para uma discussão do papel do papel desempenhado nestas ilhas pelo Islão na resistência à missão, veja-se ainda M. Lobato, "En este cabo de mundo". A missão nas Molucas no século XVI e a 'frenteira' do Islão", in *Povos e Culturas*, Lisboa, 11, 2007, pp. 211-230.
- 7 Veja-se mais adiante a exposição sucinta dos contornos da autoridade e sacralidade de que os *sangaji*, enquanto "reis" menores, estavam investidos.
- 8 Charles Boxer e Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955 [reimp. Lisboa/Macau: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989], foto entre as pp. 70-71.
- 9 M. Lobato, *Fortificações Portuguesas e Espanholas na Indonésia Oriental*. Lisboa: Prefácio, 2009, pp. 21-23.
- 10 Idem, "Fortalezas do Estado da Índia: do centro à periferia", *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses [CNCDP], 1994, pp. 43-4 e 47.
- 11 Idem, "Implementar a União Ibérica na Ásia: o relato da viagem de Francisco de Dueñas de Manila a Maluco em 1582", in A. Freitas de Meneses e J. P. Oliveira e Costa (coord.), *O Reino, as Ilhas e o Mar-Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Ponta Delgada/Lisboa: Universidade dos Açores/Centro de História de Além-Mar [CHAM], 2007, vol. 2, pp. 785-811.
- 12 Idem, "As Molucas e as Filipinas no tempo dos Áustrias. Tensão, convergência e acomodação entre os impérios ibéricos na Ásia", comunicação apresentada ao *Colóquio Internacional Portugal na Monarquia Espanhola. Dinâmicas de integração e de conflito*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Instituto Cervantes, 26-28 de Nov. de 2009.
- 13 Como ele mesmo diz: "Fiz um forte chamado de San Juan de Toloco que dista um tiro de canhão do forte Melayu". *Méritos y servicios de Fernando de Ayala, Filipinas*, Jul. 23, 1622, Archivo General de Indias [AGI], *Patronato* 53, R. 25, *apud* Marco Ramerini, *Le fortezze spagnole nell'isola di Tidore*, in [www.colonialvoyage.com/molucche/4\\_fortispagnoli.html](http://www.colonialvoyage.com/molucche/4_fortispagnoli.html) (acedido em 24.02.2008). Este trabalho já não se encontra disponível neste endereço, tendo passado a ser comercializado como livro electrónico em <http://ilmiolibro.kataweb.it/schedalibro.asp?id=18032>.
- 14 Idem, *Méritos de Fernando de Ayala*, 27 de Julho de 1643, AGI, *Indiferente*, 112, N. 47.
- 15 Idem, *Informaciones de Centeno Fernando Maldonado*, 1615, AGI, *Filipinas*, 60, N. 18; *Méritos y servicios de Fernando de Ayala*, 23 de Julho de 1622, AGI, *Patronato* 53, R. 25.
- 16 Vejam-se as cartas de Juan de Esquivel ao rei Filipe III, Ternate, 9 de Abril e 2 de Maio de 1606, Archivo General de Indias, *Patronato* 47, Ramo 3, 2, 1/14, e Ramo 21, 1, 1-32, parcialmente publicadas em Francisco Colín, *Labor evangélica de los obreros de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas*, edição de Pablo Pastells, S. J. Barcelona: Imprenta de y Litografía de Henrich y Compañía, 1904, vol. 2, pp. 48 e 56.
- 17 *Ibidem*, p. 56, nota, em castelhano no original.
- 18 *Documenta Malucensia*, vol. 3 (1606-1682), ed. e anotações de Hubert Jacobs, S. J. (*Monumenta Historica Societatis Iesu*, vol. 126). Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1984, p. 242, nota 8.
- 19 Cristóbal de Azcoeta a Juan de Silva, governador das Filipinas, sobre a condição das forças sob seu comando, Ternate, 23 de Abril de 1610, in *Cartas del Virrey Luis de Velasco*, 5, AGI, *México*, 28, N. 2, *apud* Marco Ramerini, *Le fortezze spagnole nell'isola di Tidore*, cit.
- 20 Anónimo, "Relação breve da ilha de Ternate, Tidore e mais ilhas Malucas, aonde temos fortaleza e presidios, e das forças, naos e fortalezas que o inimigo olandes tem por aquellas partes," in A. da Silva Rego (ed.) *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. 1, p. 168, repetido no vol. 2, p. 54.
- 21 Leonard Y. Andaya, *The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, cit., p. 227.
- 22 M. Lobato, *Fortificações Portuguesas e Espanholas na Indonésia Oriental*, cit., pp. 38-39.
- 23 Carta de Pedro de Monte Mayor ao rei de Portugal, Cochim, 14 de Janeiro de 1533, in Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947, vol. 1, pp. 266-267. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* [1554], nova edição, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1979, 2 vols., p. 441 e p. 569; Gaspar Correa, *Lendas da Índia*, edição de Rodrigo José de Lima Felner. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1856-1866, vol. 3,

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

- pp. 175 e 360; Diogo do Couto, *Da Ásia*. Edição crítica e anotada coordenada por M. Augusta Lima Cruz, Lisboa: CNCDP/Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, vol. 1, p. 144; “Extracto de la navegación que hizo el general Alvaro de Saavedra con la armada de tres naos remitidas por Hernán Cortés desde las costas meridionales de Nueva España a las Molucas en los años de 1527 y 1528”, in *Obras de D. Martín Fernández de Navarrete*, vol. 3, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Espanoles desde fines del siglo XV, con varios documentos ineditos concernientes a la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles*. Estudio Preliminar de D. Carlos Seco Serrano. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 2.ª ed., 1964, p. 57.
- 24 Carta de Vicente da Fonseca ao rei, Maluco, 8 de Dezembro de 1531, in Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões...*, cit., vol. 1, p. 245.
- 25 *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente, 1542-1548*, edición, introducción y notas de Consuelo Varela. Milão: Cisalpino-Goliardica, 1983, p. 144.
- 26 Gabriel Rebelo, “Informação das Molucas”, Texto I, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, vol. 3, pp. 268-269.
- 27 *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente, 1542-1548*, cit., p. 129.
- 28 *Ibidem*, pp. 268-269.
- 29 Francisco de Sousa, S. J., *Oriente Conquistado a Jesus Christo pelos padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1978, p. 333.
- 30 Gabriel Rebelo, “Informação das Molucas”, Texto I, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões...*, vol. 3, p. 269.
- 31 *Ibidem*.
- 32 *Ibidem*, pp. 244, 250-257 e 260.
- 33 *Ibidem*, p. 473.
- 34 *Sangaji*, ou “sangage” e “sangaje” nas formas aportuguesadas que os textos exibem, resulta de *sang*, título javanês reservado aos heróis, semi-deuses, reis ou outros altos dignitários, e *aji*, que significa “rei” (cf. Leonard Y. Andaya, *The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, cit., p. 59).
- 35 Ch. F. van Fraassen, “Types of Sociopolitical Structure in North Halmaheran History”, in E. K. M. Masinambow (ed.), *Halmahera dan Raja Ampat Konsep dan Strategi Penelitian*. Jakarta: Leknas-Lipi, PT Bhrataraya Karya Aksara, pp. 87-150, reed. in Roy F. Ellen (ed.), *Moluccas Number*. Special Issue of *Indonesia Circle*, 23, 1980, p. 90.
- 36 António Pinto Pereira, *Historia da Índia no tempo em que a governou o visorey dom Luis de Ataíde*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1617 da Biblioteca da INCM, Introdução de Manuel Marques Duarte, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 110.
- 37 Martín Fernández de Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Espanoles desde fines del siglo XV, con varios documentos ineditos concernientes a la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles*, Madrid: Imprenta Real, 1837, vol. 5, p. 422.
- 38 “Relación del viaje de la Armada del Comendador G.<sup>a</sup> de Loaisa á las Islas de la Especería ó Molucas en 1525, y sucesos acaecidos en ellas hasta el de 1535 por el Capitán Andrés de Urdaneta”, *apud* Fermín de Uncilla y Arroita Jauregui, *Urdaneta y la Conquista de Filipinas*, San Sebastián: Imorenta de la Provincia, 1907, pp. 411-414.
- 39 *Ibidem*, p. 401.
- 40 Gabriel Rebelo, “Informação das Molucas”, Texto I, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões...*, vol. 3, p. 269, sublinhado no original.
- 41 Veja-se uma síntese sobre esta fortaleza na entrada “Tidore”, in José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo*, vol. 3, *Ásia e Oceânia*, Walter Rossa (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 462-463.
- 42 M. Lobato, “A man in the shadow of Magellan: Francisco Serrão, the ‘discoverer’ of the Maluku islands (1511-1521)”, comunicação apresentada ao *International Seminar Indonesia and Portugal: Past, Present and Future*, Museu do Oriente, Lisboa, 16-17 de Nov. de 2009.
- 43 Relación [...] por el Capitán Andrés de Urdaneta, *apud* Fermín de Uncilla y Arroita Jauregui, *Urdaneta y la Conquista de Filipinas*, cit., p. 412.
- 44 M. Lobato, “Pájaro sin alas”. Acción política de Andrés de Urdaneta y su descripción geo-antropológica de las islas del Maluco”, in Susana Truchuelo García (ed.), *Andrés de Urdaneta: un hombre moderno*, Ordizia: Ayuntamiento de Ordizia/Ministerio de Cultura, 2009, pp. 297-324.
- 45 Segundo Gabriel Rebelo, o capitão Bernardim de Sousa (1546-1549 e 1550-1552), discursando durante o conselho que precedeu a expedição luso-ternatense contra o sultão de Tidore, que entretanto tinha construído uma fortificação, teria expressamente mencionado que tanto esta como a que acabara de tomar ao sultão de Jeilolo “Ambas forão feitas em menos preso da sua [de el-rei de Portugal], a qual, naquella terra, havia de ser só” (Gabriel Rebelo, “Informação das Molucas”, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões...*, vol. 3 p. 272).
- 46 João de Barros, *Década Quarta da Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimto e Conquista dos Mares e Terras do Oriente [1615]*, actualização ortográfica e anotações de Hernâni Cidade, anotações históricas de Manuel Múrias. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1948, p. 632 [reed. em CD-ROM, Lisboa, CNCDP, 1998].
- 47 Ver nota seguinte.
- 48 James N. Baker, “Ancestral traditions and state categories in Tidorese village society”, in Leontine Visser (ed.), *Halmahera and Beyond. Social Science Research in Moluccas*. Leiden: KITLV Press 1994, p. 35.
- 49 Hubert Th. Th. M. Jacobs, S. J., *A Treatise on the Moluccas (c. 1544). Probably the Preliminary Version of António Galvão’s lost Historia das Molucas, edited, annotated and translated into English from the portuguese manuscript in the Archivo General de Indias, Seville*. Roma e St. Louis, EUA: Jesuits Historical Institute, 1971, p. 292.
- 50 Anthony Reid, “The Structure of Cities in Southeast Asia, Fifteenth to Seventeenth Centuries”, in *Journal of Southeast Asian Studies*, XI, 2 (Set. 1980), p. 242.

# As Lápides Tumulares da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira (Baía)

JOMAR LIMA\*



Para entender a sociedade latino-americana é necessário buscar a sua “origem” barroca colonizadora e identificar os traços culturais herdados. O grande período intitulado de Idade Média é fundamental para esse entendimento, pois caracteriza o “homem descobridor do Novo Mundo”. Deus como centro de tudo – teocentrismo – vai nortear esse ser europeu responsável directo pela catequização e evolução do “outro mundo”. Cabe ressaltar que forma de visualização do outro pressupõe, quase sempre, uma opressão da cultura.

Através de uma tradição europeia, a teatralização vai ser a chama do barroco que irá arremeter o indígena e os fidalgos estabelecidos na América Latina.

Elementos como a fragmentação da forma e o ofuscamento da visão do todo vão ser de relevante importância para a formação do inconsciente colectivo

do brasileiro. A peculiaridade de viver da morte é uma das heranças da ideologia barroca, viva até hoje.

Entender o processo de libertação da América Latina, tão diferente da América do Norte, é identificar uma nostalgia latina em conservar as suas tradições vivas e actuaes, conservadorismo tão bem enraizado que impede a entrada da “modernidade”, no sentido em que restringe tudo que é novo. Vale destacar que essa “barreira” para a entrada da modernidade era uma estratégia das metrópoles para impedir o avanço das colónias e que, no Brasil, esse quadro se modificou com a vinda da Família Real em 1808.

Dissecar o actual é buscar seu cerne no passado. Assim, pretende-se no presente estudo desvendar uma das múltiplas facetas da sociedade actual através da leitura do homem barroco, neste caso específico, por meio do conjunto de 29 lápides tumulares, raros exemplares de arte funerária do século XVIII, localizadas no cemitério da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, Baía. O município de Cachoeira, localizado no Recôncavo da Baía, a 110 km da capital do estado de Salvador, com uma área de 403 km<sup>2</sup>, está subdividido nos distritos de Cachoeira (sede), Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape, tudo que resta de um dos maiores municípios baianos. A região foi desbravada em meados do século XVI, mas o povoado, nascido em torno de um

\* Fotógrafo profissional. Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Baía (Brasil). Ex-prior da Ordem Terceira do Carmo, cargo em que assumiu a preservação e restauro do acervo e espaço da irmandade, tem vindo a desenvolver uma investigação sobre as imagens e lápides a ela pertencentes.

*Professional photographer. Graduate in Museology from the Federal University of Recôncavo da Bahia (Brazil). Former prior of the Carmelite Order Ordem Terceira do Carmo, in which he was responsible for the brotherhood's collection and facilities, he has been researching the images and engraved stones belonging to the order.*

## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIIS

engenho de açúcar, só começou a crescer um século mais tarde. A Vila de N. Sra. do Rosário do Porto de Cachoeira, criada por carta régia de 27/XII/1763, foi a segunda a ser instalada no Recôncavo, em 29/I/1698. A sua elevação a cidade deu-se pela Resolução Provincial n.º 44, de 13/III/1837.

De todas as funções exercidas pelas Ordens Terceiras destacavam-se os chamados “sufrágios”, garantidos aos seus sócios. Consistiam em missas que aquelas mandavam celebrar pelas almas dos irmãos falecidos. O acendrado espírito religioso dos associados levava a pensar que, quanto maior o número de missas rezadas pela alma do defunto, mais rapidamente este se veria livre dos padecimentos que, pelas culpas terrenas, estivesse a sofrer na outra vida. Os familiares do morto encontravam na realização das missas profundo consolo pela morte do ente querido; a presença de amigos e

vizinhos, o abundante número de padres e o solene cerimonial dos actos religiosos eram fontes de prestígio. Algumas Irmandades garantiam até 40 missas. E não só. Além dos sufrágios, os irmãos asseguravam-se uma sepultura condigna, garantida pela corporação. Essa concessão, de evidente e considerável valia e mesmo um alto privilégio para os irmãos, impunha-se, como motivo de sedução, para que todos procurassem ingressar na corporação correspondente ao seu *status* social.<sup>1</sup>

Até 1855, a maior parte dos sepultamentos era realizada no chão da nave das igrejas. Por serem insuficientes para as necessidades ou pelo desejo de oferecer sepulturas temporais de maior prestígio aos irmãos que assim as quisessem, muitas Ordens Terceiras tinham carneiras privadas. A do Carmo de Cachoeira iniciou, em 1768, a construção das carneiras ainda hoje

Fachada da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira.



## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



Vista geral do ossuário com as carneiras.



Detalhe do altar do ossuário.

existentes, num local abobadado do lado do Evangelho da capela, cujas obras ficaram concluídas em 1769.

São actualmente 30 as carneiras localizadas num compartimento estreito e comprido, sob um tecto de forma abobadada. Estão dispostas perpendicularmente à parede, sendo que as mais antigas, em número de 24, estão distribuídas nos dois lados mais compridos do aposento, cada um com 12 túmulos sobrepostos em três fileiras de grupos de quatro. As carneiras são coroadas por ricas cornijas de estuque, onde os concheados, bem ao gosto rococó, estão discretamente representados. Em época posterior, segundo Valentin Calderón,<sup>2</sup> foram acrescentadas mais seis sepulturas, com o fechamento da grande arcada e hoje ostentando apenas dois óculos ovulados. Também são coroadas por cornijas, porém mais bem mais elaboradas, com decoração nitidamente rococó, sobressaindo os concheados.

De grande interesse, pela sua beleza e raridade, são as tampas de madeira que cobrem as sepulturas, possivelmente únicas no seu género no Brasil, confeccionadas em vinhático e ricamente pintadas a têmpera. A decoração das lápides é bem ao gosto rococó, com curvas e concheados de vários modelos, apresentando, na parte central de cada uma, onde existem alegorias funerárias, uma frase latina escrita em letra negra sobre fundo claro e inscrições que versam capítulos e versículos bíblicos, para moldar o pensamento a respeito do “mito” da morte e da vida

em função da mesma. Exemplo de uma das inscrições contidas em uma das lápides: *Nanus Domini Tetigme* (Foi a mão do Senhor que me feriu).

A importância maior dessas lápides não se resume ao seu valor histórico e patrimonial, nem tão pouco por serem as únicas no Brasil a formar um conjunto, mas sim pela forma de ilustrar e decodificar o homem/sociedade barroca; servem para nortear as

Vista das lápides.



## CULTURAS PARALELAS E PROCESSOS TRANSCULTURAIS

características e os limites desse homem cachoeirano do século XVIII.

Através delas entendemos claramente as funções das ordens religiosas e a sua importância na pós-morte. Isso significa que a sociedade baiana (fruto da colonização portuguesa/medieval) se erguia sobre um alicerce de uma boa morte e paz eterna; mostra a preocupação, o tormento e temor milenar do homem frente à morte, ao mesmo tempo que ilustra de forma didáctica (através de provérbios) a esperança frente a um futuro desconhecido.

“Surpreendentes pela originalidade são as tampas de madeira removíveis com austero aspecto padronizado, que cobrem as carneiras. Estão constituídos por tábuas ricamente pintadas com motivos alegóricos funerários, entre curvas e concheados rococó, de vários modelos, os quais, embora se repitam, possuem características próprias que os individualizam.”<sup>3</sup>

Desenhos fitomorfos e antropomorfos, aliados a frases ilustrativas, representam as características do homem que usava o silício para flagelar-se, que via a salvação no sofrimento e a glorificação na vitória sobre o pecado.

De forma masoquista, sombria e funesta, estas placas revelam e consolidam o perfil de uma época; elas são a história viva, oposta à glória e exuberância ornamental e decorativa dos interiores das igrejas dessa mesma época.

O homem barroco vivia para a morte. Não era à toa que todos queriam uma sepultura no interior da igreja; isso mostrava posição, valor social e conforto para os familiares. Uma extensão disso, é o facto dos cemitérios do século XIX serem executados com os melhores materiais para lápides (mármore de Carrara) e com estatuária importada da Europa. Também no século XVIII, assim como hoje, morrer e ser bem enterrado era afirmação de posição social, sem falar em todo o ritual do velório e missas que perduram como elemento barroco vivo em plena entrada do século XXI.

Estudar essa poética funerária é trilhar o desenvolvimento de uma dinâmica social vislumbrada até no carregar do esquife pelas ruas da cidade mostrando o bom material, as belas flores, a boa roupa preta, o túmulo teatral, abrindo a casa para o funeral, receber os amigos e servir-lhes um bom chá ou café. O enterro era uma festa na sociedade barroca, o ritual era a chama da tradição desse povo. Entender o funeral é

entender uma das várias manifestações desse barroco revelado na culinária, no agir, pensar, erguer casas e cidades, é entender a praxis social deste país.

Espécies únicas que restaram em toda a América Latina, as 29 lápides tumulares da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da cidade de Cachoeira, datado do século XVIII, atribuídas a um autor desconhecido, exibem pinturas em estilo rococó e trazem temas iconográficos associados a inscrições em latim que perpetuam a tradição europeia medieval de transformar cemitérios em locais de reflexão e catequese, um aparente contraste entre a vida e a morte.

No acervo pertencente à igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira há ainda as sete estátuas do Cristo oriental, produzidas na China, sob influência dos católicos chineses, e que chegaram a Cachoeira no início do século XVIII. Vieram numa das naus que faziam a “carreira das Índias”, rota de comércio entre a Europa e a Ásia. A presença dessas estátuas na Baía pode ser fruto de uma troca mercantil entre o Brasil e a China. O tabaco do Recôncavo era apreciado no Oriente, rendia lucros ao agricultor baiano e enriquecia a região. Um dos apreciadores do fumo cachoeirano teria sido o imperador Qianlong (1711-1799), que se relacionava com os portugueses através de Macau. É provável que, nesta circulação de bens e cultura entre as duas regiões, um frade carmelita, um comerciante de grosso trato ou um alto funcionário do Império ultramarino tenha comprado ou trocado por tabaco o conjunto de esculturas, dando-as de presente à Ordem Terceira do Carmo.

Mais curioso é o caso do artista Charles de Belleville que, nascido em Rouen, França, em 1657, ingressou aos 13 anos na Companhia de Jesus em Bordéus. Viveu sucessivamente em Bordéus, Périgueux e Poitiers, sempre qualificado nos documentos como escultor, *faber lignarius* e inclusive escultor *egregius*. É certo, segundo recentes pesquisas, que em 1690 trabalhou como escultor no retábulo e no forro da sacristia do Colégio dos Jesuítas de Poitiers. Em 1698 Belleville embarcou para a China, onde passaria dez anos a trabalhar para o imperador Kangxi sob o nome de Wei Jialu. Parece que também desempenhou funções de arquitecto e pintor e que teria sido da sua mão o projecto da igreja da Missão francesa em Cantão. De qualquer modo, quando, em 1708, regressava à Europa, muito doente, o seu navio aportou à Baía. Deixou-se

## PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES

então ficar em Salvador, onde viria a falecer 22 anos mais tarde, em 1730. Segundo Ott, Wei Jialu “possuía apurado gosto artístico, formado na velha Europa, purificado e enriquecido no Oriente, e disposição para aproveitar, como elementos decorativos, motivos tirados da fauna e da flora brasileiras”.<sup>4</sup> Serafim Leite julga ser sua a pintura do tecto da Igreja de Belém da Cachoeira, na Baía, “porque se trata de arte florida de

carácter chinês”<sup>5</sup> e, em época mais recente, Carlos Ott atribuiu-lhe diversas pinturas no Convento de Santa Teresa em Salvador, actual sede do Museu de Arte Sacra. Assim sendo, continua em aberto a questão de saber se Belleville foi também pintor e, caso o tenha sido, se executou pinturas na Baía e se são dele as pinturas das lápides tumulares da igreja da Ordem Terceira do Carmo da cidade de Cachoeira. **RC**

## NOTAS

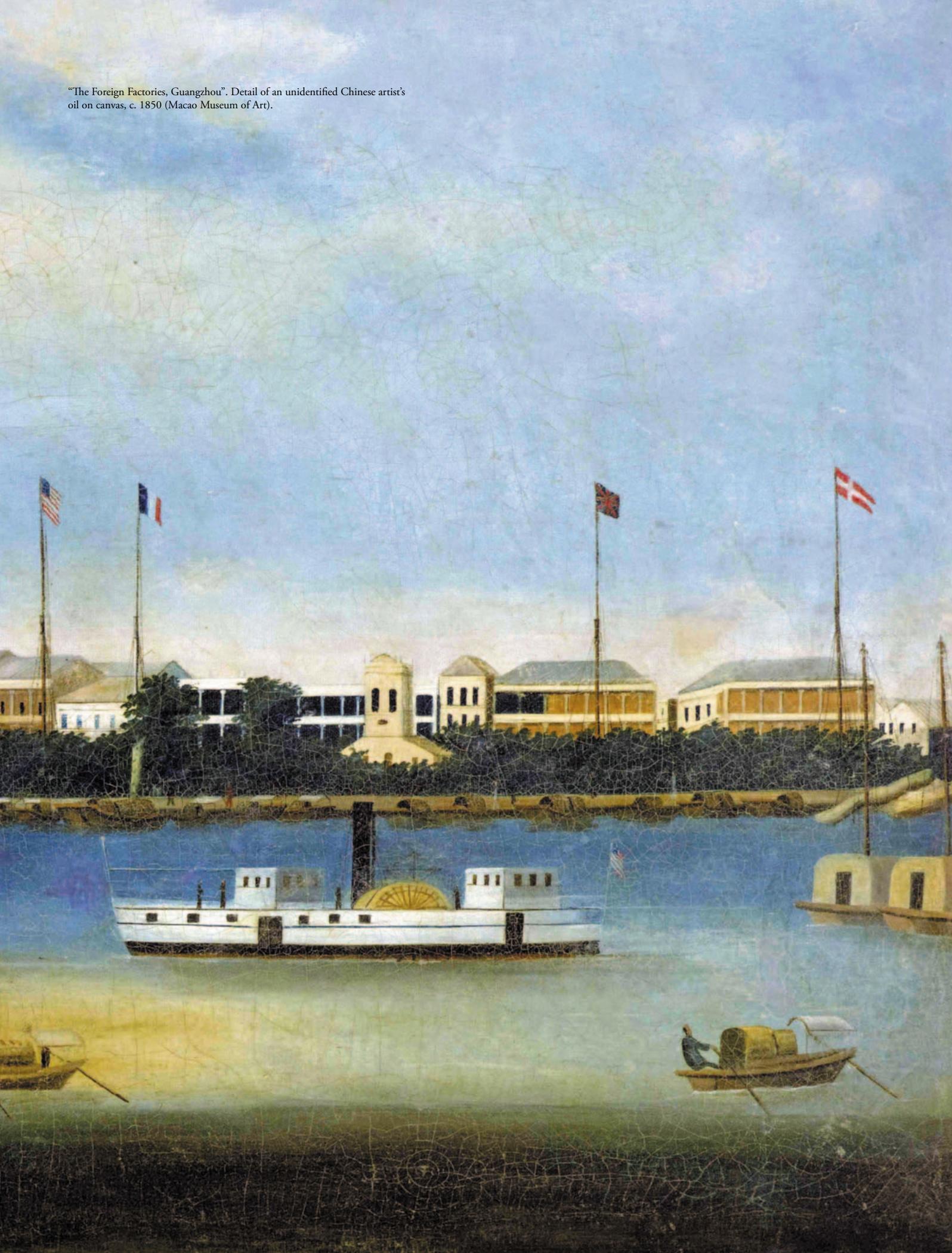
- 1 Valentim Calderón, *A venerável Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira*.  
2 *Ibidem*.

- 3 *Ibidem*.  
4 In G. R. de Figueiredo Filho, *O Seminário de Belém de Cachoeira*.  
5 Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

## BIBLIOGRAFIA

- Azevedo Pedro. *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924.  
Azzi, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador. A Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.  
Bazin, Germain. *Arquitetura religiosa e barroca no Brasil*. Trad. Glória Lúcia Nunes, rev. técnica e actualização Mário Barata. Rio de Janeiro: Record, 1956, 2 vols.  
Bourdieu, Pierre. *O mercado dos bens simbólicos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.  
Brandão, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em construção*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado/Academia de Letras da/Universidade Federal da Baía, 1998.  
Figueiredo Filho, G. R. de, “O Seminário de Belém de Cachoeira”. *Rev. do Serviço do Património Histórico e Artístico* (Rio de Janeiro), n.º1, 1937.  
Calderón, Valentim. *A venerável Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira*. Separata de *Universitas*, n.º 10, (Set./Dez. 1971) pp. 149-172.  
“Estatutos da Venerável Ordem Terceira do Carmo da Cidade de Cachoeira do Estado da Bahia, de 9 Maio de 1915”. Arquivo da Ordem Carmelita, Belo Horizonte.  
Flexor, Maria Helena Ochi. *Esculturas barrocas brasileiras: Uma questão de autoria*. Salvador: Universidade Federal da Baía, 1985.  
Girard, Marc. *Os símbolos na Bíblia*. São Paulo: Paulus, 1997.  
Janson, H. W. *História geral da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.  
Leite, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil. Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e na sociedade do Brasil*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1992.  
Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalígia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950, 10 v. il.  
Lurker, Manfred. *Dicionário de figuras e símbolos bíblicos*. São Paulo: Paulus, 1993.  
Mallon, Brenda. *Os símbolos místicos. Um guia completo para símbolos e sinais mágicos e sagrados*. Casa Verde, SP: Editora Larousse, 2009.  
Milton, Aristides. *Ephemerides Cachoeiranas*. Salvador: Universidade Federal da Baía, 1979.  
Panofsky, Erwin. *O significado nas artes visuais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.  
Reis, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.  
Santaella, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.  
Secretaria da Indústria e Comércio da Baía. *IPAC-BA: Inventário de proteção do acervo cultural*, vol. 2: *Monumentos e sítios do Recôncavo*. Salvador: SIC, 1982.  
Smith, Robert C. *As artes na Bahia. 1.ª Parte: Arquitetura Colonial*. Salvador: Prefeitura do Município do Salvador, 1954.  
Tirapeli, Percival. *Arte sacra colonial: Barroco memória viva*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2001.  
Valladares, Clarival do Prado. *Nordeste histórico e monumental*, vol. 4. Salvador: Odebrecht, 1991.  
Zilles, Urbano. *Significação dos símbolos cristãos*. 5.ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

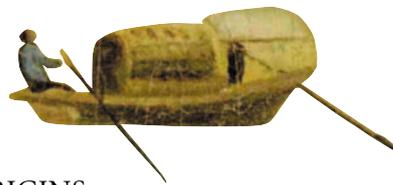
"The Foreign Factories, Guangzhou". Detail of an unidentified Chinese artist's oil on canvas, c. 1850 (Macao Museum of Art).



# Forging America's Informal Empire in Asia

## Caleb Cushing in Macao, 1844

HE SIBING\*



### INTRODUCTION: COMMERCIAL ORIGINS OF AMERICAN-ASIAN RELATIONS

The late 18<sup>th</sup> century witnessed an explosion of American trade with Asia. The coming of the Americans to Asia was marked by the historic voyage of the *Empress of China* to Macao in 1784.<sup>1</sup> This voyage not only initiated America's Canton trade, but also marked the beginning of the age of American expansion into Asia.<sup>2</sup> As the maritime historian Leonard Blussé notes in his recent study of Batavia, Canton, and Nagasaki at the end of the 18<sup>th</sup> century when these three Asian port cities faced crucial historical shifts, this development of American trade came at a time when Great Britain was rising in the East on the back of the opium trade while Europe's continental powers were declining.<sup>3</sup> By the third quarter of the 18<sup>th</sup> century, the English East India Company (EIC) had defeated its French rival and was steadily surpassing the Dutch East India Company (VOC). The Dutch were no longer the dominant European force in Asia as they had been during the 17<sup>th</sup> and early 18<sup>th</sup> centuries. The Napoleonic conquest of Holland created an opportunity for American traders to get involved in Dutch trade as U.S. merchant ships carried cargos from Batavia in those years. Americans

were even commissioned to ship Dutch cargos to Nagasaki, which had previously been exclusively in the hands of the Dutch. This situation allowed the Americans to develop their trade in Asia rapidly and by the end of the 18<sup>th</sup> century trade with Canton had become a regular component of America's foreign commerce. By 1800 over one hundred American trading ships had arrived in Canton via Macao, and in 1804 at least seventy-four American vessels visited Batavia.<sup>4</sup> American trading ships also began to call at Bangkok in 1821, and participate in the lucrative rice trade between Canton and the Spanish Philippines in the 1830s.<sup>5</sup>

American trade with Asia was the cardinal nexus out of which diplomacy missionary activity and cultural exchange ultimately evolved. Following the free trade rationale, the United States utilised and refined the political technique of imperial expansion developed by the British and imposed the treaty of 'free trade and friendship' on weaker states in Asia.<sup>6</sup> Following the model of the Anglo-Siamese treaty of 1826, American envoy Edward Roberts successfully concluded the Treaty of Amity and Commerce between Siam and the United States at the royal city of Bangkok in 1833.<sup>7</sup> A decade later, in the wake of Britain's victory over China in the first Opium War, upon the petitions of the China traders led by partners of Russell and Company, President John Tyler appointed Caleb Cushing, a Massachusetts congressman closely associated with the China traders, as the first American minister to China.<sup>8</sup> On 3 July, 1844, the United States concluded the first treaty with China at Wangxia, a village on the outskirts of the Portuguese coastal settlement of Macao.

\* 何思兵 received his Ph.D. in U.S. diplomatic history from Miami University, Ohio. His research interests are in the areas of Sino-US relations and overseas Chinese studies. He is currently serving as Guest Professor at the Center for the Study of Overseas Chinese Culture, Huaqiao University, China.

*Doutorado em História Diplomática dos E.U.A. pela Universidade de Miami. A sua investigação centra-se nas relações sino-americanas e nos chineses ultramarinos. Actualmente é Professor Convidado no Centro de Estudos da Cultura dos Chineses Ultramarinos da Universidade Huaqiao, China.*

## HISTORIOGRAFIA

American merchants in the Canton trade formed a mercantile community in Macao that became the first Sino-American meeting place contact zone. The presence of an American community in Macao was responsible for the relationship between the opium smuggling business and the Treaty of Wangxia. The origins of U.S. policy toward China lay among the American residents in the Canton-Macao area. The first Sino-American treaty included all those provisions the China traders desired, which laid the foundation for an imperial American sovereignty in Asia and the Pacific in the 19<sup>th</sup> century. As a traditional entrepôt and the sole European settlement on the China coast, Macao functioned as a nexus between the old Celestial Empire and the emerging imperial state in the new continent, playing a pivotal role in the evolution of early Sino-U.S. relations.<sup>9</sup> Written as a research survey,<sup>10</sup> this essay reviews the literature on the Treaty of Wangxia and reassesses Caleb Cushing's diplomatic endeavours in Macao from the perspective of American imperial expansion in Asia. It also provides a sketch of Cushing as a critical observer during his six-month sojourn in Macao, discussing his shrewd observations of social customs, cultural differences, and daily life of the common people in the Portuguese outpost on the periphery of a 'pagan state' in the Orient.

## HISTORIOGRAPHICAL SURVEY

Cushing's mission to China has been a much-studied subject in the literature on early American-East Asian relations. Researchers often view this mission in the context of their own historical period, defining issues partially in terms of present concerns. Interpretations about the origins of U.S. China policy therefore have been subjected to constant challenge and modification. One long-standing thesis holds that the primary objective of the United States in East Asia in the mid-19<sup>th</sup> century was to boost American economic and sentimental interests in China. Therefore, the initial policy of maintenance of an 'open door' and the integrity of China was adopted. Tyler Dennett's standard account of U.S. Asian policy, *Americans in Eastern Asia*,<sup>11</sup> emphasises America's intent to cooperate with European powers in China to allow Asian nations to maintain independent and self-strengthen themselves.<sup>12</sup> Subsequent studies continue to view the Cushing mission as the origin of a consistent East

Asian policy, culminating in the 'open door' notes of 1899-1900.

The first doctoral dissertation on the Treaty of Wangxia was completed in 1918 by Harry G. Dildine. In this comprehensive study of the first Sino-U.S. treaty, the author believes that in Cushing's treaty the United States established a special relationship with China. Compared with their European colleagues, according to Dildine, the Americans were more pacific and honorable. Due to lack of access to either Cushing's manuscripts or Chinese diplomatic documents, this study could not effectively assess the negotiating process and the impact of the American diplomacy on the Chinese empire.<sup>13</sup> Claude Fuess was perhaps one of the first scholars to have access to Cushing's personal manuscripts. His classic account published in 1923 was the only biography of Cushing that researchers heavily relied on until John Belohlavek's new biographical study of Cushing came out in 2005.<sup>14</sup> In his essay published in 1933, Ping Chia Kuo provides revealing insights into the Cushing mission by utilising the then recently published Chinese diplomatic documents relevant to the treaty negotiations, *Chouban Yiwu Shimo 筹办夷务始末 (The Beginning and End of the Management of Barbarian Affairs)*.<sup>15</sup> The negotiating process, Kuo points out, was facilitated by a difference between imperial commissioner Qiying 耆英 and Cushing's respective purposes. To prevent Cushing from attempting to proceed to Beijing was Qiying's primary concern. The concession of commercial privileges to the Americans was merely a moderate importance on the imperial commissioner agenda. Due to his ignorance of international law, Qiying paid little heed to the question of extraterritoriality. However, Kuo's study could not fully analyse the combination of the Cushing papers, the U.S. official correspondence, and the newly-released Chinese documents. The objective of a balanced study is achieved in Ming-shun Chiao's 1954 doctoral dissertation which combines American diplomatic correspondence, the Cushing papers, and Chinese documents in an analysis of the Cushing mission and the Treaty of Wangxia.<sup>16</sup> It illuminates the proceedings in a way Fuess's biography of Cushing fails to achieve, specifically by relating Cushing's early political experience in Congress to the mission and by highlighting Cushing's relationship in Macao to his missionary advisers Peter Parker and Elijah Bridgman. The political-economic background is the focus of this

## HISTORIOGRAPHY

dissertation and its conclusion is consistent with the previous studies on the subject. The historical appraisal had remained much the same since the 1920s, as Richard W. Welch, Jr. concludes in his survey published in 1957.<sup>17</sup>

In his doctoral dissertation also completed in 1957, Jeffrey Robert Biggs attempts to weigh the Cushing papers, American official correspondence and the English translation of Chinese diplomatic documents against each other in order to gain a more balanced interpretation. He argues that the 'treaty provisions lay quite outside the official instructions and can be interpreted only as an expression of Cushing's "gentleman-scholar" approach to diplomacy'.<sup>18</sup> This assertion indicates that the author fails to perceive Cushing's imperial aspirations. Motivated by his sense of mission, Cushing actually acted as an aggressive

empire builder rather than a 'gentleman-scholar' in Macao. The extraterritorial privileges Cushing added in his treaty, in practice, justified the use of military power to protect American commercial interests in its informal empire. Biggs also misinterprets Cushing's personal manuscripts and Secretary of State Daniel Webster's instructions and claims that reaching Beijing was a clearly designated objective of Cushing's mission. The next significant study of the subject appeared in 1977. In 'The Treaty of Wanghia', a chapter in his book on early Sino-U.S. relations, Earl Swisher extensively examines Chinese diplomatic documents in *Chouban Yiwu Shimo*, revealing how imperial commissioner Qiying's false conception of the foreigners affected his negotiating strategy.<sup>19</sup>

During the last two decades of the 20<sup>th</sup> century, a disproportionately large number of studies in American

Unidentified Chinese artist, The Inner Harbour. Watercolour and gouache on paper, c. 1840.



## HISTORIOGRAFIA



Caleb Cushing (1800-1879).

diplomatic history focus on the contemporary period. The preoccupation with the newly available records of the Cold War era has resulted in an increasingly serious problem: the post-World War II period is overemphasised while the earlier periods, especially the 19<sup>th</sup> century, are generally neglected. This, as Professor Michael H. Hunt notes, has led to 'an ironic diminution of historical perspective on the part of historians'.<sup>20</sup> The only significant study relevant to the Treaty of Wangxia published in this period is perhaps Jacques M. Downs's meticulous study of the American commercial community at Canton.<sup>21</sup> Two chapters of this book deal with the treaty negotiation.

The new century millenium saw a reviving scholarly interest in the Cushing mission and the Wangxia treaty. In 2005, the *American Quarterly*, the journal of American Studies Association, published international law scholar Teemu Ruskola's essay on Cushing's invention of American imperial sovereignty in the Treaty of Wangxia.<sup>22</sup> Historian Belohlavek's new biography of Cushing was also published in the same year. A chapter of this book is devoted to the China mission, which provides new insights on Cushing's activities in Macao.<sup>23</sup> In 2007, the Society for Historians

of American Foreign Relations' journal *Diplomatic History* published independent historian Macabe Keliher's article on the origins of U.S. China policy, which reinterprets the Cushing mission.<sup>24</sup> This recent scholarship will be further discussed in the following analyses of the Cushing mission.

## CHINA TRADERS AND THE FORMULATION OF CHINA POLICY

The 1842 Sino-British Treaty of Nanjing, which legitimated what the opium trade had already established, was one of the most important international treaties of the 19<sup>th</sup> century. Its impact would endure to the following century and beyond. As the first of a series of unequal treaties between China and Western powers, the Nanjing Treaty required China to end its traditional tribute system and to accept the European conception of international relations. However, the extent to which the United States would share in the privileges obtained by the British was uncertain. This situation rendered the sending of an American commissioner to China necessary. On 30 December 1842, President Tyler sent a special message to Congress, stating that the United States sought to secure American access to the China market on terms as favorable as those gained by Britain. This message, which was written by Secretary of State Daniel Webster, pointed out that the Treaty of Nanjing provided 'neither for the admission or the exclusion of the ships' of countries other than Britain. The major task of the China mission would be to determine whether American ships could obtain equal access to the trading ports opened by the treaty. The justification for dispatching a commissioner to China was that 'the commercial interests of the United States connected with China' required 'at the present moment a degree of attention and vigilance'. In the long run, moreover, the Nanjing accord would disintegrate the Chinese 'spirit of nonintercourse' and open the empire to normal relations with Western nations.<sup>25</sup>

Although the message of 30 December was optimistic about the trade potential of the future, it also included a realistic assessment of current China market. Webster noted that Chinese life style, custom and cheap labor, in the short run, would probably prevent the appearance of 'any great and sudden demand' for Western commodities.<sup>26</sup> Nevertheless, both Tyler and Webster placed the highest priority on the China

## HISTORIOGRAPHY

mission. Edward Everett, who was serving as American Minister to England, was independently chosen by both Tyler and Webster to head the mission because they believed that he was the best man for a significant assignment. In a letter to Thomas B. Curtis, a wealthy Boston merchant and banker, Webster wrote that he considered the China mission to be more significant than any that had 'ever proceeded from this country, & more important than any other, likely to succeed it, in our days'. Webster believed that Everett, who had close connections with the China traders and their British financiers, 'is the man for it, & I am anxious he should accept it'.<sup>27</sup>

Because of the unstable politics in Washington, the U.S. Senate did not take final action on the China mission until 3 March, 1843. Congress approved the bill to establish 'the future commercial relations of the United States with China on terms of equal reciprocity' and the Senate Foreign Relations Committee endorsed the President's recommendation and approved an appropriation of \$40,000 for a China mission. Tyler's nomination of Edward Everett to head the mission, however, was attacked by the Senate for political reasons although it was eventually confirmed. Everett subsequently declined the appointment as commissioner to China.<sup>28</sup> On 8 May, 1843, to replace Everett, Tyler nominated Caleb Cushing, a Newburyport, Massachusetts, lawyer and a powerful member of the House Committee on Foreign Affairs.

Raised in a family of seafaring tradition, Cushing had wide connections with the China traders. John Perkins Cushing, who merged his firm in Canton with Russell and Co. in 1830, was his cousin. He was also associated with members of the Forbes family and other Russell men. Cushing's close association with the families of the China trade raised concerns among political insiders as well as merchants. In his letter to Secretary of State John C. Calhoun, New York merchant Charles Hall expressed his concern that because of the nurturing relationship among the Forbes, Perkins, and Cushing families, they would not only benefit from enhanced trade with China, but also would profit handsomely from dealing in illicit opium.<sup>29</sup> Despite his political opponent's criticism, as a trusted confidant of the president, Cushing confidently forged his new career as diplomat.

Before this appointment, Cushing had been exerting his influence to pressure the Tyler

administration to dispatch a mission to China. In December 1842 Cushing told Tyler that while Britain did not seek privileges 'for her own benefit only', other countries that desired 'like advantages' would have to engage China to acquire them on their own account. He strongly endorsed the petitions of American traders in Canton and Macao, and those of Boston and Salem, all of which urged the sending of a 'respectable national force' to China. Cushing proposed that the president should send 'an Agent' not only to China, but, after the successful conclusion of treaty negotiations, also to Japan 'for the same purpose'.<sup>30</sup> In his message to Congress at the end of 1842, Tyler fully agreed with Cushing that the new situation after the Opium War required an American diplomatic presence in China.

*The presence of an American community in Macao was responsible for the relationship between the opium smuggling business and the Treaty of Wangxia.*

The Tyler administration worked very hard to make the China mission a success. The list of books and gifts for the mission, with extensive annotations by Tyler and Webster drawn up on 11 April, 1843, indicated that Chinese affairs were high on their agenda. The list revealed American cultural values in the 1840s. The gifts to be sent to China included 'a Globe, that the Celestial may see they are not the "Central Kingdom"'. The emphasis, however, was on superior American technology and military armaments. To impress the Chinese, they carefully selected a model steam engine, Colt revolvers, and Kentucky rifles to be sent to China.<sup>31</sup>

To base his China policy on sufficient intelligence available, Webster wrote Thomas L. Smith of the Treasury Department on 17 March, requesting detailed information about American trade with China.<sup>32</sup> Smith transmitted Webster's request for information to the collectors of customs in Baltimore, Boston, New York

## HISTORIOGRAFIA

City, Philadelphia, and Salem. In their responses, these officials listed the principal houses in their ports that were involved in the China trade. On 20 March, Webster issued a circular on behalf of the Department of State asking ‘intelligent persons’ who were acquainted with China and who had been ‘concerned extensively in the trade between it and the United States’ to provide the department with ‘opinions and suggestions’ on how to cultivate ‘friendly relations’ with that nation and on how to open and enlarge ‘commercial intercourse between the two countries’. ‘The general objects of the mission’, the circular states, would ‘sufficiently indicate the points to which these suggestions may refer’.<sup>33</sup>

Even before Webster circulated the note of 20 March, 1843, China traders had sent unsolicited suggestions to him. In one of these letters, Edward Carrington, one of the founders of Samuel Russell & Co. and the U.S. consul in Canton from 1805-1813, wrote:

[I]n selecting a person for this mission, it would be unadvisable to send other than an able Statesman, who holds or as held important office under our Government, certainly not a person, who had been known at Canton as a mere ‘Merchant’ or trader. Such an one, would carry but little importance of Character with the Chinese.

It might be advisable, for the Ambassador to attach to his Suite, some one or two intelligent Merchants, well acquainted with the trade between the two Countries and who have had experience in China, of which there many now at Canton, and in this country, who have resided there, and recently returned.<sup>34</sup>

The merchants associated with the China trade quickly responded to Webster’s circular. The carefully considered responses were not only helpful to Webster in preparing the instructions for Cushing but also provided important sources of historical information about the China trade under the Canton system and the attitudes of the American merchants toward the Chinese empire. Thomas H. Perkins, for example, bitterly criticised the Cohong system:

You are aware that since the Trade of Europe with China, has been confined to Canton, all the trade between Foreigners and the Celestial Empire, is presumed in the eye of the law, to be done by certain Persons appointed by the Emperor,

denominated Hong Merchants, and the board is denominated, the Cohong—this body is held responsible to Foreigners for the Debts of each individual. A Duty has been exacted by this board, upon all imports and exports, and which is called the *Consoo fund* out of which, sums due from any member of the Cohong, to Foreigners are to be refunded. This is all well; but the fact is, that they take what time they please, to pay the demand. In one instance during the establishment of my late house under the Term of Perkins & Co, one of the Co Hong was in their debt, between two and three hundred thousand Dollars, and it was ten years before the whole amount was paid, and without interest—so that if the interest of the Country which is 12 Per C’ and sometimes higher, was compounded, at the end of each year, you receive nothing—from which there was no appeal—nor was there any Court to which a foreigner could appeal, for enforcing a debt due from a person, not of the Co Hong, as no such person was authorised by Government to trade with Strangers, the foreign trade being confined by Govt to the board before mentioned. I presume that by the arrangement made by Sir H[enry] Pottinger this matter will be altered—indeed report says the Co Hong is to be done away, and which will make it necessary for the security of those trading with China, that there should be an authority to which an appeal would lay.<sup>35</sup>

To guarantee that American merchants would acquire the same privileges granted to the British traders, he stressed the necessity of sending American representatives to China to negotiate with the Qing court. As for the selection of diplomat to China, Perkins’s opinion was similar to that of Carrington:

I think it a good precaution, thus early to send a person of high standing to China, to represent the Commercial interests of our Merchants at the Imperial Court. ... I think it was wise not to appoint a person engaged in commerce to the Situation, to which Mr [Edward] Everett has been named. I presume that a Consul or Commercial Agent will be found to be necessary at each Port opened for trade.<sup>36</sup>

In another lengthy reply, Edwin M. Lewis of Philadelphia, who had been actively engaged in the

## HISTORIOGRAPHY

China trade since 1831, provided more comprehensive advice. Having listed a long catalog of the 'kinds of petty tyranny and exaction' to which Western merchants were subjected in Canton, he recommended:

Our government should always have a respectable squadron in the Chinese waters, both for protection and to create a suitable regard for our flag and our Merchants. The trade to China from the United States has averaged since 1818 Six and a half Millions of dollars annually of exports from Canton, and employed an annual average of 13,000 tons of Shipping. We think this trade should receive the especial countenance and protection of government, as it opens a large and increasing market for our domestic manufactures, particularly Brown Cotton goods, in which we both excel and can undersell the British.<sup>37</sup>

Denouncing Chinese judicial system, Lewis proposed to apply extraterritoriality to China:

The punishment of Criminals should not be left to the sanguinary code of China, but all American delinquents should be delivered into the custody of the Commander of our Squadron, who in conjunction with the Consul should have [power] to examine witnesses, take depositions &c, which together with the accused should be sent to the United States in a government vessel and the case tried by the Supreme Court, a certified Copy of whose decision should be sent to the Chinese Authorities to satisfy them that justice had been done according to our laws.<sup>38</sup>

In three other responses to Webster's circular, William Wilson & Son, the only house in Baltimore engaged in the China trade, told Webster that the sole issue was the securing of commercial rights comparable to those attained by the British in the Treaty of Nanjing. The New York establishment of William Edgar Howland and William Henry Aspinwall recommended that a large fleet be sent along with the commissioner in order to gain the respect of the Chinese. Nathaniel L. Griswold and George Griswold, also merchants of New York, similarly urged that the China mission be accompanied by a 'respectable' naval force to impress the Chinese with American power. Moreover, they insisted that the United States should accept no commercial arrangement less advantageous than that granted to any other nation.

The most important response Webster received was from John Forbes, a former partner of Russell and

Company who was designated by the Boston merchants engaged in the China trade to be their spokesman.<sup>39</sup> Forbes expressed the primary concern of those who responded to the circular: American trade should be admitted to the China market 'upon the same footing with the most favored nation'. Much of his advice, such as being attentive to etiquette and military technology and employing missionary Peter Parker as interpreter, was accepted by Tyler and Webster. Stressing that negotiation must be backed with military force, Forbes reminded Webster 'All experience in Chinese affairs shows that no Foreign Nations ever yet gained any disputed point by peaceful negotiations'. Forbes continued, 'The Chinese want no political intercourse with Foreign Nations & they will only permit it either thro' fear of armed compulsion, or through a politic desire to offer to us voluntarily what has been forced upon them by others'. Forbes concluded that the demonstration of U.S. naval forces was necessary because the Chinese had 'conceived the idea that we have but few ships of war, owing to their never having seen more than two at a time & always one of these a small vessel'. Therefore, Forbes recommended 'sending the Commissioner out accompanied by a respectable fleet, say not less than three or four square rigged vessels & a schooner of 100 to 150 tons, of light draft of water, to act as a tender or despatch vessel'.

The outcome of the negotiations would have a crucial effect on the Chinese-American relations for decades to come, Forbes warned:

It would be a great error to suppose that if we fail in our negotiations we shall be no worse off than if the attempt had never been made.... If they find that we recede from any position once taken they learn our weakness & will take advantage of it to the utmost.

Therefore, he claimed: 'All we could ask would be, to admit our trade upon the same footing with the most favored nation & we think it would be impolitic to accept anything less'.<sup>40</sup>

Other two Russell partners, John Green and N. Alsop Griswold, also wrote to respond to the circular and insisted on the United States being granted the status of most favored nation. Like other merchants who replied to Webster, they expected the mission to gain commercial privileges, personal freedoms and a degree of protection in the Chinese ports no less than that which other nations had obtained or would in

## HISTORIOGRAFIA

the future. This meant that the United States should not only acquire all the privileges that the British had already possessed but also those granted to any other nations in the future.

Green and Griswold also advised their government not to take on the responsibility of prohibiting U.S. citizens from engaging in the drug traffic even if China requested this of the U.S. commissioner. Believing that any restriction on this trade would imply the failure of American policy, they advised that any regulation of opium should be avoided. Furthermore, American traders had long been involved in the business and would continue to engage in it. The emperor of China, they anticipated, would eventually legalise the drugs with heavy taxes.<sup>41</sup>

Forbes's and Green's responses could be regarded as a reiteration of the 1839 petition by merchants of Russell and Co. in Canton and Macao. These enterprising Russell men repeatedly proposed to send diplomats with warships to intimidate China. On the other hand, they understood that their government was not ready to use military forces in China. Having carefully considered the British role in the Sino-Western relations, they believed that the best U.S. policy would be to follow and to ride the coattails of England, sharing the privileges gained by them.

The opinions and suggestions of those who responded to the circular had a perceivable impact on the instructions of 8 May, 1843, which Webster prepared with unusual care. Based on the information provided by the China traders, Webster specified three goals for the Cushing mission: the 'leading object of the Mission' was 'to secure the entry of American ships and cargoes into these ports, on terms as favorable as those which are enjoyed by English merchants' and to try to see the emperor in person, although this was a secondary objective and used primarily as a threat with which to coerce Beijing to grant American commercial rights. Cushing was given the option to abandon the trip to the Chinese capital if it endangered securing most-favored-nation status in China. Cushing's directive was to negotiate a treaty equaling or surpassing the concessions granted to Britain.

Webster observed that the recently opened treaty ports 'belong to some of the richest, most productive, and most populous provinces of the empire, and are likely to become very important marts of commerce'. He stressed the need to impress upon the Chinese that

the mission was 'entirely pacific' in its nature, and the desire of the United States 'to establish the means of friendly intercourse'. Meanwhile, he instructed Cushing to 'signify, in decided terms and a positive manner, that the Government of the United States would find it impossible to remain on terms of friendship and regard with the Emperor, if greater privileges or commercial facilities should be allowed to the subjects of any other Government than should be granted to citizens of the United States'. In avoiding even the appearance of being a 'tribute bearer', Cushing was to tell the Chinese that the U.S. government 'is always controlled by a sense of religion and of honor'. To be made aware of the power of the United States, the Chinese should be informed of America's great extent of territory, its 'commerce spread over all seas, their powerful navy, everywhere giving protection to that commerce'. It was also necessary to stress 'that the United States, once a country subject to England, threw off that subjection, years ago, asserted its independence, sword in hand, established that independence, after a seven years' war, and now meets England upon equal terms upon the ocean and upon the land'.<sup>42</sup> These instructions to Cushing established the basis of American foreign policy toward China and led to the establishment of formal relations between the two nations in 1844.

### CUSHING'S DIPLOMATIC ENDEAVOURS IN MACAO

Following Webster's directives, Cushing left for China on 31 July, 1843, accompanied by Warren Delano, the Russell partner who had brought the Nanjing Treaty to Washington; Fletcher Webster, Daniel Webster's eldest son who was appointed as Cushing's secretary; Dr. E. K. Lane, a surgeon and George West, an artist. A squadron was assigned to escort the mission, which included four warships mounting over two hundred guns. The *Missouri*, one of the two frigates in the fleet, was one of the largest steam warships in the world at that time. In Canton, the American merchant consul Paul S. Forbes of Russell and Company informed the Chinese authorities in October 1843 of Cushing's impending arrival and his intention to proceed to Beijing.<sup>43</sup> Imperial Commissioner Qiying notified Forbes that the American mission to Beijing was unnecessary since he had been authorised 'to settle all commercial intercourse with foreign nations'.

## HISTORIOGRAPHY

Strongly opposing Cushing's journey to the capital, the commissioner urged Forbes to detain Cushing in Guangdong.<sup>44</sup> Besides, the Chinese authorities did not think it was necessary to negotiate a treaty with the United States for all privileges obtained by the British had been extended to the Americans. Forbes agreed to try to stop the mission but refused to make any promise. In his report to the State Department, however, he suggested that 'the point would be yielded if insisted upon'.<sup>45</sup>

On 24 February, 1844, the vessel *Brandywine*, carrying the Cushing legation, dropped anchor in Macao Roads. Cushing declined an offer from Forbes to quarter him in Russell and Company's factory, but remained on the warship for four additional days and did not land in Macao until 27 February, after renting a house on the *Praia Grande* belonging to a former Portuguese governor as the legation's residence.<sup>46</sup> Cushing appointed Peter Parker and Elijah C. Bridgman, both American missionaries in China, as 'Chinese Secretaries' who would serve as interpreters. Bridgman was the editor of *The Chinese Repository*, a forceful organ of militant Protestantism in China, which advocated war against China.<sup>47</sup> Parker had met Cushing before when he visited the United States in 1841 to request the American government to send a minister to Beijing to secure trading privileges.<sup>48</sup> He was also related to the Websters. As a missionary doctor in Canton, Parker had become well acquainted with the Hong merchants as well as Qiying and other Chinese officials. These connections enabled Parker to play a crucial role in the treaty negotiations.<sup>49</sup>

The arrival of the Cushing legation caused a sensation among the American community in Macao. American merchants now demonstrated mixed feelings toward Cushing's mission, because the situation had greatly changed since 1839, when American merchants petitioned Congress on the eve of the Opium War for a commissioner to acquire a commercial treaty. As Cushing settled in Macao, he received news from Minister Edward Everett in London. A supplementary Anglo-Chinese treaty negotiated in 1843 had granted 'most favored nation' status to all foreign merchants. Cushing immediately dispatched a member of the legation to Hong Kong to visit Governor Henry Pottinger to ask advice regarding how to negotiate with the Chinese. The British official cordially received the American diplomat and provided him with the

supplementary Anglo-Chinese treaty signed in Humen (the Bogue). Meanwhile, Qing officials reaffirmed that American traders would receive the privileges granted to the British. Cushing's mission now seemed to become unnecessary. In the view of some traders, this mission would be harmful if Cushing conducted prolonged and perhaps offensive negotiations since these might destroy their favorable trade environment and so jeopardise rather than improve their commercial relations with the Chinese. They also doubted that Cushing would gain more than the British and Commodore Kearny had already obtained. One merchant straightforwardly expressed these concerns: 'I most heartily wish he were anywhere else but here and am, as well as every other

High Imperial Commissioner Qiying (1787-1858).



## HISTORIOGRAFIA

American merchant here, in great fear ... He cannot make us better off—and a very few of his important airs will make us hated by the Chinese, and then we lose all the advantages we now have over the English'.<sup>50</sup>

Notwithstanding the debatable need to continue his mission, Cushing still firmly believed that the United States should secure respect and privileges by negotiating its own bilateral agreement with China rather than relying on a treaty obtained by the British. To Cushing, it was a matter of national honor. He therefore decided to press on. Under these circumstances, however, Cushing was in no strong position to insist on going to Beijing. Dissuaded by the Chinese officials from proceeding northward and lacking sufficient naval forces to intimidate the Chinese, Cushing stayed in Macao to communicate with the Acting Governor-General of Guangdong while awaiting the arrival of the Imperial Commissioner from Beijing. In practice, a personal interview with the emperor was not a genuine objective of the mission, but used essentially as a means to pressure Beijing to yield to American demands. This means of coercion proved to be very effective. On the other hand, by remaining in Macao, the legation could conveniently solicit whatever assistance it needed from the U.S. merchant-consul and the commercial-missionary establishments in the Macao-Canton area. Meanwhile, the American diplomats could also enjoy Anglo-American social life in the exotic European enclave.

To detain Cushing on the periphery of the Chinese empire in order to maintain the emperor's sense of distance was apparently Qiying's major concern. He was determined at all costs to prevent Cushing's trip to Beijing. Macao was the ideal place to contain the barbarians and to minimise their contacts with the Chinese people. By basing himself in Wangxia, just outside the walled city of Macao, the imperial commissioner could stay comfortably on his own turf, which was securely controlled by the Chinese authorities, yet conveniently close enough to allow him to interact with the American legation within the city. Canton might have been an alternative venue, but although the 1842 Treaty of Nanjing had made that city one of the treaty ports opened to foreigners, at that time the Cantonese, led by the local gentry, were still consistently denying foreigners access to their city. The presence of American officials within Canton would have undoubtedly stirred up unrest among

the masses, with potentially serious consequences. Indeed, even in Macao robbers made five assaults on the residence of the American legation, and on one such occasion succeeded in gaining entry, so that the American officials habitually carried arms for their own protection. Qiying could not guarantee the safety of the American representatives in Canton. It was probably due to these considerations that he opted to deal with Cushing in Wangxia and Macao. To show the Chinese that Americans were not sided with the British, Cushing would not propose to negotiate with the imperial commissioner in Hong Kong. Therefore he accepted Qiying's arrangements.

While the two sides spent several months engaged in prolonged exchanges of correspondence, the impatient Cushing ordered warship *Brandywine* commanded by Commodore Foxhall Parker to sail up the Pearl River on 13 April to pay a 'courtesy call' on Governor Cheng at Huangpu. Parker requested to meet with Cheng and proposed an exchange of salutes. The governor rejected the Commodore's proposals and ordered the American warship to return to Macao. Cushing also informed Cheng that, in addition to the long-delayed *St. Louis* and the *Perry*, two of the four warships assigned to escort the legation to Macao, the East India Squadron would arrive on the Chinese coast soon. With the arrival of additional naval ships in early June, Cushing became even more aggressive. 'Fine sight of three vessels. Ready now for Ke ying', wrote the minister in his diary. Cushing reported the change of his strategy to the State Department, stating that if negotiation with Qiying in Macao did not go well, he was now ready to proceed north with the squadron available to compel the Chinese to yield to his demands.<sup>51</sup>

After making these demonstrations of military force and threatening that if the Chinese declined to meet with him, this would be 'considered an act of national insult, and a just cause for war' on 21 June Cushing finally met Imperial Commissioner Qiying, at the American legation's residence in Macao. The first meeting of the two commissioners lasted from 11:00 a.m. to 1:00 p.m., focusing on the impossibility of Cushing visiting Beijing. The Chinese court was not prepared to receive foreign legations, explained Qiying. If Americans were allowed to go to the imperial capital, then other nations would make the same demands, and the Chinese would not be able to manage them. The

## HISTORIOGRAPHY



George, R. West, *The Temple of the Goddess of Mercy (Guanyin Tang) in Wangxia, where the Treaty of Commerce with the United States was signed.* Watercolour, 1844.

discussion was followed with informal conversation and food. Cushing agreed to return the visit the following day at the headquarters of the Chinese legation in Wangxia. At the meeting of 22 June, Cushing stressed that the United States desired peace and friendly relations and did not demand territorial concession from China. Qiying asked for a draft of the treaty the American desired. The specific terms of the treaty, both sides agreed, would be worked out by the two commissioners' top subordinates.

Their negotiations lasted less than three weeks, taking place alternatively in Wangxia and in Macao. Fearing that, if Cushing's demands were not satisfied, he would proceed north to Beijing with his naval squadron, on 3 July 1844 Qiying hastily signed a Treaty of Peace, Amity, and Commerce with the United States at the Temple of the Goddess of Mercy (Guanyin Tang 观音堂) in Wangxia. Backed by a small squadron as well as the presence of the U.S. naval forces in the Pacific, Cushing thus easily won the favorable treaty he

sought. Under its terms, China was obligated to allow Americans to trade freely in Canton as well as in four other previously closed ports. Moreover, Americans obtained the right of extraterritorial jurisdiction in China. By accepting the principle of most-favored-nation treatment, China established a precedent for future arrangements with Western powers.

#### CUSHING AS A CRITICAL OBSERVER

Scholarship by diplomatic historians has generally neglected the social and cultural environment in which the Cushing mission took place. Only the new biography by Belohlavek offers some insights into Cushing's perception of the local society and people in Macao. During his six-month sojourn in Macao, Cushing remained a shrewd observer of the environment totally exotic to a New Englander. He recorded street life, culture, language and climate in detail. He enjoyed exploring the city by walking the

## HISTORIOGRAFIA

street, visiting fortifications, and studying the granite formations around the cliffs of the town. He noticed that government mail services did not exist there and that all transport was by manpowered chairs instead of horse drawn carriages. The streets of Macao were nicely paved with flagstones or large blocks of granite. He even developed a taste for Chinese art and called a prominent Chinese painter he met a genius. Cushing began to learn Chinese on his long journey to China. In Macao, while continuing his language studies, he frequented bookstores in the Chinese quarter despite he was often surrounded by scores of curious spectators. A library of more than two hundred Chinese books he accumulated in Macao later became the nucleus of the Library of Congress' Orientalia Collection. But he did not enjoy the Chinese plays performed in city squares. Like many other Westerners, he was not accustomed to the squeaking music which annoyed him. Cushing paid much attention to various Chinese foods. He took detailed notes on the variety of meat products, vegetables and fruits, commenting on their quality, taste and prices. Among the Chinese dishes at restaurants, *dim sum* was his favorite.<sup>52</sup>

Cushing also commented on the Chinese people in Macao. He made extensive observations on the daily life of the boat people, beggars, lepers, thieves and prostitutes in the city. For example, he described how the beggars roamed around the city streets with an 'offensive and intolerable' cry or moan and how they begged aggressively in stores and under his window. A beggar could not be driven out of a store and the shopkeeper should give him some money by law, Cushing reported. But he did not show any sympathy for these unfortunate people, which was consistent with his attitude toward social problems in America and Europe. Cushing was 'a critical observer, not a social reformer', as his biographer Belohlavek observes. The practice of foot binding was also the subject of Cushing's scrutiny. Comparing it with the popular American fashion of corseting and crushing the chest of women, he claimed that foot binding 'would be no more absurd, but uncomfortable to the individual and less dangerous'. He often compared his own observations with those written by the British. In contrast to an observation by an English authority who described the Chinese as a dirty, 'noisy, nasty, and nefarious people', Cushing believed that the Chinese appeared to be cleaner than the English or Americans

of the same social class. The creativity, manners, and work ethic of the Chinese people were highly regarded by Cushing. The hardworking and muscular Chinese laborers, he noted, could be easily trained to be good soldiers who 'under Tartar or European leaders might conquer the world'. Cushing not only developed a good working relation with his Chinese counterpart Qiyong, but actually held a deep respect for him. Before Cushing's departure for the United States on 27 August, 1844, Qiyong sent him a life-size portrait. This appeasement technique had been used by the imperial commissioner repeatedly to cultivate intimate friendships with Western diplomats and this diplomatic approach seemed to be effective. Soon after his return to Old Essex, Massachusetts, Cushing honored the Chinese commissioner by christening a new family ship the *Ke ying* (Qiyong).<sup>53</sup>

*Cushing still firmly believed that the United States should secure respect and privileges by negotiating its own bilateral agreement with China rather than relying on a treaty obtained by the British.*

According to Belohlavek, Cushing arguably 'had greater respect for the Chinese than the resident European community'.<sup>54</sup> Interestingly, Cushing regarded the multilingual Portuguese as an intelligent and gentlemanly people who were 'superior to other foreigners in knowledge and character'. In contrast, he disliked the English and American merchants, believing that most of them were 'money grubbing traders and not particularly intellectual in their taste'. Cushing did not have much respect for the Protestant missionaries either, saying that they were 'mere school warden to children' and that their missionary works were 'a misappropriation of funds'. It is ironic that the minister felt contempt for the commercial-missionary community that fervently supported his mission. The resident American community in Macao in fact had great respect for their diplomatic representative. For

## HISTORIOGRAPHY

example, soon after the welcome party for Cushing in Macao, Mrs. Nathaniel Kinsman, the wife of a partner in Russell and Company, reported enthusiastically to her husband in Canton that 'the Minster looked splendidly'.<sup>55</sup> At the end of the mission, the American community in Canton sent Cushing a letter signed by twenty-five merchants to express their gratitude. Nevertheless, their good feeling toward him didn't affect his keen observation and intuition.

#### THE CUSHING MISSION AND THE FOUNDING OF AMERICA'S INFORMAL EMPIRE IN ASIA

The first U.S. mission to China was, as Daniel Webster called it, the most important American diplomatic mission of his times. Webster's instructions to Cushing of 8 May, 1843 constituted the first coherent U.S. policy toward China, establishing the basis of American foreign policy for the next half a century. In this sense, the instructions could be viewed as the foundation of the Open Door doctrine of 1899-1900. Although Webster did not concern himself with China's sovereignty, he did insist that all countries maintain equal access to China's markets and not fall under the influence of a single Western power.<sup>56</sup>

The Cushing mission resulted in the first treaty between the United States and China and established official diplomatic relations between the two nations. In addition to the commercial concessions of the Treaty of Nanjing and a clause granting most-favored-nation status, it included four significant provisions. First, it validated and extended the doctrine of extraterritoriality; second, it laid out procedures for establishing formal diplomatic exchanges and relations; third, it gave Americans rights to build 'hospitals, churches, and cemeteries' in the treaty ports; and fourth, it stipulated that at the end of twelve years either nation could renegotiate the treaty. This provision for treaty revision later provided aggressive Westerners with an opportunity to seek further concession from China and resulted in the Second Opium War.

Throughout modern Chinese history, the condition of extraterritoriality remained a contentious issue. Although an article in the treaty seemed to deem the dealing of opium an exception, stating that any Americans 'who shall trade in opium or any other contraband' would be 'dealt with' by the Chinese,

the general condition of extra-territoriality made any prosecution impractical. Furthermore, under the treaty the United States did not assume any obligation to bar her citizens from the drug traffic. In practice, the provisions for extraterritoriality made any Chinese action against American opium smugglers almost impossible.

Under American military coercion and lacking basic knowledge of international law, the Qing officials accepted the treaty without fully recognising its serious consequences. Commissioner Qiying, for example, made no objection to the provisions for extraterritoriality because he thought the concept of extraterritoriality was consistent with the traditional Chinese mode of handling barbarians by letting them regulate themselves. The result was that, from 1844 until 1943, American citizens in China were subject only to the laws of the United States.

To obtain the right of extraterritoriality was not part of Webster's instructions to Cushing. In his memorandum to the State Department, Cushing justified the addition of the extraterritoriality clause to the treaty, explaining why this clause was 'essential' to the 'honor' of the United States. The origins of extraterritoriality, according to Cushing, could be traced back to the religious exemption of Christians from the jurisdiction of the Ottoman Empire. He argued that the general principles of international law 'only apply to the intercourse of no states but those of Christendom'. The United States had previously signed extraterritoriality treaties with 'the Barbary states', the Porte, and the Imam of Muscat, he stated. According to his religious justification of the doctrine of extraterritoriality and historical precedents, the right of Western extraterritoriality certainly could apply in the 'pagan' states of Asia, including China. But as comparative law professor Teemu Ruskola points out, the historical precedents of extraterritoriality given by Cushing omitted the important fact that most of the treaties between the United States and the Barbary States included a reciprocal right of extraterritorial jurisdiction. The Treaty of Wangxia, however, stipulated no such reciprocity. The 1833 Treaty of Amity and Commerce with Siam, of which Cushing made no mention whatever, stipulated American submission to Siamese jurisdiction. Reviewing other relevant precedents, Ruskola finds that none of the U.S. treaties with the Sandwich Islands (1826), Tahiti

## HISTORIOGRAFIA

(1826), Samoa (1839), and Sulu (1842), provided for American extraterritoriality. In practice, the 1844 Treaty of Wangxia became the model for subsequent American extraterritoriality treaties with other nations in Asia and the Pacific, including the treaties with Borneo (1850), Japan (1857), Samoa (1878), Korea (1882), and Tonga (1886). In 1856 the United States also acquired extraterritoriality in Siam through treaty revision. The Wangxia Treaty can therefore be regarded as representing the beginning of a new era in American political relations with Asia.

The United States did not merely exercise its power abroad through economic and military might. International law has also been utilised as an important instrument in American overseas expansion. In the early republic, American leaders held the 'liberal notion of sovereign equality' to serve its own national interests in order to survive in a hostile international environment. By the mid 19<sup>th</sup> century, this notion had been replaced by 'an imperial American sovereignty in the Pacific'. In his China mission, Cushing revised the early diplomatic history of the United States by inventing a tradition of U.S. extraterritoriality in 'Oriental' states. 'This extraterritoriality', as Ruskola notes, 'in turn protected American commercial interests in Asia, while real or alleged violations of extraterritorial privileges justified the occasional use of military power to protect America's "rights" under the law of nations'.

Until the outbreak of the Opium War in 1839, it appeared that the United States in practice respected the sovereign equality of China and other Asian nations despite Britain and other European powers had already utilised extraterritoriality to deal with peoples in non-Western world. Thomas Jefferson, for example, made an exception to the Embargo Act for a Chinese in 1808 because he believed that China as a sovereign nation deserved the respect. In the 1833 treaty with Siam, the United States admitted that American citizens in Siam would be subject to Siamese law. The Treaty of Wangxia signified that the United States no longer recognised the sovereign equality of the Asian nations. With the extraterritorial privileges, the treaty established imperial American sovereignty in the Pacific in the second half of the 19<sup>th</sup> century. It also became the model for European powers to acquire their own extraterritoriality treaties in the age of imperialism.

Driven by his sense of mission, Cushing not only intended to open China for America's 'free

trade', but also aggressively planned to forge America's informal empire in Asia through imposing treaty of 'free trade' on other Asian states. In January 1844 when he was still on his way to Macao, Cushing sent a private letter to Tyler requesting permission to proceed to Japan after completing the treaty negotiation in China. But Tyler lacked confidence in such a mission and expressed that 'little probability exists of effecting any commercial arrangement with that country'. He was reluctant to give sanction to the Japan mission in an election year because he feared that a diplomatic failure would affect his prospects for reelection. Not until August 1844 did Tyler and Secretary of State John C. Calhoun grant Cushing the approval requested. When Cushing received Calhoun's instructions for the Japan mission, however, he had departed from Macao for several months.<sup>57</sup> The diplomatic mission to Japan did not materialise until the Perry expedition of 1853 when Webster served as Secretary of State under President Millard Fillmore. When Webster instituted the Japan mission, the China market was still his primary concern.<sup>58</sup> Anticipating the eventual establishment of a line of steamship between California and Shanghai, he wanted Japan to supply fuel for the China trade because he believed that the creator had deposited coal 'in the depths of the Japanese islands'. This view expressed explicitly in his instructions to John Aulick, the commander of the East India Squadron:

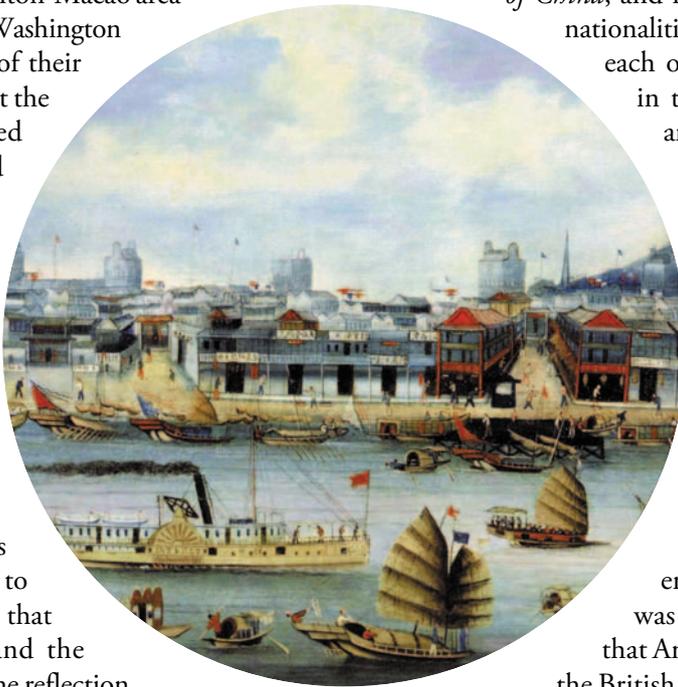
It is the President's opinion, that steps should be taken at once, to enable our enterprising merchants, to supply the last link in that great chain, which unites all nations of the world, by the early establishment of a line of steamers from California to China. In order to facilitate this enterprise, it desirable, that we should obtain from the Emperor of Japan permission, to purchase from his subjects the necessary supplies of coal, which our steamers on their out- and inward voyages may require.<sup>59</sup>

Webster shared the same imperial inspiration with Cushing for establishing an American trading empire in Asia and the Pacific. He successfully instituted the Japan mission Cushing attempted to undertake years earlier, acquiring an open door to the markets and ports of the Pacific region without territorial expansion. The foundation of this informal empire was commercial expansion supported by a willingness to maintain 'the

## HISTORIOGRAPHY

freedom of trade' by using military force to guarantee unhindered access to the markets on a most-favored-nation basis.

Historians have presented various interpretations on why U.S. politicians and officials became interested in direct intervention in China in the mid-19<sup>th</sup> century, and thus constructed the foundational China policy. In a recent article in *Diplomatic History*, Macabe Keliher argues that 'It was bitter rivalry with Britain for markets and influence in the Pacific that forced U.S. politicians and bureaucrats to assume a positive role in East Asia in the early 1840s'. He notes that before the Opium War, American traders in the Canton-Macao area had repeatedly appealed to Washington for governmental support of their commercial endeavours, but the U.S. government remained inactive until Britain gained new trading concession and territory in the conclusion of the first Opium War in 1842. This situation compelled Washington to dispatch a mission to China to negotiate a treaty for securing rights that matched those that the British had gained. Otherwise, the United States would lose a huge market to Britain. Keliher concludes that 'The mission to China and the treaty resulted from it was the reflection of a strong and autonomous China policy, a policy that found another voice in the Open Door notes half a century later'. Dismissing the conventional interpretations that the United States and Britain were predominantly cooperative in regard to China and that, prior to the Open Door policy, the United States did not have its own independent policy in China but merely followed Britain's lead, Keliher emphasises the rivalry and antagonism between the United States and Britain in China. He continues, 'It was the threat of British monopoly of the Pacific markets that forced the U.S. government to move from a passive to an active role in Americans' interaction with China, and which led to the direct articulation of a China policy in the form of the Wangxia Treaty of 1844'.<sup>60</sup>



While undoubtedly shifting the emphasis from the cooperation to the antagonism between the United States and England, Keliher's revisionist arguments neglect the extensive evidence found in the China trade archives about the lives of those conducting trade missions and shaping diplomatic policy. Correspondence between Russell and Company and Jardine Matheson and Company, for example, reveals partners of the company had good working relations with their British counterparts in the Canton-Macao area.<sup>61</sup> In Canton American traders worked closely with the British beginning with the arrival the *Empress of China*; and in Macao residents of both nationalities socialised intimately with each other, sharing both a pride in their Anglo-Saxon heritage and racial prejudices. During the pre-treaty days, an extensive Anglo-American social life developed within the European enclave. Protestant missionaries from both countries often preached together and cofounded and worked for the same benevolent organisations, cooperating to advance their spiritual enterprises in China.<sup>62</sup> There was little evidence to indicate that American diplomats regarded the British officers as their rivals. After

Cushing's steam-powered flagship *Missouri* caught fire and sank off Gibraltar on the way to China, the American legation was transported to Bombay in a British ship. As the Cushing mission waited in Bombay to board the U.S. navel frigate *Brandywine* and continue to China, the Cushing mission was well received by the British. Upon his arrival in Macao, Cushing, whom Keliher describes as Anglophobic, immediately contacted the governor of Hong Kong for advice regarding how to deal with the Chinese in treaty negotiation. The British governor cordially sent him copies of the treaty negotiated with China. The bitter rivalry and antagonism between the United States and Britain in other parts of the world did not carry over into China where corporations from different nations

## HISTORIOGRAFIA

collaborated in setting the conditions of 'free trade'. The Treaty of Nanjing did not deny American access to the China market and all the privileges that the British had gained through war were automatically granted to other nations, including the United States. It is nevertheless true that American statesmen such as Daniel Webster and President John Tyler firmly believed that the United States should secure respect and privileges by negotiating its own bilateral agreement with China rather than relying on a treaty obtained by the British. To Cushing, it was a matter of national honor. But this was not a bitter rivalry with England.

Before the Opium War when the U.S. government maintained a lax attitude toward China, American traders were compelled to improvise their strategies as they negotiated with Cohong merchants and pursued their commercial interests. The key elements in their improvised policies were maintaining the equal conditions of trade and insisting on a formal stance of neutrality in the conflicts between Great Britain and China. They did not always follow the lead set by the British. During the opium crisis of 1839, for example, American traders in Canton did not follow the British to retreat to Macao. They instead remained in Canton to carry on their lucrative business, taking advantage of the absence of their business competitors. Even this competitive advantage was not a sign of bitter rivalry and the American trading presence in Canton during this period proved beneficial for both British and American traders.<sup>63</sup>

Before the Sino-British war, when the partners in Russell and Company repeatedly requested Washington to send diplomats with warships to protect their economic interests in Canton, they were well aware that their government was not ready to use military force in China. They therefore suggested that the best U.S. policy was to follow other Western powers led by Britain in order to share the privileges gained by them. After the Treaty of Nanjing was signed in 1842, when the Chinese authorities had been severely weakened, the China traders seized this opportunity to call upon Washington to negotiate a treaty with China, demanding privileges similar to those granted to the British. The Treaty of Wangxia reflected the China policy formulated by the Canton traders and exemplified that United States companies had utilised and refined the free trade rationale and the political

technique advanced by the British to forge its own informal empire in East Asia in the 19<sup>th</sup> century.

## EPILOGUE: THE GREAT CHINESE MUSEUM AND THE JUSTIFICATION OF THE CUSHING MISSION

Shortly after Cushing's return to the United States from his triumphal mission on 31 December 1844, an exhibit called The Great Chinese Museum was opened in Boston on 8 September, 1845. This exhibit, which was funded by American missionaries and Chinese merchants, included items assembled by at least two of the China mission's members: Cushing and John R. Peters, Jr., one of the four volunteer attaches of the legation. Both of them were involved in the preparation of the exhibit and the catalog was supposedly written by Peters. The first case of objects in the museum featured a life-size tableau of the Chinese emperor (instead of the imperial commissioner) signing the Treaty of Wangxia. This distorted representation of the treaty-signing ceremony was obviously intended to aggrandise the Cushing mission and clearly underscored the political implications of this exhibit. A portrait of Qiying was also among the objects displayed in the museum. This picture was the gift Qiying warmly sent his American counterpart. By showcasing Chinese products and artifacts within the context of enlightened relativism, the museum intended to convey the images that China was more 'a complex civilization amenable to diplomatic trade relations than as a culturally destitute land ripe for Euro-American conquest'. This exhibit, therefore, served to justify Cushing's diplomatic efforts leading to the conclusion of the first Sino-U.S. treaty.<sup>64</sup> **RC**

**Author's note:** This article contains portions of the author's research monograph in progress entitled *Macao in the Making of Early Sino-American Relations, 1784-1844*. This project is funded by the Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau's Academic Research Grant. An earlier version of this article was presented at the First International Interdisciplinary Conference on Macau Studies held at the University of Macau, 17-19 May, 2009.

## HISTORIOGRAPHY

## NOTES

- 1 On this voyage, see Philip Chadwick Foster Smith, *The Empress of China* (Philadelphia, PA: Philadelphia Maritime Museum, 1984) and Samuel Shaw, *The Journals of Major Samuel Shaw, the First American Consul at Canton* (Boston: Wm. Crosby and H. P. Nichols, 1847).
- 2 Arthur Power Dudden, *The American Pacific: From the Old China Trade to the Present* (New York: Oxford University Press, 1992); Arrel M. Gibson, *Yankees in Paradise: The Pacific Basin Frontier* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993); Donald D. Johnson with Gary Dean Best, *The United States in the Pacific: Private Interests and Public Policies, 1784-1899* (Westport, Connecticut: Praeger, 1995).
- 3 Leonard Blussé, *Visible Cities: Canton, Nagasaki, and Batavia and the Coming of the Americans* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008).
- 4 Foster Rhea Dulles, *The Old China Trade* (Boston: Houghton Mifflin, 1930), p. 210; Blussé, *Visible Cities*, p. 64.
- 5 For America's early contact with Siam, see Edmund Roberts and W.S.W. Ruschenberger, *Two Yankee Diplomats in 1830s Siam* (Bangkok: Orchid Press, 2002). For the development of the U.S. Canton trade, see Jacques M. Downs, *The Golden Ghetto: The American Commercial Community at Canton and the Shaping of American China Policy, 1784-1844* (Bethlehem, PA: Lehigh University Press, 1997), p. 128; Paul Van Dyke, *The Canton Trade: Life and Enterprise on the China Coast, 1700-1845* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005), pp. 135-137. For the rice trade, see also Benito J. Legarda, *After the Galleons: Foreign Trade, Economic Change and Entrepreneurship in the Nineteenth Century Philippines* (Quezon City: Ateneo de Manila University Press, 1999), pp. 157-178; Huang Zisheng 黄滋生 and He Sibing 何思兵, *Feilübin Huaqiao Shi* 菲律宾华侨史 (*History of the Philippine Chinese*), rev. and enlarged ed. (Guangzhou: Guangdong Gaodeng Jiaoyü Chubanshe, 2009), pp. 262-263.
- 6 For the British free trade rationale and political technique of imperial expansion, see John Gallagher and Ronald Robinson, 'The Imperialism of Free Trade', *Economic History Review*, Second series, 6:1 (1953), pp. 1-15; Bernard Semmel, *The Rise of Free Trade Imperialism* (Cambridge, UK: University Press, 1970); Martin Lynn, 'British Policy, Trade, and Informal Empire in the Mid-Nineteenth Century', in *The Oxford History of the British Empire*, edited by Andrew Porter, vol. 3: *The Nineteenth Century* (Oxford, UK: Oxford University Press, 1999), pp. 101-121.
- 7 This document was written in Siamese and English. But because the Siamese and Americans were ignorant of each other's language, a Portuguese and a Chinese translation were annexed, to serve as testimony to the contents of the treaty.
- 8 For Russell and Company, see He Sibing, 'Qichang Yanghang Yu Meiguo Dui Guangzhou Zaoqi Maoyi, 1818-1844 nian' 旗昌洋行与美国对广州早期贸易 (1818-1844年) (Russell and Company and Early American Trade with Canton, 1818-1844), in *Fan Zhushanjiao Yu Nanhai Maoyi* 泛珠三角与南海贸易 (The Pan-Pearl River Delta Region and the South China Sea Trade), edited by Ye Xianen 叶显恩, Xie Pengfei 谢鹏飞 and Lin Youneng 林有能 (Hong Kong: Xianggang Chubanshe, 2009), pp. 237-268; 'Russell and Company in Shanghai, 1843-1893: U.S. Trade and Diplomacy in Treaty Port China', paper presented at 'A Tale of Ten Cities: Sino-American Exchange in the Treaty Port Era, 1840-1950—An Interdisciplinary Colloquium', Hong Kong University, 15-19 June, 2011; 'Hong Kong and America's China Trade in the Nineteenth Century', paper presented at the International Conference on 'Hong Kong in the Global Setting', Hong Kong University, 10-12 January, 2011; and 'Russell and Company and the Imperialism of Anglo-American Free Trade', in *Narratives of Free Trade: The Commercial Cultures of Early US-Chinese Relations*, edited by Kendall Johnson (Hong Kong: Hong Kong University Press, November 2011), pp. 83-98. The present article adopts material previously published or presented by the author in the studies listed above.
- 9 He Sibing, 'Macao in the Making of Sino-US Relations: From the *Empress of China* to the Treaty of Wangxia, 1784-1844', in *Bridging the Sino-American Divide*, edited by Priscilla Roberts (Newcastle, UK: Cambridge Scholars, 2007), pp. 332-361.
- 10 The diplomatic historian Michael H. Hunt defines 'research survey' as a hybrid of conventional research monograph and derivative survey in his critically acclaimed book, *The Making of a Special Relationship: The United States and China to 1914* (New York: Columbia University Press, 1983), p. xi. This study attempts to adopt this research strategy.
- 11 Tyler Dennett, *Americans in Eastern Asia: A Critical Study of the Policy of the United States with Reference to China, Japan, and Korea in the 19th Century* (New York: Barnes and Noble, 1922).
- 12 Dorothy Borg, comp., *Historians and American Far Eastern Policy* (New York: East Asian Institute, Columbia University, 1966), pp. 34-35.
- 13 Harry G. Dildine, 'The Treaty of Wangxia' (Ph.D. dissertation, Northwestern University 1918).
- 14 Claude M. Fuess, *The Life of Caleb Cushing*. 2 vols (New York: Harcourt, Brace, 1923); John M. Belohlavek, *Broken Glass: Caleb Cushing and the Shattering of the Union* (Kent, OH: Kent State University Press, 2005).
- 15 Pin-chia Kuo, 'Caleb Cushing and the Treaty of Wanghia, 1844', *Journal of Modern History* 5:1 (March 1933), pp. 34-54.
- 16 Ming-shun Chiao (Qiao Mingshun 乔明顺), 'The Beginning of American-Chinese Diplomatic Relations: The Cushing Mission and the Treaty of Wangxia of 1844' (Ph.D. dissertation, University of Notre Dame, 1954). This thesis is rewritten in Chinese and published as a book in 1991 titled *Zhongmei Guangxi Diyiye: 1844 Nian Wangxia Tiaoyue Qianqing De Qianqian Houhou* 中美关系第一页: 1844年《望厦条约》签订的前前后后 (The First Page of Sino-US Relations: The Signing of the Wangxia Treaty of 1844) (Beijing: Shehui Kexue Wenxian Chubanshe). This work stands out from scores of historical studies on the subject by scholars in China.
- 17 Richard E. Welch, Jr., 'Caleb Cushing's Chinese Mission and the Treaty of Wanghia: A Review', *Oregon Historical Quarterly* 53 (Mar-Dec. 1957), pp. 328-355.
- 18 Jeffrey Robert Biggs, 'The Origins of American Diplomacy with China: The Cushing Mission of 1844 and the Treaty of Wang-Hsia' (Ph.D. dissertation, George Washington University, 1975), pp. x-xi.
- 19 Earl Swisher, 'The Treaty of Wanghia', in *Early Sino-American Relations, 1841-1912: The Collected Articles of Earl Swisher*, edited by Kenneth W. Rea (Boulder, CO: Westview Press, 1977), pp. 56-107.
- 20 Michael H. Hunt, 'The Long Crisis in U.S. Diplomatic History: Coming to Closure' *Diplomatic History* 16 (Winter 1992), p. 120. Other historians also observe this problem. See Robert J. McMahon, 'National History or International History?' in Michael J. Hogan and Thomas G. Paterson, eds., *Explaining the History of American Foreign Relations* (New York: Cambridge University Press, 1991), p. 21; Kinley Brauer, 'The Great American Desert Revisited: Recent Literature and Prospects for the Study of American Foreign Relations, 1815-1861', *Diplomatic History* 13 (Spring 1989), pp. 395-396; and Bradford Perkins, 'Early American Foreign Relations: Opportunities and Challenges', *Diplomatic History* 22 (Winter 1998), p. 115.
- 21 Downs, *The Golden Ghetto*.

## HISTORIOGRAFIA

- 22 Teemu Ruskola, 'Canton Is Not Boston: The Invention of American Imperial Sovereignty', *American Quarterly* 57:3 (September 2005), pp. 859-884.
- 23 Belohlavek, *Broken Glass*, 'The Road to China, 1843-1844', pp. 150-180.
- 24 Macabe Keliher, 'Anglo-American Rivalry and the Origins of U.S. China Policy', *Diplomatic History* 31:2 (April 2007), pp. 227-257.
- 25 Message, December 30, 1842, Kenneth E. Shewmaker, ed., *The Papers of Daniel Webster: Message and Papers* (Hanover, NH: Dartmouth College and University Press of New England, 1983-88), 4, pp. 211-214.
- 26 Ibid.
- 27 Daniel Webster to Thomas Buckminster Curtis, March 12, 1843, Kenneth E. Shewmaker, ed., *The Papers of Daniel Webster*. Series 3: *Diplomatic Papers*, 2 vols. (Hanover, NH: Dartmouth College and University Press of New England, 1983-88), 1, pp. 899-901.
- 28 Edward Everett to Daniel Webster, April 13; April 18, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, pp. 905-907, 910-912.
- 29 Hall to Calhoun, November 30, 1844, Robert L. Meriwether and W. Edwin Hemphill, eds., *The Papers of John C. Calhoun*, 21 vols. (Columbia: University of South Carolina Press, 1963-1993), 20, pp. 405-411.
- 30 Jules Davids, ed., *American Diplomatic and Public Papers: The United States and China*. Series 1: *The Treaty System and the Taiping Rebellion, 1842-1860*, 21 vols. (Wilmington, DE: Scholarly Resources, 1973), 1, p. xlii.
- 31 List of Articles for the Legation to China, April 11, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, pp. 907-910.
- 32 Daniel Webster to Thomas L. Smith, March 17, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, p. 901.
- 33 Circular, March 20, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, pp. 901-902.
- 34 Edward Carrington to Daniel Webster, March 2, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, pp. 894-896.
- 35 Thomas H. Perkins to Daniel Webster, April 3, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, pp. 903-904.
- 36 Ibid.
- 37 Edwin M. Lewis to Daniel Webster, April 20, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, pp. 912-915.
- 38 Ibid.
- 39 Sarah Forbes Hughes, ed., *Letters and Recollections of John Murray Forbes*, 2 vols. (Boston: Houghton, Mifflin & Co., 1899; Reprinted, New York: Arno Press, 1981), 1, p. 115.
- 40 John Murray Forbes et al to Daniel Webster, April 29, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, pp. 917-921. This letter was signed by John M. Forbes, Robert B. Forbes, Thomas H. Perkins, Samuel Cabot of the firm of Thomas H. Perkins, William Appleton, a merchant and later a congressman from Suffolk, Mass., Nathan Appleton, a textile manufacturer and congressman from Boston, and John Lowell Gardner, East Indian merchant and railroad magnate.
- 41 John Green and N. Alsop Griswold to Daniel Webster, May 13, 1843, Quoted in Qiao, *The First Page of Sino-U.S. Relations*, p. 68.
- 42 Daniel Webster to Caleb Cushing, May 8, 1843, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, pp. 922-926.
- 43 P. S. Forbes to Imperial Commissioner Kiyong (Qiyong) and the Governor of Canton, October 3, 1843, Davids, *American Diplomatic and Public Papers*, ser. 1, 1, pp. 157-158.
- 44 Imperial Commissioner Kiyong and Governor-General Ke to Consul Forbes, October 12, 1843, Davids, *American Diplomatic and Public Papers*, ser. 1, 1, pp. 164-169.
- 45 P. S. Forbes to the Secretary of State, October 7, 1843, Davids, *American Diplomatic and Public Papers*, ser. 1, 1, pp. 159-163.
- 46 Downs, *The Golden Ghetto*, p. 290.
- 47 Murray A. Rubinstein, 'The Wars They Wanted: American Missionaries' Use of *The Chinese Repository* Before the Opium War', *American Neptune* 48:4 (Fall 1988), pp. 281-282.
- 48 Peter Parker to Daniel Webster, January 30, 1841, in Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 1, p. 885.
- 49 On Parker's role, see Edward V. Gulick, *Peter Parker and the Opening of China* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1973), pp. 113-124.
- 50 *Niles' National Register*, September 21, 1844, quoted in Belohlavek, *Broken Glass*, p. 162.
- 51 Belohlavek, *Broken Glass*, pp. 166-167.
- 52 Fuess, *The Life of Caleb Cushing*, p. 450; Belohlavek, *Broken Glass*, p. 174; Margaret C. S. Christman, *Adventurous Pursuits: Americans and the China Trade, 1784-1844* (Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1984), p. 160.
- 53 Wang Ermin 王尔敏, 'Qiyong De Waijiao' 耆英的外交 (Qiyong's Diplomacy), in *Ruoguo De Waijiao: Miandui Lieqianghuansi De Wanqing Shiju* 弱国的外交: 面对列强环伺的晚清世局 (Diplomacy of a Puny Nation) (Guilin: Guangxi Shifan Daxue Chubanshe, 2008), pp. 55-76; Y. W. Koon, 'The Face of Diplomacy in Nineteenth-Century China: Qiyong's Portrait Gifts', in *Narratives of Free Trade*, edited by Kendall Johnson, pp. 131-148; Belohlavek, *Broken Glass*, pp. 177-178.
- 54 Ibid., pp. 175-177.
- 55 Christman, *Adventurous Pursuits*, p. 150.
- 56 Kenneth E. Shewmaker, 'Forging the "Great Chain": Daniel Webster and the Origins of American Foreign Policy Toward East Asia and the Pacific, 1841-1852', *Proceedings of the American Philosophical Society* 129:3 (1985), pp. 225-259.
- 57 Belohlavek, *Broken Glass*, p. 173.
- 58 Shewmaker, 'Forging the "Great Chain"'. For the Perry mission see also Peter Booth Wiley, *Yankees in the Land of the Gods* (New York: Viking 1990); George Feifer, *Breaking Open Japan: Commodore Perry, Lord Abe, and American Imperialism in 1853* (New York: Smithsonian Books/Collins, 2006) and Jeffrey A. Keith, 'Civilization, Race, and the Japan Expedition's Cultural Diplomacy, 1853-1854', *Diplomatic History* 35:2 (April 2011), pp. 179-202.
- 59 Daniel Webster to John Aulick, 10 June, 1851, Shewmaker, *The Papers of Daniel Webster: Diplomatic Papers*, 2, pp. 289-290. Aulick was named commander of the East India Squadron in 1851 but was replaced by Mathew C. Perry for the mission to Japan.
- 60 Keliher, 'Anglo-American Rivalry and the Origins of U.S. China Policy', pp. 228-229.
- 61 See Letter 183, 198, and 201 in *China Trade and Empire: Jardine, Matheson & Co. and the Origins of British Rule in Hong Kong, 1827-1843*, edited by Alain Le Pichon (Oxford; New York: Published for the British Academy by Oxford University Press, 2006); and W. E. Cheong, *Mandarins and Merchants: Jardine Matheson & Co., A China Agency of the Early Nineteenth Century* (London: Curzon Press, 1979), *passim*.
- 62 Rosmarie W. N. Lamas, *Everything in Style: Harriett Lou's Macau* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2006); Murray A. Rubinstein, *The Origins of the Anglo-American Missionary Enterprise in China, 1807-1848* (Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1996).
- 63 Robert B. Forbes, *Personal Reminiscences*. 2<sup>nd</sup> ed. (Boston: Little, Brown and Company, 1882), pp. 155, 152-153.
- 64 Ronald J. Zboray and Mary Saracino Zboray, 'Between "Crockerydom" and Barnum: Boston's Chinese Museum, 1845-47', *American Quarterly* 56:2 (June 2004), pp. 271-307.

## RESUMOS

**Vestígios da Presença Portuguesa nos Trópicos. Processos de Crioulização e Comunidades Crioulas**

O propósito do artigo é o de, num primeiro momento, elencar e analisar, numa perspectiva histórica e comparada, alguns dos processos de miscigenação biocultural que se formaram na senda da presença colonial portuguesa em África e na Ásia e que deram origem ao que se poderá designar por comunidades crioulas. Dá especial atenção às experiências cabo-verdiana, angolana e macaense, que servem, nestes termos, de estudos de caso. Num segundo momento, analisa o impacto social que tiveram, aquando do advento do nacionalismo, os referidos processos na formação e/ou reconfiguração das respectivas sociedades nacionais. Num terceiro e último momento, atende, mesmo que brevemente, ao lugar que tais experiências históricas têm ocupado na discussão e na teoria pós-coloniais. Recuperando uma trilogia dimensional cara ao projecto da modernidade (as dimensões científica, ética e artística), procura averiguar os efeitos de tais experiências na actual dinâmica artística dos referidos espaços. [Autor: José Carlos Venâncio, pp. 9-17]

**A Representação da Noção de Identidade nos Textos em Maquista do Século XIX**

A antologia de Danilo Barreiros "Dialecto Português de Macau" reúne, entre outros tipos de textos, cartas em maquista do último quartel do século XIX, a maioria das quais publicada na revista *Ta-Si-Yang-Kou*. Estas cartas, para além do seu interesse para o estudo da lexicologia e morfossintaxe daquele crioulo, fornecem-nos pistas acerca das noções de identidade da comunidade falante de maquista em Macau e Hong Kong à época. O artigo inicia-se com um levantamento das áreas temáticas contidas na visão do autor anónimo das cartas sobre cada uma dessas comunidades, procedendo, de seguida, a uma análise linguística crítica dessas referências que nos oferecem pistas relativamente aos valores tidos como centrais na auto-afirmação da identidade da comunidade falante de maquista do século XIX e da sua postura

relativamente às restantes gentes com as quais partilhava o mesmo espaço geopolítico. Através da análise destas cartas, onde se encontra expressa uma auto-consciência individual que deriva do sentimento de pertença a um grupo social específico e distinto dos restantes, pretende o autor contribuir para o traçar do perfil da noção de identidade étnica e cultural tida pela comunidade falante de maquista na viragem do século XIX para o século XX.

[Autor: Mário Pinharanda-Nunes, pp. 18-33]

**Ligas Urbanas. Atitudes Linguísticas na Trama Discursiva de Macaenses e Paulistas Caipiras**

O objectivo deste texto é o de propiciar a aproximação de duas realidades sociais e geográficas diferentes e distantes, mas que assumem processos similares de organização e de interacção linguística. São regiões observadas em momentos de ruptura sociocultural: em Macau, a transferência de soberania para a China em 1999; em São Paulo, a Revolução de 1932 e a criação de uma universidade pública em 1934. Ambos os espaços necessitaram, para propósitos distintos, de agentes sociais que funcionaram como liga social. Os professores actuaram como a liga necessária entre os alunos caipiras e a elite paulistana, abrindo-lhes portas na cidade; os macaenses, por sua vez, actuaram como a liga necessária entre os chineses e os portugueses, porque dominavam o cantonês e o português falados. Com a mudança na dinâmica social, uma reconfiguração é providenciada: caipiras e chineses passam a assumir o papel de liga social. Para este estudo, tomamos como ponto de partida a análise das atitudes linguísticas presentes nesses dois contextos. [Autores: Roberval Teixeira e Silva e Maria Célia Lima-Hernande, pp. 34-48]

**Rio de Janeiro no Início do Século XIX. Uma Vila Chinesa no Ocidente e o Seu Legado**

As cidades portuárias têm grande potencial de mestiçagem cultural. No Rio de Janeiro, observa-se uma mistura de elementos orientais que, por séculos, provinham de Macau. Especificamente, no início do século XIX, o fenómeno foi marcado com a imigração

chinesa, deixando, na paisagem e na cultura carioca e brasileira, um interessante legado. O presente trabalho trata da imigração chinesa nesse período e seu legado. [Autores: Sérgio Pereira Antunes e Sheila Barroso Alves Antunes, pp. 49-59]

**O Comércio de Cules em Macau: Uma Cidade, Duas Culturas, Três Comunidades. Harmonia Social, Desenvolvimento Paralelo e Tributação do Vício**

Na sua velha e centenária história, Macau é amiúde visto como um porto seguro para acomodar a diferença étnica e comunidades culturais vivendo lado a lado, formando uma sociedade harmoniosa e tolerante, que prospera do comércio devido à sua situação privilegiada para as trocas entre o Oriente e o Ocidente. Macau desenvolveu-se como um porto ocidental na China com os bairros ocidental e chinês separados e distintos, o que é perceptível nas características da cidade. No entanto, Macau desempenhou um papel importante no desenvolvimento do comércio de cules para a América do Sul nos anos 1850, que rapidamente se tornou numa forma de escravatura dissimulada de contratação de mão-de-obra. As políticas abolicionistas em todo o mundo eram, ao mesmo tempo, uma oportunidade e um problema para o governo de Macau, que optou por apoiar o comércio de cules enquanto tentava resolver o crescente número de abusos que dependiam largamente das circunstâncias regionais e internacionais. Baseado na evolução histórica e em documentação contemporânea, este artigo estuda as sinergias entre a luta pela sobrevivência económica, o contexto social e urbano das diferentes comunidades de Macau e as circunstâncias internacionais que contribuíram para esta situação deveras ambivalente de um período negro da História. [Autor: Francisco Vizeu Pinheiro, pp. 60-91]

**Redes Esclavagistas e a Sua Expansão para a Europa e América Através de Macau**

A escravatura nos mares da China e o tráfico de escravos chineses, japoneses e coreanos até à Europa e América, é uma temática muito pouco conhecida. Além dos artigos de Okamoto Yoshitomo, Alvarez Taladriz

## RESUMOS

e Thomas Nelson, nada mais existe sobre o comércio de escravos praticado pelos comerciantes de Macau. Estes artigos apresentam, contudo, algumas limitações. Tanto Okamoto como Taladriz coligiram um número demasiado limitado de fontes documentais. Já Thomas Nelson, pelo desconhecimento do português, comete importantes equívocos de contextualização assim como de citação das fontes.

O objectivo principal deste artigo é clarificar a construção destas redes escravagistas e a sua expansão, através de Macau, para a Europa e para a América; provar a existência de um importante centro de aquisição e distribuição de escravos em Macau; explicar quais as principais comunidades mercantis europeias envolvidas neste tráfico; conseguir traçar o percurso individual de alguns destes escravos.

[Autor: Lúcio de Sousa, pp. 82-92]

### A Presença Judaica em Cabo Verde

Este artigo pretende analisar a presença judaica no arquipélago em dois momentos. Um primeiro momento, nos séculos xvi e xvi, em que chegam a Cabo Verde, inseridos na expansão portuguesa, judeus portugueses, na sua maioria já cristãos-novos, que entram em choque com os cristãos-velhos, pois são rivais tanto no comércio como na luta pelos poucos lugares da administração. Um segundo momento, séculos xix e xx, em que chegam às ilhas judeus de outra origem, desta vez como resultado da expansão inglesa e da abertura do Porto Grande de S. Vicente, e que se vão dedicar exclusivamente ao comércio. Através dos poucos relatos que há sobre eles procura descrever a sua passagem pelas ilhas, concluindo com um apanhado da influência que tiveram nas ilhas.

[Autor: João Nobre de Oliveira, pp. 93-103]

### Luanda e o seu Quotidiano no Século XVIII

De maneiras diferentes pode-se descrever/cantar Luanda. Na sua actual face estão traços reconhecíveis de dois séculos atrás. Já era lugar dos coloridos mercados e feiras, das quitandas, mundo de mercadores, casarios e uma geografia de altos e baixos que serviam de demarcadores sociais. As suas “multiplicidades” e “contradições”

faziam-se e refaziam-se com os infindáveis mujimbos que percorriam as rotas de comércio, ligando sertão e mar. Para o dia-a-dia da cidade a grande questão estava no abastecimento de géneros alimentícios e na falta de água potável, problemas incontornáveis para os moradores. Até o século xviii, Luanda era tida como perigosa e ao mesmo tempo desafiante. Era lugar para espíritos audazes e última paragem para os condenados a penas de degredo. Luanda era o respiradouro dos acontecimentos na sua retaguarda, região do interior chamada pela documentação de sertão, onde se estabeleciam as relações de forças entre portugueses, “moradores”, “habitantes” e as instituições africanas.

Era nesse limbo que se tratava a luta pela sobrevivência física, cultural e comercial.

[Autor: Selma Pantoja, pp. 104-111]

### A Influência Europeia na Tradição Arquitectónica das Ilhas Molucas. Alguns Exemplos de Ternate, Tidore e Halmahera

Dada a apetência das populações do Sueste Asiático para adoptarem modelos importados nos diversos domínios da cultura material e imaterial, constata-se, desde o século xvi, uma influência europeia muito marcada, que, no domínio da arquitectura militar, se misturou na tradição construtora austronésia, nela introduzindo novas técnicas e novos elementos estruturantes. Nas Molucas do Norte, a influência portuguesa e espanhola levou os reis locais a serem permeáveis ao aconselhamento de peritos ibéricos na construção de fortificações eficazes e prestigiantes que, no entanto, tiveram carácter efémero. É na ilha de Ternate, porém, que se encontram os melhores exemplos de um certo sincretismo, em especial na remodelação da primitiva fortaleza portuguesa de S. João Baptista ou ainda na reconstrução do forte de Toluku, convertido em residência régia após a anterior ter sido capturada pelo governador espanhol das Filipinas, Pedro de Acuña. Em alguns dos edifícios que, mais ou menos intactos ou arruinados, chegaram aos nossos dias, é possível reconhecer, sob a cortina da adopção de soluções arquitectónicas tomadas aos europeus, a persistência do simbolismo arquitectónico próprio da tradição dos construtores austronésios.

[Autor: Manuel Lobato, pp. 112-126]

### As Lápides Tumulares da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira (Baía)

O presente trabalho foca as lápides tumulares da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, no contexto de representações da morte que sempre estiveram presentes desde a expansão colonial portuguesa e que perpetuam a tradição europeia medieval de transformar os cemitérios em locais de reflexão e catequese, um aparente contraste entre a vida e a morte. Nestas lápides tumulares, de autor desconhecido, encontramos pinturas, em estilo rococó, que mostram temas iconográficos associados a inscrições em latim. Constituem espécies únicas em todo Brasil e provavelmente em toda a América Latina. A sua importância advém do seu valor histórico, patrimonial, e, principalmente, por formarem um conjunto cujas imagens ilustram de uma forma as características do homem baiano do século xviii.

[Autor: Jomar Lima, pp. 127-131]

### Forjando o Império Americano Informal na Ásia: Caleb Cushing em Macao, 1844

Após a I Guerra do Ópio, em seguimento das solicitações dos que negociavam com a China, liderados pelos sócios da Russell and Company, o Presidente John Tyler nomeou Caleb Cushing como primeiro representante diplomático americano na China. A sua principal missão era negociar um tratado comercial com a China de modo a obter as mesmas concessões que os ingleses tinham obtido. O Tratado de Wangxia de 1844 acabou por exceder largamente o seu mandato. Com base numa visão crítica da mais recente literatura sobre aquele Tratado e numa síntese dos estudos biográficos sobre Cushing, este artigo defende que, inventando a soberania imperial dos EUA na China, Cushing estabeleceu as bases de um império americano informal na Ásia. Este artigo revela-nos ainda Cushing como um observador crítico durante os seis meses que permaneceu em Macau, analisando as suas perspicazes observações sobre os costumes, as diferenças culturais, a vida quotidiana da população neste entreposto europeu na periferia de um “estado pagão” no Oriente.

[Autor: He Sibing, pp. 132-150]

## ABSTRACTS

**Vestiges of Portuguese Presence in the Tropics: Creolisation and Creole Communities**

This article firstly lists then analyses, in a historical and comparative perspective, some of the processes of bio-cultural miscegenation which emerged from the Portuguese colonial presence in Africa and Asia and which gave rise to what can be called Creole communities. Special attention is given to the experiences in Cape Verde, Angola and Macao, which are used as case studies. Secondly, the social impact of these processes in the formation and/or reconfiguration of the respective national societies with the advent of nationalism is analysed. Finally, there is a brief look at the place such historical experiences have occupied in post-colonial discussion and theory. Through the triple perspective – scientific, ethical and artistic dimensions – of modern studies, the effects of such experiences on the present artistic dynamics of these places are explored. [Author: José Carlos Venâncio, pp. 9-17]

**Representing the Notion of Identity in 19<sup>th</sup> Century Maquista Texts**

Danilo Barreiros' anthology 'Dialecto Português de Macau' is a collection of letters and other texts written in the last quarter of the 19<sup>th</sup> century in Macao's Creole. Most of them were published in the *Ta-Ssi-Yang-Kou* magazine. Apart from his interest in the study of the lexicology and morphosyntax of this Creole, the letters provide clues to the notions of identity of the Macanese-speaking community in Macao and Hong Kong at the time. The article opens with a survey of the thematic areas presented in the vision of the anonymous writer of the letters in each of these communities. Afterwards, there is a critical linguistic analysis of these references which clues as to the core values of how the Macanese-speaking community asserted its identity in the 19<sup>th</sup> century and its attitude to the other people with whom they shared the same geopolitical space. By analysing these letters, which express an individual self-awareness derived from the feeling of belonging to a specific social

group, distinct from the rest, the author seeks to help define the notion of ethnic and cultural identity held by the Macanese-speaking community at the turn of the 19<sup>th</sup> century.

[Author: Mário Pinharanda-Nunes, pp. 18-33]

**Urban Bonds: Identity Attitudes in the Discursive Weave of Macanese and São Paulo Peasants**

The objective of this text is to approximate two different and distant social and geographic realities but which have similar processes of linguistic organisation and interaction. They are regions observed at moments of socio-cultural rupture: in Macao, the transfer of sovereignty to China in 1999; and in São Paulo, the 1932 revolution and the creation of a public university in 1934. Both spaces needed, for different purposes, social agents that acted as a social link (the Macanese and the foreign teachers, in Macao and São Paulo, respectively). The teachers acted as the necessary link between the peasant students and the São Paulo elite, opening the gates of the city. In turn, the Macanese acted as the necessary link between the Chinese and the Portuguese, as they were fluent in spoken Cantonese and Portuguese. With the change in the social dynamics, a reconfiguration is provided for: the peasants and the Chinese took on the role of social link. For this study, our starting point was the analysis of the linguistic attitudes present in these two contexts.

[Authors: Roberval Teixeira e Silva and Maria Célia Lima-Hernandes pp. 34-48]

**Rio de Janeiro at the Beginning of the 19<sup>th</sup> Century: A Chinese Town in the West and its Legacy**

Port cities have great potential for cultural miscegenation. In Rio de Janeiro, there is a blend of oriental elements which have come from Macao for centuries. Specifically, in the early 19<sup>th</sup> century, this was marked by Chinese immigration, leaving an interesting legacy on the landscape and the culture of Rio de Janeiro

and Brazil. This study deals with Chinese immigration during that period and its legacy.

[Authors: Sérgio Pereira Antunes and Sheila Barroso Alves Antunes, pp. 49-59]

**Macao's Coolie Trade: One City, Two Cultures, Three Communities. Social Harmony, Separate Development and Taxing Vices**

In its century's old history Macao is often seen as a safe harbour for different ethnic and cultural communities living side by side forming a harmonious and tolerant society that profits from commerce due to its privileged position in the East-West trade. Macao developed into a western port city in China with separate and distinct Chinese and western quarters, apparent in the city's characteristics. However Macao played an important role in the development of the coolie trade for South America in the 1850's, which soon became a form of slavery passing as indentured labour. Abolition policies worldwide were both an opportunity and a problem for the Macao government, which opted to support the coolie trade whilst trying to resolve the growing number of abuses that largely depended on regional and international circumstances. Based on the historical evolution and contemporary reports this paper study the synergies between the struggle for economic survival, the urban and social framework of the different communities of Macao and the international circumstances that contributed to this rather ambivalent situation during a dark period of history.

[Author: Francisco Vizeu Pinheiro, pp. 60-81]

**Slave Networks and Their Expansion Through Macao to Europe and America**

Little is known about slavery on the China seas and the trafficking of Chinese, Japanese, and Korean slaves to Europe and America in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. Only articles published by Yoshitomo Okamoto, Alvarez Taladriz, and Thomas Nelson look at the slave trade in which Macao merchants engaged. Nevertheless,

## RESUMOS

there are some problems with these articles: The articles by both Okamoto and Taladriz used only a very limited number of documentary sources. Similarly, given that he did not understand Portuguese, Thomas Nelson committed significant errors in context as well as citation of those sources. The main objectives of this paper are to: (a) analyse the three main European mercantile communities involved in human trafficking; (b) prove the existence of an important slave distribution centre in Macao, which has been ignored until now; (c) clarify the development of slave networks and their expansion through Macao to Europe and America; and (d) trace the routes and lives of some of these slaves.

[Author: Lúcio de Sousa, pp. 82-92]

### The Jewish Presence in Cape Verde

This article is to analyse the Jewish presence on the Cape Verde archipelago at two different times. The first time, in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries when, during the Portuguese expansion, only Portuguese Jews arrived in Cape Verde. Most of these were new Christians who had clashed with the old Christians as they were rivals both in trade and in the struggle for the few administrative positions. The second time, in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries when Jews of another origin came to the islands, this time as the result of the English expansion and the opening of Porto Grande de São Vicente, who would work exclusively in trade. Through the few reports there are about them, we will attempt to describe their time on the islands, concluding with a summary of the influence they had on the islands.

[Author: João Nobre de Oliveira, pp. 93-103]

### Luanda: History and Daily Life in the 18<sup>th</sup> Century

Luanda can be described and sung about in different ways. Its current appearance has features that are recognisable from two centuries ago. Then, it was a place of colourful markets and fairs, the greengrocers, the world of merchants, houses and a geography of ups and downs which acted as social boundaries. Their 'multiplicities' and 'contradictions' were made and remade with the endless rumours

that ran along the trade routes, joining the interior to the sea. For day-to-day life in the city, the major question was the supply of foodstuffs and the lack of drinking water, insurmountable problems for the people living there. Until the 18<sup>th</sup> century, Luanda was considered dangerous and, at the same time, challenging. It was a place for daring souls and the last stop for those sentenced to exile. Luanda was the outlet for the events happening behind it, the interior region known as the *sertão*, where relations of strength were established between the Portuguese, 'dwellers', 'inhabitants' and the African institutions. It was in this limbo that the battle was fought for physical, cultural and commercial survival.

[Author: Selma Pantoja, pp. 104-111]

### European Influence on the Architectural Tradition of the Moluccas: Some Examples from Ternate, Tidore and Halmahera

Given the appetite of Southeast Asian peoples for adopting various kinds of tangible and intangible culture, there has been a very strong European influence seen since the 16<sup>th</sup> century. In the area of military architecture, it was mixed with the Austronesian building tradition, introducing new techniques and new structural elements into it. In the North Moluccas, Portuguese and Spanish influence meant that the local kings were open to advice from Iberian experts on the construction of effective and prestigious fortifications which, however, were of an ephemeral nature. The best examples of a certain syncretism are found on the island of Ternate, especially in the remodelling of the primitive Portuguese São João Baptista fort or even in the reconstruction of the Toluku fort, converted into a royal residence after the previous one had been captured by the Spanish governor of the Philippines, Pedro de Acuña. In some of the buildings which have survived to the present day, either more or less intact or in ruins, an architectural symbolism typical of the Austronesian building tradition can still be recognised, behind the veil of adopting architectural solutions taken from the Europeans.

[Author: Manuel Lobato, pp. 112-126]

### Gravestones at the Ordem Terceira do Carmo Church in Cachoeira (Baía)

This article focuses on the gravestones at the Ordem Terceira do Carmo Church in Cachoeira, within the context of representations of death which have always been present since the Portuguese colonial expansion and which perpetuated the European medieval tradition of turning cemeteries into places of reflection and catechism, an apparent contrast between life and death. These gravestones, by an unknown craftsman, have rococo-style paintings which show iconographic themes associated with Latin inscriptions. They are unique in all of Brazil and probably in all of Latin America. Their importance comes from their historical and patrimonial value and mainly because they form a set of images illustrating, in baroque style, the characteristics of the Bahia man in the 18<sup>th</sup> century.

[Author: Jomar Lima, pp. 127-131]

### Forging America's Informal Empire in Asia: Caleb Cushing in Macao, 1844

After the First Opium War, upon the petitions of the China traders led by partners of Russell and Company, President John Tyler appointed Caleb Cushing, a Massachusetts congressman closely associated with the China traders, as the first American minister to China. Cushing's primary task in Macao was to negotiate a commercial treaty with China to match the British trade concessions. In the Wangxia Treaty of 1844, however, Cushing actually far exceeded his mandate. Based on a critical review of recent literature on the Treaty of Wangxia and a synthesis of biographical studies of Cushing, this research survey argues that by inventing US imperial sovereignty in China, Cushing laid the foundation for America's informal empire in Asia. In addition to a survey of his diplomatic endeavours, this article also provides a sketch of Cushing as a critical observer during his six-month sojourn in Macao, discussing his shrewd observations of social customs, cultural differences, and daily life of the common people in this European outpost on the periphery of a 'pagan state' in the Orient.

[Author: He Sibing, pp. 132-150]



郵票  
Selo

中國 澳門  
塔石廣場  
文化局大樓  
澳門特別行政區政府文化局  
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo  
da Região Administrativa Especial de Macau  
**Revista de Cultura**  
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural  
Macau, China

# RC

**Boletim de Assinatura**  
Subscription Form

**Aquisição de Publicações**  
Back Issue Order

- Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º \_\_\_\_\_
- I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. \_\_\_\_\_
- Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) \_\_\_\_\_ da RC Edição Internacional
- I would like to buy No(s) \_\_\_\_\_ of RC International Edition
- Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) \_\_\_\_\_ da RC Edição Portuguesa e/ou \_\_\_\_\_ da Edição Inglesa
- I would like to buy RC back issue(s) No(s) \_\_\_\_\_ of the Portuguese Edition and/or No(s) \_\_\_\_\_ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

**Forma de Pagamento**  
Payment

- Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º \_\_\_\_\_ no valor de MOP / US\$ \_\_\_\_\_
- Enclosed please find bank draft no. \_\_\_\_\_ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ \_\_\_\_\_

**Endereçar a / Send to**

Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM  
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China

- Cartão de Crédito / Credit Card
  - Visa
  - Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de \_\_\_\_\_ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, \_\_\_\_\_ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of \_\_\_\_\_ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder